

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:		SIR – SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA	
CNPJ:	04.952.098/0001-38	CEP da sede:	14010-100
Endereço da sede:	RUA VISCONDE DE INHAÚMA, Nº 580 – CONJUNTO 204 - CENTRO RIBEIRÃO PRETO-SP		
E-mail de contato:	jumaura@hotmail.com		
Serviço a ser renovado:	(x) Radiodifusão sonora	(X) em frequência modulada () em ondas curtas () em ondas médias () em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:	10/11/2021 à 10/11/2031		
Localidade da renovação:	NUPORANGA	UF:	SP

Eu, CLÁUDIO GALDIANO CURY, inscrito no CPF sob o nº 131.232.588-74, e CLOVIS GALDIANO CURY, inscrito no CPF sob o nº 131.232.578-00, na qualidade de representantes legais da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;



- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

RIBEIRÃO PRETO-SP, 25 de outubro de 2021

SIR – SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA

CLAUDIO GALDIANO
Assinado de forma digital por
CLAUDIO GALDIANO
CURY:13123258874
Dados: 2021.10.26 11:30:13 -03'00' 0

CLÁUDIO GALDIANO CURY
CPF nº 131.232.588-74
Sócio-Administrador

CLOVIS GALDIANO
Assinado de forma digital por
CLOVIS GALDIANO
CURY:13123257800
Dados: 2021.10.25 16:46:49 -03'00' 0

CLOVIS GALDIANO CURY
CPF nº 131.232.578-00
Sócio-Administrador

Requerimento de Renovação de Outorga - página 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

DECLARAÇÃO

Os Representantes Legais da SIR – SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA., permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na cidade de NUPORANGA-SP, DECLARAM que:

- A Pessoa Jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;

RIBEIRÃO PRETO-SP, 25 de outubro de 2021

SIR – SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA

Assinado de forma digital por
CLAUDIO GALDIANO
CURY:13123258874

Dados: 2021.10.26 11:30:49 -03'00'
CLÁUDIO GALDIANO CURY
CPF nº 131.232.588-74
Sócio-Administrador

Assinado de forma digital por
CLOVIS GALDIANO
CURY:13123257800

Dados: 2021.10.25 16:47:05 -03'00'
CLOVIS GALDIANO CURY
CPF nº 131.232.578-00
Sócio-Administrador

Requerimento de Renovação de Outorga - página 3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA

NESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO ATUAL DA EMPRESA, NA DATA DE EMISSÃO DESTA DOCUMENTO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS CINCO ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTA DOCUMENTO.

PARA OBTER O HISTÓRICO COMPLETO DA EMPRESA, CONSULTE A FICHA CADASTRAL COMPLETA.

EMPRESA		
SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICACAO LTDA		
TIPO: SOCIEDADE LIMITADA		
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35217579280	24/05/2002	21/10/2021 10:11:05
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
19/03/2002	04.952.098/0001-38	

CAPITAL
R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: RUA VISCONDE DE INHAUMA	NÚMERO: 580	
BAIRRO: CENTRO	COMPLEMENTO: CJ 204	
MUNICÍPIO: RIBEIRAO PRETO	CEP: 14010-100	UF: SP

OBJETO SOCIAL
ATIVIDADES DE RÁDIO

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
ABIB SALIM CURY, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.306.668-72, RG/RNE: 21728495 - SP, RESIDENTE À RUA CEL LUIZ DA SILVA BATISTA, 910, APTO 151, JARDIM IRAJA, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14020-570, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 180.000,00
CLAUDIO GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.588-74, RG/RNE: 9979601 - SP, RESIDENTE À RUA ESTEVAO LEO BOURROUL, 2000, 12 AN/ AP 121, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14400-750, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, REPRESENTANTE DE ABIB SALIM CURY, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 60.000,00..
CLOVIS GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.578-00, RG/RNE: 99796028 - SP, RESIDENTE À AVENIDA LUIZ EDUARDO TOLEDO PRADO, 2800, CS 62 CON IPE, VILA DO GOLF, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14027-250, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, REPRESENTANTE DE ABIB SALIM CURY, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 60.000,00..



atuito

ercialização

Realizada eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

5 ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 478.206/12-4 SESSÃO: 29/10/2012

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS).

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904394092, SITUADA À: RUA MINAS GERAIS, 2230, CENTRO, SAO JOAQUIM DA BARRA - SP, CEP 14600-000, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADES DE RÁDIO. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 18/10/2012.

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904394106, SITUADA À: RUA LUIZ SABAINI NETTO, 460, JARDIM SANTA CRUZ, NUPORANGA - SP, CEP 14670-000, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADES DE RÁDIO. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 18/10/2012.

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904394114, CNPJ 04.952.098/0005-61, SITUADA À: RUA ANOR RIBEIRO DE SOUZA, 1146, RESIDENCIAL FARED S, RIBEIRAO CORRENTE - SP, CEP 14430-000, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADES DE RÁDIO. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 18/10/2012.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE ABIB SALIM CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 015.306.668-72, RESIDENTE À RUA MANOEL ACHE, 981, 15 AN/AP 152, JARDIM IRAJA, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14020-590, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 180.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE CLAUDIO GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.588-74, RESIDENTE À RUA ESTEVAO LEO BOURROUL, 2000, 12 AN/ AP 121, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14400-750, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 60.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE CLOVIS GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.578-00, RG/RNE: 9979602 - SP, RESIDENTE À ALAMEDA FLAMBOYANTS, DOS, 933, MORADA VERDE, FRANCA - SP, CEP 14404-409, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 60.000,00.

CORREÇÃO DE CNPJ 04.952.098/0001-38

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 478.656/12-9 SESSÃO: 26/11/2012

ENDEREÇO DA FILIAL NIRE 35904394114, CNPJ 04.952.098/0005-61, SITUADA À RUA ANOR RIBEIRO DE SOUZA, 1146, RESIDENCIAL FARED S, RIBEIRAO CORRENTE - SP, CEP 14430-000. ALTERADO PARA RUA ANOR RIBEIRO DE SOUZA, 1146, RESIDENCIAL FARED S, RIBEIRAO CORRENTE - SP, CEP 14445-000.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 350.306/17-5 SESSÃO: 18/08/2017

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35905216058, CNPJ 04.952.098/0006-42, SITUADA À: RUA DOUTOR PEDRO DE TOLEDO, 1211, PARQUE UNIVERSITARI, FRANCA - SP, CEP 14404-605, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADES DE RÁDIO. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 24/07/2017., DATADA DE: 24/07/2017.

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA ATIVIDADES DE RÁDIO., DATADA DE: 24/07/2017.

INCLUSÃO/ALTERAÇÃO DE CNPJ: NIRE 35904394114, CNPJ 04.952.098/0005-61

OBJETO DA FILIAL: NIRE 35903586087, SITUADA À RUA VISCONDE DE OURO PRETO, 227, CENTRO, IPUA - SP, CEP 14610-000, ALTERADO PARA: PRESTACAO DE SERVICOS DE RADIODIFUSAO SONORA, DE SONS E IMAGENS (TELEVISAO), SEUS SERVICOS AFINS OU CORRELATOS, TAIS COMO SERVICIO ESPECIAL DE MUSICA FUNCIONAL, REPETICAO OU RETRANSMISSAO DE SONS, OU SINAIS DE SONS E IMAGENS DE RADIODIFUSAO, SEMPRE COM FINALIDADES EDUCATIVAS, BEM COMO EXPLORACAO DE CONCESSAO OU PERMISSAO, E CENTRO DE PRODUCAO DE PROGRAMAS, NESTA OU EM OUTRAS LOCALIDADES DO TERRITORIO NACIONAL, TUDO DE ACORDO COM A LEGISLACAO EM VIGOR., DATADA DE: 24/07/2017.

OBJETO DA FILIAL: NIRE 35904394092, SITUADA À RUA MINAS GERAIS, 2230, CENTRO, SAO JOAQUIM DA BARRA - SP, CEP 14600-000, ALTERADO PARA: PRESTACAO DE SERVICOS DE RADIODIFUSAO SONORA, DE SONS E IMAGENS (TELEVISAO), SEUS SERVICOS AFINS OU CORRELATOS, TAIS COMO SERVICIO ESPECIAL DE MUSICA FUNCIONAL, REPETICAO OU RETRANSMISSAO DE SONS, OU SINAIS DE SONS E IMAGENS DE RADIODIFUSAO, SEMPRE COM FINALIDADES EDUCATIVAS, BEM COMO EXPLORACAO DE CONCESSAO OU PERMISSAO, E CENTRO DE PRODUCAO DE PROGRAMAS, NESTA OU EM OUTRAS LOCALIDADES DO TERRITORIO NACIONAL, TUDO DE ACORDO COM A LEGISLACAO EM VIGOR., DATADA DE: 24/07/2017.

OBJETO DA FILIAL: NIRE 35904394106, SITUADA À RUA LUIZ SABAINI NETTO, 460, JARDIM SANTA CRUZ, NUPORANGA - SP, CEP 14670-000, ALTERADO PARA: PRESTACAO DE SERVICOS DE RADIODIFUSAO SONORA, DE SONS E IMAGENS (TELEVISAO), SEUS SERVICOS AFINS OU CORRELATOS, TAIS COMO SERVICIO ESPECIAL DE MUSICA FUNCIONAL, REPETICAO OU RETRANSMISSAO DE SONS, OU SINAIS DE SONS E IMAGENS DE RADIODIFUSAO, SEMPRE COM FINALIDADES EDUCATIVAS, BEM COMO EXPLORACAO DE CONCESSAO OU PERMISSAO, E CENTRO DE PRODUCAO DE PROGRAMAS, NESTA OU EM OUTRAS LOCALIDADES DO TERRITORIO NACIONAL, TUDO DE ACORDO COM A LEGISLACAO EM VIGOR.,



DATADA DE: 24/07/2017.

OBJETO DA FILIAL: NIRE 35904394114, CNPJ 04.952.098/0005-61, SITUADA À RUA ANOR RIBEIRO DE SOUZA, 1146, RESIDENCIAL FARED S, RIBEIRAO CORRENTE - SP, CEP 14445-000, ALTERADO PARA: PRESTACAO DE SERVICOS DE RADIODIFUSAO SONORA, DE SONS E IMAGENS (TELEVISAO), SEUS SERVICOS AFINS OU CORRELATOS, TAIS COMO SERVICO ESPECIAL DE MUSICA FUNCIONAL, REPETICAO OU RETRANSMISSAO DE SONS, OU SINAIS DE SONS E IMAGENS DE RADIODIFUSAO, SEMPRE COM FINALIDADES EDUCATIVAS, BEM COMO EXPLORACAO DE CONCESSAO OU PERMISSAO, E CENTRO DE PRODUCAO DE PROGRAMAS, NESTA OU EM OUTRAS LOCALIDADES DO TERRITORIO NACIONAL, TUDO DE ACORDO COM A LEGISLACAO EM VIGOR., DATADA DE: 24/07/2017.

ENDEREÇO DA FILIAL NIRE 35904394114, CNPJ 04.952.098/0005-61, SITUADA À RUA ANOR RIBEIRO DE SOUZA, 1146, RESIDENCIAL FARED S, RIBEIRAO CORRENTE - SP, CEP 14445-000. ALTERADO PARA ESTRADA VICINAL RIBEIRAO CORRENTE/FRANCA, KM 15, FAZENDA MONTE ALEGR, RIBEIRAO CORRENTE - SP, CEP 14445-000. , DATADA DE: 24/07/2017.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 857.552/17-0 SESSÃO: 14/11/2017

ARQUIVAMENTO DE PROCURAÇÃO PÚBLICA, CONFORME DISPOSTO NA IN NO. 28 DE 06/10/2014 E RESOLUÇÃO CNJ NO. 42 DE 31/10/2014.

NUM.DOC: 316.682/20-2 SESSÃO: 08/09/2020

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: A SOCIEDADE ALTERA E DA NOVA REDACAO AS CLAUSULAS ABAIXO DESCRITAS: DA ADMINISTRACAO DA RETIRADA, EXCLUSAO OU FALECIMENTO DE SOCIOS DAS QUOTAS SOCIAIS DAS DISPOSICOES GERAIS

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE ABIB SALIM CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 015.306.668-72, RG/RNE: 2172849-5 - SP, RESIDENTE À RUA CEL LUIZ DA SILVA BATISTA, 910, APTO 151, JARDIM IRAJA, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14020-570, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 180.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE CLAUDIO GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.588-74, RG/RNE: 9979601 - SP, RESIDENTE À RUA ESTEVAO LEO BOURROUL, 2000, 12 AN/ AP 121, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14400-750, REPRESENTANDO ABIB SALIM CURY, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 60.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE CLOVIS GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.578-00, RG/RNE: 9979602-8 - SP, RESIDENTE À AVENIDA LUIZ EDUARDO TOLEDO PRADO, 2800, CS 62 CON IPE, VILA DO GOLF, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14027-250, REPRESENTANDO ABIB SALIM CURY, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 60.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35217579280
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 21/10/2021



documento
assinado
digitalmente

Ficha Cadastral Simplificada. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 160764378, quinta-feira, 21 de outubro de 2021 às 10:11:05





Pesquisa Processual

Gerar PDF

Atualização

Processo: 53115.012739/2020-95
Tipo: SERAD - Alteração Simples
Data de Registro: 28/09/2020
Interessados: Sir - Sistema Integrado de Radiocomunicacao Ltda - Me

Lista de Protocolos (1 registro):

<input checked="" type="checkbox"/>	Documento / Processo	Tipo de Documento	Data do Documento	Data de Registro	Unidade
<input type="checkbox"/>	5919143	Petição	28/09/2020	28/09/2020	SEDOC

Lista de Andamentos (1 registro):

Data/Hora	Unidade	Descrição
28/09/2020 08:50	SEDOC	Processo público gerado



Franca,

~~10 DEZ. 2018~~

AUTENTICACÃO
Autentico a presente cópia

Tabellionato do respectivo original, dou re
Valor recebido por autenticação R\$ 52

[illegible]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

8720-5

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO REARDO GUMBLETON DAUNT

PROIBIDO PLASTIFICAR

POLEGAR DIREITO

SINATURA DO TITULAR

B674-069255



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



Doador de Órgãos e Tecidos

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 1034-8

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Cláudio Salim Cury

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 9.979.602-8 DATA DE EXPIRAÇÃO 16/MAI/2000

NOME CLOVIS GALDIANO CURY

FILIAÇÃO ABIB SALIM CURY

E NEUZA GALDIANO CURY

NATURALIDADE RIBEIRÃO PRETO -SP DATA DE NASCIMENTO 04/AGO/1966

DOC ORDEM RIBEIRÃO PRETO SP

PRIMEIRO SUBDISTRITO

CNPJ 13.163.257/00

CPF 131.632.578/00

ASSINATURA DO DIRETOR Policia DTD SP 1

IN Nº 716 DE 29/08/83

Delegado Divisional



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

FORMULÁRIO DE COMUNICAÇÃO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:		SIR – SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA	
CNPJ:	04.952.098/0001-38	CEP da sede:	14010-100
Endereço da sede:	RUA VISCONDE DE INHAÚMA, Nº 580 – CONJUNTO 204 - CENTRO RIBEIRÃO PRETO-SP		
E-mail de contato:	jumaure@hotmail.com		

Eu, **CLÁUDIO GALDIANO CURY**, inscrito no CPF sob o nº 131.232.588-74, e **CLOVIS GALDIANO CURY**, inscrito no CPF sob o nº 131.232.578-00, na qualidade de representantes legais da pessoa jurídica acima qualificada, em atendimento ao disposto na alínea “b” do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 13.424, de 28 de março de 2017), venho comunicar a realização da **ALTERAÇÃO CONTRATUAL**, registrada em 08/set/2020, sob o nº 316.682/20-2, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO 1 e, se necessário, o formulário constante do ANEXO 2.

DECLARAÇÕES

Com vistas à aprovação do instrumento de alteração do ato constitutivo da Entidade, DECLARO, para os devidos fins, que:

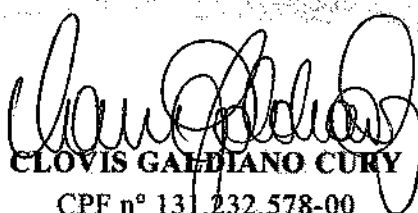
- (a) nenhum dos sócios da Pessoa Jurídica faz parte de outra entidade que execute o mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão, nem de outras entidades de radiodifusão além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;
- (b) nenhum dos diretores da Pessoa Jurídica participa da direção de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da outorga, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados pelo art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;
- (c) nenhum dos diretores da Pessoa Jurídica está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função do qual decorra foro especial; e



(d) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.


CLÁUDIO GALDIANO CURY
CPF nº 131.232.588-74
Sócio-Administrador


CLOVIS GALDIANO CURY
CPF nº 131.232.578-00
Sócio-Administrador



ANEXO I

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	
RELATIVO A PESSOA JURÍDICA	Ato de alteração, registrado no órgão de registro competente, encaminhado no prazo de 60 dias, a contar da realização do ato.
RELATIVOS AOS SÓCIOS E/OU DIRETORES	a) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para os sócios e dirigentes, por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte;



ANEXO2

QUADRO SOCIETÁRIO ANTERIOR		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR
ABIB SALIM CURY	180.000	R\$ 180.000,00
CLÁUDIO GALDIANO CURY	60.000	R\$ 60.000,00
CLOVIS GALDIANO CURY	60.000	R\$ 60.000,00

QUADRO DIRETIVO ANTERIOR		
NOME	CARGO	CPF
ABIB SALIM CURY	SÓCIO-ADMINISTRADOR	015.306.668-72

NOVO QUADRO SOCIETÁRIO		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR
ABIB SALIM CURY	180.000	R\$ 180.000,00
CLÁUDIO GALDIANO CURY	60.000	R\$ 60.000,00
CLOVIS GALDIANO CURY	60.000	R\$ 60.000,00

NOVO QUADRO DIRETIVO		
NOME	CARGO	CPF
CLÁUDIO GALDIANO CURY	SÓCIO-ADMINISTRADOR	131.232.588-74
CLOVIS GALDIANO CURY	SÓCIO-ADMINISTRADOR	131.232.578-00





JUCESP PROTOCOLO
0.620.568/20-3



SIR - SISTEMA INTEGRADO DE FADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF N. 04.952.098/0001-38

NIRE 35.217.579.280

ABIB SALIM CURY, brasileiro, casado sob o regime da comunhão universal de bens, antes da vigência da lei n. 6.515/77, professor universitário, portador da cédula de identidade RG. n. 2.172.849-5-SSP/SP e da inscrição no CPF/MF sob o nº 015.306.668-72, residente e domiciliado na cidade de Ribeirão Preto/SP, na Rua Coronel Luís da Silva Batista, 910, apto. 151, Jardim Irajá, CEP 14020-570, representado por seus curadores, devidamente nomeados nos autos do processo n. 1015752-34.2020.8.26.0506 da 3ª Vara de Famílias e Sucessões da Comarca de Ribeirão Preto (SP), **Cláudio Galdiano Cury**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da lei n. 6.515/77, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG n. 9.979.601-SSP/SP e da inscrição no CPF/MF sob o n. 131.232.588-74, residente e domiciliado na cidade de Franca/SP, na Rua Estevão Leão Bourroul, nº 2000, Apartamento 121, Centro, CEP 14400-750 e **Clovis Galdiano Cury**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da lei n. 6.515/77, dentista, portador da cédula de identidade RG n. 9.979.602-8-SSP/SP e da inscrição no CPF/MF sob o n. 131.232.578-00, residente e domiciliado na cidade de Ribeirão Preto/SP, na Avenida Luiz Eduardo Toledo, nº 2800 – Condomínio Ipê Roxo, casa 62, Distrito de Bonfim Paulista, CEP 14027-250, conforme termo de nomeação que segue em anexo,

CLÁUDIO GALDIANO CURY, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da lei n. 6.515/77, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG n. 9.979.601-SSP/SP e da inscrição no CPF/MF sob o nº 131.232.588-74, residente e domiciliado na cidade de Franca/SP, na Rua Estevão Leão Bourroul, nº 2000, Apartamento 121, Centro, CEP 14400-750 e

CLOVIS GALDIANO CURY, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da lei n. 6.515/77, dentista, portador da cédula de identidade RG n. 9.979.602-8-SSP/SP e da inscrição no CPF/MF sob o nº 131.232.578-00, residente e domiciliado na cidade de Ribeirão Preto/SP, na Avenida Luiz Eduardo Toledo, nº 2800 – Condomínio Ipê Roxo, casa 62, Distrito de Bonfim Paulista, CEP 14027-250,

Únicos sócios componentes da sociedade empresária do tipo limitada, que gira nesta praça sob a denominação social de SIR - SISTEMA INTEGRADO DE



SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF N. 04.952.098/0001-38

NIRE 35.217.579.280

RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA., com sede na Rua Visconde de Inhaúma, 580, conjunto 204, Centro, nesta cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14.010-100, registrada na JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.217.579.280, em 24/05/2002, fica contratada a presente ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL, regida pelas cláusulas e condições a seguir descritas.

1. Fica o sócio ABIB SALIM CURY destituído da administração, mantendo-se apenas como sócio, sendo eleitos em sua substituição como administradores os demais sócios, CLÁUDIO GALDIANO CURY e CLÓVIS GALDIANO CURY, com mandato por prazo indeterminado, passando a cláusula III – Da Administração a vigorar com a seguinte redação:

III – DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida em conjunto pelos sócios Cláudio Galdiano Cury e Clovis Galdiano Curi, com mandato por prazo indeterminado, exercendo seus poderes como lbes convier e em obediência a este contrato social, sem prejuízo da harmonia e periódica distribuição dos encargos entre si, independentemente de qualquer remuneração específica, que será combinada entre os sócios, podendo ser designado administrador não sócio em ato separado, com aprovação da maioria dos sócios.

Parágrafo Primeiro – Não será administrador da sociedade o sócio que transferir sua residência do País, vier a ser considerado incapaz ou tiver empresa da qual participe em concordata ou falência.

Parágrafo Segundo – Não será exigida qualquer caução ou fiança dos administradores.

Parágrafo Terceiro – Quando a serviço da sociedade, o administrador será reembolsado pelas despesas que efetuar.

Parágrafo Quarto – O uso da firma ou denominação social, nos termos do artigo 1.064 da Lei 10.406/2002, compete privativamente aos administradores ora nomeados.

2. Fica alterada a cláusula XI – Da Retirada ou Falecimento de Sócios para limitar suas disposições apenas aos casos de retirada, exclusão e falecimento, ficando os casos de



SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF N. 04.952.098/0001-38

NIRE 35.217.579.280

alienação regidos pela cláusula XIV – Das Quotas Sociais, passando a vigorar com a seguinte redação:

XI - DA RETIRADA, EXCLUSÃO OU FALECIMENTO DE SÓCIOS

Cabe ao sócio que desejar retirar-se da sociedade comunicar aos demais por escrito, com prazo antecedente mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas, que dar-se-á pelo valor de patrimônio líquido contábil, sem atualizações, apurado através de balanço especialmente elaborado, com data-base idêntica à data da comunicação.

Parágrafo Primeiro - Se os sócios remanescentes não usarem do direito de preferência no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, sociedade providenciará o levantamento do balanço especial para apuração de haveres e seu pagamento, sendo as quotas mantidas em tesouraria.

Parágrafo Segundo - Dando-se o falecimento de qualquer um dos sócios, a sociedade continuará com os sócios remanescentes e os herdeiros do sócio falecido, caso estes manifestem a sua intenção de nela permanecer, por escrito, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ocorrência do óbito. Caso não haja interesse dos herdeiros de ingressarem na sociedade ou caso os mesmos não venham a ser aceitos pelo sócio ou sócios remanescentes, os haveres apurados do sócio falecido serão apurados com base em balanço especial levantado para esse fim e pagos a quem de direito de acordo com o levantamento patrimonial.

Parágrafo Terceiro - O sócio que vier a ser considerado incapaz poderá permanecer na sociedade, a critério dos sócios remanescentes que representem a maioria do capital social, desde que assistido ou representado, conforme o caso.

Parágrafo Quarto - No caso de existência de apenas um sócio poderá se proceder a recomposição do quadro social, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do ato que originou essa situação, a fim de que a Sociedade não seja dissolvida.

Parágrafo Quinto - Poderá ser excluído da sociedade o sócio que inobservar as prescrições deste contrato; associar-se sem todos os demais sócios em empresa concorrente; não cumprir com seus deveres com os demais sócios ou para com a sociedade; fazer parte de sociedade que for considerada ilegal ou usar indevidamente



SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF N. 04.952.098/0001-38

NIRE 35.217.579.280

a sociedade para satisfação de seus negócios pessoais; por incapacidade mental declarada ou não ou colocar em risco a continuidade da Sociedade em virtude de atos de inegável gravidade.

Parágrafo Sexto - Os haveres do sócio retirando ou excluído serão apurados por meio de um balanço especial levantado na data do comunicado ou evento e deverá corresponder ao patrimônio líquido contábil, sem qualquer atualização. O valor apurado será pago a quem de direito por meio de 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e consecutivas, apenas atualizadas pela variação positiva do IGM-FGV a partir da data da apuração.

3. Fica alterada a cláusula XIV – Das Quotas Social para reger apenas o procedimento de alienação de quotas e o exercício do direito de preferência, também outorgado à Sociedade, passando a vigorar com a seguinte redação:

XIV - DAS QUOTAS SOCIAIS

Caso um dos sócios pretender alienar ou transferir suas quotas, total ou parcialmente, deverá oferta-las aos demais que poderão adquiri-las nas condições ofertadas e na proporção de sua participação no capital social, sem considerar-se a participação do sócio ofertante. A oferta deverá ser aceita pelos sócios nas condições enviadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do seu recebimento. Em ocorrendo de algum sócio não exercer o direito de preferência, os demais que o exerceram serão novamente comunicados para manifestarem-se em relação ao saldo das quotas, no prazo adicional de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Primeiro - Se a preferência não for exercida pelos sócios, total ou parcialmente, a sociedade será comunicada para manifestar-se sobre o direito de adquirir as quotas, mantendo-as em tesouraria, o que deverá ocorrer no prazo adicional de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – Se os sócios e/ou a Sociedade não exercerem o direito de preferência em relação à totalidade das quotas ofertadas, o sócio ofertante poderá alienar as cotas ao terceiro interessado, nas condições ofertadas, a partir da expiração dos prazos concedidos aos sócios e à sociedade.

Parágrafo Terceiro - Em quaisquer casos, não poderá ser efetuada a transferência das quotas de capital sem que antes tenham sido consultados todos os sócios e a sociedade, a fim de ser observado o direito de preferência.



SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF N. 04.952.098/0001-38

NIRE 35.217.579.280

Parágrafo Quarto - Feita a transferência das quotas nas condições desta cláusula, os sócios ficam obrigados à concordância com a alteração do contrato social da sociedade.

Parágrafo Quinto - Ocorrendo a transferência de quotas, para os sócios ou para terceiros, estarão sendo feitas no mesmo ato a transferência de todos os débitos e créditos do sócio retirante a favor dos outros sócios ou de terceiros, na proporção da respectiva aquisição.

4. Fica alterada a cláusula XVI – Das Disposições Gerais excluindo-se o juízo arbitral como competente para dirimir divergências sociais, passando a vigorar com a seguintes redação:

XVI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos serão tratados pelo que regula o disposto no Código Civil e supletivamente no que couber às disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), nos termos do parágrafo único do artigo 1.053 do Código Civil (Lei 10.406/2002).

As divergências que se verificarem entre os sócios, inclusive no caso de falecimento de um deles entre os seus herdeiros e o remanescente, serão dirimidas pelo foro da Comarca de Ribeirão Preto – SP.

5. O contrato social passa a vigorar de forma consolidada, com a seguinte redação.

I – DO TIPO DE SOCIEDADE

A sociedade é empresária do tipo limitada, dela fazendo parte como sócios o Sr. ABIB SALIM CURY, Sr. CLÁUDIO GALDIANO CURY e o Sr. CLÓVIS GALDIANO CURY.

II – DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade gira sob a denominação de “SIR-SISTEMA DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA”.

III – DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida em conjunto pelos sócios Cláudio Galdiano



SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF N. 04.952.098/0001-38

NIRE 35.217.579.280

Cury e Clovis Galdiano Curi, com mandato por prazo indeterminado, exercendo seus poderes como lhes convier e em obediência a este contrato social, sem prejuízo da harmonia e periódica distribuição dos encargos entre si, independentemente de qualquer remuneração específica, que será combinada entre os sócios, podendo ser designado administrador não sócio em ato separado, com aprovação da maioria dos sócios.

Parágrafo Primeiro – Não será administrador da sociedade o sócio que transferir sua residência do País, vier a ser considerado incapaz ou tiver empresa da qual participe em concordata ou falência.

Parágrafo Segundo – Não será exigida qualquer caução ou fiança dos administradores.

Parágrafo Terceiro – Quando a serviço da sociedade, o administrador será reembolsado pelas despesas que efetuar.

Parágrafo Quarto – O uso da firma ou denominação social, nos termos do artigo 1.064 da Lei 10.406/2002, compete privativamente aos administradores ora nomeados.

IV – DO OBJETO SOCIAL

A sociedade, em seus estabelecimentos matriz e filiais, tem como objeto a atividade de Prestação de serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens (Televisão), seus serviços afins ou correlatos, tais como serviço especial de música funcional, repetição ou retransmissão de sons, ou sinais de sons e imagens de radiodifusão, sempre com finalidades educativas, bem como exploração de concessão ou permissão, e centro de produção de programas, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação em vigor.

V – DA SEDE SOCIAL

A sociedade tem seus estabelecimentos comerciais instalados nos seguintes endereços:-

MATRIZ: Rua Visconde de Inhaúma, 580, conjunto 204, Centro, Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14.010-100, CNPJ/MF n. 04.952.098/0001-38 e NIRE 35.217.579.280.



SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF N. 04.952.098/0001-38

NIRE 35.217.579.280

FILIAL N° 1: Rua Visconde de Ouro Preto, 227, Centro, Ipuã, Estado de São Paulo, CEP 14.610-000, CNPJ/MF n. 04.952.098/0002-19 e NIRE 35.903.586.087.

FILIAL N° 2: Rua Minas Gerais, 2230, Centro, São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, CEP 14.600-000, CNPJ/MF n. 04.952.098/0003-08 e NIRE 35.904.394.092.

FILIAL N° 3: Rua Luiz Sabaini Netto, 460, Jardim Santa Cruz, Nuporanga, Estado de São Paulo, CEP 14.670-000, CNPJ/MF n. 04.952.098/0004-80 e NIRE 35.904.394.106.

FILIAL N°4: Estrada Vicinal Ribeirão Corrente – Franca, Km 15, Fazenda Monte Alegre, Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo, CEP 14.445-000, CNPJ/MF n. 04.952.098/0005-61 e NIRE 35.904.394.114.

FILIAL N° 5: Rua Doutor Pedro de Toledo, 1211, Parque Universitário, Franca, Estado de São Paulo, CEP 14.404-605, CNPJ/MF n. 04.952.098/0006-42 e NIRE 35.905.216.058.

ATIVIDADE: - Prestação de serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens (Televisão), seus serviços afins ou correlatos, tais como serviço especial de música funcional, repetição ou retransmissão de sons, ou sinais de sons e imagens de radiodifusão, sempre com finalidades educativas, bem como exploração de concessão ou permissão, e centro de produção de programas, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo Primeiro - A Filial N° 5, situada a Rua Doutor Pedro de Toledo, 1211, Parque Universitário, Franca, Estado de São Paulo, CEP 14404-605, terá Centro de produção de programas.

Parágrafo Segundo - A sociedade pode abrir ou fechar filiais, em qualquer parte do território nacional, com ou sem capitais autônomos, para os fins devidos.

VI – DO CAPITAL SOCIAL

A sociedade tem o capital de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), totalmente integralizados pelos sócios, em moeda corrente do país, dividido em 300.000 (trezentas mil) quotas no



SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF N. 04.952.098/0001-38

NIRE 35.217.579.280

valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscrito pelos mesmos na seguinte proporção: -

Sócio	(%)	Quotas	(R\$)
Abib Salim Cury	60	180.000	R\$180.000,00
Cláudio Galdiano Cury	20	60.000	R\$60.000,00
Clóvis Galdiano Cury	20	60.000	R\$60.000,00
TOTAL	100	300.000	R\$300.000,00

Parágrafo Primeiro - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo Segundo - Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais, conforme estabelece os artigos 1.054 cumulado com o artigo 997, VIII, da Lei 10.406, de 10/01/2002.

VII – DA DURAÇÃO DA SOCIEDADE

A sociedade tem a sua duração por tempo indeterminado, podendo, entretanto, ser dissolvida a qualquer época, uma vez observada a legislação em vigor, considerando-se o seu início de atividades em 21 de março de 2002

VIII – DA RETIRADA PRÓ-LABORE

Os administradores poderão efetuar retiradas mensais a título de “pró-labore”, que serão levadas a débito da conta de despesas gerais da sociedade, cujos níveis deverão ser fixados de comum acordo dentro dos limites estabelecidos pela legislação do Imposto de Renda.

IX – DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Os administradores declaram sob as penas da lei que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a penas que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão,

8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADICOMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF N. 04.952.093/0001-38

NIRE 35.217.579.280

peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, e que não estão incursos em nenhum dos crimes que vede a exploração de atividade empresarial.

X – DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS E LUCROS

O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano e os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do Inventário, do Balanço Patrimonial e Resultados Econômicos e será efetuada a apuração dos resultados com observância das disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Primeiro - A sociedade poderá no curso do exercício distribuir lucros por conta do mesmo período, mediante levantamento de balanços intermediários para esse fim.

Parágrafo Segundo - Os lucros apurados serão distribuídos aos sócios na proporção de sua participação no capital social ou desproporcionalmente, através de aprovação da unanimidade dos sócios, não excluindo, entretanto, nenhum sócio dos resultados apurados e havendo prejuízos serão mantidos para compensação futura.

Parágrafo Terceiro - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social os sócios se reunirão para discutir e votar as contas dos administradores, ficando, porém, dispensada a realização de assembleias e publicações, quando todos os sócios decidirem por escrito sobre a matéria que seria objeto delas, através de carta, telefax, telegrama ou de qualquer outro meio que possa ser identificável.

XI – DA RETIRADA, EXCLUSÃO OU FALECIMENTO DE SÓCIOS

Cabe ao sócio que desejar retirar-se da sociedade comunicar aos demais por escrito, com prazo antecedente mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas, que dar-se-á pelo valor de patrimônio líquido contábil, sem atualizações, apurado através de balanço especialmente elaborado, com data-base idêntica à data da comunicação.

9

9



SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF N. 04.952.058/0001-38

NIRE 35.217.579.280

Parágrafo Primeiro - Se os sócios remanescentes não usarem do direito de preferência no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, a sociedade providenciará o levantamento do balanço especial para apuração de haveres e seu pagamento, sendo as quotas mantidas em tesouraria.

Parágrafo Segundo - Dando-se o falecimento de qualquer um dos sócios, a sociedade continuará com os sócios remanescentes e os herdeiros do sócio falecido, caso estes manifestem a sua intenção de nela permanecer, por escrito, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ocorrência do óbito. Caso não haja interesse dos herdeiros de ingressarem na sociedade ou caso os mesmos não venham a ser aceitos pelo sócio ou sócios remanescentes, os haveres apurados do sócio falecido serão apurados com base em balanço especial levantado para esse fim e pagos a quem de direito de acordo com o levantamento patrimonial.

Parágrafo Terceiro - O sócio que vier a ser considerado incapaz poderá permanecer na sociedade, a critério dos sócios remanescentes que representem a maioria do capital social, desde que assistido ou representado, conforme o caso.

Parágrafo Quarto - No caso de existência de apenas um sócio poderá se proceder a recomposição do quadro social, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do ato que originou essa situação, a fim de que a Sociedade não seja dissolvida.

Parágrafo Quinto - Poderá ser excluído da sociedade o sócio que inobservar as prescrições deste contrato; associar-se sem todos os demais sócios em empresa concorrente; não cumprir com seus deveres com os demais sócios ou para com a sociedade; fazer parte de sociedade que for considerada ilegal ou usar indevidamente a sociedade para satisfação de seus negócios pessoais; por incapacidade mental declarada ou não ou colocar em risco a continuidade da Sociedade em virtude de atos de inegável gravidade.

Parágrafo Sexto - Os haveres do sócio retirando ou excluído serão apurados por meio de um balanço especial levantado na data do comunicado ou evento e deverá corresponder ao patrimônio líquido contábil, sem qualquer atualização. O valor apurado será pago a quem



SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RÁDIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF N. 04.952.088/0001-38

NIRE 35.217.579.280

de direito por meio de 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e consecutivas, apenas atualizadas pela variação positiva do IGM-FGV a partir da data da apuração.

XII – DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A responsabilidade técnica caberá a todos os sócios.

XIII – DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

As deliberações sociais serão tomadas em reunião de sócios, presidida e secretariada pelos sócios presentes, que lavrarão uma ata de reunião levada posteriormente a registro em órgão competente, ficando a sociedade dispensada da manutenção e lavratura de Livro de Ata.

Parágrafo Primeiro - A convocação para a reunião de sócios se dará por escrito, com obtenção individual de ciência, dispensando-se as formalidades da publicação do anúncio, conforme § 6º do artigo 1.072, da Lei 10.406/2002.

Parágrafo Segundo - A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo (três quartos) do capital social e em seguida, com qualquer número.

Parágrafo Terceiro - Fica dispensada a reunião dos sócios, quando estes decidirem por escrito sobre as matérias objeto de deliberação, nos termos do §3º, do art. 1.072 da Lei 10.406/2002.

Parágrafo Quarto - A reunião dos sócios ocorrerá nos termos previstos em lei, ordinariamente nos quatro primeiros meses depois de findo os exercícios sociais, que coincidirá com o ano civil, de acordo com o artigo 1.078 da Lei 10.406/2002 e extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos sócios, salvo se todos estiverem presentes e decidirem por escrito acerca da matéria em pauta.

Parágrafo Quinto - O sócio pode ser representado nas assembleias ou reuniões por outro sócio ou por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos



SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF N. 04.952.000/0001-38

NIRE 35.217.579.280

autorizados, devendo o instrumento ser levado a registro, juntamente com a ata.

Parágrafo Sexto - Os sócios deliberam em reunião sobre as seguintes matérias, ressalvado o disposto no parágrafo terceiro de presente cláusula Décima Terceira:

- a) a aprovação das contas da administração;
- b) a designação dos administradores, quando feita em atos separados;
- c) a destituição de administradores;
- d) a modificação do contrato social;
- e) a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- f) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- g) o pedido de concordata.

Parágrafo Sétimo - As deliberações dos sócios serão tomadas, observado os quóruns mínimos a seguir:

- a) pelos votos correspondentes no mínimo, a três quartos do capital social, nos casos previstos nos incisos V e VI do artigo 1.071 da Lei 10.406/2002;
- b) pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, nos casos previstos nos incisos II, III, IV e VIII do artigo 1.071 da Lei 10.406/2002;
- c) pela maioria de votos dos presentes, nos demais casos previstos na lei ou no contrato, se este não exigir mais elevada.

XIV – DAS QUOTAS SOCIAIS

Caso um dos sócios pretender alienar ou transferir suas quotas, total ou parcialmente, deverá oferta-las aos demais que poderão adquiri-las nas condições ofertadas e na proporção de sua participação no capital social, sem considerar-se a participação do sócio ofertante. A oferta deverá ser aceita pelos sócios nas condições enviadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do seu recebimento. Em ocorrendo de algum sócio não exercer o direito de preferência, os demais que o exerceram serão novamente comunicados para manifestarem-se em relação ao saldo das quotas, no prazo adicional de 30 (trinta) dias.



SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF N. 04.952.028/0001-38

NIRE 35.217.579.280

Parágrafo Primeiro - Se a preferência não for exercida pelos sócios, total ou parcialmente, a sociedade será comunicada para manifestar-se sobre o direito de adquirir as quotas, mantendo-as em tesouraria, o que deverá ocorrer no prazo adicional de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – Se os sócios e/ou a Sociedade não exercerem o direito de preferência em relação à totalidade das quotas ofertadas, o sócio ofertante poderá alienar as cotas ao terceiro interessado, nas condições ofertadas, a partir da expiração dos prazos concedidos aos sócios e à sociedade.

Parágrafo Terceiro - Em quaisquer casos, não poderá ser efetuada a transferência das quotas de capital sem que antes tenham sido consultados todos os sócios e a sociedade, a fim de ser observado o direito de preferência.

Parágrafo Quarto - Feita a transferência das quotas nas condições desta cláusula, os sócios ficam obrigados à concordância com a alteração do contrato social da sociedade.

Parágrafo Quinto - Ocorrendo a transferência de quotas, para os sócios ou para terceiros, estarão sendo feitas no mesmo ato a transferência de todos os débitos e créditos do sócio retirante a favor dos outros sócios ou de terceiros, na proporção da respectiva aquisição.

XV – DO CONSELHO FISCAL

Fica estabelecido que a Sociedade não terá Conselho Fiscal.

XVI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos serão tratados pelo que regula o disposto no Código Civil e supletivamente no que couber às disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), nos termos do parágrafo único do artigo 1.053 do Código Civil (Lei 10.406/2002).

As divergências que se verificarem entre os sócios, inclusive no caso de falecimento de um deles entre os seus herdeiros e o remanescente, serão dirimidas pelo foro da Comarca de Ribeirão Preto – SP.



SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF N. 04.952.075/0001-38


NIRE 35.217.579.280

Por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e para o mesmo fim.

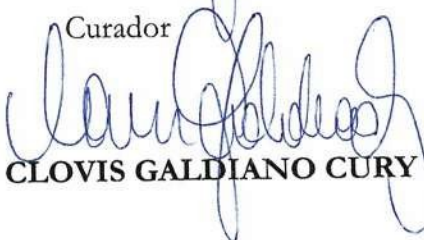
Ribeirão Preto, 24 de agosto de 2020.

Sócios


ABIB SALIM CURY
Cláudio Galdiano Cury
Curador



Clovis Galdiano Cury
Curador


CLÁUDIO GALDIANO CURY


CLOVIS GALDIANO CURY

Administradores


CLÁUDIO GALDIANO CURY


CLOVIS GALDIANO CURY




TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ribeirão Preto

FORO DE RIBEIRÃO PRETO

3ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Rua Alice Alem Saadi, 1010, Ramal - 6020/6031 - Nova Ribeirânia

CEP: 14096-570 - Ribeirão Preto - SP

Telefone: (16) 3629-0004 - E-mail: Ribpreto3fam@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo nº:

1015752-34.2020.8.26.0506

Classe - Assunto

Curatela - Nomeação

Requerente

CLOVIS GALDIANO CURY, Brasileiro, Casado, Dentista, RG 9.979.602-8, CPF 131.232.578-00, pai Abib Salim Cury, mãe Neuza Galdino Cury, Nascido/Nascida 04/08/1966, Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado, 2800, Condomínio Ipê Roxo - Casa 62, Vila do Golf, CEP 14027-250, Ribeirão Preto - SP

CLÁUDIO GALDIANO CURY, Brasileiro, Casado, Empresário, RG 9.979.601, CPF 131.232.588-74, pai Abib Salim Cury, mãe Neuza Galdino Cury, Nascido/Nascida 04/08/1966, Rua Estevao Leao Bourroul, 2000, Apto. 121, Centro, CEP 14400-750, Franca - SP

Requerido

ABIB SALIM CURY, Advogado, RG 2.172.849, CPF 015.306.668-72, Nascido/Nascida 04/06/1935, com endereço à RUA VISCONDE DE INHAUMA 2º ANDAR SALA 2, 580, CENTRO, CEP 14010-100, Ribeirão Preto - SP
(A. S. C.)

CONCLUSÃO

Aos 29/05/2020, faço estes autos conclusos ao Exmo. Sr. Dr. JOSE DUARTE NETO - MM. Juiz de Direito 3ª Vara da Fam. e Sucessões de Rib.Preto. Eu, IERE RASTELDI NAVES PEREIRA subscrevi.

Vistos.

1. Ante o constante dos autos, nomeio os requerentes **Clóvis G. C. e Cláudio G. C.**, acima qualificados, como curadores provisórios da parte interditanda **A. S. C.**, acima qualificada, independentemente de assinatura de termo, **servido esta decisão como TERMO DE COMPROMISSO e CERTIDÃO DE CURATELA para todos os fins legais, por celeridade e economia processual.** A validade da presente como certidão está vinculada à verificação de sua autenticidade através do código existente na assinatura digital à

Processo nº 1015752-34.2020.8.26.0506 - p. 1


Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ribeirão Preto

FORO DE RIBEIRÃO PRETO

3ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Rua Alice Alem Saadi, 1010 - Ramal - 6030/6031 - Ncva Ribeirânia

CEP: 14096-570 - Ribeirão Preto - SP

Telefone: (16) 3629-0004 - E-mail: Ribpreto3fam@tjsp.jus.br

margem direita.

2. Compulsando os autos presentes, observo que documentalmente se encontra comprovado que a parte requerida não está apta para os atos da vida civil. Nem mesmo deambulando encontra-se, necessitando que o Juiz se desloque da sede do Poder Judiciário para colher seu interrogatório. Fato que, aliado à suspensão de trabalhos presenciais do Fórum, em caráter excepcional, dispenso o interrogatório. Faço-o igualmente, visto que não existe resistência efetiva, não há indícios de fraude e prejuízo nenhum haverá a parte interditada. Nesse sentido: JTJ179/166.

3. Cite-se e intime-se, devendo o Sr. Oficial de Justiça descrever pormenorizadamente as condições e o estado que se encontra o interditando. O prazo para impugnação do pedido é de 15 (quinze) dias contados da juntada do mandado aos autos, nos termos do artigo 752 do CPC.

4. Decorrido o prazo sem constituição de advogado, encaminhem-se os autos à Defensoria Pública nos termos do art. 752, parágrafo 2º da Lei 13.105/2015.

5. Após, abra-se vista ao Representante do Ministério Público. Após, venham os autos conclusos para designação de perito.

Processo nº 1015752-34.2020.8.26.0506 - p. 2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE DUARTE NETO, liberado nos autos em 01/06/2020 às 13:47. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pag/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1015752-34.2020.8.26.0506 e código 6198460.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ribeirão Preto

FORO DE RIBEIRÃO PRETO

3ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Rua Alice Alem Saadi- 1010- Ramal- 6030/6031 - Nova Ribeirânia

CEP: 14096-570 - Ribeirão Preto - SP

Telefone: (16) 3629-0004 - E-mail: Ribpreto3fam@tjsp.jus.br

6. Cumpra-se, na forma e sob as penas da lei, servindo o presente, por cópia digitada, como mandado, em conformidade com o Protocolo CG nº 24.746/2007. **ESTE PROCESSO TRAMITA ELETRONICAMENTE.** A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha anexa. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

Intime-se, providencie e ciência ao M.P.

Ribeirão Preto, 29 de maio de 2020.

JOSE DUARTE NETO

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Itens 4 e 5 do Capítulo VI, Tomo I, das N.S.C.G.J. – 4. É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. 4.1. As despesas em caso de transporte e depósito de bens e outras necessárias ao cumprimento de mandados, ressalvadas aquelas relativas à condução, serão adiantadas pela parte mediante depósito do valor indicado pelo oficial de justiça nos autos, em conta corrente à disposição do juízo. 4.2. vencido o prazo para o cumprimento do mandado sem que efetuado o depósito o oficial de justiça o devolverá, certificando a ocorrência. 4.3. Quando o interessado oferecer meios para o cumprimento do mandado deverá desde logo especificá-los, indicando dia, hora e local em que estarão à disposição, não havendo nesta hipótese depósito para tais diligências. 5. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências.

Processo nº 1015752-34.2020.8.26.0506 - p. 3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE DUARTE NETO, liberado nos autos em 01/06/2020 às 13:47. Para conferir o original acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1015752-34.2020.8.26.0506 e código 6198460.



FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA		
SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICACAO LTDA		
TIPO: SOCIEDADE LIMITADA		
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35217579280	24/05/2002	18/09/2020 10:55:24
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
19/03/2002	04.952.098/0001-38	

CAPITAL
R\$ 60.000,00 (SESENTA MIL REAIS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: AV. DR. ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA	NÚMERO: 380	
BAIRRO: PQ. UNIVERSITARIO	COMPLEMENTO:	
MUNICÍPIO: FRANCA	CEP: 14404-600	UF: SP

OBJETO SOCIAL
ATIVIDADES DE RÁDIO

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
ABIB SALIM CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.306.668-72, RG/RNE: 2172849, RESIDENTE À RUA MANOEL ACHE, 981, 15 AN- AP 152, JARDIM IRAJA, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14020-590, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.000,00
CLAUDIO GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 131.232.588-74, RG/RNE: 9979601, RESIDENTE À RUA ESTEVAO LEAO BOURROUL, 2000, 12 AN- AP 121, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14400-750, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.000,00
CLOVIS EDUARDO PINTO LUDOVICE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 026.777.258-00, RG/RNE: 31098125, RESIDENTE À AV. MAJOR NICACIO, 1519, 10 AN- AP 101, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14401-135, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 30.000,00



atuito

ercialização

Realizada eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

CLOVIS GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 131.232.578-00, RG/RNE: 99796028, RESIDENTE À RUA ESTEVAO BOURROUL, 2000, 13 AN- AP 131, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14400-750, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.000,00

ARQUIVAMENTOS

SESSÃO: 24/05/2002

TRANSFORMADA DE SOCIEDADE CIVIL.

INCLUSÃO DE CNPJ 04.952.098/0001-38

NUM.DOC: 056.402/04-1 SESSÃO: 30/01/2004

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE CLOVIS EDUARDO PINTO LUDOVICE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 026.777.258-00, RG/RNE: 3.109.812-5 - SP, RESIDENTE À RUA FILOMENA PRESOTTO, 346, SAO JOSE, FRANCA - SP, CEP 14401-275, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 30.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE ABIB SALIM CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 015.306.668-72, RG/RNE: 2.172.849 - SP, RESIDENTE À RUA MANOEL ACHE, 981, 15 AN/AP 152, JARDIM IRAJA, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14020-590, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE CLAUDIO GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.588-74, RG/RNE: 9.979.601 - SP, RESIDENTE À RUA ESTEVAO LEAO BOURROUL, 2000, 12 AN/ AP 121, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14400-750, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE CLOVIS GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.578-00, RG/RNE: 9.979.602 - SP, RESIDENTE À RUA ESTEVAO LEAO BOURROUL, 2000, 13 AN/ AP 131, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14400-750, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 183.365/05-7 SESSÃO: 05/08/2005

ATA DE REUNIAO ORDINARIA DE SOCIOS REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2005

NUM.DOC: 085.195/06-6 SESSÃO: 01/06/2006

ATA DE REUNIAO ORDINARIA DE SOCIOS REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2006.DELIBERACOES SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL E O DE RESULTADO ECONOMICO REFERENTES AO EXERCICIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005.

NUM.DOC: 265.270/07-8 SESSÃO: 30/07/2007

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 30/04/2007. DELIBERACOES: APROVARAM AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, O BALANCO PATRIMONIAL E O DE RESULTADO ECONOMICO REFERENTES AO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005, TENDO SIDO CONSTATADA A OCORRENCIA DE PREJUIZO NO MONTANTE DE R\$ 325,57

NUM.DOC: 410.182/07-2 SESSÃO: 26/12/2007

OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO

NUM.DOC: 108.194/08-5 SESSÃO: 15/04/2008

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 02/04/2008. DELIBERACOES UNANIMES: APROVACAO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, BALANCO PATRIMONIAL E O RESULTADO ECONOMICO REFERENTES AOS EXERCICIOS ENCERRADO EM 31.12.07, TENDO SIDO CONSTATADA A OCORRENCIA DE PREJUIZO NO MONTANTE DE R\$ 797,00, VALOR ESTE QUE PERMANECERA EM SUSPENSO PARA POSTERIOR COMPENSACAO NA FORMA DA LEI. NADA MAIS.

NUM.DOC: 108.195/08-9 SESSÃO: 15/04/2008

OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO

NUM.DOC: 053.759/09-6 SESSÃO: 26/02/2009

OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO

NUM.DOC: 150.309/09-0 SESSÃO: 25/05/2009

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 30/04/2009. DELIBERACOES : POR UNANIMIDADE FOI APROVADO O BALANCO PATRIMONIAL E AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS BEM COMO O RELATORIO DA DIRETORIA RELATIVO AO EXERCICIO



SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/08 ; DELIBERADO QUE O RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO CONSISTENTE EM PREJUIZOS PERMANECERA EM SUSPENSO PARTA POSTERIOR COMPENSACAO NA FORMA DA LEI.

NUM.DOC: 456.558/09-3 SESSÃO: 08/12/2009

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:

RETIRA-SE DA SOCIEDADE CLOVIS EDUARDO PINTO LUDOVICE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 026.777.258-00, RESIDENTE À RUA FILOMENA PRESOTTO, 346, SAO JOSE, FRANCA - SP, CEP 14401-275, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 30.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE ABIB SALIM CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 015.306.668-72, RESIDENTE À RUA MANOEL ACHE, 981, 15 AN/AP 152, JARDIM IRAJA, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14020-590, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 24.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE CLAUDIO GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.588-74, RESIDENTE À RUA ESTEVAO LEAO BOURROUL, 2000, 12 AN/ AP 121, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14400-750, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 18.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE CLOVIS GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.578-00, RESIDENTE À RUA ESTEVAO LEAO BOURROUL, 2000, 13 AN/ AP 131, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14400-750, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 18.000,00.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA VISCONDE DE INHAUMA, 580, CJ 204, CENTRO, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14010-100.

ADEQUACAO DA EMPRESA AO NOVO CODIGO CIVIL

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 211.824/11-2 SESSÃO: 07/06/2011

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 260.000,00 (DUZENTOS E SESSENTA MIL REAIS).

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35903586087, SITUADA À: RUA VISCONDE DE OURO PRETO, 227, CENTRO, IPUA - SP, CEP 14610-000, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADES DE RÁDIO. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 26/05/2011.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE ABIB SALIM CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 015.306.668-72, RESIDENTE À RUA MANOEL ACHE, 981, 15 AN/AP 152, JARDIM IRAJA, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14020-590, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 156.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE CLAUDIO GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.588-74, RESIDENTE À RUA ESTEVAO LEAO BOURROUL, 2000, 12 AN/ AP 121, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14400-750, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 52.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE CLOVIS GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.578-00, RESIDENTE À RUA ESTEVAO LEAO BOURROUL, 2000, 13 AN/ AP 131, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14400-750, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 52.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 478.206/12-4 SESSÃO: 29/10/2012

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS).

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904394092, SITUADA À: RUA MINAS GERAIS, 2230, CENTRO, SAO JOAQUIM DA BARRA - SP, CEP 14600-000, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADES DE RÁDIO. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 18/10/2012.

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904394106, SITUADA À: RUA LUIZ SABAINI NETTO, 460, JARDIM SANTA CRUZ, NUPORANGA - SP, CEP 14670-000, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADES DE RÁDIO. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 18/10/2012.

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904394114, CNPJ 04.952.098/0005-61, SITUADA À: RUA ANOR RIBEIRO DE SOUZA, 1146, RESIDENCIAL FARED S, RIBEIRAO CORRENTE - SP, CEP 14430-000, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADES DE RÁDIO. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 18/10/2012.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE ABIB SALIM CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 015.306.668-72, RESIDENTE À RUA MANOEL ACHE, 981, 15 AN/AP 152, JARDIM IRAJA, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14020-590, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 180.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE CLAUDIO GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.588-74, RESIDENTE À RUA ESTEVAO LEAO BOURROUL, 2000, 12 AN/ AP 121, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14400-750, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 60.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE CLOVIS GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.578-00, RG/RNE: 9979602 - SP, RESIDENTE À ALAMEDA FLAMBOYANTS, DOS, 933, MORADA VERDE, FRANCA - SP, CEP 14404-409,



NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 60.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 478.656/12-9 SESSÃO: 26/11/2012

ENDEREÇO DA FILIAL NIRE 35904394114, CNPJ 04.952.098/0005-61, SITUADA À RUA ANOR RIBEIRO DE SOUZA, 1146, RESIDENCIAL FARED S, RIBEIRAO CORRENTE - SP, CEP 14430-000. ALTERADO PARA RUA ANOR RIBEIRO DE SOUZA, 1146, RESIDENCIAL FARED S, RIBEIRAO CORRENTE - SP, CEP 14445-000.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 350.306/17-5 SESSÃO: 18/08/2017

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35905216058, CNPJ 04.952.098/0006-42, SITUADA À: RUA DOUTOR PEDRO DE TOLEDO, 1211, PARQUE UNIVERSITARI, FRANCA - SP, CEP 14404-605, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADES DE RÁDIO. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 24/07/2017., DATADA DE: 24/07/2017.

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA ATIVIDADES DE RÁDIO., DATADA DE: 24/07/2017.

INCLUSÃO/ALTERAÇÃO DE CNPJ: NIRE 35904394114, CNPJ 04.952.098/0005-61

OBJETO DA FILIAL: NIRE 35903586087, SITUADA À RUA VISCONDE DE OURO PRETO, 227, CENTRO, IPUA - SP, CEP 14610-000, ALTERADO PARA: PRESTACAO DE SERVICOS DE RADIODIFUSAO SONORA, DE SONS E IMAGENS (TELEVISAO), SEUS SERVICOS AFINS OU CORRELATOS, TAIS COMO SERVICO ESPECIAL DE MUSICA FUNCIONAL, REPETICAO OU RETRANSMISSAO DE SONS, OU SINAIS DE SONS E IMAGENS DE RADIODIFUSAO, SEMPRE COM FINALIDADES EDUCATIVAS, BEM COMO EXPLORACAO DE CONCESSAO OU PERMISSAO, E CENTRO DE PRODUCAO DE PROGRAMAS, NESTA OU EM OUTRAS LOCALIDADES DO TERRITORIO NACIONAL, TUDO DE ACORDO COM A LEGISLACAO EM VIGOR..., DATADA DE: 24/07/2017.

OBJETO DA FILIAL: NIRE 35904394092, SITUADA À RUA MINAS GERAIS, 2230, CENTRO, SAO JOAQUIM DA BARRA - SP, CEP 14600-000, ALTERADO PARA: PRESTACAO DE SERVICOS DE RADIODIFUSAO SONORA, DE SONS E IMAGENS (TELEVISAO), SEUS SERVICOS AFINS OU CORRELATOS, TAIS COMO SERVICO ESPECIAL DE MUSICA FUNCIONAL, REPETICAO OU RETRANSMISSAO DE SONS, OU SINAIS DE SONS E IMAGENS DE RADIODIFUSAO, SEMPRE COM FINALIDADES EDUCATIVAS, BEM COMO EXPLORACAO DE CONCESSAO OU PERMISSAO, E CENTRO DE PRODUCAO DE PROGRAMAS, NESTA OU EM OUTRAS LOCALIDADES DO TERRITORIO NACIONAL, TUDO DE ACORDO COM A LEGISLACAO EM VIGOR..., DATADA DE: 24/07/2017.

OBJETO DA FILIAL: NIRE 35904394106, SITUADA À RUA LUIZ SABAINI NETTO, 460, JARDIM SANTA CRUZ, NUPORANGA - SP, CEP 14670-000, ALTERADO PARA: PRESTACAO DE SERVICOS DE RADIODIFUSAO SONORA, DE SONS E IMAGENS (TELEVISAO), SEUS SERVICOS AFINS OU CORRELATOS, TAIS COMO SERVICO ESPECIAL DE MUSICA FUNCIONAL, REPETICAO OU RETRANSMISSAO DE SONS, OU SINAIS DE SONS E IMAGENS DE RADIODIFUSAO, SEMPRE COM FINALIDADES EDUCATIVAS, BEM COMO EXPLORACAO DE CONCESSAO OU PERMISSAO, E CENTRO DE PRODUCAO DE PROGRAMAS, NESTA OU EM OUTRAS LOCALIDADES DO TERRITORIO NACIONAL, TUDO DE ACORDO COM A LEGISLACAO EM VIGOR..., DATADA DE: 24/07/2017.

OBJETO DA FILIAL: NIRE 35904394114, CNPJ 04.952.098/0005-61, SITUADA À RUA ANOR RIBEIRO DE SOUZA, 1146, RESIDENCIAL FARED S, RIBEIRAO CORRENTE - SP, CEP 14445-000, ALTERADO PARA: PRESTACAO DE SERVICOS DE RADIODIFUSAO SONORA, DE SONS E IMAGENS (TELEVISAO), SEUS SERVICOS AFINS OU CORRELATOS, TAIS COMO SERVICO ESPECIAL DE MUSICA FUNCIONAL, REPETICAO OU RETRANSMISSAO DE SONS, OU SINAIS DE SONS E IMAGENS DE RADIODIFUSAO, SEMPRE COM FINALIDADES EDUCATIVAS, BEM COMO EXPLORACAO DE CONCESSAO OU PERMISSAO, E CENTRO DE PRODUCAO DE PROGRAMAS, NESTA OU EM OUTRAS LOCALIDADES DO TERRITORIO NACIONAL, TUDO DE ACORDO COM A LEGISLACAO EM VIGOR..., DATADA DE: 24/07/2017.

ENDEREÇO DA FILIAL NIRE 35904394114, CNPJ 04.952.098/0005-61, SITUADA À RUA ANOR RIBEIRO DE SOUZA, 1146, RESIDENCIAL FARED S, RIBEIRAO CORRENTE - SP, CEP 14445-000. ALTERADO PARA ESTRADA VICINAL RIBEIRAO CORRENTE/FRANCA, KM 15, FAZENDA MONTE ALEGR, RIBEIRAO CORRENTE - SP, CEP 14445-000. , DATADA DE: 24/07/2017.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 857.552/17-0 SESSÃO: 14/11/2017

ARQUIVAMENTO DE PROCURAÇÃO PÚBLICA, CONFORME DISPOSTO NA IN NO. 28 DE 06/10/2014 E RESOLUÇÃO CNJ NO. 42 DE 31/10/2014.

NUM.DOC: 316.682/20-2 SESSÃO: 08/09/2020

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: A SOCIEDADE ALTERA E DA NOVA REDACAO AS CLAUSULAS ABAIXO DESCRITAS: DA ADMINISTRACAO DA RETIRADA, EXCLUSAO OU FALECIMENTO DE SOCIOS DAS QUOTAS SOCIAIS DAS DISPOSICOES GERAIS

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE ABIB SALIM CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF:



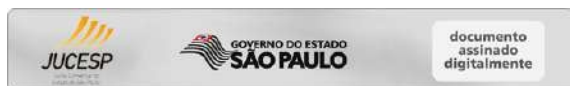
015.306.668-72, RG/RNE: 2172849-5 - SP, RESIDENTE À RUA CEL LUIZ DA SILVA BATISTA, 910, APTO 151, JARDIM IRAJA, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14020-570, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 180.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE CLAUDIO GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.588-74, RG/RNE: 9979601 - SP, RESIDENTE À RUA ESTEVAO LEO BOURROUL, 2000, 12 AN/ AP 121, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14400-750, REPRESENTANDO ABIB SALIM CURY, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 60.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE CLOVIS GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.578-00, RG/RNE: 9979602-8 - SP, RESIDENTE À AVENIDA LUIZ EDUARDO TOLEDO PRADO, 2800, CS 62 CON IPE, VILA DO GOLF, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14027-250, REPRESENTANDO ABIB SALIM CURY, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 60.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35217579280
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 17/09/2020



Ficha Cadastral Completa. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 140150305, sexta-feira, 18 de setembro de 2020 às 10:55:24.



Franca,

~~10 DEZ. 2018~~

~~AUTENTICACAO~~

Autentico a presente copia ()
Tabellionato do respectivo original, dou te
Valor recebido por autenticação R\$ 152,00

~~AUTENTICACÃO~~

presente copia ()
do respectivo original, dou re
bido por autenticação R\$ 52

QR code and document verification details for the 'NOTAS' document. The text includes 'NOTAS', 'LUCIA FRANCA-SP', 'LUCIA MENDES', 'Colégio Novo do Brasil', '11173', 'AUTENTICA', and 'AU0321AA70'.

TERRITÓRIO NACIONAL

9.979.601-6 DATA DE
EXPECIACAO 03/ABR/2013

CLAUDIO GALDIANO CURY

E NEUZA GALDIANO CURY

RIBEIRÃO PRETO -SP 04/AGO/1966

RIBEIRÃO PRETO-SP

PRIMEIRO SUBDISTrito

CC: LV.B4 / FLS.248 / N.001247

131232588/74

NOME

FILIAÇÃO

NATURALIDADE

DIGITO ORGEM

CPF

206 Delegado Divisório

Roberto Assunção do Rêgo IRRGD.SSP.SP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO - CEARADO GAMBLETON DAUNT

PROIBIDO PLASTIFICAR

8720-5

POLEGAR DIREITO

SS NATUREZA DO TITULAR

B674-069255



<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Doador de Órgãos e Tecidos

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 1034-8

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBELTON DAUNT



POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Cláudio Salim Cury

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 9.979-602-8 DATA DE EMISSÃO 16/MAI/2000

NOME CLOVIS GALDIANO CURY

FILIAÇÃO ABIB SALIM CURY

E NEUZA GALDIANO CURY

NATURALIDADE RIBEIRÃO PRETO -SP DATA DE NASCIMENTO 04/AGO/1966

DOC. ORIGEM RIBEIRÃO PRETO SP

PRIMEIRO SUBDISTRITO

CNPJ 131632578/00

CPF 131632578/00

Delegado Divisional

ASSINATURA DO DETENTOR DA CARTA DE IDENTIDADE

LEI Nº 7.116 DE 20/08/83

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA**

CNPJ: **04.952.098/0001-38**

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:24:26 do dia 25/10/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 24/11/2021.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Valores em Reais)

Folha: 00001

Empresa: SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA (1160)

CNPJ/CPF: 04.952.098/0001-38

End.: Rua VISCONDE DE INHAUMA 580-CJ. 204-CENTRO - CEP: 14010-100

Município: Ribeirão Preto

UF: SP

Emitido em: 31/12/2020

Período: Janeiro a Dezembro de 2020

Data do encerramento: 31/12/2020

RECEITA BRUTA OPERACIONAL	324.927,16
PRESTACAO DE SERVICO FILIAL	324.927,16
DEDUÇÕES DE VENDAS	(11.859,83)
PIS FATURAMENTO S/PREST.SERV.	(2.112,03)
COFINS S/PREST.SERV.	(9.747,80)
RECEITA LIQUIDA OPERACIONAL	313.067,33
RECEITA LIQUIDA SERVICOS	313.067,33
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	313.067,33
LUCRO BRUTO DE SERVICOS	313.067,33
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	(96.794,18)
DESPESAS COM VENDAS	(11.171,30)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(2.503,34)
DESPESAS DE PESSOAL	(8.953,72)
DESPESAS FINANCEIRAS	(1.743,67)
DESPESA COM PESSOAL FILIAL	(72.422,15)
DESPESAS/RECEITAS NAO OPERACIONAIS	(20.000,00)
DESPESAS NAO OPERACIONAIS	(20.000,00)
PROVISÕES CSLL/IRPJ	(24.351,28)
CONTRIBUICAO SOCIAL	(8.754,77)
PROVISAO P/IMPOSTO DE RENDA	(15.596,51)
L I Q U I D O	171.921,87

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado do Exercício.

Ribeirão Preto - SP / 31 DE DEZEMBRO DE 2020



HELIO MARCELINO DE CARVALHO JUNIOR

CPF: 088.067.118-14 RG: 19730917-3

Contador CRC: 1SP153712/O-8

SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA

CLOVIS GALDIANO CURY

Sócio-Administrador CPF: 131.232.578-00 RG: 9.979.602-8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

Empresa: SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA (1160)

CNPJ/CPF: 04.952.098/0001-38

End.: Rua VISCONDE DE INHAUMA 580-CJ. 204-CENTRO - CEP: 14010-100

Município: Ribeirão Preto

UF: SP

Emitido em: 31/12/2020

Período: Janeiro a Dezembro de 2020

Data do encerramento: 31/12/2020

ATIVO	1.801.346,20
ATIVO CIRCULANTE	171.070,16
CAIXA	163.481,20
BANCOS CONTA MOVIMENTO	4.300,97
APLICACOES FINANCEIRAS	3.275,97
IMPOSTOS A RECUPERAR	12,02
ATIVO N/CIRCULANTE REAL.L.PRAZ	21.362,20
DEPOSITO JUDICIAL	21.362,20
ATIVO N/CIRCULANTE PERMANENTE	7.170,30
INVESTIMENTOS	7.170,30
ATIVO N/CIRCULANTE IMOBILIZADO	934.743,54
VEICULOS	86.000,00
MOVEIS E UTENSILIOS	55.395,93
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	37.572,52
EQUIPAMENTOS TRANSMISSORES	604.152,97
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS FILIAL	132.217,59
TERRENOS	5.500,00
COMPUTADORES E PERIFERICOS	7.015,28
COMPUTAD.E PERIFER. FILIAL II	6.889,25
ATIVO N/CIRCULANTE INTANGIVEL	667.000,00
INTANGIVEL	667.000,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

Balanco Patrimonial (Valores em Reais)

Folha: 00003

Empresa: SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA (1160)

CNPJ/CPF: 04.952.098/0001-38

End.: Rua VISCONDE DE INHAUMA 580-CJ. 204-CENTRO - CEP: 14010-100

Município: Ribeirão Preto

UF: SP

Emitido em: 31/12/2020

Período: Janeiro a Dezembro de 2020

Data do encerramento: 31/12/2020


PASSIVO	1.801.346,20
PASSIVO CIRCULANTE	13.381,32
FORNECEDORES	0,00
OBRIGACOES C/ PESSOAL FILIAL	4.537,09
OBRIGACOES TRIBUTARIAS A PAGAR	6.017,61
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	1.548,89
ENCARGOS SOCIAIS PAGAR FILIAL	1.277,73
PASSIVO N/CIRCULAN EXIG.L/PRAZ	689.000,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	689.000,00
PATRIMONIO LIQUIDO	1.098.964,88
CAPITAL SOCIAL	300.000,00
OUTRAS CONTAS-LUCROS/PREJUIZOS	798.964,88

Reconhecemos a exatidão do presente Balanco Patrimonial, cujo Ativo e Passivo estão uniformes na mesma importância de R\$ 1.801.346,20.

(HUM MILHAO OITOCENTOS E HUM MIL TREZENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E VINTE CENTAVOS)

Ressalvando que a responsabilidade do profissional contabilista, fica restrita apenas ao aspecto meramente técnico desde que reconhecidamente operou com elementos dados e comprovantes fornecidos pela gerência da firma que se responsabiliza pela sua exatidão e veracidade, bem como pelos estoques considerados levantados pela referida gerência e sob sua total e exclusiva responsabilidade.

Ribeirão Preto - SP / 31 DE DEZEMBRO DE 2020


HELIO MARCELINO DE CARVALHO JUNIOR
Contador CRC: 1SP153712/O-8
CPF: 088.067.118-14 RG: 19730817-3

SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA
CLOVIS GALDIANO CURY
Sócio-Administrador CPF: 131.232.578-00 RG: 9.979.602-8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



21/10/2021

0052399400

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

**CERTIDÃO Nº: 2739120****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS** anteriores a 20/10/2021, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICACAO LTDA CNPJ: 04.952.098/0001-38, conforme indicação constante do pedido de certidão.*****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 21 de outubro de 2021.

PEDIDO Nº:**0052399400**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>



abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA
CNPJ: 04.952.098/0001-38

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:05:58 do dia 25/10/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/04/2022.

Código de controle da certidão: **1F0C.3B6B.5C2B.051D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 04.952.098/0001-38

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que não constam débitos declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 21100265432-52

Data e hora da emissão 21/10/2021 10:14:33

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio www.pfe.fazenda.sp.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>



MUNICIPIO DE NUPORANGA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NUPORANGA
Bernardino Pereira da Silva, 375 - Centro - NUPORANGA
CNPJ: 46.754.388/0001-17



CERTIDÃO NEGATIVA
DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Código de Cadastro

000001660

Contribuinte

SIR-SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA ME

Logradouro

DR. PEDRO DE TOLEDO

Bairro

PARQUE UNIVERSITÁRIO

Cidade

FRANCA

CPF/CNPJ

04.952.098/0004-80

Número Complemento

460

CEP

14404605

UF

SP

CERTIFICO, para os devidos fins, a pedido via internet, que revendo os assentamentos existentes nesta Seção, deles verifiquei constar que o contribuinte acima descrito, encontra-se quite com o Erário Municipal, até a presente data, relativamente ao Tributos Municipais. ATENÇÃO : Fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal exigir a qualquer tempo, créditos tributários que venham a ser apurados.

Emitida às 11:19:53 do dia 26/10/2021

Válida até 25/11/2021

Código de Controle da Certidão/Número 0B9A9C45AE51D6C4

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.952.098/0001-38

Razão Social: SIR SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICACAO LTDA

Endereço: R VISCONDE DE INHAUMA 580 CJ0204 / CENTRO / RIBEIRAO PRETO / SP
/ 14010-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/10/2021 a 12/11/2021

Certificação Número: 2021101401160785216707

Informação obtida em 25/10/2021 13:29:01

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Secretaria Municipal da Fazenda

www.ribeiraopreto.sp.gov.br

Fale Conosco: certidoes@fazenda.pm rp.com .br

CND

CERTI DÃO NEGATI VA DE DÉBI TOS

(I NSCRI TOS E NÃO I NSCRI TOS EM DÍ VI DA ATI VA)

DE I PTU, I TBI , I SS, TAXAS, CONTRI BUI ÇÃO DE MELHORI A

(PAVI MENTAÇÃO) E PREÇO PÚBLI CO

A Divisão de Atendimento e Cobrança da Secretaria Municipal da Fazenda certifica que, consultando as informações fornecidas, pelo sistema Tributário, verificou que não consta débito constituído em relação aos Tributos Mobiliários – ISS, Taxa de Funcionamento e Taxa de Publicidade. Quanto a Tributos Imobiliários – IPTU, não consta débito, de titularidade do requerente ou com promissão ao mesmo, até a presente data. Ressalvado o direito de Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo abaixo identificado que vierem a ser apuradas. É certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda, sejam eles não inscritos ou inscritos em Dívida Ativa. Esta certidão se refere a todos os tipos de tributos municipais.

Em presa: SI R SI STEMA I NTEGRADO DE RADI OCOMUNI CACAO LTDA

CN PJ/CPF: 04.952.098/ 0001- 38

Inscrição Municipal: 14222401

Situação Cadastral: Ativa

Certidão emitida eletronicamente com base no art. 81-A da Lei 2.415/70.

Validade: 180 dias

Legitimidade verificável na Internet - www.ribeiraopreto.sp.gov.br
pelo prazo de 180 dias.

Emitida às 10:18h do dia 21/10/2021 - Código de controle: 2878503

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>



abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.952.098/0001-38

Certidão nº: 42970317/2021

Expedição: 25/10/2021, às 13:26:46

Validade: 22/04/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.952.098/0001-38**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

Data de Envio

31/05/2023 08:34:10

De

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para

cgfm@mcom.gov.br

Assunto

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem

Processo nº: 53115.031340/2021-94

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo de Parecer - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga do SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ nº 04.952.098/0001-38), executante do serviço de radiodifusão sonora por modulação, no município de Nuporanga/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade seja a cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de processo administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

Anexos

Peticao_8324924_REQUERIMENTO_e_CERTIDOES.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial - Processo nº: 53115.031340/2021-94

Inez Joffily França

Qua, 31/05/2023 10:08

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, rela vo à emissora SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ nº 04.952.098/0001-38), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Nuporanga/SP, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>**Enviado:** quarta-feira, 31 de maio de 2023 08:34**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.031340/2021-94

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ nº 04.952.098/0001-38), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Nuporanga/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/none/id/AAMKAGI5NTJMDQWLWRKODINGY4NC05ZDYxLWQ0OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCRSW... 1/1

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

8277438 333

8631 3 47 3 1

3 8					3		47 3 1	
!"#\$%&'(#\$#!)	* 0	+	**,-.	/,00.1	0. 11-2/ 341	5,.		
!"6\$&'\$7(\$)	1/,.	8-	+	9;;				
<!=!>&!)					%A \$(=) BC3C63DE84372F8			
GHI) F9:F9JKL+MJ					N !O"#6(7!=) :J			
<(P"Q7RSO()					<(P"<\$V\$) 41W632			
X\$"\$#"Y&'O\$')					Z!O[(\() :M + 03 78 7C8 *8863 1 861]C^73 -8 C23 3			
G\$O\$!O) T67_678					`Y\$="!7P!Ya>(Y)			
b!#!)					G\$!cO(\$"#%7'\$\d) T677e32			
f\$=g"b6) JKLLK::9								
hi7!O[\$!j!7) 0*152.1 ./,5 L:K99								

1618			*1 1		
`cO\$#RO) .k/ .			0F .0-./1 *.55* 15 k 0.		
IS(OO) T.0m2 2/ k0* ,.0 1			R !O) MJ		
nR&(YaP() 8633			Q6)	*T	G%H) L

1618			8661e8 ^73		
`cO\$#RO)			G P=! !&')		
IS(OO)			R !O)		
nR&(YaP()			Q6)		G%H)

1618			8 ,63786		
`cO\$#RO) 011k . k.5 0 ./k.0			G P=! !&') */, 1 /2T10./0.K*.5.* 15 k 0.		
IS(OO)			R !O) o-		
nR&(YaP() /Ce863W3			Q6)	*T	G%H) L

1618			8 4p 78 T677e32		
`cO\$#RO) 011k . k.5 0 ./k.0			G P=! !&') */, 1 /2T10./0.K*.5* 15 k 0.		
IS(OO)			R !O) o-		
nR&(YaP() /Ce863W3			Q6)	*T	G%H) L

1618			8 4p 78 .Cq72736		
`cO\$#RO)			G P=! !&')		
IS(OO)			R !O)		
nR&(YaP()			Q6)		G%H)

8631 8 T238 r378

58327s38					
nR&(YaP() /Ce863W3			Q6)	*T	

T36t1468 ,u78					
G\$&\$=) :	6O!vRw&Y(\$)	9JF	-xs	G=\$77!) rL	%bH"nSV(\$) FM:yz
{G) L:	H\$O!\$!&')	X!Y\$=\$cl)			6\$7!) :

8631 3 438



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

LKM

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

63786				72736			
!"#\$				%!&\$ '(7)3148 *8 1+8463 8			
,-./"#\$				0#1"/!2!.34\$ 56			

7783				1	637*8				72736			
%!&\$,-./"#\$							
.!"#9":\$;#"34\$ <=>??				0!.@:/!@.@.\$ < A IB"/\$ 88			

413				72736							
%!&\$,-./"#!\$							
C":\$<		D! EF&#\$ G		2.!"#34HI\$ G		0&.J34\$KA\$		L0%MN \$?OPQ		56	
0RS											
0A\$											

TU863VW1												8	8+148	1	X486Y3		
Z[\68+18	Z[R8+148	7)8	R8+148	X6Y*8	R343	8	R343	8	RX]	03^*8	8	R8+	Z3461^3		
_____		>??		\8643673		`	P=>=??a		?a=?>=?_		X486Y3				>		

TU863VW1										8	8+148	1)68b3V*8		1	78+37
Z[\68+18	Z[R8+148	7)8	R8+148	X6Y*8	R343	8	R343+8	R[X]	03^*8		8	R8+	Z3461^3	
_____		>?a		\8643673				?>=?P=?>P		>=?P=?>P)68b3V*8	1	78+32		c+7+8	

d74567+8 1 R8+148 '747 8											
Z[\68+18	Z[R8+148	7)8	R8+148	X6Y*8	R343 8	R343+ RX]	03^*8	8	R8+	Z3461^3	
_____	ef>	R1+6148	71Y72347b8	Z	>=?Q=?>?	=?Q=?>?	R127g16O	8	O	Z3+7832h6i	7+8
_____	>?a	R1)3+88	`		?>=?P=?>P	>=?P=?>P	4867^3 3	T4323V*8 3	c+743V*8	1	
_____	_j	48	`\07		?_=?f=?>P	>>=?f=?>P	4867^3 8	j8	1	c+76878U61	(k+73
_____	?	R1)3+88	SS'		?e=?j=?>f		4867^3 '(7)3148			c+7+8	
ePe????PQ__?>_P?	_	R1)3+88	'0?>		P=?>=?>_		4867^3 3	24163V*8 1	c+768+41647+3		
ePe???O?aQP=?>P?P?	>P?P?	48	X07'		Q=?>=?>	Q=?>=?	4867^3 8	j8	1	c+76878U61	(k+73

d86m678		1	U+783148




0123450320647589:20 0;47589:20

00<=>?@ABCD<=EF=?GHI=DJCDK>BGJCJLMMM

NOPQRSTRUVWXYZ[0:]^_						
U`ab\0cdefghecfijcccklmi						
nopRqRnonNrstRo`NruptvwRvrRptvowUwsx`oUtwRyNvt						
`wsr	U`abzUa{	r`NovtvrRsU	U`ab	Utpuw	ZS UQZ[W	atpN w`
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99	ckgemcfeil _h	0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99	ddefmhecfijcccklmi	6 4	kicccc	c 0 c
		0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99	ddefmhecfijcccklmi	6 4	kicccc	c 0 c
		0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99	ddefmhecfijcccklmi	6 4	kicccc	c 0 c
		0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99	ddefmhecfijcccklmi	6 4	kicccc	c 0 c
		0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99	ddefmhecfijcccklmi	6 4	kicccc	c 0 c
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99	kmkhehmhegiil _d	0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99	ddefmhecfijcccklmi	6 4	7 cccc	c 0 c
		0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99	ddefmhecfijcccklmi	1 6 1 6	7 cccc	c 0 c
		0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99	ddefmhecfijcccklmi	1 6 1 6	7 cccc	c 0 c
		0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99	ddefmhecfijcccklmi	1 6 1 6	7 cccc	c 0 c
		0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99	ddefmhecfijcccklmi	6 4	7 cccc	c 0 c
		0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99	ddefmhecfijcccklmi	6 4	7 cccc	c 0 c
		0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99	ddefmhecfijcccklmi	6 4	7 cccc	c 0 c
		0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99	ddefmhecfijcccklmi	1 6 1 6	7 cccc	c 0 c
		0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99	ddefmhecfijcccklmi	1 6 1 6	7 cccc	c 0 c
		0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99	ddefmhecfijcccklmi	1 6 1 6	7 cccc	c 0 c
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99	ddefmhecfijcccklmi	1 6 1 6	7 cccc	c 0 c		

%&&'922(&)*+&2(*,,!2-!!-(*,!2.*&!(!2!+!.(/!/*&,(('*,*!!)!(,*!2&.*""'





Agência de Telecomunicações

© 2016

Sistemas Interativos

Menu Principal

1/4/206478914/5:11/44UQVWQYOS[SQR[<ZO=OP[1/2%QRTRU[6:69w6/492=H/// 67//1À721/

/01234/21/53647891/ /:4789123/

///

//<=>?@ABCD<=EF=?GHI=DJCDK>BGJCJLMMM

NOPQRSTRUQVWXYZ[V]^_											
U`aVbcdefbgeggghijk											
Imno	Ul`pqU`a oInrstsoRnU	Ul`p	Utuv	wZSx UQZ[W	`tuNx ml	`tuNx `l	youzr{my Nr`m ja n Ur`rm				
}~□~/ } } □ □ / } } : ∞	bcdefbgeggghijk	<div>□ □ : / i / □ □ □ □ } }</div> <div>□ □ □ □ } } : } 0 / 0 } }</div> <div>: } 0 □ □ } } } } □ □ } }</div> <div>□ □ 0 }</div> <div><u>b_e dke b h a b b b c i</u></div> <div><u>fh</u></div> <div>↑ 5 ⇒ 3 chbbbb b bb bb b bb bb</div> <div>_ ↑</div> <div>ii</div> <div>↑ ^</div> <div>□ □ 7 □</div>									
		<div>□ □ : / i / □ □ □ □ } }</div> <div>□ □ □ □ } } : } 0 / 0 } }</div> <div>: } 0 □ □ } } } } □ □ } }</div> <div>□ □ 0 }</div> <div><u>b_e dke b h a b b b c i</u></div> <div><u>fh</u></div> <div>↑ 5 ⇒ 3 chbbbb b bb bb b bb bb</div> <div>_ ↑</div> <div>ii</div> <div>↑ ^</div> <div>: ∞ ; ∞ ∞ ∞ 3</div>									
		<div>□ □ : / i / □ □ □ □ } }</div> <div>□ □ □ □ } } : } 0 / 0 } }</div> <div>: } 0 □ □ } } } } □ □ } }</div> <div>□ □ 0 }</div> <div><u>b_e dke b h a b b b c i</u></div> <div><u>fh</u></div> <div>↑ 5 ⇒ 3 chbbbb b bb bb b bb bb</div> <div>_ ↑</div> <div>ii</div> <div>↑ ^</div> <div>↑ 3 / \ 34 ∞ / 21</div>									
		<div>□ □ : / i / □ □ □ □ } }</div> <div>□ □ □ □ } } : } 0 / 0 } }</div> <div>: } 0 □ □ } } } } □ □ } }</div> <div>□ □ 0 }</div> <div><u>b_e dke b h a b b b c i</u></div> <div><u>fh</u></div> <div>↑ 5 ⇒ 3 chbbbb b bb bb b bb bb</div> <div>_ ↑</div> <div>ii</div> <div>↑ ^</div> <div>↑ 3 / \ 31 ☆ 7 ∞</div>									
		<div>□ □ : / i / □ □ □ □ } }</div> <div>□ □ □ □ } } : } 0 / 0 } }</div> <div>: } 0 □ □ } } } } □ □ } }</div> <div>□ □ 0 }</div> <div><u>b_e dke b h a b b b c i</u></div> <div><u>fh</u></div> <div>↑ 5 ⇒ 3 chbbbb b bb bb b bb bb</div> <div>_ ↑</div> <div>ii</div> <div>↑ ^</div> <div>↑ 7 ∞ 3 ∞ 16 ∞ 1</div>									

|WXOQ\PTSQVxQY[RRTSQRITRSTRyQX[RITZQRRRRRRRRRRs[Z[Rç£qmq|çRRRRRRRRRRR\$Q[Rç`ç`□□

R

R

/::4789123/

```
{WX QQR QVw QY| RjR`TS QRKT cRSTRxQXfRkTZORRRRRRRRRRrZ|Rxp|Sp| RRRRRRRRRR©Q |R|a|a|«"
```

\$\$\$&922'0(*)%2')++ 2, , ')+ 2-)%' 2 * -'.).)%'+'&)+ (& '+' 2%-)!&

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979





 Menu Principal ▼

^0ÁÁ97589:250 < 02ÁÁ6RWX

0123450320647589:20 0;<589:2340

00F>?@ABCDE=>FG>@HIJ>EKDEL?CHKDKMNNN

[illegible]

{XYPR]SQUTRWw RZ\;SçSaUTRSkU£STUSxRYª\SkU[RSSSSSSSSSSr\[\]S¥|p\$`p©\$©¥SSSSSSSSSSSªR]S\$«|¥~|

%&&'922(&)*+&2(*,,!2-!!-(*,!2.*&!(!2!+!.(/!/*&,(('*,*!!)!(,*!2&.*""'



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



Fetionter
Sistemas
nterativos

 Menu Principal ▼

j::c 0EE047589:250st2r0EE0WSXYS[QU]USTc|y\Q{QR}¥!STVTWSSRSv097st7s:000020000097800028320

0123450320647589:20 0;47589:20

000

00<=>?@ABCDEFGHIJK=LCDM>BGLCLND>C?DMOIFN?C?

PQRSTUVWXYZ[\]^_`a

Wbcd^0efghijgehkleemnok

g

p40q4r0s7647:t234032345064u0s5520r7q4tu2vp4

wYZxyQS^TRVUySXz{S[]|T}TcVUySTbVy~TUVTSZ[]TbVSTTTTTTTTTT ♀ |\\^T ♀ ♀ ♀ 🧠 ♀ 🧠 ♀ TTTTTTTTTT ♀ Sy|^T 🧠 ♀ ^ ♀ ^ ♀

T

T



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

h82(*./12!!(*,12*&!(12)+!(/*/*&,((',*!!)'!(*!2&.*"*)

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



Sistemas Interativos

 Menu Principal ▼

b0★;;040589:250af265WCSXYS[QU]USTy|n\QkQRSTVTWSHrSTQaf7a000ad2000a780028320

0123450320647589:20 0;47589:20

000

00<=>?@ABCDEFGHIJGK=LCDM>BGLCLND>C?DMOIFN?C?

PQRSTUVWXYZ[\]^_`a0bc6d4e1dfa:4f

gShVTijkQSImQnV\Sn^05d5:a`20d7:aof23403a0f23d464`87d62624

p

q40r4d0a7647:f234032345064`0a5520d7r4f`2sq4

tYZunQS^TRVUnSXvkS[jwTxTyVUnSTgVnzTUVTiSZ[|TgV\STTTTTTTTTTm)]|^AT|~□□~□|TTTTTTTTTT!Sn|^T~!^!~^□

T

T



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

h&2(*,./12-11-(*,12.*&!(121+1!(/*/!*&,(1*,*!!)!(,*!2&.*"*)/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

11101" 8 18"% # 5785 1 2108"% *QQ*Q*R@ST1M	606	
48600	\$#167U26 =V;A8@W8	# X

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979





Mossico

Todos Download Canais

Total de registros		1 - 50	50	Atualizar	Filtrar																
Ações		Status	CNPJ	Entidade	NumFolha	Canal	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Específico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ESP	
			04952098000138				(Todos)														
Ver Estações	FM C-6 (Canal Licenciado)		04952098000138	SR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA	50408380823	P	Comercial	FM	230	SP	Itaú		223		92.5	B1	Principal	20° 28' 9.01" S	48° 01' 13.01" W	0.5998	
Ver Estações	FM C-6 (Canal Licenciado)		04952098000138	SR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA	50407238075	P	Comercial	FM	230	SP	Raposa		234		92.7	B1		20° 45' 57.00" S	47° 45' 38.00" W	0.3	
Ver Estações	FM C-6 (Canal Licenciado)		04952098000138	SR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA	50407238072	P	Comercial	FM	230	SP	Ribeirão Corrente		238		93.5	B1	Principal	20° 27' 32.00" S	47° 30' 18.00" W	0.5384	
Ver Estações	FM C-6 (Canal Licenciado)		04952098000138	SR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA	50407545475	P	Comercial	FM	230	SP	São Joaquim da Barra		281		104.1	B1		20° 33' 57.00" S	47° 52' 13.00" W	0.3	
Ver Estações	FM C-2 (Canal Outorado - Aguardando Dados da Estação)		04952098000138	SR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA	50411498325	P	Comercial	FM	230	SP	São José da Boa Vista		219		93.7	C		20° 33' 35.00" S	47° 38' 24.00" W	0.3	

Spectrum Center Inc.





0123425350638909222222 !" #

\$\$\$\$\$%&"\$(\$)+, - &'&. -/'/.&'&. +0\$-"1" ./'/.&'&. -"1" -"1" "2345678"1"

9;:<=>?@AB?:>@C>DEFGHFIGID>J@C>K@<BLMN"1"

9;:<=>?@>OKP?B;:L>@C>DEFGHFIGID>J@C>K@<BLMN"1"

Q@R@S?<>?:>T<CU:>VB;W<XY:

\$+)Z\$(\$[6\]6^_ \58\$`8^\$+_`_3ab8\$c7^4\4b5a654d8\$e)8^\$Zf_458\$g3bh_ \b4d8i
\$+gZ\$(\$[6\]6^_ \58\$`8^\$+_`_3ab8\$c7^4\4b5a654d8\$eg_ ^\$Zf_458\$g3bh_ \b4d8i
\$+j)(\$[6\]6^_ \58\$`8^\$+_`_b5a4]k8\$j_ ^h8ala46\$7_ \$)8ma6\]6
\$)Z\$+_ d8n678\$(\$Zf_458\$g3bh_ \b4d8\$+_ d8n678
\$+o\$(\$[6\]6^_ \58\$`8^\$+_`_3ab8\$o374`46p
\$+q\$(\$[6\]6^_ \58\$`8^\$+_`_3ab8\$r_ _n678
\$rst\$(\$[6\]6^_ \58\$`8^\$r656\$7_ \$,3mp4`6]k8\$\8\$r4la48\$sf4`46p\$76\$t\4k8
\$)r\$(\$[6\]6^_ \58\$u\b`a458\$18\$)cruq
\$rc\$(\$[6\]6^_ \58\$u\b`a458\$16\$rvd476\$c54d6
\$Z\$(\$[6\]6^_ \58\$`^\$Zw_`3]k8\$o374`46p
\$gZ\$(\$g3bh_ \b6\$6\$_w4n4m4p4767_ \$h8a\$f8a]6\$78\$x_ ^\$&y./+**)*/+**)1\$7_ \$'z/z/&"y1\$r_`a_58\$\{ \$}&&'&"%\$_r_`4bk8\$)r\$%-`~\$a_3\4k81\$-&/□/&"□
\$xs\$(\$x3p56\$7_ \$sfv`48
\$[s\$(\$[6\]6^_ \58\$7_ \$sfv`48
\$,\$(\$,6a`_p6^_ \58 † \$[6\]6^_ \58\$,6a`_p678
\$,c\$(\$,6a`_p6^_ \58 † \$,6a`_p6
\$ † *\$(\$ † _\ _fv`48\$*4b`6p



Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 04.952.098/0001-38											
SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CLAUDIO GALDIANO CURY	131.232.588-74	SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	São José da Bela Vista
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	São Joaquim da Barra
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Nuporanga
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Ribeirão Corrente
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ribeirão Corrente
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ipuã
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Ipuã
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Nuporanga
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Joaquim da Barra
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São José da Bela Vista
CLÓVIS GALDIANO CURY	131.232.588-00	SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São José da Bela Vista
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Nuporanga
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Joaquim da Barra
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Ipuã
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ipuã
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ribeirão Corrente
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Ribeirão Corrente
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Nuporanga
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	São Joaquim da Barra
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	São José da Bela Vista
NEUZA GALDIANO CURY	022.241.198-87	SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	São José da Bela Vista
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	São Joaquim da Barra
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Nuporanga
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Ribeirão Corrente
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Ipuã
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	180000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ipuã
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	180000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ribeirão Corrente
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	180000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Nuporanga
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	180000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Joaquim da Barra
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	180000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São José da Bela Vista

Usuário: 42177910706 - RICARDO DA COSTA Data: 12/03/2024 Hora: 15:47:46



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		022.241.198-87									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
NEUZA GALDIANO CURY	022.241.198-87	SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	São José da Bela Vista
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	São Joaquim da Barra
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Ribeirão Corrente
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Nuporanga
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Ipuã
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	180000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São José da Bela Vista
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	180000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Joaquim da Barra
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	180000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ribeirão Corrente
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	180000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Nuporanga
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	180000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ipuã

Usuário: 42177910706 - RICARDO DA COSTA

Data: 12/03/2024

Hora: 15:49:48



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		131.232.588-00									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CLÓVIS GALDIANO CURY	131.232.588-00	SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	São José da Bela Vista
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	São Joaquim da Barra
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Ribeirão Corrente
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Nuporanga
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Ipuã
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São José da Bela Vista
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Joaquim da Barra
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ribeirão Corrente
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Nuporanga
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ipuã

Usuário: 42177910706 - RICARDO DA COSTA

Data: 12/03/2024

Hora: 15:49:22



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		131.232.588-74									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CLAUDIO GALDIANO CURY	131.232.588-74	SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	São José da Bela Vista
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	São Joaquim da Barra
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Ribeirão Corrente
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Nuporanga
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Ipuã
		FUNDAÇÃO CULTURAL UNIVERSIDADE DE FRANCA	03.883.607/0001-55	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Franca
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São José da Bela Vista
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Joaquim da Barra
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ribeirão Corrente
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Nuporanga
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ipuã
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ipuã

Usuário: 42177910706 - RICARDO DA COSTA

Data: 12/03/2024

Hora: 15:48:58



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	04.952.098/0001-38

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **42177910706 - RICARDO DA COSTA** Data: **12/03/2024** Hora: **15:47:13**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

<div>NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.952.098/0001-38 MATRIZ</div>	<div>COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>	<div>DATA DE ABERTURA 21/03/2002</div>	
<div>NOME EMPRESARIAL SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA</div>			
<div>TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****</div>	<div>PORTE DEMAIS</div>		
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada</div>			
<div>CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada</div>			
<div>LOGRADOURO R VISCONDE DE INHAUMA</div>	<div>NÚMERO 580</div>	<div>COMPLEMENTO CONJ 204</div>	
<div>CEP 14.010-100</div>	<div>BAIRRO/DISTRITO CENTRO</div>	<div>MUNICÍPIO RIBEIRAO PRETO</div>	<div>UF SP</div>
<div>ENDEREÇO ELETRÔNICO JUMAURA@HOTMAIL.COM</div>	<div>TELEFONE (16) 3702-8888</div>		
<div>ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****</div>			
<div>SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005</div>	
<div>MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL</div>			
<div>SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>		<div>DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****</div>	

COPY

ON THE SUBJECT OF:

SUBJECT INFORMATION:

FOR: STATE NATIONAL BOARD OF PRINCIPALS AND SCHOOLS

CAPITAL BUDGET:

SEE ALSO: (If available, add number)

© Conselho de Estado e Administração (CEA) constante de leis, decretos, do Conselho Nacional de Defesa Jurídica (CNDJ) e a sociedade.

Nonaflexione Empressarial

MEZA GALDINO CURY

Quali

regole

(3) Scopo: Amministrativo

Giulia



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ: 04.952.098/0001-38

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:51:10 do dia 12/03/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 11/04/2024.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE ESTAÇÃO

FLS: 1/1

NOME/RAZÃO SOCIAL SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA				CNPJ 04952098000138
Nº DA ESTAÇÃO 698825632	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 20° 43' 57.00" S	LONGITUDE 47° 45' 58.00" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RODOVIA VALDIR CANEVARI, nº KM 5.	DISTRITO		
BAIRRO	MUNICÍPIO Nuporanga	UF SP	

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:	08/01/2029		
LOCALIDADE PLANO BASICO:			
MUNICIPIO:	Nuporanga	UF:	SP
LOCALIDADE:			
FREQUENCIA:	98.7 MHz	CANAL:	254
CLASSE:	B1	COTA BASE DA TORRE:	818.6
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYW627		
NOME FANTASIA:	CONECTA FM - 92,5	NUMPROCESSO:	
CIDADE DA OUTORGA:	Nuporanga		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	RODOVIA VALDIR CANEVARI	BAIRRO:	
MUNICIPIO:	Nuporanga	UF:	SP
NUMERO:	KM 5	COMPLEMENTO:	SENTIDO NUPORANGA/SALES OLIVEIRA
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MUNICIPIO:	-	UF:	
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Diretivo		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Sinteck Sistemas Eletrônicos Ltda.	MODELO:	EX300
CÓDIGO:	025100902884	POTÊNCIA:	0.18 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR		MODELO:	
FABRICANTE:		POTÊNCIA:	kW
CÓDIGO:		MODELO:	
TRANSMISSOR AUXILIAR 2		POTÊNCIA:	kW
FABRICANTE:		MODELO:	
CÓDIGO:		POTÊNCIA:	
ANTENA PRINCIPAL		MODELO:	ANTENA QTA/FM 7/8
FABRICANTE:	QUASAR TECK BRASIL COM IND DE EQUIP ELETRÔNICOS LTDA	GANHO:	4.5 dBd
POLARIZAÇÃO:	Circular	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	100 graus
DESCRIÇÃO:	OMNI.	BEAM TILT:	.00 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	120 m		
ANTENA AUXILIAR		MODELO:	
FABRICANTE:		GANHO:	dBd
POLARIZAÇÃO:		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	graus
DESCRIÇÃO:		BEAM TILT:	graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	m		
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL		MODELO:	LCF158-50JA
FABRICANTE:	RADIO FREQUENCY SYSTEMS.	MODELO:	
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:			
RDS			
Código PI:			

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'
XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 13/03/2024 11:28:11



Emitido Em
30/03/2022
Autenticado eletronicamente, após conferência com o original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/3bf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Esta licença pode ser validada em
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcO2xhc3NMZWVhbmNhOioyMDIzNjQ3NzZmYmVlMzRlYg==>



abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA**

CPF/CNPJ: **04.952.098/0001-38**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os [Sistemas ePAD e CGU-PJ](#) consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O [Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas \(CEPIM\)](#) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 11:48:19 do dia 13/03/2024 , com validade até o dia 12/04/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: AwkKEaGH0dh1ijbJmVD0

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Dados da consulta Consulta

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA

Nº FISTEL: 50407286705

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 04952098000138

Situação: Ativa

Data Validade: 10/11/2021

CADIN: Não

Incide FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

UF: SP

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: AVENIDA DR. ARMANDO SALLES OLIVEIRA 380

Bairro: PARQUE UNIVERSITARIO

Município: Franca

CEP: 14404-600

UF: SP

End. Corresp.:

Bairro:

Município:

CEP:

UF:

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref./ Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/Crédito (R\$)
6530	0	2011	03/11/2011	R\$ 214.000,00	01/11/2011	214.000,00	214.000,00	0001 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
6530	0	2012	10/11/2012	R\$ 214.000,00	09/11/2012	214.000,00	214.000,00	0002 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
7241 - PPDUR	0	2013	21/05/2013	R\$ 200,00	29/04/2013	200,00	200,00	0003 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2014	15/07/2014	R\$ 1.000,00		0,00	0,00	0004 Histórico do Lançamento	Cancelado	0,00
8766 - TFI	1	2014	15/07/2014	R\$ 1.000,00		0,00	0,00	0005 Histórico do Lançamento	Cancelado	0,00
8766 - TFI	1	2014	15/07/2014	R\$ 1.000,00	13/06/2014	1.000,00	1.000,00	0006 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
8766 - TFI	1	2014	24/08/2014	R\$ 1.000,00		0,00	0,00	0007 Histórico do Lançamento	Cancelado	0,00
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 330,00	26/08/2015	413,06	413,06	0008 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 50,00	26/08/2015	62,59	62,59	0009 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1889	0	2015	30/07/2015	R\$ 4.275,00	23/07/2015	4.275,00	4.275,00	0010 Histórico do Lançamento	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 330,00	27/03/2017	439,05	439,05	0011 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 50,00	27/03/2017	66,52	66,52	0012 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1889	0	2016	07/12/2016	R\$ 1.404,00	30/11/2016	1.404,00	1.404,00	0013 Histórico do Lançamento	Quitado - DOU	0,00
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 330,00	27/03/2017	330,00	330,00	0014 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 50,00	27/03/2017	50,00	50,00	0015 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 660,00	12/03/2018	660,00	660,00	0016 Histórico do Lançamento	Quitado	0,00
	1	2018	31/03/2018	R\$ 100,00	12/03/2018	100,00	100,00	0017	Quitado	0,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

									Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 660,00	29/03/2019	660,00	660,00		0018	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento			
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 100,00	29/03/2019	100,00	100,00		0019	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento			
8766 - TFI	1	2020	28/03/2020	R\$ 2.000,00	26/03/2020	2.000,00	2.000,00		0022	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento			
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 660,00	31/03/2020	660,00	660,00		0023	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento			
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 100,00	31/03/2020	100,00	100,00		0024	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento			
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 660,00	30/03/2021	660,00	660,00		0025	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento			
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 100,00	30/03/2021	100,00	100,00		0026	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento			
7242 - PPDUR	1	2021	02/01/2022	R\$ 280,70	23/12/2021	280,70	280,70		0027	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento			
1660	0	2018	13/11/2022	R\$ 12.650,32		0,00	0,00		0028	Quitado - RN - P	0,00
								Histórico do Lançamento			
8766 - TFI	1	2022	03/04/2022	R\$ 2.000,00	25/03/2022	2.000,00	2.000,00		0029	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento			
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 660,00	25/03/2022	660,00	660,00		0030	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento			
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 100,00	25/03/2022	100,00	100,00		0031	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento			
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 660,00	30/03/2023	660,00	660,00		0032	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento			
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 100,00	30/03/2023	100,00	100,00		0033	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento			
1329 - TFF	1	2024	31/03/2024	R\$ 660,00		0,00	0,00	Histórico do Lançamento	0034	Deb.a Vencer	660,00
								Impressão de Boletos			
4200 - CFRP	1	2024	31/03/2024	R\$ 100,00		0,00	0,00	Histórico do Lançamento	0035	Deb.a Vencer	100,00
								Impressão de Boletos			
Total devido em 13/03/2024 (em reais):										760,00	
Total de créditos em 13/03/2024 (em reais):										0,00	

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

Registro 1 até 33 de 33 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial	Imprimir	Exportar Excel
--------------	----------	----------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

Z4(1#6)-.[-\%6-.*%.]%,%)'-

^_HE`ABHGBD?F?EQGNaB;H?JQEbEFGHA		D?F?EQG
850		cdefgd
8553	h	cdefgd ij fkgI
8558	58	cdefgd im n
8550	550	cdefgd ij fkgIm n
8oo3	oo3	p q r ls fk
8oo8	oo8	p t mpq
8oo0	oo0	p t j l fgim n u
8ooo	ooo	p v fgwlsix ygz
8o{3	o{3	p v fgwy vfg}fg
8{{3	{{3	p v fgwlfgm rfvg
8{{8	{{8	p v fgwlfgm rfvg ~
8{{{	{{{	p t j □p
8113	3o	p i x efg
8111	811	p i ygz
81h3	1h3	p v fg t
8h83	h83	t qsp †
8h03	h03	t fg cg
8h53	h53	t fgy fg
8h43	h43	t z fk †
8ho3	ho3	p t i fgm n
8ho8	ho8	p t iq fgm n
8ho0	ho0	p t t jc fgm n
8ho5	ho5	p t wfg † x
8ho4	ho4	p t p
8hoo	hoo	p t z fkgsp †
8ho{	ho{	p t z fkd † m
8ho1	ho1	p t md
8hoh	hoh	p t † l
8ho	ho	p q ♂ ♀ ew fg
8hh3	hh3	p md
8hh8	hh8	p t z fgl v `Y`
8hho	hho	p vfg
8hh{	hh{	p j v fkq ~ r ♂ v
8hh1	hh1	p efgmd
8hh	hh	p v fknivgz
8h 3	oo0	p t j l fg rwjc fgm n
8h 8	3o	p t j l fgv ㄥ ㄆ
8 o3	o3	jytxmj † jy † xm
038h	38h	p q r ls fk
080	80	t † txx † x
084o	84o	p † lx2 ㄥ † zmt † txx † x
0{18	555	z t jc fgm n u
0{10	{10	q fjcfgm rfn
0{h3	{h3	}fg vfg v
0{h0	{h0	}fgt fg v
0{h4	{h4	rfg}fg
5333	338	lf p p ㄥ
5338	330	lf v lfkv `Y`
5o33	o33	p † lx2 ㄥ † zm
4833	888	d † mit fgj ㄥ
4838	838	d † milf zv ♀
4830	830	d † mi cgjlt
4835	838	d † milf zv ♀
483o	83o	d † mip zv ♀
4033	033	fgq d vgq ㄥ
4038	038	dqij fkgI
o503	503	x ㄥ ㄥ †
o553	553	trfgm~ ijc ♀
o558	558	trfg † ㄥ
o543	543	fkv `Y`
o548	548	m rfx r
o540	540	trfgt~ ijc ♀
o545	545	p um rf
- ㄥ ㄥ ㄥ	544	tv f vxn
	54o	lg † 2x
	54{	q r

"541	54#	\$ % &
"54'	541	\$ %(()2*&
"54	54	\$ +
"5"3	5"3	, -. /
"5"8	5"8	0 + *1 2
"5"0	5"0	3 4 5 6 */4
"5"5	5"5	, -. + 67 621* 1
"5"4	5"4	\$) 18
"5""	5""	, -. +
"5"1	5"1	, 67 : + 621* 1;6621* 1
"5""	5""	, * 1
"5"	"	, 67 : + ;6* 1
"5#3	33	:-4 9
"513	513	:-<89 =
"5'3	83)>6
"5 3	5 3	65
"433	433	3 * * 5 -. 2? 8:
"434	434) @8:)
"43"	43"	65 5 =6 69
"4'	'4'	3 ,+) 1,, 1 1<
#"0#	"0#	, 8,A6 -. 8:) 7 %5#20334&
#"01	"01	\$) 188B%- &
#"0'	"0'	\$ * @8:C(9 DEF
#"0	"0	, 8,A6 -. 8:) 188B%5#20334&
#"53	"	\$) 189:))
#"58	"58	4 ,A)3-
#"50	50	\$ * @8: C(9 DF;-6*<"G
#"55	"55	\$ @8: 9 DF0"1330@0#0330@
#"54	"54	\$ * @8:HC(9 DF;-6*<4G%4"330@06"G0@&
#"5"	"5"	\$ * @8:HC(9 DF;-6*<4G%13330@&
#"5#	"5#	* @8: C9 DFH86"G0@06"G0@
#"51	"51	* @8: C9 DFH86 G0@06"G0@
#"5'	"5'	, 8,A6 -. 8:) 7
#"5	"5	, 8,A6 -. 8:) 188B
#"43	"43	, 8,A 9 F6 -. 8:) 7
#"48	"48	, 8,A 9 F4:6, .* @8:) 188B
1048	444	, 8,A6 C9 DF%5'120334&
1040	44"	, 8,A6 C9 DF
1044	044	, 8,A 9 F6 -. 8:) 7 %5#20334&
104"	000	, 8,A 9 F4:6, .* @8:) 188B%5'20334&
104#	04#	, 8, 11* 8: J 8:
1041	041	6 8:K4 , 8:4 4:H)=4
104'	04'	<8 K4 , 8:4 4:H)=4
104	04	6 8:K4 , 8: * @8:H)3,
10"3	0"3	<8 K4 , 8: * @8:H)3,
10"8	0"8	6 8:K4 , 8: * @8:H)432)3,
10"0	0"0	<8 K4 , 8: * @8:H)432)3,
'1##	111	.=@8: 8:
'1#1	1'	.=@8: 8:H) 7
"38	'38	48:
"34	'34	645
"3#	'3#	8:6-. 2* H=)J
"31	'31	*5 :4C% 8:6-. * &
"3'	'3'	618:) =H-. 2
"3	'3)JH\$ @8B
"83	'88	8:6-. 2* H
"80	'80	618:41FH-. 2
"8"	'8"	637
"5#	'5#	8: 41FH-. *
"#3	'#3	\$ @8B
""	'#"	*8:6-. 2

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

CONTRATO DE ADEÇÃO DE PERMISSÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E SISTEMA
INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA -
SIR, PARA EXPLORAR O SERVIÇO DE
RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA
MODULADA, NA LOCALIDADE DE NUPORANGA,
ESTADO DE SÃO PAULO.

Aos 07 (sete) dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, Paulo Bernardo Silva, e SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA - SIR, CNPJ nº 04.952.098/0001-38, representada por seu sócio-gerente, Abib Salim Cury, RG nº 2.172.849-5 SSP/SP, CPF nº 015.306.668-72, assinam o presente Contrato de Adesão de Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria nº 1002, de 23 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 8 de janeiro de 2009, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 541, de 21 de julho de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 22 de julho de 2010, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Nuporanga, Estado de São Paulo, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado ao SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA - SIR o direito de explorar, sem exclusividade, na localidade de Nuporanga, Estado de São Paulo, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Parágrafo único. A execução do serviço é vinculada aos termos do Edital da Concorrência nº 132/2001-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na licitação pela permissionária.

Cláusula 2ª. A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. A permissionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

@



- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação da Portaria de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União;
- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;



- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;
- q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;
- r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;

Cláusula 4ª. Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil, quatrocentos e quarenta) minutos, a permissionária deverá:

- a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;
- b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;
- c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;
- d) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra “f” desta cláusula;
- e) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra “g” desta cláusula;
- f) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra “d” desta cláusula;
- g) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra “e” desta cláusula;
- h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;



- i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra “d” desta cláusula;
- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras “e” e “g” desta cláusula;
- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação.
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª. A permissionária deverá recolher, até a data de assinatura deste contrato, o valor de R\$ 214.000,00 (duzentos e quatorze mil reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

Cláusula 7ª. A permissionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.



Cláusula 8ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

Cláusula 9ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 10ª. O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 11ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 12ª. A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.



Cláusula 15ª. O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.

Cláusula 16ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerará-se o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

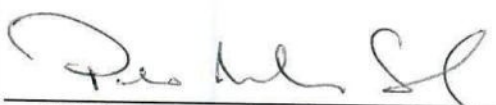
Cláusula 17ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

Cláusula 18ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

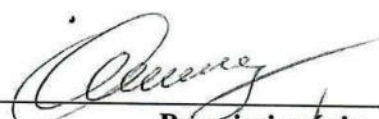
Cláusula 19ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

Cláusula 20ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

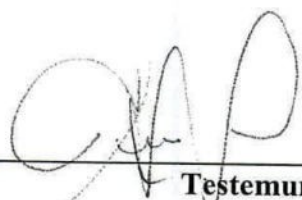
E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.



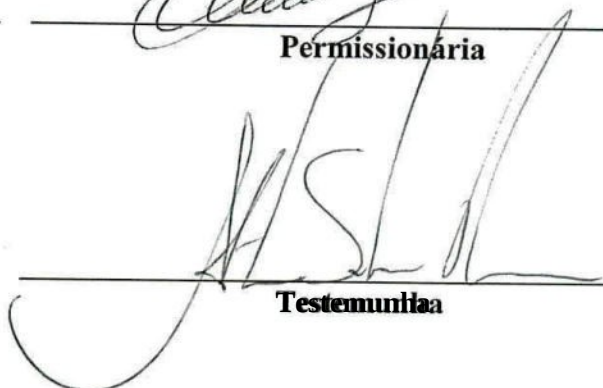
Ministro de Estado das Comunicações



Permissionária



Testemunha



Testemunha





Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 536, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE FRANCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Franca, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 904, de 22 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Franca para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Franca, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 537, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE ÁGUAS DA PRATA - SP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas da Prata, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.046, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária da Estância Hidromineral de Águas da Prata - SP para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas da Prata, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 538, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ONG - SOCIEDADE VIVA MOSQUEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belém, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 258, de 6 de maio de 2009, que outorga autorização à ONG - Sociedade Viva Mosqueiro para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belém, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 539, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE ALENQUER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alenquer, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.104, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Alenquer para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alenquer, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 540, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CULTURAL, ARTÍSTICO E SOCIAL "COMUNIDADE" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Suzanópolis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 679, de 14 de outubro de 2008, que outorga autorização à Associação do Desenvolvimento Cultural, Artístico e Social "Comunidade" para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Suzanópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 541, DE 2010

Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nuporanga, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.002, de 23 de dezembro de 2008, que outorga permissão à Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nuporanga, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 542, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADANIA EM AÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 960, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária Cidadania em Ação para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 543, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA FAMÍLIA DE JATAÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jataí, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.093, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Família de Jataí para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jataí, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 544, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA PORTAL DO ARAGUAIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Crixás, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.134, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Portal do Araguaia para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Crixás, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

04.952.098/0001-38



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1002 , DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.000350/2002, Concorrência nº 132/2001-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Nuporanga, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[Assinatura]
HÉLIO COSTA





1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

1) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. [\(Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968\)](#)

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no [art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de



habilitação:

- II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- V - prova de inscrição no CNPJ;
- VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e
- XI - declaração de que:

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

- a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;
- b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;
- c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;
- d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;
- e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;
- f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e
- g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e zens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consultoria Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas federal, estadual e municipal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>



abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os dozes meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.



(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do RSR).



Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente^[1].

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nºxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx] para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas



médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO



Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

1. [^] Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

Id solicitação: 57dbac4a60bba

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA	
Nome Fantasia: CONECTA FM - 92,5	
Telefone: ()	E-mail: jumaure@hotmail.com
CNPJ: 04.952.098/0001-38	Número do Fistel: 50407286705
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 10/11/2011	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 08/01/2029	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA DR. ARMANDO SALLES OLIVEIRA	Complemento:	
Bairro: PARQUE UNIVERSITARIO	Numero: 380	
Município: Franca	UF: SP	CEP: 14404600

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RODOVIA VALDIR CANEVARI	Complemento: SENTIDO NUPORANGA/SALAS OLIVEIRA	
Bairro:	Numero: KM 5	
Município: Nuporanga	UF: SP	CEP: 14670000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RODOVIA VALDIR CANEVARI	Complemento: SENTIDO NUPORANGA/SALES OLIVEIRA	
Bairro:	Numero: KM 5	
Município: Nuporanga	UF: SP	CEP: 14670000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Nuporanga	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 254	Frequência: 98.7 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 0.3727kW
HCI: 120 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 698825632	Número Indicativo: ZYW627
Data Último Licenciamento: 30/03/2022	Número da Licença: 53500.015837/2022-01



Estação Principal		
Localização		
Latitude: 20° 43' 57.00" S	Longitude: 47° 45' 58.00" W	Cota da base: 818.6 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 025100902884	Modelo: EX300
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 0.18 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF158-50JA		Fabricante: RADIO FREQUENCY SYSTEMS.	
Comprimento da Linha: 128.00 m	Atenuação: 0.656 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: ANTENA QTA/FM 7/8			Fabricante: QUASAR TECK BRASIL COM IND DE EQUIP ELETRÔNICOS LTDA		
Ganho: 4.5 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 100 °	Polarização: Circular	HCl: 120 m	ERP Máxima: 0.37 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 4.32	5°: 3.92	10°: 3.57	15°: 3.21	20°: 2.84	25°: 2.44	30°: 2.07	35°: 1.82	40°: 1.61	45°: 1.39	50°: 1.19	55°: 1.04
60°: 0.91	65°: 0.79	70°: 0.65	75°: 0.46	80°: 0.27	85°: 0.16	90°: 0.08	95°: 0.03	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0.08
120°: 0.18	125°: 0.25	130°: 0.36	135°: 0.58	140°: 0.81	145°: 0.98	150°: 1.13	155°: 1.28	160°: 1.43	165°: 1.61	170°: 1.8	175°: 1.94
180°: 2.15	185°: 2.54	190°: 3.01	195°: 3.46	200°: 3.98	205°: 4.63	210°: 5.38	215°: 6.28	220°: 7.21	225°: 8.15	230°: 8.86	235°: 8.96
240°: 8.86	245°: 8.86	250°: 8.86	255°: 8.86	260°: 8.86	265°: 8.86	270°: 8.86	275°: 8.86	280°: 8.86	285°: 8.86	290°: 8.86	295°: 8.82
300°: 8.86	305°: 9.22	310°: 9.58	315°: 9.67	320°: 9.58	325°: 9.35	330°: 8.86	335°: 7.85	340°: 6.78	345°: 6.1	350°: 5.52	355°: 4.89

Coordenadas por radial											
0°: Lat 0 Lon 0	5°: Lat 0 Lon 0	10°: Lat 0 Lon 0	15°: Lat 0 Lon 0	20°: Lat 0 Lon 0	25°: Lat 0 Lon 0	30°: Lat 0 Lon 0	35°: Lat 0 Lon 0	40°: Lat 0 Lon 0	45°: Lat 0 Lon 0	50°: Lat 0 Lon 0	55°: Lat 0 Lon 0
60°: Lat 0 Lon 0	65°: Lat 0 Lon 0	70°: Lat 0 Lon 0	75°: Lat 0 Lon 0	80°: Lat 0 Lon 0	85°: Lat 0 Lon 0	90°: Lat 0 Lon 0	95°: Lat 0 Lon 0	100°: Lat 0 Lon 0	105°: Lat 0 Lon 0	110°: Lat 0 Lon 0	115°: Lat 0 Lon 0
120°: Lat 0 Lon 0	125°: Lat 0 Lon 0	130°: Lat 0 Lon 0	135°: Lat 0 Lon 0	140°: Lat 0 Lon 0	145°: Lat 0 Lon 0	150°: Lat 0 Lon 0	155°: Lat 0 Lon 0	160°: Lat 0 Lon 0	165°: Lat 0 Lon 0	170°: Lat 0 Lon 0	175°: Lat 0 Lon 0
180°: Lat 0 Lon 0	185°: Lat 0 Lon 0	190°: Lat 0 Lon 0	195°: Lat 0 Lon 0	200°: Lat 0 Lon 0	205°: Lat 0 Lon 0	210°: Lat 0 Lon 0	215°: Lat 0 Lon 0	220°: Lat 0 Lon 0	225°: Lat 0 Lon 0	230°: Lat 0 Lon 0	235°: Lat 0 Lon 0
240°: Lat 0 Lon 0	245°: Lat 0 Lon 0	250°: Lat 0 Lon 0	255°: Lat 0 Lon 0	260°: Lat 0 Lon 0	265°: Lat 0 Lon 0	270°: Lat 0 Lon 0	275°: Lat 0 Lon 0	280°: Lat 0 Lon 0	285°: Lat 0 Lon 0	290°: Lat 0 Lon 0	295°: Lat 0 Lon 0
300°: Lat 0 Lon 0	305°: Lat 0 Lon 0	310°: Lat 0 Lon 0	315°: Lat 0 Lon 0	320°: Lat 0 Lon 0	325°: Lat 0 Lon 0	330°: Lat 0 Lon 0	335°: Lat 0 Lon 0	340°: Lat 0 Lon 0	345°: Lat 0 Lon 0	350°: Lat 0 Lon 0	355°: Lat 0 Lon 0

Distância por radial											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW



Linha de Transmissão Auxiliar			
Modelo:		Fabricante:	
Comprimento da Linha: m	Atenuação: dB/100m	Perdas Acessórias: dB	Impedância: ohms

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0.37 kW
RDS					
Código PI:					

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1002	Portaria	MC	23/12/2008	08/01/2009	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	108	Portaria	MC	01/03/2013	12/03/2013	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	541	Decreto Legislativo	CN	21/07/2010	22/07/2010	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	108	Despacho	MC	01/03/2013	12/03/2013	Autoriza a Instalação da Estação e a Utilização dos Equipamentos	Técnico
9999	2296	Ato	CMPRL	09/04/2013	11/04/2013	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	0	Despacho	SSCE	05/06/2014		Autoriza Equipamento	Técnico
53500003799201930	29	Despacho	ER01	23/01/2019		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.087232/2021-22	13030	Ato	ORLE	27/12/2021	27/01/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento	





Guia de Boas Práticas

Assinatura Eletrônica e Certificação Digital



Evite erros e lentidão ao
validar seus documentos.

[CLIQUE AQUI E SAIBA MAIS](#)



Submeta agora mesmo seu documento ao serviço oficial de validação de assinaturas eletrônicas do governo e descubra online, e instantaneamente, o status de assinaturas eletrônicas ICP-Brasil, GOV.BR ou provenientes de acordos internacionais de reconhecimento mútuo para atender às suas necessidades de segurança e confiabilidade.

Você também pode baixar o aplicativo VALIDAR QR CODE, em Android ou iOS, para validar documentos e certificados de atributo acessíveis por QR Code ou solicitar acesso gratuito a nossa API para integrar o serviço ao seu portal. Tudo nos termos da Portaria ITI Nº 22 de 28 de setembro de 2023.

É importante ressaltar que nenhuma informação ou arquivo são armazenados nos ambientes operacionais do ITI. Os resultados da validação limitam-se exclusivamente a identificar o titular do certificado digital utilizado e confirmar se o documento assinado não sofreu nenhuma adulteração após a assinatura.

QR Code: Só serão submetidos QR Codes de documentos assinados

URL: Ex: <https://www.mypdf.com>"

0 Ler QR Code

1 Escolher Arquivo

Arquivo escolhido: **REQUERIMENTO_e_CERTIDOES.pdf**

2 Colar URL

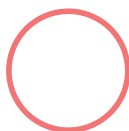


Assinatura Destacada



Concordo com os [termos de uso e política de privacidade](#).

3 Validar



Aviso

Você submeteu um documento sem assinatura
reconhecível ou com assinatura corrompida.

OK

[Saiba o que fazer](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS
RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL
(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº: 53115.031340/2021-94
Entidade: SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA
CNPJ nº: 04.952.098/0001-38
FISTEL nº: 50407286705
Localidade: Nuporanga/SP
Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 28/10/2021

Período: 10/11/2021 a 10/11/2031

Tipo de outorga a ser renovada:

- () Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.
- (X) Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.
- () Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.
- () Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou procurador devidamente constituído;	(X) Sim () Não () Não se aplica	8324924 Págs. 1-2* 10870474 Págs. 8-9	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021); - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII".	*Requerimento subscrito pelos representantes legais à época (SEI 8324924 - Págs. 4-6 e 14-27) O ato foi ratificado pelos então representantes legais da entidade (SEI 10870474 -Págs.8-9).
Declaração: a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10870474 Págs. 8-9	- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021. - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".	



<p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p>	<p>(X) Sim () Não se aplica</p>	<p>10870474 Págs. 8-9</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhe assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>	<p>(X) Sim () Não se aplica</p>	<p>10870474 Págs. 8-9</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>	<p>(X) Sim () Não se aplica</p>	<p>10870474 Págs. 8-9</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>	<p>(X) Sim () Não se aplica</p>	<p>10870474 Págs. 8-9</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>	<p>(X) Sim () Não se aplica</p>	<p>10870474 Págs. 8-9</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	



<p>Declaração:</p> <p>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10870474 Págs. 8-9</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10870474 Págs. 8-9</p>	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10870474 Págs. 8-9</p>	<p>- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.</p>	
<p>2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11419353</p>	<p>- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".</p>	

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
<p>3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10870474 Págs. 11-13</p>	<p>- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".</p>	



4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10870474 Pág. 17	- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "IX" e "X".	
5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se não o caso, da filial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11419357	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI".	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F 10870474 Pág. 19 E 10870474 Págs. 21-22 M 10870474 Pág. 24	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".	
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11419367	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS 10870474 Pág. 19 FGTS 10870474 Pág. 29	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	10870474 Pág. 31	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".	
10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de: (i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte. Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF não serão aceitos para comprovar a nacionalidade.	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Não se aplica	10870474 CLÁUDIO GALDIANO CURY Pág. 34 CLÓVIS GALDIANO CURY Pág. 35 NEUZA GALDIANO CURY Pág. 33	- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III".	
11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	11419410	- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII".	
12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga?	<input type="checkbox"/> Sim <input checked="" type="checkbox"/> Não	11419552	- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".	
13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga;	<input checked="" type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	10933848	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V".	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)?	() Sim (X) Não	11419523	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.	
--	--------------------	----------	---	--

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
15. Declaração, firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia, de que: - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 1990;	() Sim () Não (X) Não se aplica	- n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49.	
16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.	() Sim () Não (X) Não se aplica	- n/a	- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa, Engenheiro**, em 15/03/2024, às 11:39, conforme horário de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11419420** e o código CRC **9BDF426A**.





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 4704/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.031340/2021-94

INTERESSADA: SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COM. DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **SIR - Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 04.952.098/0001-38**, objeto de uma renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Nuporanga/SP, vinculado ao **FISTEL nº 50407286705**, referente ao período de novembro de 2021 a 10 de novembro de 2031.

ANÁLISE

2. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Executivo em períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, do Decreto nº 52.795/1963.

3. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. Com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passaram a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitido pelo órgão de registro competente em que constem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas Federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da legislação pertinente; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Previdência Social, por meio da apresentação da certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes pertence a quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções de confiança, nos termos da legislação pertinente;

quais decorra foro especial;

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>



d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

4. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma eventual contensão de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros especiais, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

5. No caso em apreço, conferiu-se ao **SIR - Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda** a outorga do radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 1.002, de 23 de dezembro de 2008, publicada no D.O.U. da União do dia 8 de janeiro de 2009 e Decreto Legislativo nº 541, de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia 22 de 2010 (SEI 11420439 - Págs. 8-7). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de novembro de 2011 (SEI 11420439 - Págs. 1-6).

6. Pela análise dos autos, observa-se que, em **28 de outubro de 2021**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao contrato de outorga de **2011-2031** (SEI 8324924 - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação da outorga, **entende-se** que a sua protocolização ocorreu no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 10 de novembro de 2020 a 10 de novembro de 2021.

7. Mister consignar que o requerimento inicial de renovação foi assinado eletronicamente; porém a validação da assinatura não foi possível (SEI 11421410). Não obstante, o ato foi ratificado pelo então representante legal da entidade, o Sr. **10870474** -Págs. 8-9). Em caso semelhante, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações já se manifestou sobre o assunto, por meio do Parecer nº 00060/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a saber:

"21. No caso, cabe observar o preceito contido no art. 662 do Código Civil, o qual confere efeito ex tunc (retroativo) ao ato de ratificação, verbis s:

'Art. 662. Os atos praticados por quem não tenha mandato, ou o tenha sem poderes suficientes, são ineficazes em relação àquele em cujo nome foram praticados, **salvo se este os ratificar.**

Parágrafo único. **A ratificação há de ser expressa, ou resultar de ato inequívoco, e retroagirá à data do ato.'**

22. Ora, como se pode verificar na parte final do art. 662 e no seu parágrafo único, a Lei Civil privilegia o princípio da conservação do negócio jurídico ou do contrato ao expressar que o ato praticado por quem não tem mandato pode ser confirmado pelo mandante, principalmente nos casos em que a atuação daquele que agiu como mandatário lhe é benéfica.

23. Com efeito, considerando a ratificação expressa manifestada pelo mandante, deve-se dar a tal ato o efeito retroativo no parágrafo único do art. 662 do Código Civil.

24. Está sanada, assim, a suposta irregularidade na representação.

25. **Não há óbice à aplicação do presente entendimento a casos que se enquadrem nos parâmetros aqui estabelecidos.**

Pelo contrário, é recomendável que seja dado tratamento uniforme a situações similares, de modo a proporcionar isonomia na atuação do Poder Público.

(...)" (Grifamos)

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos em autos (SEI 11419420). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável o comprovatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes do Poder da União, do Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente exigida pelo Ministério das Comunicações, **fixa-se** pelo fato de que a sua protocolização ocorreu no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

10. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhando as declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.104.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, simplificada, em anexo, pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos contábeis, demonstrando que os quadros societário e diretores foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11419420).

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SACS, em 12 de março de 2024 (SEI 11419353).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário, a pessoa jurídica ora interessada explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em cinco localidades, quais sejam: Nuporanga/PA, Ribeirão Corrente/SP, São Joaquim da Barra/SP e São José da Bela Vista/SP, e não figura como sócia no quadro societário da pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Claudio Galdiano Cury compõe o quadro societário da pessoa jurídica que explora o serviço de radiodifusão frequência modulada, na localidade de Franca/SP. Já os sócios administradores Neuza Galdiano Cury e Clovis Galdiano Cury não participam do quadro de outorga da pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de caráter administrativo em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11421387). Sobre o assunto, a Coordenação de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em andamento contra a pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou rescisão de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 10933848).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou, em 14 de maio de 2024, pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, também, declarações dos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, ainda, o cerdão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de inscrição perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, o cerdão emita pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11419420).

15. Ademais, acostou-se aos autos o cerdão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica no que se refere ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11419357 - Pág. 1).

16. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada demonstra especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educacionais e culturais a nentes da comunidade, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de descumprimento contratual pela concessionária/permissionária à exigência legal de que a execução do serviço de radiodifusão tenha caráter precário mantém *as mesmas condições de concessão* demonstram o interesse público na renovação da outorga na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Salienta-se, ainda, que, para a vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, não é necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou da outorga do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade do licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023,

Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405/2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (O rígem: P RT GM/SEI - MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que se trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (O rígem: P RT GM/SEI - MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constará da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (O rígem: P RT GM/SEI - MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (O rígem: P RT GM/SEI - MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

- a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)
- b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

- a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)
- b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)
- c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)
- d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico ~~po~~ (omnidirecional ou dire vo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º deste artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação, no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)

18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá apresentar características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). Consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada no licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 30 de março de 2022, com validade até 8 de janeiro de 2029 (SEI 10933475 Pág. 1; e SEI 11419410). Sobre o prazo de vigência da licença de funcionamento das estações, a unidade consultada, por intermédio do Despacho nº 00011/2024/CO NJUR-MCOM/CGU/AGU (Processo Administrativo nº 01250.071072/2018-90), exarou o seguinte posicionamento, a saber:

(...) 16. Em relação ao prazo de vigência da licença de funcionamento da estação por ocasião da renovação de outorga, no Despacho nº 02373/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 01250.010513/2020-00) já me manifestei no seguinte sentido:

(...)

Conforme o PARECER REFERENCIAL nº 00010/2023/CO NJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 00738.000159/2023-12), uma das condições para a renovação de outorgas de radiodifusão é que a estação esteja devidamente licenciada. Certamente isso não justifica concluir que o prazo da licença de funcionamento da estação no momento da renovação da outorga é obrigatoriamente abranger todo o período de prorrogação. Antes de expirar a licença, o radiodifusor deve providenciar a sua renovação e se não o fizer deverão ser aplicadas as sanções cabíveis. O poder público não pode exigir que o interessado na prorrogação da outorga providencie uma nova licença de funcionamento da estação se já possui uma licença válida. Portanto, não tem cabimento a exigência que consta da COTA nº 00179/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (seu. 50).

(...)

17. Portanto, fica esclarecido que para que a renovação de outorga possa ser deferida, além do cumprimento das demais exigências regulamentares, é necessário que haja licença de funcionamento da estação válida. Mas não que o prazo de validade da licença abra todo o período de renovação.

18. É certo que a outorgada é obrigada a manter as condições de habilitação durante todo o curso da outorga, mas obviamente isso não significa dizer que a licença deva obrigatoriamente ter prazo de vigência igual ou superior ao período da concessão ou permissão. Não há que se falar em norma jurídica que exija isso. A outorgada deverá providenciar a renovação da licença antes que expire, de modo a manter as condições de funcionamento da estação.



21. Oportuno registrar que a ~~ção~~ emida pela Agência Nacional de Telecomunicações rela va ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 12 de maio (SEI 11419367). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão houvesse, aquela ~~ção~~ ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações SIGEC/ANATEL revelou que a pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às receitas identificadas com o código que refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada pela agência (SEI 11419552). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

22. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Nuporanga/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica do Ministério das Comunicações uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11419552).

CONCLUSÃO

23. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

24. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações** para deliberação nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

25. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para providenciar o registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

26. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas, conforme consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Rádio e Televisão Privada**, em 15/03/2024, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa, Engenheiro**, em 15/03/2024, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 15/03/2024, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 15:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11420450** e o código CRC **09B73879**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11420734)
- Minuta de Exposição de Motivos (11420736)

Referência: Processo nº 53115.031340/2021-94

Documento nº 11420450

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 8º, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 10 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.031340/2021-94,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida ao SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÕES LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 04.952.098/0001-38, número de inscrição no FISTEL nº 50407286705, a partir de novembro de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de frequência modulada, no município de Nuporanga, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Regulamento Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 59, III, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa, Engenheiro**, em 15/03/2024, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 15/03/2024, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>





A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11420734** e o código CRC **CB70B040**.

Referência: Processo nº 53115.031340/2021-94 Documento nº 11420734

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.031340/2021-94, invocando as razões p
Nota Técnica nº 4704/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CO NJUR-MCO M/CGU/AGU
acompanhado da Portaria nº _____, de ____ de ____ de _____, publicada em _____, que renova, pelo prazo de c
par r de 10 de novembro de 2021, a permissão outorgada ao SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA
04.952.098/0001-38), nos termos da Portaria nº 1.002, datada em 23 de dezembro de 2008, publicada em 8 de
chancelada pelo Decreto Legislativo nº 541, de 2010, publicado em 22 de julho de 2010, para executar, sem direito de ex
o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Nuporanga, Estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º da Constituição da República, encaminho o
respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa, Engenheiro**, em 15/03/2024, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 15/03/2024, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11420736** e o código CRC **F0368DD7**.

Referência: Processo nº 53115.031340/2021-94 Documento nº 11420736

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 12579, DE 18 DE MARÇO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 8º, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 10 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.031340/2021-94,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida ao SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÕES LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 04.952.098/0001-38, número de inscrição no FISTEL nº 50407281705, a partir de novembro de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão de frequência modulada, no município de Nuporanga, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelas disposições da Constituição Federal, da Lei de 1964, das Leis Brasileiras de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 59, inciso III, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 28/03/2024, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do Decreto nº 8.539, de 26 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código de verificação **11426958** e o código CRC **83E8A66F**.

Referência: Processo nº 53115.031340/2021-94

Documento nº 11426958

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 18 de março de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.031340/2021-94, invocando as razões p
Nota Técnica nº 4704/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CO NJUR-MCO M/CGU/AGU
acompanhado da Portaria MCOM nº 12579, de 18 de março de 2024, publicada em _____, que renova, pelo p
anos, a par de 10 de novembro de 2021, a permissão outorgada ao SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO
(CNPJ nº 04.952.098/0001-38), nos termos da Portaria nº 1.002, datada em 23 de dezembro de 2008, publicada em 8 de
2009, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 541, de 2010, publicado em 22 de julho de 2010, para executar, se
exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Nuporanga, estado de São Pa

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o
respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho, Ministro de Estado das Comunicações**, em 28/03/2024, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 26 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código de verificador **11426962** e o código CRC **128DC905**.

Referência: Processo nº 53115.031340/2021-94

Documento nº 11426962

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 48244/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 12579/2024(11426958) e a Exposição de Motivos nº 202/2024(11426958)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 4704/2024(11420450), encaminha a Portaria nº 12579/2024(11426958) e a Exposição de Motivos nº 202/2024(11426958) para apreciação e as providências subsequentes.
Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch**, Secretário de Comunicação Social Eletrônica, em 11/10/2024 às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11426974** e o código CRC **3FC99CEF**.

Referência: Processo nº 53115.031340/2021-94

Documento nº 11426974

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.


<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 28/03/2024 17:40:07
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 10247362
Data prevista de publicação: 01/04/2024
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21506019	ATO PORTARIA MCOM NA 12557.rtf	bdbcd84bf5c4c7a6ce812ed305bfdc55	5,00	R\$ 194,60
21506020	ATO PORTARIA MCOM NA 12569.rtf	9cd23b2446a1a1b7fe575afbc950fb	9,00	R\$ 350,28
21506021	ATO PORTARIA MCOM NA 12526.rtf	c8964ccb6c6853c23f14b32d53eded3f	8,00	R\$ 311,36
21506022	ATO PORTARIA MCOM NA 12579.rtf	f85679178294aadfc74d0c2ce437ddb	8,00	R\$ 311,36
21506023	ATO PORTARIA MCOM NA 12583.rtf	d5cd52a9f5a7e9fcb717c6c8ba22206b	8,00	R\$ 311,36
21506024	ATO PORTARIA MCOM NA 12363.rtf	b15259a3285547e554b3f9d890870090	8,00	R\$ 311,36
21506025	ATO PORTARIA MCOM NA 12529.rtf	350d46a2e969f982f47620b87b7f117f	8,00	R\$ 311,36
21506026	ATO PORTARIA MCOM NA 12528.rtf	40bdc71c26aaf10f6b85c048ba21094f	8,00	R\$ 311,36
21506028	ATO PORTARIA MCOM NA 12527.rtf	f8646c9b24cbafef692a81a03e363173	8,00	R\$ 311,36
21506029	ATO PORTARIA MCOM NA 12515.rtf	d7e4079ba94979edcf844a7e4ac0d38e	9,00	R\$ 350,28
21506030	ATO PORTARIA MCOM NA 12546.rtf	314cf08d504a6ade62f3b6eb961f61f7	9,00	R\$ 350,28
21506031	ATO PORTARIA MCOM NA 12566.rtf	346ffaa6be7076996c474994bbcea2bc	9,00	R\$ 350,28
TOTAL DO OFICIO			97,00	R\$ 3.775,24

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 01/04/2024 | Edição: 62 | Seção: 1 | Página: 12

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 12.579, DE 18 DE MARÇO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, e no âmbito de sua competência, disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.741, de 13 de setembro de 1965, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como no Decreto nº 53115.031340/2021-94, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida ao RÁDIOCOMUNICAÇÃO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 04.958.111/0001-90, inscrita no FISTEL nº 50407286705, a partir de 10 de novembro de 2021, por prazo indeterminado, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora de alta fidelidade de caráter comunitário, no município de Nuporanga, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é concedida, será regida pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e demais normas legais.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Conselho de Estado, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

Id solicitação: 57dbac4a60bba

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA	
Nome Fantasia: CONECTA FM - 92,5	
Telefone: ()	E-mail: jumaure@hotmail.com
CNPJ: 04.952.098/0001-38	Número do Fistel: 50407286705
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 10/11/2011	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 08/01/2029	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA DR. ARMANDO SALLES OLIVEIRA	Complemento:	
Bairro: PARQUE UNIVERSITARIO	Numero: 380	
Município: Franca	UF: SP	CEP: 14404600

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RODOVIA VALDIR CANEVARI	Complemento: SENTIDO NUPORANGA/SALAS OLIVEIRA	
Bairro:	Numero: KM 5	
Município: Nuporanga	UF: SP	CEP: 14670000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RODOVIA VALDIR CANEVARI	Complemento: SENTIDO NUPORANGA/SALES OLIVEIRA	
Bairro:	Numero: KM 5	
Município: Nuporanga	UF: SP	CEP: 14670000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Nuporanga	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 254	Frequência: 98.7 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 0.3727kW
HCI: 120 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 698825632	Número Indicativo: ZYW627
Data Último Licenciamento: 30/03/2022	Número da Licença: 53500.015837/2022-01



Assinado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 20° 43' 57.00" S	Longitude: 47° 45' 58.00" W	Cota da base: 818.6 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 025100902884	Modelo: EX300
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 0.18 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF158-50JA	Fabricante: RADIO FREQUENCY SYSTEMS.		
Comprimento da Linha: 128.00 m	Atenuação: 0.656 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: ANTENA QTA/FM 7/8	Fabricante: QUASAR TECK BRASIL COM IND DE EQUIP ELETRÔNICOS LTDA				
Ganho: 4.5 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 100 °	Polarização: Circular	HCl: 120 m	ERP Máxima: 0.37 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 4.32	5°: 3.92	10°: 3.57	15°: 3.21	20°: 2.84	25°: 2.44	30°: 2.07	35°: 1.82	40°: 1.61	45°: 1.39	50°: 1.19	55°: 1.04
60°: 0.91	65°: 0.79	70°: 0.65	75°: 0.46	80°: 0.27	85°: 0.16	90°: 0.08	95°: 0.03	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0.08
120°: 0.18	125°: 0.25	130°: 0.36	135°: 0.58	140°: 0.81	145°: 0.98	150°: 1.13	155°: 1.28	160°: 1.43	165°: 1.61	170°: 1.8	175°: 1.94
180°: 2.15	185°: 2.54	190°: 3.01	195°: 3.46	200°: 3.98	205°: 4.63	210°: 5.38	215°: 6.28	220°: 7.21	225°: 8.15	230°: 8.86	235°: 8.96
240°: 8.86	245°: 8.86	250°: 8.86	255°: 8.86	260°: 8.86	265°: 8.86	270°: 8.86	275°: 8.86	280°: 8.86	285°: 8.86	290°: 8.86	295°: 8.82
300°: 8.86	305°: 9.22	310°: 9.58	315°: 9.67	320°: 9.58	325°: 9.35	330°: 8.86	335°: 7.85	340°: 6.78	345°: 6.1	350°: 5.52	355°: 4.89

Coordenadas por radial											
0°: Lat 0 Lon 0	5°: Lat 0 Lon 0	10°: Lat 0 Lon 0	15°: Lat 0 Lon 0	20°: Lat 0 Lon 0	25°: Lat 0 Lon 0	30°: Lat 0 Lon 0	35°: Lat 0 Lon 0	40°: Lat 0 Lon 0	45°: Lat 0 Lon 0	50°: Lat 0 Lon 0	55°: Lat 0 Lon 0
60°: Lat 0 Lon 0	65°: Lat 0 Lon 0	70°: Lat 0 Lon 0	75°: Lat 0 Lon 0	80°: Lat 0 Lon 0	85°: Lat 0 Lon 0	90°: Lat 0 Lon 0	95°: Lat 0 Lon 0	100°: Lat 0 Lon 0	105°: Lat 0 Lon 0	110°: Lat 0 Lon 0	115°: Lat 0 Lon 0
120°: Lat 0 Lon 0	125°: Lat 0 Lon 0	130°: Lat 0 Lon 0	135°: Lat 0 Lon 0	140°: Lat 0 Lon 0	145°: Lat 0 Lon 0	150°: Lat 0 Lon 0	155°: Lat 0 Lon 0	160°: Lat 0 Lon 0	165°: Lat 0 Lon 0	170°: Lat 0 Lon 0	175°: Lat 0 Lon 0
180°: Lat 0 Lon 0	185°: Lat 0 Lon 0	190°: Lat 0 Lon 0	195°: Lat 0 Lon 0	200°: Lat 0 Lon 0	205°: Lat 0 Lon 0	210°: Lat 0 Lon 0	215°: Lat 0 Lon 0	220°: Lat 0 Lon 0	225°: Lat 0 Lon 0	230°: Lat 0 Lon 0	235°: Lat 0 Lon 0
240°: Lat 0 Lon 0	245°: Lat 0 Lon 0	250°: Lat 0 Lon 0	255°: Lat 0 Lon 0	260°: Lat 0 Lon 0	265°: Lat 0 Lon 0	270°: Lat 0 Lon 0	275°: Lat 0 Lon 0	280°: Lat 0 Lon 0	285°: Lat 0 Lon 0	290°: Lat 0 Lon 0	295°: Lat 0 Lon 0
300°: Lat 0 Lon 0	305°: Lat 0 Lon 0	310°: Lat 0 Lon 0	315°: Lat 0 Lon 0	320°: Lat 0 Lon 0	325°: Lat 0 Lon 0	330°: Lat 0 Lon 0	335°: Lat 0 Lon 0	340°: Lat 0 Lon 0	345°: Lat 0 Lon 0	350°: Lat 0 Lon 0	355°: Lat 0 Lon 0

Distância por radial											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW



Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms	

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0.37 kW

RDS	
Código PI:	

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1002	Portaria	MC	23/12/2008	08/01/2009	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	108	Portaria	MC	01/03/2013	12/03/2013	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	541	Decreto Legislativo	CN	21/07/2010	22/07/2010	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	108	Despacho	MC	01/03/2013	12/03/2013	Autoriza a Instalação da Estação e a Utilização dos Equipamentos	Técnico
9999	2296	Ato	CMPRL	09/04/2013	11/04/2013	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	0	Despacho	SSCE	05/06/2014		Autoriza Equipamento	Técnico
53500003799201930	29	Despacho	ER01	23/01/2019		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.087232/2021-22	13030	Ato	ORLE	27/12/2021	27/01/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53115031340202194	12579	Portaria	MC	18/03/2024	01/04/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento	





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 48803/2024/MCOM

Brasília, 01 de abril de 2024

Ao Senhor
Énio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11426962)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 4704/2024 (11420450), encaminho a Vossa Senhoria a Exp de Motivos nº 202/2024 (11426962), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 01/04/2024, às 12:44, conforme de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11450576** e o código CRC **5F91E158**.

Referência: Processo nº 53115.031340/2021-94

Documento nº 11450576

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

EM nº 00264/2024 MCOM

Brasília, 3 de abril de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.031340/2021-94, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4704/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 12579, de 18 de março de 2024, publicada em 1 de abril de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de novembro de 2021, a permissão outorgada ao SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA. (CNPJ nº 04.952.098/0001-38), nos termos da Portaria nº 1.002, datada em 23 de dezembro de 2008, publicada em 8 de janeiro de 2009, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 541, de 2010, publicado em 22 de julho de 2010, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Nuporanga, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 11734/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.031340/2021-94.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição cassinada peløtular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias, Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 04/01/2024, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código de verificação **11456483** e o código CRC **FFD819E6**.

Referência: Processo nº 53115.031340/2021-94

Documento nº 11456483



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA

(Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:		SIR – SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA	
CNPJ:	04.952.098/0001-38	CEP da sede:	14010-100
Endereço da sede:	RUA VISCONDE DE INHAÚMA, Nº 580 – CONJUNTO 204 - CENTRO RIBEIRÃO PRETO-SP		
E-mail de contato:	jumaura@hotmail.com		
Serviço a ser renovado:	(x) Radiodifusão sonora	(X) em frequência modulada () em ondas curtas () em ondas médias () em ondas tropicais	
	() Radiodifusão de sons e imagens		
Período da renovação:	10/11/2021 à 10/11/2031		
Localidade da renovação:	NUPORANGA	UF:	SP

Eu, CLÁUDIO GALDIANO CURY, inscrito no CPF sob o nº 131.232.588-74, e CLOVIS GALDIANO CURY, inscrito no CPF sob o nº 131.232.578-00, na qualidade de representantes legais da pessoa jurídica acima qualificada, venho solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, relativa ao serviço, período, localidade e estado acima descritos, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO deste requerimento.

DECLARAÇÕES

Com vistas à instrução da presente solicitação, DECLARO, para os devidos fins, que:

(a) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a outorga que será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967;

Requerimento de Renovação de Outorga - pag.



- (b) nenhum dos dirigentes está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- (c) a Pessoa Jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta.
- (d) a Pessoa Jurídica cumpre o disposto no art. 7º, caput, inciso XXXIII, da Constituição;
- (e) a Pessoa Jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- (f) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.

RIBEIRÃO PRETO-SP, 25 de outubro de 2021

SIR – SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA

CLAUDIO GALDIANO
Assinado de forma digital por
CLAUDIO GALDIANO
CURY:13123258874
Dados: 2021.10.26 11:30:13 -03'00' 0

CLÁUDIO GALDIANO CURY
CPF nº 131.232.588-74
Sócio-Administrador

CLOVIS GALDIANO
Assinado de forma digital por
CLOVIS GALDIANO
CURY:13123257800
Dados: 2021.10.25 16:46:49 -03'00' 0

CLOVIS GALDIANO CURY
CPF nº 131.232.578-00
Sócio-Administrador

Requerimento de Renovação de Outorga - página 2



DECLARAÇÃO

Os Representantes Legais da SIR – SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA., permissionária do Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada, na cidade de NUPORANGA-SP, DECLARAM que:

- A Pessoa Jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;

RIBEIRÃO PRETO-SP, 25 de outubro de 2021

SIR – SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA

Assinado de forma digital por
CLAUDIO GALDIANO
CURY:13123258874
Dados: 2021.10.26 11:30:49 -03'00'

CLÁUDIO GALDIANO CURY
CPF nº 131.232.588-74
Sócio-Administrador

Assinado de forma digital por
CLOVIS GALDIANO
CURY:13123257800
Dados: 2021.10.25 16:47:05 -03'00'

CLOVIS GALDIANO CURY
CPF nº 131.232.578-00
Sócio-Administrador

Requerimento de Renovação de Outorga - página 3





FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA

NESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO ATUAL DA EMPRESA, NA DATA DE EMISSÃO DESTE DOCUMENTO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS CINCO ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL SIMPLIFICADA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA OBTER O HISTÓRICO COMPLETO DA EMPRESA, CONSULTE A FICHA CADASTRAL COMPLETA.

EMPRESA		
SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICACAO LTDA		
TIPO: SOCIEDADE LIMITADA		
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35217579280	24/05/2002	21/10/2021 10:11:05
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
19/03/2002	04.952.098/0001-38	

CAPITAL
R\$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: RUA VISCONDE DE INHAUMA	NÚMERO: 580	
BAIRRO: CENTRO	COMPLEMENTO: CJ 204	
MUNICÍPIO: RIBEIRAO PRETO	CEP: 14010-100	UF: SP

OBJETO SOCIAL
ATIVIDADES DE RÁDIO

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
ABIB SALIM CURY, CUTIS: NÃO INF., NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.306.668-72, RG/RNE: 21728495 - SP, RESIDENTE À RUA CEL LUIZ DA SILVA BATISTA, 910, APTO 151, JARDIM IRAJA, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14020-570, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 180.000,00
CLAUDIO GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.588-74, RG/RNE: 9979601 - SP, RESIDENTE À RUA ESTEVAO LEAO BOURROUL, 2000, 12 AN/ AP 121, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14400-750, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, REPRESENTANTE DE ABIB SALIM CURY, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 60.000,00..
CLOVIS GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.578-00, RG/RNE: 99796028 - SP, RESIDENTE À AVENIDA LUIZ EDUARDO TOLEDO PRADO, 2800, CS 62 CON IPE, VILA DO GOLF, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14027-250, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, REPRESENTANTE DE ABIB SALIM CURY, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 60.000,00..



5 ÚLTIMOS ARQUIVAMENTOS

NUM.DOC: 478.206/12-4 SESSÃO: 29/10/2012

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS).

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904394092, SITUADA À: RUA MINAS GERAIS, 2230, CENTRO, SAO JOAQUIM DA BARRA - SP, CEP 14600-000, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADES DE RÁDIO. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 18/10/2012.

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904394106, SITUADA À: RUA LUIZ SABAINI NETTO, 460, JARDIM SANTA CRUZ, NUPORANGA - SP, CEP 14670-000, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADES DE RÁDIO. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 18/10/2012.

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904394114, CNPJ 04.952.098/0005-61, SITUADA À: RUA ANOR RIBEIRO DE SOUZA, 1146, RESIDENCIAL FARED S, RIBEIRAO CORRENTE - SP, CEP 14430-000, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADES DE RÁDIO. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 18/10/2012.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE ABIB SALIM CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 015.306.668-72, RESIDENTE À RUA MANOEL ACHE, 981, 15 AN/AP 152, JARDIM IRAJA, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14020-590, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 180.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE CLAUDIO GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.588-74, RESIDENTE À RUA ESTEVAO LEO BOURROUL, 2000, 12 AN/ AP 121, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14400-750, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 60.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE CLOVIS GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.578-00, RG/RNE: 9979602 - SP, RESIDENTE À ALAMEDA FLAMBOYANTS, DOS, 933, MORADA VERDE, FRANCA - SP, CEP 14404-409, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 60.000,00.

CORREÇÃO DE CNPJ 04.952.098/0001-38

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 478.656/12-9 SESSÃO: 26/11/2012

ENDEREÇO DA FILIAL NIRE 35904394114, CNPJ 04.952.098/0005-61, SITUADA À RUA ANOR RIBEIRO DE SOUZA, 1146, RESIDENCIAL FARED S, RIBEIRAO CORRENTE - SP, CEP 14430-000. ALTERADO PARA RUA ANOR RIBEIRO DE SOUZA, 1146, RESIDENCIAL FARED S, RIBEIRAO CORRENTE - SP, CEP 14445-000.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 350.306/17-5 SESSÃO: 18/08/2017

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35905216058, CNPJ 04.952.098/0006-42, SITUADA À: RUA DOUTOR PEDRO DE TOLEDO, 1211, PARQUE UNIVERSITARI, FRANCA - SP, CEP 14404-605, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADES DE RÁDIO. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 24/07/2017., DATADA DE: 24/07/2017.

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA ATIVIDADES DE RÁDIO., DATADA DE: 24/07/2017.

INCLUSÃO/ALTERAÇÃO DE CNPJ: NIRE 35904394114, CNPJ 04.952.098/0005-61

OBJETO DA FILIAL: NIRE 35903586087, SITUADA À RUA VISCONDE DE OURO PRETO, 227, CENTRO, IPUA - SP, CEP 14610-000, ALTERADO PARA: PRESTACAO DE SERVICOS DE RADIODIFUSAO SONORA, DE SONS E IMAGENS (TELEVISAO), SEUS SERVICOS AFINS OU CORRELATOS, TAIS COMO SERVICIO ESPECIAL DE MUSICA FUNCIONAL, REPETICAO OU RETRANSMISSAO DE SONS, OU SINAIS DE SONS E IMAGENS DE RADIODIFUSAO, SEMPRE COM FINALIDADES EDUCATIVAS, BEM COMO EXPLORACAO DE CONCESSAO OU PERMISSAO, E CENTRO DE PRODUCAO DE PROGRAMAS, NESTA OU EM OUTRAS LOCALIDADES DO TERRITORIO NACIONAL, TUDO DE ACORDO COM A LEGISLACAO EM VIGOR., DATADA DE: 24/07/2017.

OBJETO DA FILIAL: NIRE 35904394092, SITUADA À RUA MINAS GERAIS, 2230, CENTRO, SAO JOAQUIM DA BARRA - SP, CEP 14600-000, ALTERADO PARA: PRESTACAO DE SERVICOS DE RADIODIFUSAO SONORA, DE SONS E IMAGENS (TELEVISAO), SEUS SERVICOS AFINS OU CORRELATOS, TAIS COMO SERVICIO ESPECIAL DE MUSICA FUNCIONAL, REPETICAO OU RETRANSMISSAO DE SONS, OU SINAIS DE SONS E IMAGENS DE RADIODIFUSAO, SEMPRE COM FINALIDADES EDUCATIVAS, BEM COMO EXPLORACAO DE CONCESSAO OU PERMISSAO, E CENTRO DE PRODUCAO DE PROGRAMAS, NESTA OU EM OUTRAS LOCALIDADES DO TERRITORIO NACIONAL, TUDO DE ACORDO COM A LEGISLACAO EM VIGOR., DATADA DE: 24/07/2017.

OBJETO DA FILIAL: NIRE 35904394106, SITUADA À RUA LUIZ SABAINI NETTO, 460, JARDIM SANTA CRUZ, NUPORANGA - SP, CEP 14670-000, ALTERADO PARA: PRESTACAO DE SERVICOS DE RADIODIFUSAO SONORA, DE SONS E IMAGENS (TELEVISAO), SEUS SERVICOS AFINS OU CORRELATOS, TAIS COMO SERVICIO ESPECIAL DE MUSICA FUNCIONAL, REPETICAO OU RETRANSMISSAO DE SONS, OU SINAIS DE SONS E IMAGENS DE RADIODIFUSAO, SEMPRE COM FINALIDADES EDUCATIVAS, BEM COMO EXPLORACAO DE CONCESSAO OU PERMISSAO, E CENTRO DE PRODUCAO DE PROGRAMAS, NESTA OU EM OUTRAS LOCALIDADES DO TERRITORIO NACIONAL, TUDO DE ACORDO COM A LEGISLACAO EM VIGOR.,



DATADA DE: 24/07/2017.

OBJETO DA FILIAL: NIRE 35904394114, CNPJ 04.952.098/0005-61, SITUADA À RUA ANOR RIBEIRO DE SOUZA, 1146, RESIDENCIAL FARED S, RIBEIRAO CORRENTE - SP, CEP 14445-000, ALTERADO PARA: PRESTACAO DE SERVICOS DE RADIODIFUSAO SONORA, DE SONS E IMAGENS (TELEVISAO), SEUS SERVICOS AFINS OU CORRELATOS, TAIS COMO SERVICO ESPECIAL DE MUSICA FUNCIONAL, REPETICAO OU RETRANSMISSAO DE SONS, OU SINAIS DE SONS E IMAGENS DE RADIODIFUSAO, SEMPRE COM FINALIDADES EDUCATIVAS, BEM COMO EXPLORACAO DE CONCESSAO OU PERMISSAO, E CENTRO DE PRODUCAO DE PROGRAMAS, NESTA OU EM OUTRAS LOCALIDADES DO TERRITORIO NACIONAL, TUDO DE ACORDO COM A LEGISLACAO EM VIGOR., DATADA DE: 24/07/2017.

ENDEREÇO DA FILIAL NIRE 35904394114, CNPJ 04.952.098/0005-61, SITUADA À RUA ANOR RIBEIRO DE SOUZA, 1146, RESIDENCIAL FARED S, RIBEIRAO CORRENTE - SP, CEP 14445-000. ALTERADO PARA ESTRADA VICINAL RIBEIRAO CORRENTE/FRANCA, KM 15, FAZENDA MONTE ALEGR, RIBEIRAO CORRENTE - SP, CEP 14445-000. , DATADA DE: 24/07/2017.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 857.552/17-0 SESSÃO: 14/11/2017

ARQUIVAMENTO DE PROCURAÇÃO PÚBLICA, CONFORME DISPOSTO NA IN NO. 28 DE 06/10/2014 E RESOLUÇÃO CNJ NO. 42 DE 31/10/2014.

NUM.DOC: 316.682/20-2 SESSÃO: 08/09/2020

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: A SOCIEDADE ALTERA E DA NOVA REDACAO AS CLAUSULAS ABAIXO DESCRITAS: DA ADMINISTRACAO DA RETIRADA, EXCLUSAO OU FALECIMENTO DE SOCIOS DAS QUOTAS SOCIAIS DAS DISPOSICOES GERAIS

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE ABIB SALIM CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 015.306.668-72, RG/RNE: 2172849-5 - SP, RESIDENTE À RUA CEL LUIZ DA SILVA BATISTA, 910, APTO 151, JARDIM IRAJA, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14020-570, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 180.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE CLAUDIO GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.588-74, RG/RNE: 9979601 - SP, RESIDENTE À RUA ESTEVAO LEO BOURROUL, 2000, 12 AN/ AP 121, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14400-750, REPRESENTANDO ABIB SALIM CURY, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 60.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE CLOVIS GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.578-00, RG/RNE: 9979602-8 - SP, RESIDENTE À AVENIDA LUIZ EDUARDO TOLEDO PRADO, 2800, CS 62 CON IPE, VILA DO GOLF, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14027-250, REPRESENTANDO ABIB SALIM CURY, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 60.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35217579280
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 21/10/2021



documento
assinado
digitalmente

Ficha Cadastral Simplificada. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 160764378, quinta-feira, 21 de outubro de 2021 às 10:11:05





Pesquisa Processual

Gerar PDF

Atualização

Processo: 53115.012739/2020-95
Tipo: SERAD - Alteração Simples
Data de Registro: 28/09/2020
Interessados: Sir - Sistema Integrado de Radiocomunicacao Ltda - Me

Lista de Protocolos (1 registro):

<input checked="" type="checkbox"/>	Documento / Processo	Tipo de Documento	Data do Documento	Data de Registro	Unidade
<input type="checkbox"/>	5919143	Petição	28/09/2020	28/09/2020	SEDOC

Lista de Andamentos (1 registro):

Data/Hora	Unidade	Descrição
28/09/2020 08:50	SEDOC	Processo público gerado



1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE FRANCA
Fabiana Lalzo Cláps Lunardi - Tabelião
Rua Padre Anchietta, 1888 - CEP: 14.400-000
FONE: (16) 3722-0677

Franca,

10 DEZ. 2018

AUTENTICAÇÃO
Autentico a presente cópia ()
Tabellionato do respectivo original, dou-lhe
Valor recebido por autenticação R\$ 5,00

1º TABELIÃO DE NOTAS
E PROTESTO DE FRANCA-SP
Escritório Móvel



1º TABELIÃO DE NOTAS E PROTESTO DE FRANCA - TERRITÓRIO NACIONAL

DATA DE EXPEDICAÇÃO: 03/ABR/2013

9.979.601-6

CLAUDIO GALDIANO CURY

ABIB SALIM CURY

E NEUZA GALDIANO CURY

RIBEIRÃO PRETO - SP

04/AGO/1966

RIBEIRÃO PRETO-SP

PRIMEIRO SUBDISTRITO

CC: LV.B4 / FLS.248 / N.001247

CPF: 131232588/74

206 Delegado Divisório
Roberto SARTORI DO BRETÃO IRG.D.SSP/SP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

PROIBIDO PLASTIFICAR

8720-5

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO GABRIELTON DAJUST

POLEGAR DIREITO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

6674.069255



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Petição (8324924)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 8

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



Doador de Órgãos e Tecidos

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 1034-8

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBLETON DAUNT

POLEGAR DIREITO

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Cláudio Salim Cury

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 9.979.602-8 DATA DE EXPEDIÇÃO 16/MAI/2000

NOME CLOVIS GALDIANO CURY

FILIAÇÃO ABIB SALIM CURY

E NEUZA GALDIANO CURY

NATURALIDADE RIBEIRÃO PRETO -SP DATA DE NASCIMENTO 04/AGO/1966

DOC ORDEM RIBEIRÃO PRETO SP

PRIMEIRO SUBDISTRITO

CNPJ 13.163.257/00

CPF 131.632.578/00

ASSINATURA DO DIRETOR Policia DTD SP 1

IN Nº 116 DE 29/08/83

Delegado Divisional



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Petição (8324924)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 9

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

FORMULÁRIO DE COMUNICAÇÃO DE ALTERAÇÃO CONTRATUAL

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da Pessoa Jurídica:		SIR – SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA	
CNPJ:	04.952.098/0001-38	CEP da sede:	14010-100
Endereço da sede:	RUA VISCONDE DE INHAÚMA, Nº 580 – CONJUNTO 204 - CENTRO RIBEIRÃO PRETO-SP		
E-mail de contato:	jumaure@hotmail.com		

Eu, **CLÁUDIO GALDIANO CURY**, inscrito no CPF sob o nº 131.232.588-74, e **CLOVIS GALDIANO CURY**, inscrito no CPF sob o nº 131.232.578-00, na qualidade de representantes legais da pessoa jurídica acima qualificada, em atendimento ao disposto na alínea “b” do art. 38 da Lei nº 4.117/62 (alterada pela lei nº 13.424, de 28 de março de 2017), venho comunicar a realização da **ALTERAÇÃO CONTRATUAL**, registrada em 08/set/2020, sob o nº 316.682/20-2, subscrevendo, ainda, as declarações a seguir e encaminhando a documentação constante do ANEXO 1 e, se necessário, o formulário constante do ANEXO 2.

DECLARAÇÕES

Com vistas à aprovação do instrumento de alteração do ato constitutivo da Entidade, DECLARO, para os devidos fins, que:

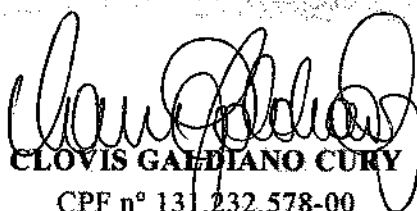
- (a) nenhum dos sócios da Pessoa Jurídica faz parte de outra entidade que execute o mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da concessão ou permissão, nem de outras entidades de radiodifusão além dos limites fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;
- (b) nenhum dos diretores da Pessoa Jurídica participa da direção de outra entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na localidade objeto da outorga, nem de outras entidades de radiodifusão, em municípios diversos, em excesso aos limites fixados pelo art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967;
- (c) nenhum dos diretores da Pessoa Jurídica está no exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargo ou função do qual decorra foro especial; e



(d) nenhum dos sócios ou dirigentes da Pessoa Jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q" da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990.

Ciente de que a falsidade das informações aqui prestadas pode configurar infração penal e administrativa, sujeitando os responsáveis à aplicação das sanções cabíveis, firmo este requerimento.


CLÁUDIO GALDIANO CURY
CPF nº 131.232.588-74
Sócio-Administrador


CLOVIS GALDIANO CURY
CPF nº 131.232.578-00
Sócio-Administrador



ANEXO I

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS	
RELATIVO A PESSOA JURÍDICA	Ato de alteração, registrado no órgão de registro competente, encaminhado no prazo de 60 dias, a contar da realização do ato.
RELATIVOS AOS SÓCIOS E/OU DIRETORES	a) prova da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, para os sócios e dirigentes, por meio de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento, casamento, certificado de reservista, cédula de identidade, certificado de naturalização expedido há mais de dez anos, carteira profissional, carteira de trabalho e previdência social ou passaporte;



ANEXO2

QUADRO SOCIETÁRIO ANTERIOR		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR
ABIB SALIM CURY	180.000	R\$ 180.000,00
CLÁUDIO GALDIANO CURY	60.000	R\$ 60.000,00
CLOVIS GALDIANO CURY	60.000	R\$ 60.000,00

QUADRO DIRETIVO ANTERIOR		
NOME	CARGO	CPF
ABIB SALIM CURY	SÓCIO-ADMINISTRADOR	015.306.668-72

NOVO QUADRO SOCIETÁRIO		
NOME	COTAS/AÇÕES	VALOR
ABIB SALIM CURY	180.000	R\$ 180.000,00
CLÁUDIO GALDIANO CURY	60.000	R\$ 60.000,00
CLOVIS GALDIANO CURY	60.000	R\$ 60.000,00

NOVO QUADRO DIRETIVO		
NOME	CARGO	CPF
CLÁUDIO GALDIANO CURY	SÓCIO-ADMINISTRADOR	131.232.588-74
CLOVIS GALDIANO CURY	SÓCIO-ADMINISTRADOR	131.232.578-00





JUCESP PROTOCOLO
0.620.568/20-3



SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIODIVULGAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF N. 04.952.098/0001-38

NIRE 35.217.579.280

ABIB SALIM CURY, brasileiro, casado sob o regime da comunhão universal de bens, antes da vigência da lei n. 6.515/77, professor universitário, portador da cédula de identidade RG. n. 2.172.849-5-SSP/SP e da inscrição no CPF/MF sob o nº 015.306.668-72, residente e domiciliado na cidade de Ribeirão Preto/SP, na Rua Coronel Luís da Silva Batista, 910, apto. 151, Jardim Irajá, CEP 14020-570, representado por seus curadores, devidamente nomeados nos autos do processo n. 1015752-34.2020.8.26.0506 da 3ª Vara de Famílias e Sucessões da Comarca de Ribeirão Preto (SP), **Cláudio Galdiano Cury**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da lei n. 6.515/77, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG n. 9.979.601-SSP/SP e da inscrição no CPF/MF sob o n. 131.232.588-74, residente e domiciliado na cidade de Franca/SP, na Rua Estevão Leão Bourroul, nº 2000, Apartamento 121, Centro, CEP 14400-750 e **Clovis Galdiano Cury**, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da lei n. 6.515/77, dentista, portador da cédula de identidade RG n. 9.979.602-8-SSP/SP e da inscrição no CPF/MF sob o n. 131.232.578-00, residente e domiciliado na cidade de Ribeirão Preto/SP, na Avenida Luiz Eduardo Toledo, nº 2800 – Condomínio Ipê Roxo, casa 62, Distrito de Bonfim Paulista, CEP 14027-250, conforme termo de nomeação que segue em anexo,

CLÁUDIO GALDIANO CURY, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da lei n. 6.515/77, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG n. 9.979.601-SSP/SP e da inscrição no CPF/MF sob o nº 131.232.588-74, residente e domiciliado na cidade de Franca/SP, na Rua Estevão Leão Bourroul, nº 2000, Apartamento 121, Centro, CEP 14400-750 e

CLOVIS GALDIANO CURY, brasileiro, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da lei n. 6.515/77, dentista, portador da cédula de identidade RG n. 9.979.602-8-SSP/SP e da inscrição no CPF/MF sob o nº 131.232.578-00, residente e domiciliado na cidade de Ribeirão Preto/SP, na Avenida Luiz Eduardo Toledo, nº 2800 – Condomínio Ipê Roxo, casa 62, Distrito de Bonfim Paulista, CEP 14027-250,

Únicos sócios componentes da sociedade empresária do tipo limitada, que gira nesta praça sob a denominação social de SIR - SISTEMA INTEGRADO DE



SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF N. 04.952.098/0001-38

NIRE 35.217.579.280

RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA., com sede na Rua Visconde de Inhaúma, 580, conjunto 204, Centro, nesta cidade de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14.010-100, registrada na JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.217.579.280, em 24/05/2002, fica contratada a presente ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL, regida pelas cláusulas e condições a seguir descritas.

1. Fica o sócio ABIB SALIM CURY destituído da administração, mantendo-se apenas como sócio, sendo eleitos em sua substituição como administradores os demais sócios, CLÁUDIO GALDIANO CURY e CLÓVIS GALDIANO CURY, com mandato por prazo indeterminado, passando a cláusula III – Da Administração a vigorar com a seguinte redação:

III – DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida em conjunto pelos sócios Cláudio Galdiano Cury e Clovis Galdiano Curi, com mandato por prazo indeterminado, exercendo seus poderes como lbes convier e em obediência a este contrato social, sem prejuízo da harmonia e periódica distribuição dos encargos entre si, independentemente de qualquer remuneração específica, que será combinada entre os sócios, podendo ser designado administrador não sócio em ato separado, com aprovação da maioria dos sócios.

Parágrafo Primeiro – Não será administrador da sociedade o sócio que transferir sua residência do País, vier a ser considerado incapaz ou tiver empresa da qual participe em concordata ou falência.

Parágrafo Segundo – Não será exigida qualquer caução ou fiança dos administradores.

Parágrafo Terceiro – Quando a serviço da sociedade, o administrador será reembolsado pelas despesas que efetuar.

Parágrafo Quarto – O uso da firma ou denominação social, nos termos do artigo 1.064 da Lei 10.406/2002, compete privativamente aos administradores ora nomeados.

2. Fica alterada a cláusula XI – Da Retirada ou Falecimento de Sócios para limitar suas disposições apenas aos casos de retirada, exclusão e falecimento, ficando os casos de



SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF N. 04.952.098/0001-38

NIRE 35.217.579.280

alienação regidos pela cláusula XIV – Das Quotas Sociais, passando a vigorar com a seguinte redação:

XI - DA RETIRADA, EXCLUSÃO OU FALECIMENTO DE SÓCIOS

Cabe ao sócio que desejar retirar-se da sociedade comunicar aos demais por escrito, com prazo antecedente mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas, que dar-se-á pelo valor de patrimônio líquido contábil, sem atualizações, apurado através de balanço especialmente elaborado, com data-base idêntica à data da comunicação.

Parágrafo Primeiro - Se os sócios remanescentes não usarem do direito de preferência no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, sociedade providenciará o levantamento do balanço especial para apuração de haveres e seu pagamento, sendo as quotas mantidas em tesouraria.

Parágrafo Segundo - Dando-se o falecimento de qualquer um dos sócios, a sociedade continuará com os sócios remanescentes e os herdeiros do sócio falecido, caso estes manifestem a sua intenção de nela permanecer, por escrito, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ocorrência do óbito. Caso não haja interesse dos herdeiros de ingressarem na sociedade ou caso os mesmos não venham a ser aceitos pelo sócio ou sócios remanescentes, os haveres apurados do sócio falecido serão apurados com base em balanço especial levantado para esse fim e pagos a quem de direito de acordo com o levantamento patrimonial.

Parágrafo Terceiro - O sócio que vier a ser considerado incapaz poderá permanecer na sociedade, a critério dos sócios remanescentes que representem a maioria do capital social, desde que assistido ou representado, conforme o caso.

Parágrafo Quarto - No caso de existência de apenas um sócio poderá se proceder a recomposição do quadro social, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do ato que originou essa situação, a fim de que a Sociedade não seja dissolvida.

Parágrafo Quinto - Poderá ser excluído da sociedade o sócio que inobservar as prescrições deste contrato; associar-se sem todos os demais sócios em empresa concorrente; não cumprir com seus deveres com os demais sócios ou para com a sociedade; fazer parte de sociedade que for considerada ilegal ou usar indevidamente



SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF N. 04.952.098/0001-38

NIRE 35.217.579.280

a sociedade para satisfação de seus negócios pessoais; por incapacidade mental declarada ou não ou colocar em risco a continuidade da Sociedade em virtude de atos de inegável gravidade.

Parágrafo Sexto - Os haveres do sócio retirando ou excluído serão apurados por meio de um balanço especial levantado na data do comunicado ou evento e deverá corresponder ao patrimônio líquido contábil, sem qualquer atualização. O valor apurado será pago a quem de direito por meio de 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e consecutivas, apenas atualizadas pela variação positiva do IGM-FGV a partir da data da apuração.

3. Fica alterada a cláusula XIV – Das Quotas Social para reger apenas o procedimento de alienação de quotas e o exercício do direito de preferência, também outorgado à Sociedade, passando a vigorar com a seguinte redação:

XIV - DAS QUOTAS SOCIAIS

Caso um dos sócios pretender alienar ou transferir suas quotas, total ou parcialmente, deverá oferta-las aos demais que poderão adquiri-las nas condições ofertadas e na proporção de sua participação no capital social, sem considerar-se a participação do sócio ofertante. A oferta deverá ser aceita pelos sócios nas condições enviadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do seu recebimento. Em ocorrendo de algum sócio não exercer o direito de preferência, os demais que o exerceram serão novamente comunicados para manifestarem-se em relação ao saldo das quotas, no prazo adicional de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Primeiro - Se a preferência não for exercida pelos sócios, total ou parcialmente, a sociedade será comunicada para manifestar-se sobre o direito de adquirir as quotas, mantendo-as em tesouraria, o que deverá ocorrer no prazo adicional de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – Se os sócios e/ou a Sociedade não exercerem o direito de preferência em relação à totalidade das quotas ofertadas, o sócio ofertante poderá alienar as cotas ao terceiro interessado, nas condições ofertadas, a partir da expiração dos prazos concedidos aos sócios e à sociedade.

Parágrafo Terceiro - Em quaisquer casos, não poderá ser efetuada a transferência das quotas de capital sem que antes tenham sido consultados todos os sócios e a sociedade, a fim de ser observado o direito de preferência.



SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF N. 04.952.098/0001-38

NIRE 35.217.579.280

Parágrafo Quarto - Feita a transferência das quotas nas condições desta cláusula, os sócios ficam obrigados à concordância com a alteração do contrato social da sociedade.

Parágrafo Quinto - Ocorrendo a transferência de quotas, para os sócios ou para terceiros, estarão sendo feitas no mesmo ato a transferência de todos os débitos e créditos do sócio retirante a favor dos outros sócios ou de terceiros, na proporção da respectiva aquisição.

4. Fica alterada a cláusula XVI – Das Disposições Gerais excluindo-se o juízo arbitral como competente para dirimir divergências sociais, passando a vigorar com a seguintes redação:

XVI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos serão tratados pelo que regula o disposto no Código Civil e supletivamente no que couber às disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), nos termos do parágrafo único do artigo 1.053 do Código Civil (Lei 10.406/2002).

As divergências que se verificarem entre os sócios, inclusive no caso de falecimento de um deles entre os seus herdeiros e o remanescente, serão dirimidas pelo foro da Comarca de Ribeirão Preto – SP.

5. O contrato social passa a vigorar de forma consolidada, com a seguinte redação.

I – DO TIPO DE SOCIEDADE

A sociedade é empresária do tipo limitada, dela fazendo parte como sócios o Sr. ABIB SALIM CURY, Sr. CLÁUDIO GALDIANO CURY e o Sr. CLÓVIS GALDIANO CURY.

II – DA DENOMINAÇÃO SOCIAL

A sociedade gira sob a denominação de “SIR-SISTEMA DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA”.

III – DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade será exercida em conjunto pelos sócios Cláudio Galdiano



SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF N. 04.952.098/0001-38

NIRE 35.217.579.280

Cury e Clovis Galdiano Curi, com mandato por prazo indeterminado, exercendo seus poderes como lhes convier e em obediência a este contrato social, sem prejuízo da harmonia e periódica distribuição dos encargos entre si, independentemente de qualquer remuneração específica, que será combinada entre os sócios, podendo ser designado administrador não sócio em ato separado, com aprovação da maioria dos sócios.

Parágrafo Primeiro – Não será administrador da sociedade o sócio que transferir sua residência do País, vier a ser considerado incapaz ou tiver empresa da qual participe em concordata ou falência.

Parágrafo Segundo – Não será exigida qualquer caução ou fiança dos administradores.

Parágrafo Terceiro – Quando a serviço da sociedade, o administrador será reembolsado pelas despesas que efetuar.

Parágrafo Quarto – O uso da firma ou denominação social, nos termos do artigo 1.064 da Lei 10.406/2002, compete privativamente aos administradores ora nomeados.

IV – DO OBJETO SOCIAL

A sociedade, em seus estabelecimentos matriz e filiais, tem como objeto a atividade de Prestação de serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens (Televisão), seus serviços afins ou correlatos, tais como serviço especial de música funcional, repetição ou retransmissão de sons, ou sinais de sons e imagens de radiodifusão, sempre com finalidades educativas, bem como exploração de concessão ou permissão, e centro de produção de programas, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação em vigor.

V – DA SEDE SOCIAL

A sociedade tem seus estabelecimentos comerciais instalados nos seguintes endereços:-

MATRIZ: Rua Visconde de Inhaúma, 580, conjunto 204, Centro, Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, CEP 14.010-100, CNPJ/MF n. 04.952.098/0001-38 e NIRE 35.217.579.280.



SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF N. 04.952.098/0001-38

NIRE 35.217.579.280

FILIAL N° 1: Rua Visconde de Ouro Preto, 227, Centro, Ipuã, Estado de São Paulo, CEP 14.610-000, CNPJ/MF n. 04.952.098/0002-19 e NIRE 35.903.586.087.

FILIAL N° 2: Rua Minas Gerais, 2230, Centro, São Joaquim da Barra, Estado de São Paulo, CEP 14.600-000, CNPJ/MF n. 04.952.098/0003-08 e NIRE 35.904.394.092.

FILIAL N° 3: Rua Luiz Sabaini Netto, 460, Jardim Santa Cruz, Nuporanga, Estado de São Paulo, CEP 14.670-000, CNPJ/MF n. 04.952.098/0004-80 e NIRE 35.904.394.106.

FILIAL N°4: Estrada Vicinal Ribeirão Corrente – Franca, Km 15, Fazenda Monte Alegre, Ribeirão Corrente, Estado de São Paulo, CEP 14.445-000, CNPJ/MF n. 04.952.098/0005-61 e NIRE 35.904.394.114.

FILIAL N° 5: Rua Doutor Pedro de Toledo, 1211, Parque Universitário, Franca, Estado de São Paulo, CEP 14.404-605, CNPJ/MF n. 04.952.098/0006-42 e NIRE 35.905.216.058.

ATIVIDADE: - Prestação de serviços de radiodifusão sonora, de sons e imagens (Televisão), seus serviços afins ou correlatos, tais como serviço especial de música funcional, repetição ou retransmissão de sons, ou sinais de sons e imagens de radiodifusão, sempre com finalidades educativas, bem como exploração de concessão ou permissão, e centro de produção de programas, nesta ou em outras localidades do território nacional, tudo de acordo com a legislação em vigor.

Parágrafo Primeiro - A Filial N° 5, situada a Rua Doutor Pedro de Toledo, 1211, Parque Universitário, Franca, Estado de São Paulo, CEP 14404-605, terá Centro de produção de programas.

Parágrafo Segundo - A sociedade pode abrir ou fechar filiais, em qualquer parte do território nacional, com ou sem capitais autônomos, para os fins devidos.

VI – DO CAPITAL SOCIAL

A sociedade tem o capital de R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais), totalmente integralizados pelos sócios, em moeda corrente do país, dividido em 300.000 (trezentas mil) quotas no



SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF N. 04.952.098/0001-38

NIRE 35.217.579.280

valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscrito pelos mesmos na seguinte proporção: -

Sócio	(%)	Quotas	(R\$)
Abib Salim Cury	60	180.000	R\$180.000,00
Cláudio Galdiano Cury	20	60.000	R\$60.000,00
Clóvis Galdiano Cury	20	60.000	R\$60.000,00
TOTAL	100	300.000	R\$300.000,00

Parágrafo Primeiro - A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas cotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo Segundo - Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais, conforme estabelece os artigos 1.054 cumulado com o artigo 997, VIII, da Lei 10.406, de 10/01/2002.

VII – DA DURAÇÃO DA SOCIEDADE

A sociedade tem a sua duração por tempo indeterminado, podendo, entretanto, ser dissolvida a qualquer época, uma vez observada a legislação em vigor, considerando-se o seu início de atividades em 21 de março de 2002

VIII – DA RETIRADA PRÓ-LABORE

Os administradores poderão efetuar retiradas mensais a título de “pró-labore”, que serão levadas a débito da conta de despesas gerais da sociedade, cujos níveis deverão ser fixados de comum acordo dentro dos limites estabelecidos pela legislação do Imposto de Renda.

IX – DA DECLARAÇÃO DE DESIMPEDIMENTO

Os administradores declaram sob as penas da lei que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a penas que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão,

8



SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADICOMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF N. 04.952.093/0001-38

NIRE 35.217.579.280

peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, e que não estão incursos em nenhum dos crimes que vede a exploração de atividade empresarial.

X – DO EXERCÍCIO SOCIAL, BALANÇOS E LUCROS

O exercício social terminará em 31 de dezembro de cada ano e os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo a elaboração do Inventário, do Balanço Patrimonial e Resultados Econômicos e será efetuada a apuração dos resultados com observância das disposições legais aplicáveis.

Parágrafo Primeiro - A sociedade poderá no curso do exercício distribuir lucros por conta do mesmo período, mediante levantamento de balanços intermediários para esse fim.

Parágrafo Segundo - Os lucros apurados serão distribuídos aos sócios na proporção de sua participação no capital social ou desproporcionalmente, através de aprovação da unanimidade dos sócios, não excluindo, entretanto, nenhum sócio dos resultados apurados e havendo prejuízos serão mantidos para compensação futura.

Parágrafo Terceiro - Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social os sócios se reunirão para discutir e votar as contas dos administradores, ficando, porém, dispensada a realização de assembleias e publicações, quando todos os sócios decidirem por escrito sobre a matéria que seria objeto delas, através de carta, telefax, telegrama ou de qualquer outro meio que possa ser identificável.

XI – DA RETIRADA, EXCLUSÃO OU FALECIMENTO DE SÓCIOS

Cabe ao sócio que desejar retirar-se da sociedade comunicar aos demais por escrito, com prazo antecedente mínimo de 60 (sessenta) dias, garantindo aos sócios remanescentes o direito de preferência na aquisição das mesmas, que dar-se-á pelo valor de patrimônio líquido contábil, sem atualizações, apurado através de balanço especialmente elaborado, com data-base idêntica à data da comunicação.

9
e



SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF N. 04.952.058/0001-38

NIRE 35.217.579.280

Parágrafo Primeiro - Se os sócios remanescentes não usarem do direito de preferência no prazo máximo de 60 (sessenta) dias após o recebimento do aviso de que trata este artigo, a sociedade providenciará o levantamento do balanço especial para apuração de haveres e seu pagamento, sendo as quotas mantidas em tesouraria.

Parágrafo Segundo - Dando-se o falecimento de qualquer um dos sócios, a sociedade continuará com os sócios remanescentes e os herdeiros do sócio falecido, caso estes manifestem a sua intenção de nela permanecer, por escrito, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da ocorrência do óbito. Caso não haja interesse dos herdeiros de ingressarem na sociedade ou caso os mesmos não venham a ser aceitos pelo sócio ou sócios remanescentes, os haveres apurados do sócio falecido serão apurados com base em balanço especial levantado para esse fim e pagos a quem de direito de acordo com o levantamento patrimonial.

Parágrafo Terceiro - O sócio que vier a ser considerado incapaz poderá permanecer na sociedade, a critério dos sócios remanescentes que representem a maioria do capital social, desde que assistido ou representado, conforme o caso.

Parágrafo Quarto - No caso de existência de apenas um sócio poderá se proceder a recomposição do quadro social, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da data do ato que originou essa situação, a fim de que a Sociedade não seja dissolvida.

Parágrafo Quinto - Poderá ser excluído da sociedade o sócio que inobservar as prescrições deste contrato; associar-se sem todos os demais sócios em empresa concorrente; não cumprir com seus deveres com os demais sócios ou para com a sociedade; fazer parte de sociedade que for considerada ilegal ou usar indevidamente a sociedade para satisfação de seus negócios pessoais; por incapacidade mental declarada ou não ou colocar em risco a continuidade da Sociedade em virtude de atos de inegável gravidade.

Parágrafo Sexto - Os haveres do sócio retirando ou excluído serão apurados por meio de um balanço especial levantado na data do comunicado ou evento e deverá corresponder ao patrimônio líquido contábil, sem qualquer atualização. O valor apurado será pago a quem



SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RÁDIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF N. 04.952.088/0001-38

NIRE 35.217.579.280

de direito por meio de 60 (sessenta) parcelas iguais, mensais e consecutivas, apenas atualizadas pela variação positiva do IGM-FGV a partir da data da apuração.

XII – DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA

A responsabilidade técnica caberá a todos os sócios.

XIII – DAS DELIBERAÇÕES SOCIAIS

As deliberações sociais serão tomadas em reunião de sócios, presidida e secretariada pelos sócios presentes, que lavrarão uma ata de reunião levada posteriormente a registro em órgão competente, ficando a sociedade dispensada da manutenção e lavratura de Livro de Ata.

Parágrafo Primeiro - A convocação para a reunião de sócios se dará por escrito, com obtenção individual de ciência, dispensando-se as formalidades da publicação do anúncio, conforme § 6º do artigo 1.072, da Lei 10.406/2002.

Parágrafo Segundo - A reunião dos sócios instala-se com a presença, em primeira convocação, de titulares de no mínimo (três quartos) do capital social e em seguida, com qualquer número.

Parágrafo Terceiro - Fica dispensada a reunião dos sócios, quando estes decidirem por escrito sobre as matérias objeto de deliberação, nos termos do §3º, do art. 1.072 da Lei 10.406/2002.

Parágrafo Quarto - A reunião dos sócios ocorrerá nos termos previstos em lei, ordinariamente nos quatro primeiros meses depois de findo os exercícios sociais, que coincidirá com o ano civil, de acordo com o artigo 1.078 da Lei 10.406/2002 e extraordinariamente sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos sócios, salvo se todos estiverem presentes e decidirem por escrito acerca da matéria em pauta.

Parágrafo Quinto - O sócio pode ser representado nas assembleias ou reuniões por outro sócio ou por advogado, mediante outorga de mandato com especificação dos atos



SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF N. 04.952.000/0001-38

NIRE 35.217.579.280

autorizados, devendo o instrumento ser levado a registro, juntamente com a ata.

Parágrafo Sexto - Os sócios deliberam em reunião sobre as seguintes matérias, ressalvado o disposto no parágrafo terceiro de presente cláusula Décima Terceira:

- a) a aprovação das contas da administração;
- b) a designação dos administradores, quando feita em atos separados;
- c) a destituição de administradores;
- d) a modificação do contrato social;
- e) a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- f) a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- g) o pedido de concordata.

Parágrafo Sétimo - As deliberações dos sócios serão tomadas, observado os quóruns mínimos a seguir:

- a) pelos votos correspondentes no mínimo, a três quartos do capital social, nos casos previstos nos incisos V e VI do artigo 1.071 da Lei 10.406/2002;
- b) pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, nos casos previstos nos incisos II, III, IV e VIII do artigo 1.071 da Lei 10.406/2002;
- c) pela maioria de votos dos presentes, nos demais casos previstos na lei ou no contrato, se este não exigir mais elevada.

XIV – DAS QUOTAS SOCIAIS

Caso um dos sócios pretender alienar ou transferir suas quotas, total ou parcialmente, deverá oferta-las aos demais que poderão adquiri-las nas condições ofertadas e na proporção de sua participação no capital social, sem considerar-se a participação do sócio ofertante. A oferta deverá ser aceita pelos sócios nas condições enviadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do seu recebimento. Em ocorrendo de algum sócio não exercer o direito de preferência, os demais que o exerceram serão novamente comunicados para manifestarem-se em relação ao saldo das quotas, no prazo adicional de 30 (trinta) dias.



SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.

CNPJ/MF N. 04.952.028/0001-38

NIRE 35.217.579.280

Parágrafo Primeiro - Se a preferência não for exercida pelos sócios, total ou parcialmente, a sociedade será comunicada para manifestar-se sobre o direito de adquirir as quotas, mantendo-as em tesouraria, o que deverá ocorrer no prazo adicional de 30 (trinta) dias.

Parágrafo Segundo – Se os sócios e/ou a Sociedade não exercerem o direito de preferência em relação à totalidade das quotas ofertadas, o sócio ofertante poderá alienar as cotas ao terceiro interessado, nas condições ofertadas, a partir da expiração dos prazos concedidos aos sócios e à sociedade.

Parágrafo Terceiro - Em quaisquer casos, não poderá ser efetuada a transferência das quotas de capital sem que antes tenham sido consultados todos os sócios e a sociedade, a fim de ser observado o direito de preferência.

Parágrafo Quarto - Feita a transferência das quotas nas condições desta cláusula, os sócios ficam obrigados à concordância com a alteração do contrato social da sociedade.

Parágrafo Quinto - Ocorrendo a transferência de quotas, para os sócios ou para terceiros, estarão sendo feitas no mesmo ato a transferência de todos os débitos e créditos do sócio retirante a favor dos outros sócios ou de terceiros, na proporção da respectiva aquisição.

XV – DO CONSELHO FISCAL

Fica estabelecido que a Sociedade não terá Conselho Fiscal.

XVI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Os casos omissos serão tratados pelo que regula o disposto no Código Civil e supletivamente no que couber às disposições da Lei das Sociedades por Ações (Lei 6.404/76), nos termos do parágrafo único do artigo 1.053 do Código Civil (Lei 10.406/2002).

As divergências que se verificarem entre os sócios, inclusive no caso de falecimento de um deles entre os seus herdeiros e o remanescente, serão dirimidas pelo foro da Comarca de Ribeirão Preto – SP.



SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA.


CNPJ/MF N. 04.952.075/0001-38


NIRE 35.217.579.280

Por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e para o mesmo fim.

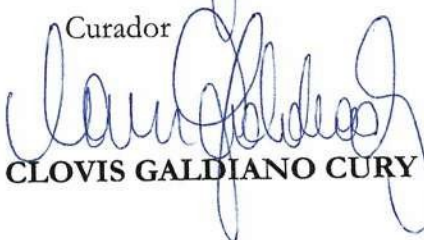
Ribeirão Preto, 24 de agosto de 2020.

Sócios


ABIB SALIM CURY
Cláudio Galdiano Cury
Curador

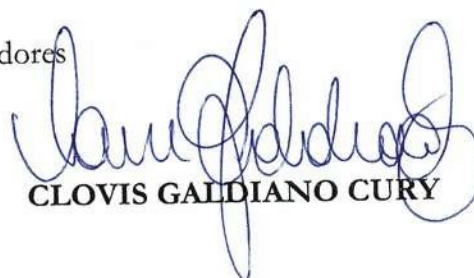

Clovis Galdiano Cury
Curador


CLÁUDIO GALDIANO CURY


CLOVIS GALDIANO CURY

Administradores


CLÁUDIO GALDIANO CURY


CLOVIS GALDIANO CURY




TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de Ribeirão Preto
FORO DE RIBEIRÃO PRETO
3ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Rua Alice Alem Saadi, 1010, Ramal - 6020/6031 - Nova Ribeirânia

CEP: 14096-570 - Ribeirão Preto - SP

Telefone: (16) 3629-0004 - E-mail: Ribpreto3fam@tjsp.jus.br

DECISÃO

Processo nº:

1015752-34.2020.8.26.0506

Classe - Assunto

Curatela - Nomeação

Requerente

CLOVIS GALDIANO CURY, Brasileiro, Casado, Dentista, RG 9.979.602-8, CPF 131.232.578-00, pai Abib Salim Cury, mãe Neuza Galdino Cury, Nascido/Nascida 04/08/1966, Avenida Luiz Eduardo Toledo Prado, 2800, Condomínio Ipê Roxo - Casa 62, Vila do Golf, CEP 14027-250, Ribeirão Preto - SP

CLÁUDIO GALDIANO CURY, Brasileiro, Casado, Empresário, RG 9.979.601, CPF 131.232.588-74, pai Abib Salim Cury, mãe Neuza Galdino Cury, Nascido/Nascida 04/08/1966, Rua Estevao Leao Bourroul, 2000, Apto. 121, Centro, CEP 14400-750, Franca - SP

Requerido

ABIB SALIM CURY, Advogado, RG 2.172.849, CPF 015.306.668-72, Nascido/Nascida 04/06/1935, com endereço à RUA VISCONDE DE INHAUMA 2º ANDAR SALA 2, 580, CENTRO, CEP 14010-100, Ribeirão Preto - SP
(A. S. C.)

CONCLUSÃO

Aos 29/05/2020, faço estes autos conclusos ao Exmo. Sr. Dr. JOSE DUARTE NETO - MM. Juiz de Direito 3ª Vara da Fam. e Sucessões de Rib.Preto. Eu, IERE RASTELDI NAVES PEREIRA subscrevi.

Vistos.

1. Ante o constante dos autos, nomeio os requerentes **Clóvis G. C. e Cláudio G. C.**, acima qualificados, como curadores provisórios da parte interditanda **A. S. C.**, acima qualificada, independentemente de assinatura de termo, **servido esta decisão como TERMO DE COMPROMISSO e CERTIDÃO DE CURATELA para todos os fins legais, por celeridade e economia processual.** A validade da presente como certidão está vinculada à verificação de sua autenticidade através do código existente na assinatura digital à

Processo nº 1015752-34.2020.8.26.0506 - p. 1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.gov.br/abf8795a-95ad-4a52-af63-24860a294794> / pg. 28

 Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE DUARTE NETO, liberado nos autos em 01/06/2020 às 13:47. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1015752-34.2020.8.26.0506 e código 6198460.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ribeirão Preto

FORO DE RIBEIRÃO PRETO

3ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Rua Alice Alem Saadi, 1010 - Ramal - 6030/6031 - Ncva Ribeirânia

CEP: 14096-570 - Ribeirão Preto - SP

Telefone: (16) 3629-0004 - E-mail: Ribpreto3fam@tjsp.jus.br

margem direita.

2. Compulsando os autos presentes, observo que documentalmente se encontra comprovado que a parte requerida não está apta para os atos da vida civil. Nem mesmo deambulando encontra-se, necessitando que o Juiz se desloque da sede do Poder Judiciário para colher seu interrogatório. Fato que, aliado à suspensão de trabalhos presenciais do Fórum, em caráter excepcional, dispenso o interrogatório. Faço-o igualmente, visto que não existe resistência efetiva, não há indícios de fraude e prejuízo nenhum haverá a parte interditada. Nesse sentido: JTJ179/166.

3. Cite-se e intime-se, devendo o Sr. Oficial de Justiça descrever pormenorizadamente as condições e o estado que se encontra o interditando. O prazo para impugnação do pedido é de 15 (quinze) dias contados da juntada do mandado aos autos, nos termos do artigo 752 do CPC.

4. Decorrido o prazo sem constituição de advogado, encaminhem-se os autos à Defensoria Pública nos termos do art. 752, parágrafo 2º da Lei 13.105/2015.

5. Após, abra-se vista ao Representante do Ministério Público. Após, venham os autos conclusos para designação de perito.

Processo nº 1015752-34.2020.8.26.0506 - p. 2



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf8705a-96ad-4a52-afdc-24b860a03492> / pg. 29

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE DUARTE NETO, liberado nos autos em 01/06/2020 às 13:47. Para conferir o original, acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1015752-34.2020.8.26.0506 e código 6198460.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Ribeirão Preto

FORO DE RIBEIRÃO PRETO

3ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Rua Alice Alem Saadi- 1010- Ramal- 6030/6031 - Nova Ribeirânia

CEP: 14096-570 - Ribeirão Preto - SP

Telefone: (16) 3629-0004 - E-mail: Ribpreto3fam@tjsp.jus.br

6. Cumpra-se, na forma e sob as penas da lei, servindo o presente, por cópia digitada, como mandado, em conformidade com o Protocolo CG nº 24.746/2007. **ESTE PROCESSO TRAMITA ELETRONICAMENTE.** A íntegra do processo (petição inicial, documentos e decisões) poderá ser visualizada na internet, sendo considerada vista pessoal (art. 9º, § 1º, da Lei Federal nº 11.419/2006) que desobriga a anexação. Para visualização, acesse o site www.tjsp.jus.br, informe o número do processo e a senha anexa. Petições, procurações, defesas etc, devem ser trazidos ao Juízo por peticionamento eletrônico.

Intime-se, providencie e ciência ao M.P.

Ribeirão Preto, 29 de maio de 2020.

JOSE DUARTE NETO

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Itens 4 e 5 do Capítulo VI, Tomo I, das N.S.C.G.J. – 4. É vedado ao oficial de justiça o recebimento de qualquer numerário diretamente da parte. 4.1. As despesas em caso de transporte e depósito de bens e outras necessárias ao cumprimento de mandados, ressalvadas aquelas relativas à condução, serão adiantadas pela parte mediante depósito do valor indicado pelo oficial de justiça nos autos, em conta corrente à disposição do juízo. 4.2. vencido o prazo para o cumprimento do mandado sem que efetuado o depósito o oficial de justiça o devolverá, certificando a ocorrência. 4.3. Quando o interessado oferecer meios para o cumprimento do mandado deverá desde logo especificá-los, indicando dia, hora e local em que estarão à disposição, não havendo nesta hipótese depósito para tais diligências. 5. A identificação do oficial de justiça, no desempenho de suas funções, será mediante apresentação de carteira funcional, obrigatória em todas as diligências.

Processo nº 1015752-34.2020.8.26.0506 - p. 3



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf8705a-963d-4452-afdc-24b860a34979> / pg. 30

Este documento é cópia do original, assinado digitalmente por JOSE DUARTE NETO, liberado nos autos em 01/06/2020 às 13:47. Para conferir o original acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/pg/abrirConferenciaDocumento.do>, informe o processo 1015752-34.2020.8.26.0506 e código 6198460.



FICHA CADASTRAL COMPLETA

NESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA, AS INFORMAÇÕES DOS QUADROS "EMPRESA", "CAPITAL", "ENDEREÇO", "OBJETO SOCIAL" E "TITULAR/SÓCIOS/DIRETORIA" REFEREM-SE À SITUAÇÃO DA EMPRESA NO MOMENTO DE SUA CONSTITUIÇÃO OU AO SEU PRIMEIRO REGISTRO CADASTRADO NO SISTEMA INFORMATIZADO.

A SEGUIR, SÃO INFORMADOS OS EXTRATOS DOS ARQUIVAMENTOS POSTERIORMENTE REALIZADOS, SE HOUVER.

A AUTENTICIDADE DESTA FICHA CADASTRAL COMPLETA PODERÁ SER CONSULTADA NO SITE WWW.JUCESPONLINE.SP.GOV.BR, MEDIANTE O CÓDIGO DE AUTENTICIDADE INFORMADO AO FINAL DESTE DOCUMENTO.

PARA EMPRESAS CONSTITUÍDAS ANTES DE 1.992, OS ARQUIVAMENTOS ANTERIORES A ESTA DATA DEVEM SER CONSULTADOS NA FICHA DE BREVE RELATO (FBR).

EMPRESA		
SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICACAO LTDA		
TIPO: SOCIEDADE LIMITADA		
NIRE MATRIZ	DATA DA CONSTITUIÇÃO	EMIÇÃO
35217579280	24/05/2002	18/09/2020 10:55:24
INÍCIO DE ATIVIDADE	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
19/03/2002	04.952.098/0001-38	

CAPITAL
R\$ 60.000,00 (SESENTA MIL REAIS)

ENDEREÇO		
LOGRADOURO: AV. DR. ARMANDO DE SALLES OLIVEIRA	NÚMERO: 380	
BAIRRO: PQ. UNIVERSITARIO	COMPLEMENTO:	
MUNICÍPIO: FRANCA	CEP: 14404-600	UF: SP

OBJETO SOCIAL
ATIVIDADES DE RÁDIO

TITULAR / SÓCIOS / DIRETORIA
ABIB SALIM CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 015.306.668-72, RG/RNE: 2172849, RESIDENTE À RUA MANOEL ACHE, 981, 15 AN- AP 152, JARDIM IRAJA, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14020-590, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.000,00
CLAUDIO GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 131.232.588-74, RG/RNE: 9979601, RESIDENTE À RUA ESTEVAO LEAO BOURROUL, 2000, 12 AN- AP 121, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14400-750, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.000,00
CLOVIS EDUARDO PINTO LUDOVICE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 026.777.258-00, RG/RNE: 31098125, RESIDENTE À AV. MAJOR NICACIO, 1519, 10 AN- AP 101, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14401-135, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO GERENTE, ASSINANDO PELA EMPRESA. COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 30.000,00



CLOVIS GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CPF: 131.232.578-00, RG/RNE: 99796028, RESIDENTE À RUA ESTEVAO BOURROUL, 2000, 13 AN- AP 131, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14400-750, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.000,00

ARQUIVAMENTOS

SESSÃO: 24/05/2002

TRANSFORMADA DE SOCIEDADE CIVIL.

INCLUSÃO DE CNPJ 04.952.098/0001-38

NUM.DOC: 056.402/04-1 SESSÃO: 30/01/2004

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE CLOVIS EDUARDO PINTO LUDOVICE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 026.777.258-00, RG/RNE: 3.109.812-5 - SP, RESIDENTE À RUA FILOMENA PRESOTTO, 346, SAO JOSE, FRANCA - SP, CEP 14401-275, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 30.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE ABIB SALIM CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 015.306.668-72, RG/RNE: 2.172.849 - SP, RESIDENTE À RUA MANOEL ACHE, 981, 15 AN/AP 152, JARDIM IRAJA, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14020-590, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE CLAUDIO GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.588-74, RG/RNE: 9.979.601 - SP, RESIDENTE À RUA ESTEVAO LEAO BOURROUL, 2000, 12 AN/ AP 121, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14400-750, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE CLOVIS GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.578-00, RG/RNE: 9.979.602 - SP, RESIDENTE À RUA ESTEVAO LEAO BOURROUL, 2000, 13 AN/ AP 131, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14400-750, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 10.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 183.365/05-7 SESSÃO: 05/08/2005

ATA DE REUNIAO ORDINARIA DE SOCIOS REALIZADA EM 27 DE ABRIL DE 2005

NUM.DOC: 085.195/06-6 SESSÃO: 01/06/2006

ATA DE REUNIAO ORDINARIA DE SOCIOS REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 2006.DELIBERACOES SOBRE O BALANCO PATRIMONIAL E O DE RESULTADO ECONOMICO REFERENTES AO EXERCICIO ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005.

NUM.DOC: 265.270/07-8 SESSÃO: 30/07/2007

ARQUIVAMENTO DE A.G.O., DATADA DE: 30/04/2007. DELIBERACOES: APROVARAM AS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, O BALANCO PATRIMONIAL E O DE RESULTADO ECONOMICO REFERENTES AO EXERCICIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2005, TENDO SIDO CONSTATADA A OCORRENCIA DE PREJUIZO NO MONTANTE DE R\$ 325,57

NUM.DOC: 410.182/07-2 SESSÃO: 26/12/2007

OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO

NUM.DOC: 108.194/08-5 SESSÃO: 15/04/2008

ARQUIVAMENTO DE A.R.Q., DATADA DE: 02/04/2008. DELIBERACOES UNANIMES: APROVACAO DAS CONTAS DOS ADMINISTRADORES, BALANCO PATRIMONIAL E O RESULTADO ECONOMICO REFERENTES AOS EXERCICIOS ENCERRADO EM 31.12.07, TENDO SIDO CONSTATADA A OCORRENCIA DE PREJUIZO NO MONTANTE DE R\$ 797,00, VALOR ESTE QUE PERMANECERA EM SUSPENSO PARA POSTERIOR COMPENSACAO NA FORMA DA LEI. NADA MAIS.

NUM.DOC: 108.195/08-9 SESSÃO: 15/04/2008

OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO

NUM.DOC: 053.759/09-6 SESSÃO: 26/02/2009

OUTROS - ARQUIVAMENTO DE DOCUMENTOS DE INTERESSE DA EMPRESA/EMPRESARIO

NUM.DOC: 150.309/09-0 SESSÃO: 25/05/2009

ARQUIVAMENTO DE A.R.C.A., DATADA DE: 30/04/2009. DELIBERACOES : POR UNANIMIDADE FOI APROVADO O BALANCO PATRIMONIAL E AS DEMONSTRACOES FINANCEIRAS BEM COMO O RELATORIO DA DIRETORIA RELATIVO AO EXERCICIO

D
P



atuído

ercialização

Realizada eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

NIRE: 35217579280

Página 2 de 5

SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/08 ; DELIBERADO QUE O RESULTADO LIQUIDO DO EXERCICIO CONSISTENTE EM PREJUIZOS PERMANECERA EM SUSPENSO PARTA POSTERIOR COMPENSACAO NA FORMA DA LEI.

NUM.DOC: 456.558/09-3 SESSÃO: 08/12/2009

ALTERACAO DE SOCIOS/TITULAR/DIRETORIA:

RETIRA-SE DA SOCIEDADE CLOVIS EDUARDO PINTO LUDOVICE, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 026.777.258-00, RESIDENTE À RUA FILOMENA PRESOTTO, 346, SAO JOSE, FRANCA - SP, CEP 14401-275, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 30.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE ABIB SALIM CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 015.306.668-72, RESIDENTE À RUA MANOEL ACHE, 981, 15 AN/AP 152, JARDIM IRAJA, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14020-590, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 24.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE CLAUDIO GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.588-74, RESIDENTE À RUA ESTEVAO LEAO BOURROUL, 2000, 12 AN/ AP 121, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14400-750, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 18.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE CLOVIS GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.578-00, RESIDENTE À RUA ESTEVAO LEAO BOURROUL, 2000, 13 AN/ AP 131, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14400-750, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 18.000,00.

ENDEREÇO DA SEDE ALTERADO PARA RUA VISCONDE DE INHAUMA, 580, CJ 204, CENTRO, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14010-100.

ADEQUACAO DA EMPRESA AO NOVO CODIGO CIVIL

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 211.824/11-2 SESSÃO: 07/06/2011

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 260.000,00 (DUZENTOS E SESSENTA MIL REAIS).

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35903586087, SITUADA À: RUA VISCONDE DE OURO PRETO, 227, CENTRO, IPUA - SP, CEP 14610-000, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADES DE RÁDIO. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 26/05/2011.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE ABIB SALIM CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 015.306.668-72, RESIDENTE À RUA MANOEL ACHE, 981, 15 AN/AP 152, JARDIM IRAJA, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14020-590, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 156.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE CLAUDIO GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.588-74, RESIDENTE À RUA ESTEVAO LEAO BOURROUL, 2000, 12 AN/ AP 121, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14400-750, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 52.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE CLOVIS GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.578-00, RESIDENTE À RUA ESTEVAO LEAO BOURROUL, 2000, 13 AN/ AP 131, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14400-750, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 52.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 478.206/12-4 SESSÃO: 29/10/2012

CAPITAL DA SEDE ALTERADO PARA \$ 300.000,00 (TREZENTOS MIL REAIS).

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904394092, SITUADA À: RUA MINAS GERAIS, 2230, CENTRO, SAO JOAQUIM DA BARRA - SP, CEP 14600-000, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADES DE RÁDIO. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 18/10/2012.

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904394106, SITUADA À: RUA LUIZ SABAINI NETTO, 460, JARDIM SANTA CRUZ, NUPORANGA - SP, CEP 14670-000, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADES DE RÁDIO. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 18/10/2012.

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35904394114, CNPJ 04.952.098/0005-61, SITUADA À: RUA ANOR RIBEIRO DE SOUZA, 1146, RESIDENCIAL FARED S, RIBEIRAO CORRENTE - SP, CEP 14430-000, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADES DE RÁDIO. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 18/10/2012.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE ABIB SALIM CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 015.306.668-72, RESIDENTE À RUA MANOEL ACHE, 981, 15 AN/AP 152, JARDIM IRAJA, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14020-590, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO E ADMINISTRADOR, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 180.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE CLAUDIO GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.588-74, RESIDENTE À RUA ESTEVAO LEAO BOURROUL, 2000, 12 AN/ AP 121, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14400-750, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 60.000,00.

REDISTRIBUICAO DO CAPITAL DE CLOVIS GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.578-00, RG/RNE: 9979602 - SP, RESIDENTE À ALAMEDA FLAMBOYANTS, DOS, 933, MORADA VERDE, FRANCA - SP, CEP 14404-409,



NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 60.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 478.656/12-9 SESSÃO: 26/11/2012

ENDEREÇO DA FILIAL NIRE 35904394114, CNPJ 04.952.098/0005-61, SITUADA À RUA ANOR RIBEIRO DE SOUZA, 1146, RESIDENCIAL FARED S, RIBEIRAO CORRENTE - SP, CEP 14430-000. ALTERADO PARA RUA ANOR RIBEIRO DE SOUZA, 1146, RESIDENCIAL FARED S, RIBEIRAO CORRENTE - SP, CEP 14445-000.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 350.306/17-5 SESSÃO: 18/08/2017

ABERTURA DE FILIAL NIRE 35905216058, CNPJ 04.952.098/0006-42, SITUADA À: RUA DOUTOR PEDRO DE TOLEDO, 1211, PARQUE UNIVERSITARI, FRANCA - SP, CEP 14404-605, COM OBJETO DESTACADO DE ATIVIDADES DE RÁDIO. COM INÍCIO DAS ATIVIDADES: 24/07/2017., DATADA DE: 24/07/2017.

ALTERAÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA / OBJETO SOCIAL DA SEDE PARA ATIVIDADES DE RÁDIO., DATADA DE: 24/07/2017.

INCLUSÃO/ALTERAÇÃO DE CNPJ: NIRE 35904394114, CNPJ 04.952.098/0005-61

OBJETO DA FILIAL: NIRE 35903586087, SITUADA À RUA VISCONDE DE OURO PRETO, 227, CENTRO, IPUA - SP, CEP 14610-000, ALTERADO PARA: PRESTACAO DE SERVICOS DE RADIODIFUSAO SONORA, DE SONS E IMAGENS (TELEVISAO), SEUS SERVICOS AFINS OU CORRELATOS, TAIS COMO SERVICO ESPECIAL DE MUSICA FUNCIONAL, REPETICAO OU RETRANSMISSAO DE SONS, OU SINAIS DE SONS E IMAGENS DE RADIODIFUSAO, SEMPRE COM FINALIDADES EDUCATIVAS, BEM COMO EXPLORACAO DE CONCESSAO OU PERMISSAO, E CENTRO DE PRODUCAO DE PROGRAMAS, NESTA OU EM OUTRAS LOCALIDADES DO TERRITORIO NACIONAL, TUDO DE ACORDO COM A LEGISLACAO EM VIGOR..., DATADA DE: 24/07/2017.

OBJETO DA FILIAL: NIRE 35904394092, SITUADA À RUA MINAS GERAIS, 2230, CENTRO, SAO JOAQUIM DA BARRA - SP, CEP 14600-000, ALTERADO PARA: PRESTACAO DE SERVICOS DE RADIODIFUSAO SONORA, DE SONS E IMAGENS (TELEVISAO), SEUS SERVICOS AFINS OU CORRELATOS, TAIS COMO SERVICO ESPECIAL DE MUSICA FUNCIONAL, REPETICAO OU RETRANSMISSAO DE SONS, OU SINAIS DE SONS E IMAGENS DE RADIODIFUSAO, SEMPRE COM FINALIDADES EDUCATIVAS, BEM COMO EXPLORACAO DE CONCESSAO OU PERMISSAO, E CENTRO DE PRODUCAO DE PROGRAMAS, NESTA OU EM OUTRAS LOCALIDADES DO TERRITORIO NACIONAL, TUDO DE ACORDO COM A LEGISLACAO EM VIGOR..., DATADA DE: 24/07/2017.

OBJETO DA FILIAL: NIRE 35904394106, SITUADA À RUA LUIZ SABAINI NETTO, 460, JARDIM SANTA CRUZ, NUPORANGA - SP, CEP 14670-000, ALTERADO PARA: PRESTACAO DE SERVICOS DE RADIODIFUSAO SONORA, DE SONS E IMAGENS (TELEVISAO), SEUS SERVICOS AFINS OU CORRELATOS, TAIS COMO SERVICO ESPECIAL DE MUSICA FUNCIONAL, REPETICAO OU RETRANSMISSAO DE SONS, OU SINAIS DE SONS E IMAGENS DE RADIODIFUSAO, SEMPRE COM FINALIDADES EDUCATIVAS, BEM COMO EXPLORACAO DE CONCESSAO OU PERMISSAO, E CENTRO DE PRODUCAO DE PROGRAMAS, NESTA OU EM OUTRAS LOCALIDADES DO TERRITORIO NACIONAL, TUDO DE ACORDO COM A LEGISLACAO EM VIGOR..., DATADA DE: 24/07/2017.

OBJETO DA FILIAL: NIRE 35904394114, CNPJ 04.952.098/0005-61, SITUADA À RUA ANOR RIBEIRO DE SOUZA, 1146, RESIDENCIAL FARED S, RIBEIRAO CORRENTE - SP, CEP 14445-000, ALTERADO PARA: PRESTACAO DE SERVICOS DE RADIODIFUSAO SONORA, DE SONS E IMAGENS (TELEVISAO), SEUS SERVICOS AFINS OU CORRELATOS, TAIS COMO SERVICO ESPECIAL DE MUSICA FUNCIONAL, REPETICAO OU RETRANSMISSAO DE SONS, OU SINAIS DE SONS E IMAGENS DE RADIODIFUSAO, SEMPRE COM FINALIDADES EDUCATIVAS, BEM COMO EXPLORACAO DE CONCESSAO OU PERMISSAO, E CENTRO DE PRODUCAO DE PROGRAMAS, NESTA OU EM OUTRAS LOCALIDADES DO TERRITORIO NACIONAL, TUDO DE ACORDO COM A LEGISLACAO EM VIGOR..., DATADA DE: 24/07/2017.

ENDEREÇO DA FILIAL NIRE 35904394114, CNPJ 04.952.098/0005-61, SITUADA À RUA ANOR RIBEIRO DE SOUZA, 1146, RESIDENCIAL FARED S, RIBEIRAO CORRENTE - SP, CEP 14445-000. ALTERADO PARA ESTRADA VICINAL RIBEIRAO CORRENTE/FRANCA, KM 15, FAZENDA MONTE ALEGR, RIBEIRAO CORRENTE - SP, CEP 14445-000. , DATADA DE: 24/07/2017.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

NUM.DOC: 857.552/17-0 SESSÃO: 14/11/2017

ARQUIVAMENTO DE PROCURAÇÃO PÚBLICA, CONFORME DISPOSTO NA IN NO. 28 DE 06/10/2014 E RESOLUÇÃO CNJ NO. 42 DE 31/10/2014.

NUM.DOC: 316.682/20-2 SESSÃO: 08/09/2020

ALTERAÇÃO DE OUTRAS CLAÚSULAS CONTRATUAIS/ESTATUTÁRIAS: A SOCIEDADE ALTERA E DA NOVA REDACAO AS CLAUSULAS ABAIXO DESCRITAS: DA ADMINISTRACAO DA RETIRADA, EXCLUSAO OU FALECIMENTO DE SOCIOS DAS QUOTAS SOCIAIS DAS DISPOSICOES GERAIS

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE ABIB SALIM CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF:



015.306.668-72, RG/RNE: 2172849-5 - SP, RESIDENTE À RUA CEL LUIZ DA SILVA BATISTA, 910, APTO 151, JARDIM IRAJA, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14020-570, NA SITUAÇÃO DE SÓCIO, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 180.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE CLAUDIO GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.588-74, RG/RNE: 9979601 - SP, RESIDENTE À RUA ESTEVAO LEO BOURROUL, 2000, 12 AN/ AP 121, CENTRO, FRANCA - SP, CEP 14400-750, REPRESENTANDO ABIB SALIM CURY, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 60.000,00.

ALTERAÇÃO DOS DADOS CADASTRAIS DE CLOVIS GALDIANO CURY, NACIONALIDADE BRASILEIRA, CUTIS: NÃO INF., CPF: 131.232.578-00, RG/RNE: 9979602-8 - SP, RESIDENTE À AVENIDA LUIZ EDUARDO TOLEDO PRADO, 2800, CS 62 CON IPE, VILA DO GOLF, RIBEIRAO PRETO - SP, CEP 14027-250, REPRESENTANDO ABIB SALIM CURY, NA SITUAÇÃO DE ADMINISTRADOR E SÓCIO, ASSINANDO PELA EMPRESA, COM VALOR DE PARTICIPAÇÃO NA SOCIEDADE DE \$ 60.000,00.

CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL DA MATRIZ.

FIM DAS INFORMAÇÕES PARA NIRE: 35217579280
DATA DA ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO DA BASE DE DADOS: 17/09/2020



Ficha Cadastral Completa. Documento certificado por JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. A Junta Comercial do Estado de São Paulo, garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.jucesponline.sp.gov.br sob o número de autenticidade 140150305, sexta-feira, 18 de setembro de 2020 às 10:55:24.



Franca,

~~10 DEZ. 2018~~

AUTENTICAÇÃO

Autentico a presente copia ()
Tabellionato do respectivo original, dou re
Valor recebido por autenticação R\$ 52,70

TERRITÓRIO NACIONAL

9.979.601-6 DATA DE EXPECIACAO 03/ABR/2013

CLAUDIO GALDIANO CURY

E NEUZA GALDIANO CURY

RIBEIRÃO PRETO -SP 04/AGO/1966

RIBEIRÃO PRETO-SP
PRIMEIRO SUBDISTITO
CC: LV.B4 / FLS.248 / N.001247

131232588/74

206 Delegado Divisório
Roberto Assunção da Silva HIRGD.SSP.SP

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

[illegible]

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Petição (8324924)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 37

Doador de Órgãos e Tecidos

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DE SÃO PAULO 1034-8

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO RICARDO GUMBELTON DAUNT



POLEGAR DIREITO



ASSINATURA DO TITULAR

CARTeira DE IDENTIDADE

Clovis Galdiano Cury

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 9.979.602-8 DATA DE EMISSÃO 16/MAI/2000

NOME CLOVIS GALDIANO CURY

FILIAÇÃO ABIB SALIM CURY

E NEUZA GALDIANO CURY

NATURALIDADE RIBEIRÃO PRETO -SP DATA DE NASCIMENTO 04/AGO/1966

DOC. ORIGEM RIBEIRÃO PRETO SP

PRIMEIRO SUBDISTRITO

CNPJ 131632578/00

CPF 131632578/00

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.115 DE 20/08/83

Delegado Divisional

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ: 04.952.098/0001-38

Ressalvado o direito de a AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES – Anatel inscrever e cobrar as dívidas que venham a ser apuradas, certifico, para os fins de direito, que, mandado rever os registros da Anatel, verificou-se a EXISTÊNCIA de débito(s) com recurso com efeito suspensivo e/ou judicial, e/ou parcelados.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 13:24:26 do dia 25/10/2021 (hora e data de Brasília).

Válida até 24/11/2021.

Certidão expedida gratuitamente.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Valores em Reais)

Folha: 00001

Empresa: SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA (1160)

CNPJ/CPF: 04.952.098/0001-38

End.: Rua VISCONDE DE INHAUMA 580-CJ. 204-CENTRO - CEP: 14010-100

Município: Ribeirão Preto

UF: SP

Emitido em: 31/12/2020

Período: Janeiro a Dezembro de 2020

Data do encerramento: 31/12/2020

RECEITA BRUTA OPERACIONAL	324.927,16
PRESTACAO DE SERVICO FILIAL	324.927,16
DEDUÇÕES DE VENDAS	(11.859,83)
PIS FATURAMENTO S/PREST.SERV.	(2.112,03)
COFINS S/PREST.SERV.	(9.747,80)
RECEITA LIQUIDA OPERACIONAL	313.067,33
RECEITA LIQUIDA SERVICOS	313.067,33
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	313.067,33
LUCRO BRUTO DE SERVICOS	313.067,33
DESPESAS/RECEITAS OPERACIONAIS	(96.794,18)
DESPESAS COM VENDAS	(11.171,30)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	(2.503,34)
DESPESAS DE PESSOAL	(8.953,72)
DESPESAS FINANCEIRAS	(1.743,67)
DESPESA COM PESSOAL FILIAL	(72.422,15)
DESPESAS/RECEITAS NAO OPERACIONAIS	(20.000,00)
DESPESAS NAO OPERACIONAIS	(20.000,00)
PROVISÕES CSLL/IRPJ	(24.351,28)
CONTRIBUICAO SOCIAL	(8.754,77)
PROVISAO P/IMPOSTO DE RENDA	(15.596,51)
L I Q U I D O	171.921,87

Reconhecemos a exatidão da presente Demonstração do Resultado do Exercício.

Ribeirão Preto - SP / 31 DE DEZEMBRO DE 2020



HELIO MARCELINO DE CARVALHO JUNIOR

CPF: 088.067.118-14 RG: 19730917-3

Contador CRC: 1SP153712/O-8

SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA

CLOVIS GALDIANO CURY

Sócio-Administrador CPF: 131.232.578-00 RG: 9.979.602-8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Petição 8324924

SEI 53115-031340/2021-94 / pg. 39

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

Empresa: SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA (1160)

CNPJ/CPF: 04.952.098/0001-38

End.: Rua VISCONDE DE INHAUMA 580-CJ. 204-CENTRO - CEP: 14010-100

Município: Ribeirão Preto

UF: SP

Emitido em: 31/12/2020

Período: Janeiro a Dezembro de 2020

Data do encerramento: 31/12/2020

ATIVO	1.801.346,20
ATIVO CIRCULANTE	171.070,16
CAIXA	163.481,20
BANCOS CONTA MOVIMENTO	4.300,97
APLICACOES FINANCEIRAS	3.275,97
IMPOSTOS A RECUPERAR	12,02
ATIVO N/CIRCULANTE REAL.L.PRAZ	21.362,20
DEPOSITO JUDICIAL	21.362,20
ATIVO N/CIRCULANTE PERMANENTE	7.170,30
INVESTIMENTOS	7.170,30
ATIVO N/CIRCULANTE IMOBILIZADO	934.743,54
VEICULOS	86.000,00
MOVEIS E UTENSILIOS	55.395,93
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	37.572,52
EQUIPAMENTOS TRANSMISSORES	604.152,97
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS FILIAL	132.217,59
TERRENOS	5.500,00
COMPUTADORES E PERIFERICOS	7.015,28
COMPUTAD.E PERIFER. FILIAL II	6.889,25
ATIVO N/CIRCULANTE INTANGIVEL	667.000,00
INTANGIVEL	667.000,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Balanco Patrimonial (Valores em Reais)

Folha: 00003

Empresa: SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA (1160)

CNPJ/CPF: 04.952.098/0001-38

End.: Rua VISCONDE DE INHAUMA 580-CJ. 204-CENTRO - CEP: 14010-100

Município: Ribeirão Preto

UF: SP

Emitido em: 31/12/2020

Período: Janeiro a Dezembro de 2020

Data do encerramento: 31/12/2020

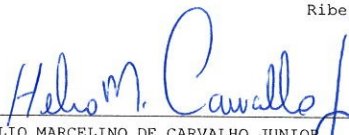
PASSIVO	1.801.346,20
PASSIVO CIRCULANTE	13.381,32
FORNECEDORES	0,00
OBRIGAÇÕES C/ PESSOAL FILIAL	4.537,09
OBRIGAÇÕES TRIBUTARIAS A PAGAR	6.017,61
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	1.548,89
ENCARGOS SOCIAIS PAGAR FILIAL	1.277,73
PASSIVO N/CIRCULAN EXIG.L/PRAZ	689.000,00
EMPRESTIMOS E FINANCIAMENTOS	689.000,00
PATRIMONIO LIQUIDO	1.098.964,88
CAPITAL SOCIAL	300.000,00
OUTRAS CONTAS-LUCROS/PREJUIZOS	798.964,88

Reconhecemos a exatidão do presente Balanco Patrimonial, cujo Ativo e Passivo estão uniformes na mesma importância de R\$ 1.801.346,20.

(HUM MILHAO OITOCENTOS E HUM MIL TREZENTOS E QUARENTA E SEIS REAIS E VINTE CENTAVOS)

Ressalvando que a responsabilidade do profissional contabilista, fica restrita apenas ao aspecto meramente técnico desde que reconhecidamente operou com elementos dados e comprovantes fornecidos pela gerência da firma que se responsabiliza pela sua exatidão e veracidade, bem como pelos estoques considerados levantados pela referida gerência e sob sua total e exclusiva responsabilidade.

Ribeirão Preto - SP / 31 DE DEZEMBRO DE 2020



HELIO MARCELINO DE CARVALHO JUNIOR

Contador

CRC: 1SP153712/O-8

CPF: 088.067.118-14

RG: 19730817-3

SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA

CLOVIS GALDIANO CURY

Sócio-Administrador CPF: 131.232.578-00 RG: 9.979.602-8



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Petição (8324924)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 41

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



21/10/2021

0052399400

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
CERTIDÃO ESTADUAL DE DISTRIBUIÇÕES CÍVEIS

**CERTIDÃO Nº: 2739120****FOLHA: 1/1**

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada pela internet no site do Tribunal de Justiça.

A Diretoria de Serviço Técnico de Informações Cíveis do(a) Comarca de São Paulo - Capital, no uso de suas atribuições legais,

CERTIFICA E DÁ FÉ que, pesquisando os registros de distribuições de **PEDIDOS DE FALÊNCIA, CONCORDATAS, RECUPERAÇÕES JUDICIAIS E EXTRAJUDICIAIS** anteriores a 20/10/2021, verificou **NADA CONSTAR** como réu/requerido/interessado em nome de: *****

SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICACAO LTDA CNPJ: 04.952.098/0001-38, conforme indicação constante do pedido de certidão. *****

Esta certidão não aponta ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome foi pesquisado figura como autor (a). São apontados os feitos com situação em tramitação já cadastrados no sistema informatizado referentes a todas as Comarcas/Foros Regionais e Distritais do Estado de São Paulo.

A data de informatização de cada Comarca/Foro pode ser verificada no Comunicado SPI nº 22/2019.

Esta certidão considera os feitos distribuídos na 1ª Instância, mesmo que estejam em Grau de Recurso.

Não existe conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais e poderá apontar feitos de homônimos não qualificados com tipos empresariais diferentes do nome indicado na certidão (EIRELI, S/C, S/S, EPP, ME, MEI, LTDA).

Esta certidão só tem validade mediante assinatura digital.

Esta certidão é sem custas.

São Paulo, 21 de outubro de 2021.

PEDIDO Nº:**0052399400**

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Petição (8324924)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 42



abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA
CNPJ: 04.952.098/0001-38

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 15:05:58 do dia 25/10/2021 <hora e data de Brasília>.

Válida até 23/04/2022.

Código de controle da certidão: **1F0C.3B6B.5C2B.051D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>



Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo

Débitos Tributários Não Inscritos na Dívida Ativa do Estado de São Paulo

CNPJ / IE: 04.952.098/0001-38

Ressalvado o direito da Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo de apurar débitos de responsabilidade da pessoa jurídica acima identificada, é certificado que não constam débitos declarados ou apurados pendentes de inscrição na Dívida Ativa de responsabilidade do estabelecimento matriz/filial acima identificado.

Certidão nº 21100265432-52

Data e hora da emissão 21/10/2021 10:14:33

Validade 6 (seis) meses, contados da data de sua expedição.

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade no sítio www.pfe.fazenda.sp.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>



MUNICIPIO DE NUPORANGA
PREFEITURA MUNICIPAL DE NUPORANGA
Bernardino Pereira da Silva, 375 - Centro - NUPORANGA
CNPJ: 46.754.388/0001-17



CERTIDÃO NEGATIVA
DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

Código de Cadastro

000001660

Contribuinte

SIR-SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA ME

Logradouro

DR. PEDRO DE TOLEDO

Bairro

PARQUE UNIVERSITÁRIO

Cidade

FRANCA

CPF/CNPJ

04.952.098/0004-80

Número Complemento

460

CEP

14404605

UF

SP

CERTIFICO, para os devidos fins, a pedido via internet, que revendo os assentamentos existentes nesta Seção, deles verifiquei constar que o contribuinte acima descrito, encontra-se quite com o Erário Municipal, até a presente data, relativamente ao Tributos Municipais. ATENÇÃO : Fica ressalvado o direito da Fazenda Municipal exigir a qualquer tempo, créditos tributários que venham a ser apurados.

Emitida às 11:19:53 do dia 26/10/2021

Válida até 25/11/2021

Código de Controle da Certidão/Número 0B9A9C45AE51D6C4

Certidão emitida gratuitamente.

Atenção qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Petição (8324924)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 45

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 04.952.098/0001-38

Razão Social: SIR SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICACAO LTDA

Endereço: R VISCONDE DE INHAUMA 580 CJ0204 / CENTRO / RIBEIRAO PRETO / SP
/ 14010-100

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 14/10/2021 a 12/11/2021

Certificação Número: 2021101401160785216707

Informação obtida em 25/10/2021 13:29:01

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

www.caixa.gov.br/consultacrf/pages/consultaEmpregador.jsf

Petição (8324924)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 46

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto

Secretaria Municipal da Fazenda

www.ribeiraopreto.sp.gov.br

Fale Conosco: certidoes@fazenda.pm rp.com .br

CND

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS

(INSCRITOS E NÃO INSCRITOS EM DÉBITOS DA ATIVA)

DE IPTU, ITBI, ISS, TAXAS, CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA
(PAVIMENTAÇÃO) E PREÇO PÚBLICO

A Divisão de Atendimento e Cobrança da Secretaria Municipal da Fazenda certifica que, consultando as informações fornecidas, pelo sistema Tributário, verificou que não consta débito constituído em relação aos Tributos Mobiliários – ISS, Taxa de Funcionamento e Taxa de Publicidade. Quanto aos Tributos Imobiliários – IPTU, não consta débito, de titularidade do requerente ou com promissão ao mesmo, até a presente data. Ressalvado o direito de Fazenda Municipal cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo abaixo identificado que vierem a ser apuradas. É certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda, sejam eles não inscritos ou inscritos em Dívida Ativa. Esta certidão se refere a todos os tipos de tributos municipais.

Em presa: SIRSISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ/CPF: 04.952.098/0001-38

Inscrição Municipal: 14222401

Situação Cadastral: Ativa

Certidão emitida eletronicamente com base no art. 81-A da Lei 2.415/70.

Validade: 180 dias

Legitimidade verificável na Internet - www.ribeiraopreto.sp.gov.br
pelo prazo de 180 dias.

Emitida às 10:18h do dia 21/10/2021 - Código de controle: 2878503

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Petição (8324924)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 47



abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 04.952.098/0001-38

Certidão nº: 42970317/2021

Expedição: 25/10/2021, às 13:26:46

Validade: 22/04/2022 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **04.952.098/0001-38**, **NÃO CONSTA** do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base no art. 642-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentado pela Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011, e na Resolução Administrativa nº 1470/2011 do Tribunal Superior do Trabalho, de 24 de agosto de 2011.

Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho e estão atualizados até 2 (dois) dias anteriores à data da sua expedição.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho ou Comissão de Conciliação Prévia.



Dúvidas e sugestões: cndt@tst.jus.br

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Petição (8324924)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 48

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

Data de Envio:

31/05/2023 08:34:10

De:

MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>

Para:

cgfm@mcom.gov.br

Assunto:

Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Mensagem:

Processo nº: 53115.031340/2021-94

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ nº 04.952.098/0001-38), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Nuporanga/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.

Anexos:

Peticao_8324924_REQUERIMENTO_e_CERTIDOES.pdf



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

RE: Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial - Processo nº: 53115.031340/2021-94

Inez Joffily França

Qua, 31/05/2023 10:08

Para: COREP <corep@mcom.gov.br>

Cc: Rubens Gonçalves dos Reis Junior <rubens.reis@mcom.gov.br>

Prezado(a),

Informa-se que não consta nesta Coordenação eventual registro de processo de apuração de infração, rela vo à emissora SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ nº 04.952.098/0001-38), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Nuporanga/SP, que tenha culminado ou possa redundar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou que trate de descumprimento do contrato de concessão.

At.te,

De: MCOM/Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada <corep@mcom.gov.br>**Enviado:** quarta-feira, 31 de maio de 2023 08:34**Para:** cgfm <cgfm@mcom.gov.br>**Assunto:** Consulta CGFM - Renovação de Outorga Comercial

Processo nº: 53115.031340/2021-94

Senhor Coordenador-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações,

Cumprimentando-o, cordialmente, em atenção ao disposto no Parecer Referencial n.º 403/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU (oriundo da Consultoria Jurídica - Conjur), remeto os presentes autos a essa Coordenação, para que informe quanto à existência de pena de cassação relativa à outorga deferida à SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ nº 04.952.098/0001-38), executante do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Nuporanga/SP, ou de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da mesma, cuja penalidade cabível seja cassação.

Oportunamente, solicito informações quanto à existência de Processo de Apuração de Infração (ou de qualquer outra espécie de procedimento administrativo), que indique o descumprimento do contrato pela detentora da outorga.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

office.com/mail/none/id/AAMkAGI5NTJMDQWLWRKODhNGY4NC05ZDYxLW00OTczNTM2MDY5NQBGAAAAAAD31SCGCRSW... 1/1

E-mail Resposta CGFM (10933848)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 50

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

8277438 333

8631 3 47 3 1

3 8				3		47 3 1		
!"#\$%&'(#\$#!)	* 0	+	**,-.	/,00.1	0. 11-2/ 341	5,.		
!"6\$&\$7(\$)	1/,.	8-	+	9;;				
<!=!>&!)					%A \$(=) BC3C63DE84372F8			
GHI) F9:F9JKL+MJ					N !O"#6(7!=)			:J
<(P"Q7RSO()					<(P"<\$V\$)			41W632
X\$"\$#"Y&'O\$')					Z!O[(\()			:M + 03 78 7C8 *8863 1 861]C^73 -8 C23 3
G\$O\$!O) T67_678					`Y\$="!7P!Ya>(Y)			
bl#!)					G\$!cO(\$"\$"%7'\$\d)			T677e32
f\$=g"b6) JKLLK::9								
hi7!O[\$\j!7) 0*152.1 ./,5 L:K99								

1618			* 1 1		
`cO\$#RO) .k/ .			G P=! !&)		
IS(OO) T.0m2 2/ k0* ,.0 1			R !O) MJ		
nR&(YaP() 8633			Q6)	*T	G%H) L

1618			8661e8 ^73		
`cO\$#RO)			G P=! !&)		
IS(OO)			R !O)		
nR&(YaP()			Q6)		G%H)

1618			8 ,63786		
`cO\$#RO) 011k . k.5 0 ./k.0			G P=! !&) */, 1 /2T10./0.K*.5.* 15 k 0.		
IS(OO)			R !O) o-		
nR&(YaP() /Ce863W3			Q6)	*T	G%H) L

1618			8 4p 78 T677e32		
`cO\$#RO) 011k . k.5 0 ./k.0			G P=! !&) */, 1 /2T10./0.K*.5* 15 k 0.		
IS(OO)			R !O) o-		
nR&(YaP() /Ce863W3			Q6)	*T	G%H) L

1618			8 4p 78 .Cq72736		
`cO\$#RO)			G P=! !&)		
IS(OO)			R !O)		
nR&(YaP()			Q6)		G%H)

8631 8 T238 r378

58327s38					
nR&(YaP() /Ce863W3			Q6)	*T	

T36t1468 ,u78					
G\$&\$=) :	6O!vRw&Y(\$)	9JF	-xs	G=\$77!) rL	%bH"nSV(\$) FM:yz
{G) L:	H\$O!\$!&)	X!Y\$=\$cl)			6\$7!) :

8631 3 438



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

Anexo Telas Anatel (10933475)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 52

LKM

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

	;43<8	Zn□72736		
	K63786	Zn□72736		
IL+HMB+N**		O4"	; ‡ n7?3148	<8 1>8463 8
QJ+,**		TU*,+VN !"	R0	



63786 72736			
!"#\$	%!&\$	'(7)3148 *8	1+8463 8
,-./"#\$	0#1"/!2!34\$	56	

7783 1 637*8 72736			
%!&\$,-./"#\$		
.!"#9":\$;"#1"34\$	<=>??	0!.@:/!/@@.\$ < A IB"/\$ 88

413 72736			
%!&\$,-./"#\$		
C".-\$ <	D! EF&#\$ G	2!"#34HI\$ G	0&.J34\$ KA\$ L0%MN \$?OPQ 56
0RS			
0A\$			

TU863VW1 8 8+148 1 X486Y3			
Z[\68+18 Z[R8+148 7)8 R8+148 X6Y*8 R343 8 R343+ RX] 03^*8 8 R8+ Z3461^3			
____ >?? \8643673 ` P==??a ?a=?>=?_ X486Y3 >			

TU863VW1 8 8+148 1)68b3V*8 1 78+37			
Z[\68+18 Z[R8+148 7)8 R8+148 X6Y*8 R343 8 R343+ RX] 03^*8 8 R8+ Z3461^3			
____ >?a \8643673 ` ?>=?P=?>P >=?P=?>P)68b3V*8 1 78+32 c+7+8			

d74567+8 1 R8+148 '747 8			
Z[\68+18 Z[R8+148 7)8 R8+148 X6Y*8 R343 8 R343+ RX] 03^*8 8 R8+ Z3461^3			
____ ef> R1+6148 71Y72347b8 Z >=?Q=?>? =?Q=?>? R127g160 8 O Z3+7832h6i 7+8			
____ >?a R1)3+88 ` ?>=?P=?>P >=?P=?>P 4867^3 3 T4323V*8 3 c+743V*8 1			
____ _j 48 \07 ?_=?f=?>P >=?f=?>P 4867^3 8 j8 1 c+76878U61(k+73			
____ ? R1)3+88 SS' ?e=?j=?>f 4867^3 '(7)3148 c+7+8			
ePe????PQ__?>_ P? _ R1)3+88 '0?> P=?>=?>_ 4867^3 3 24163V*8 1 c+768+41647+3			
ePe???O?aQP=? >P?P? 48 X07' Q=?>=?> Q=?>=? 4867^3 8 j8 1 c+76878U61(k+73			

d86m678 1 U+783148			



0123450320647589:20 0;47589:20

00<=>?@ABCD<=EF=?GHI=DJCDK>BGJCJLMMM

NOPQRSTRUQVWXYZ[0:]^_						
U`ab\0cdefghecfijcccklmi						
nopRqRnonNrstRo`NruptvwRvrRptvowUwsx`oUtwRyNvt						
`wsr	U`abzUa{	r`NovtvrRsU	U`ab	Utpuw	ZS} UQZ[W	atpN w`
0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800 801 802 803 804 805 806 807 808 809 810 811 812 813 814 815 816 817 818 819 820 821 822 823 824 825 826 827 828 829 830 831 832 833 834 835 836 837 838 839 840 841 842 843 844 845 846 847 848 849 850 851 852 853 854 855 856 857 858 859 860 861 862 863 864 865 866 867 868 869 870 871 872 873 874 875 876 877 878 879 880 881 882 883 884 885 886 887 888 889 890 891 892 893 894 895 896 897 898 899 900 901 902 903 904 905 906 907 908 909 910 911 912 913 914 915 916 917 918 919 920 921 922 923 924 925 926 927 928 929 930 931 932 933 934 935 936 937 938 939 940 941 942 943 944 945 946 947 948 949 950 951 952 953 954 955 956 957 958 959 960 961 962 963 964 965 966 967 968 969 970 971 972 973 974 975 976 977 978 979 980 981 982 983 984 985 986 987 988 989 990 991 992 993 994 995 996 997	ckgmcfeil _h	010 1 5 0				

%&&'922(&)*+&2(*,,!2-!!-(*,,!2.*&!(!2!+!./(*!*&,(('*,*!!)'(!,*!2&.*"*

Anexo Telas Anatel (10933475)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c9ac94979



 **Menu Principal** ▼

👉👉👉👉 / 36478914/ ; 4 UQVW

/01234/21/53647891

/:;4789123/

```
//<=>?@ABCD<=EF=?GHI=DJCDK>BGJCJLMMM
```

[illegible]

{WX QTS QVw QY[RjR'TS QRkT cRSTRxQX£[RkTZQRRRRRRRRRRRr[Z[Rm#p|Sp"'"RRRRRRRRRRRR©Q[R\|a|a|«"

\$%%&922'%)%2')+ + 2, , '+ + 2-)% ' 2 * -'.)%'+&)+ (& '+ 2%-)!&

Anexo Telas Anatel (10933475)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 58



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c9ac94979



Menu Principal ▾

00ÁÁ07589:250 < 0ÁÁ0RW2

0123450320647589:20 0;<589:2340

06F>?@ABCDE=>FG>@HIJ>EKDEL?CHKDKMNNN

OPQRSTUVWXYZ[\]^_`						
Vab]0cdcefdfe gh hij						
klmn	VkaopVab	nkOqrsrnSmV	Vkao	Vstul	v[TwVR[X	astOlk
^}~□ 0 □ 1 □ 0 ^ □ ; Y	cdcefdfe gh hij	□;0i0 □ □ 走 走 / 0 □ 走 走 ; 1 01 走 走 gfe j 走 走 i j c i ; 1 □ ^ □ / □ □ □ 0 走 1 □	dh	1 走 走 < : 4 走 走 走 走 1 / □ □ □ 走 ; 1 0 ; □ j	j	ii
		□;0i0 □ □ 走 走 / 0 □ 走 走 ; 1 01 走 走 gfe j 走 走 i j c i ; 1 □ ^ □ / □ □ □ 0 走 1 □	dh	1 走 走 < : 4 走 走 走 走 1 / □ □ □ 走 ; 1 0 ; □ j	j	ii
		□;0i0 □ □ 走 走 / 0 □ 走 走 ; 1 01 走 走 gfe j 走 走 i j c i ; 1 □ ^ □ / □ □ □ 0 走 1 □	dh	1 走 走 < : 4 走 走 走 走 1 / □ □ □ 走 ; 1 0 ; □ j	j	ii
		□;0i0 □ □ 走 走 / 0 □ 走 走 ; 1 01 走 走 gfe j 走 走 i j c i ; 1 □ ^ □ / □ □ □ 0 走 1 □	dh	1 走 走 < : 4 走 走 走 走 1 / □ □ □ 走 ; 1 0 ; □ j	j	ii
		□;0i0 □ □ 走 走 / 0 □ 走 走 ; 1 01 走 走 gfe j 走 走 i j c i ; 1 □ ^ □ / □ □ □ 0 走 1 □	dh	1 走 走 < : 4 走 走 走 走 1 / □ □ □ 走 ; 1 0 ; □ j	j	ii
		□;0i0 □ □ 走 走 / 0 □ 走 走 ; 1 01 走 走 gfe j 走 走 i j c i ; 1 □ ^ □ / □ □ □ 0 走 1 □	dh	走 走 6 走 走 4	走 走 j j j j	j 走 走 j j j j
		□;0i0 □ □ 走 走 / 0 □ 走 走 ; 1 01 走 走 gfe j 走 走 i j c i ; 1 □ ^ □ / □ □ □ 0 走 1 □	dh	走 走 6 走 走 4	走 走 j j j j	j 走 走 j j j j
		□;0i0 □ □ 走 走 / 0 □ 走 走 ; 1 01 走 走 gfe j 走 走 i j c i ; 1 □ ^ □ / □ □ □ 0 走 1 □	dh	走 走 6 走 走 4	走 走 j j j j	j 走 走 j j j j
		□;0i0 □ □ 走 走 / 0 □ 走 走 ; 1 01 走 走 gfe j 走 走 i j c i ; 1 □ ^ □ / □ □ □ 0 走 1 □	dh	走 走 6 走 走 4	走 走 j j j j	j 走 走 j j j j
		□;0i0 □ □ 走 走 / 0 □ 走 走 ; 1 01 走 走 gfe j 走 走 i j c i ; 1 □ ^ □ / □ □ □ 0 走 1 □	dh	走 走 6 走 走 4	走 走 j j j j	j 走 走 j j j j

{XY 走 走 PR}SQUT 走 走 RWw RZi S¢ SaUT 走 走 RSKU 走 走 £STUSxRYa\SkUjRSSSSSSSSSSr\jS¥p\$`p©\$¢¥SSSSSSSSSSªR 走 走 \jS\$«¥~j|

%&&'922(&)*+&2(*,,!2-!-(*,!2.*&!(!2!+!(./!/*&,(('*,*!!)!(*,!2&.***



abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



Feituraryue

Sistemas Interativos

 Menu Principal ▼

0EEO47589:250#st2r0EEOWSXYS[QU]USTc|y\Q{QR}¥!STVTWSS\$RSYQZ+S st7s: 000020000067800 02`8320

0123450320647589:20	0;47589:20
---------------------	------------

000

00<=>?@ABCDEFGHIJK=LCDM>BGLCLND>C?DMOIFN?C?

PQRSTUVWXYZ[\]^_`a

	W	b	c	d	e	f	g	h	i	j	k	e	e	m	n	k
--	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---	---

g

_p40q4r0s7647:t234032345064u0s5520r7q4tu2vp4

[illegible]

T

T



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

&2(*./1241/(*.12*&!(121+1/(/*/*&.(('**!!)'(.!*128.**"'

Anexo Telas Anatel (10933475)

d-4a52-afd6-2b8c0ac94979
SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 60

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



Sistemas Interativos



Menu Principal ▾

b 40589:250 af205 W6SXYs[QU]USTyInQkQR] STVTWShr0997af7a80000100000780 02 8320

0123450320647589:20 0:47589:20

000

0<=>?@ABCDECFBGHGICJK=DLCDM>BGLCLND>C?DMOIFN?C?

PQRSTUVTWSXYZ[V^0_4`a0bc6d4e1dfa:4f

gShVTijkQSlmQnV\Sn^05d5:a`20d7:aof23403a0f23d464`87d62624

p_q40r4d0a7647:f234032345064`0a5520d7r4f2sq4

tYZunQS^TRVUnSXvkS[jwTxTyVUnStgVnzTUVTiSZ[TgVISTTTTTTTTTTm)]^T[j]~[] ~[] |TTTTTTTTTT † Sn]^T~ † ^ † ~^[]

T
T

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

82(*,I2!!(*,I2*8!(I2!+!(/!/*86(*,*!!Y!/*128,*""*
h2(,/,I2!86,286!(I2!+!866(Ua,6)h2866,6f/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

11101" 8 18"% # 5785 1 2108"% *QQ*Q*R@ST1M	606	
48600	\$#167U26 =V;A8@W8	# X

bbf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8e0ac94979





Mossico

Todos ▾

Download Canais

5 total de registros | 1 - 50 | 50 | Atualizar | Filtros

Ações	Status	CNPJ	Entidade	NumFolha	Canal	Finalidade	Serviço	Num Serviço	UF	Município	Local Específico	Canal	Dec	Frequência	Classe	Categoria da Estação	Latitude	Longitude	ESP
		04952098000138				(Todos) ▾													
Ver Estações ▾ ▸	FM C-6 (Canal Licenciado)	04952098000138	SR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA	50408380823	P	Comercial	FM	230	SP	Itul		233		92.5	B1	Principal	20° 28' 9.01" S	48° 01' 13.01" W	0.4398
Ver Estações ▾ ▸	FM C-6 (Canal Licenciado)	04952098000138	SR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA	50407238075	P	Comercial	FM	230	SP	Raprança		234		92.7	B1		20° 45' 57.00" S	47° 45' 38.00" W	0.3
Ver Estações ▾ ▸	FM C-6 (Canal Licenciado)	04952098000138	SR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA	50407238072	P	Comercial	FM	230	SP	Ribeirão Corrente		238		93.5	B1	Principal	20° 27' 32.00" S	47° 30' 18.00" W	0.5384
Ver Estações ▾ ▸	FM C-6 (Canal Licenciado)	04952098000138	SR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA	50407545475	P	Comercial	FM	230	SP	São Joaquim da Barra		281		104.1	B1		20° 33' 57.00" S	47° 52' 13.00" W	0.3
Ver Estações ▾ ▸	FM C-2 (Canal Outorgado - Aguardando Dados da Estação)	04952098000138	SR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA	50411498325	P	Comercial	FM	230	SP	São José da Boa Vista		219		93.7	C		20° 33' 35.00" S	47° 38' 24.00" W	0.3





Q@R@S?<>?:>T<CU:>VB;W<XY:

\$+)Z\$(\$[6]6^_58\$`8^\$+_`3ab8\$c7^4\4b5a654d8\$e)8^\$Zf_458\$g3bh_\b4d8i
\$+gZ\$(\$[6]6^_58\$`8^\$+_`3ab8\$c7^4\4b5a654d8\$eg_ ^\$Zf_458\$g3bh_\b4d8i
\$+j)\$(\$[6]6^_58\$`8^\$+_b5a4]k8\$j_ ^h8ala46\$7_\$)8ma6\j6
\$)Z\$+_d8n678\$(\$Zf_458\$g3bh_\b4d8\$+_d8n678
\$+o\$(\$[6]6^_58\$`8^\$+_`3ab8\$o374`46p
\$+q\$(\$[6]6^_58\$`8^\$+_`3ab8\$r_\n678
\$rst\$(\$[6]6^_58\$`8^\$r656\$7_\$,3mp4`6]k8\$\8\$r4la48\$sf4`46p\$76\$t\4k8
\$)r\$(\$[6]6^_58\$u\b`a458\$18\$)cruq
\$rc\$(\$[6]6^_58\$u\b`a458\$16\$rvd476\$c54d6
\$Z\$(\$[6]6^_58\$`^\$Zw`3]k8\$o374`46p
\$gZ\$(\$g3bh_\b6\$6\$_w4n4m4p4767_\$h8a\$f8a]6\$78\$x_ ^\$&y./+**)*/+**)1\$7_\$'z/z/&"y1\$r_`a_58\$\{\$})&&'&"%\$_r_`4bk8\$)r\$%-`~\$a_3\4k81\$-&/□/□"
\$xs\$(\$x3p56\$7_\$sfv`48
\$[s\$(\$[6]6^_58\$7_\$sfv`48
\$,,\$(.6a`_p6^_58 † \$[6]6^_58\$,6a`_p678
\$,c\$(\$,6a`_p6^_58 † \$,6a`_p6
\$ † *\$(\$ † _\fv`48\$*4b`6p



Dados da consulta Consulta

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta: CNPJ											
CNPJ: 04.952.098/0001-38											
SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA											
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CLAUDIO GALDIANO CURY	131.232.588-74	SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	São José da Bela Vista
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	São Joaquim da Barra
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Nuporanga
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Ribeirão Corrente
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ribeirão Corrente
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ipuã
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Ipuã
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Nuporanga
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Joaquim da Barra
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São José da Bela Vista
CLÓVIS GALDIANO CURY	131.232.588-00	SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São José da Bela Vista
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Nuporanga
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Joaquim da Barra
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Ipuã
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ipuã
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ribeirão Corrente
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Ribeirão Corrente
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Nuporanga
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	São Joaquim da Barra
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	São José da Bela Vista
NEUZA GALDIANO CURY	022.241.198-87	SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	São José da Bela Vista
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	São Joaquim da Barra
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Nuporanga
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Ribeirão Corrente
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Ipuã
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	180000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ipuã
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	180000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ribeirão Corrente
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	180000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Nuporanga
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	180000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Joaquim da Barra
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	180000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São José da Bela Vista

Usuário: 42177910706 - RICARDO DA COSTA Data: 12/03/2024 Hora: 15:47:46



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		022.241.198-87									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
NEUZA GALDIANO CURY	022.241.198-87	SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	São José da Bela Vista
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	São Joaquim da Barra
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Ribeirão Corrente
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Nuporanga
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADORA)	0	--	--	FM	--	SP	Ipuã
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	180000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São José da Bela Vista
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	180000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Joaquim da Barra
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	180000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ribeirão Corrente
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	180000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Nuporanga
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	180000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ipuã

Usuário: 42177910706 - RICARDO DA COSTA

Data: 12/03/2024

Hora: 15:49:48



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		131.232.588-00									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CLÓVIS GALDIANO CURY	131.232.588-00	SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	São José da Bela Vista
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	São Joaquim da Barra
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Ribeirão Corrente
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Nuporanga
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Ipuã
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São José da Bela Vista
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Joaquim da Barra
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ribeirão Corrente
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Nuporanga
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ipuã

Usuário: 42177910706 - RICARDO DA COSTA

Data: 12/03/2024

Hora: 15:49:22



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Dados da consulta

Resultado

Consulta Composição da Entidade...

Tipo de Consulta:		CPF									
CPF:		131.232.588-74									
NOME	CNPJ/CPF	ENTIDADE MC	CNPJ	CARGO	Qtd. Cotas	PART. ON	PART. PN	SERVIÇOS	TIPO	UF	MUNICIPIO
CLAUDIO GALDIANO CURY	131.232.588-74	SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	São José da Bela Vista
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	São Joaquim da Barra
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Ribeirão Corrente
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Nuporanga
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Diretor (ADMINISTRADOR)	0	--	--	FM	--	SP	Ipuã
		FUNDACAO CULTURAL UNIVERSIDADE DE FRANCA	03.883.607/0001-55	Diretor (DIRETOR PRESIDENTE)	0	--	--	FM	--	SP	Franca
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São José da Bela Vista
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	São Joaquim da Barra
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ribeirão Corrente
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Nuporanga
		SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA	04.952.098/0001-38	Sócio	60000	0,00%	0,00%	FM	--	SP	Ipuã

Usuário: 42177910706 - RICARDO DA COSTA

Data: 12/03/2024

Hora: 15:48:58



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Dados da consulta Consulta

Consulta Participação da Entidade nas Empresas

Tipo de Consulta:	CNPJ
CNPJ:	04.952.098/0001-38

Não foi encontrado dados com essa informação

Usuário: **42177910706 - RICARDO DA COSTA** Data: **12/03/2024** Hora: **15:47:13**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

			
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL			
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 04.952.098/0001-38 MATRIZ		COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	
		DATA DE ABERTURA 21/03/2002	
NOME EMPRESARIAL SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****		PORTE DEMAIS	
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 60.10-1-00 - Atividades de rádio			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada			
LOGRADOURO R VISCONDE DE INHAUMA		NÚMERO 580	COMPLEMENTO CONJ 204
CEP 14.010-100	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO RIBEIRAO PRETO	UF SP
ENDEREÇO ELETRÔNICO JUMAURA@HOTMAIL.COM		TELEFONE (16) 3702-8888	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 12/03/2024 às 15:56:07 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Anexo CNPJ - QSA (11419357)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 72

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

CNPJ	
04.803.888/0001-00	
NOME EMPRESARIAL	
SAR - SERVIÇOS DE REPARAÇÃO DE VEÍCULOS LTDA	
CAPITAL SOCIAL	
R\$ 500.000,00 (Quinhentos mil reais)	

Nome do Representante	
MARCIA CALDAS CORREIA	
CPF	040.111.111-11
M Data de Assinatura	

Nome do Representante	
CLAUDIA CALDAS CORREIA	
CPF	040.111.111-11
M Data de Assinatura	



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ: 04.952.098/0001-38

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 15:51:10 do dia 12/03/2024 (hora e data de Brasília).

Válida até 11/04/2024.

Certidão expedida gratuitamente.

Imprimir

Voltar



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>



NOME/RAZÃO SOCIAL SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA				CNPJ 04952098000138
Nº DA ESTAÇÃO 698825632	SERVIÇO 230 Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	NAT. SERV.	LATITUDE 20° 43' 57.00" S	LONGITUDE 47° 45' 58.00" W

ENDEREÇO DA ESTAÇÃO OU LOCAL DE OPERAÇÃO RODOVIA VALDIR CANEVARI, nº KM 5.	DISTRITO		
BAIRRO	MUNICÍPIO Nuporanga	UF SP	

VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA:	08/01/2029		
LOCALIDADE PLANO BÁSICO:			
MUNICÍPIO:	Nuporanga	UF:	SP
LOCALIDADE:			
FREQUÊNCIA:	98.7 MHz	CANAL:	254
CLASSE:	B1	COTA BASE DA TORRE:	818.6
INDICATIVO DA ESTAÇÃO:	ZYW627		
NOME FANTASIA:	CONECTA FM - 92,5	NUMPROCESSO:	
CIDADE DA OUTORGA:	Nuporanga		
ESTUDIO PRINCIPAL			
ENDEREÇO:	RODOVIA VALDIR CANEVARI	BAIRRO:	
MUNICÍPIO:	Nuporanga	UF:	SP
NUMERO:	KM 5	COMPLEMENTO:	SENTIDO NUPORANGA/SALES OLIVEIRA
ESTUDIO AUXILIAR			
ENDEREÇO:		BAIRRO:	
MUNICÍPIO:	-	UF:	
NUMERO:		COMPLEMENTO:	
CATEGORIA DA ESTAÇÃO:	Principal		
TIPO:	Diretivo		
TRANSMISSOR PRINCIPAL			
FABRICANTE:	Sinteck Sistemas Eletrônicos Ltda.	MODELO:	EX300
CÓDIGO:	025100902884	POTÊNCIA:	0.18 kW
TRANSMISSOR AUXILIAR		MODELO:	
FABRICANTE:		POTÊNCIA:	kW
CÓDIGO:		MODELO:	
TRANSMISSOR AUXILIAR 2		POTÊNCIA:	kW
FABRICANTE:		MODELO:	
CÓDIGO:		POTÊNCIA:	
ANTENA PRINCIPAL		MODELO:	ANTENA QTA/FM 7/8
FABRICANTE:	QUASAR TECK BRASIL COM IND DE EQUIP ELETRÔNICOS LTDA	GANHO:	4.5 dBd
POLARIZAÇÃO:	Circular	ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	100 graus
DESCRIÇÃO:	OMNI.	BEAM TILT:	.00 graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	120 m		
ANTENA AUXILIAR		MODELO:	
FABRICANTE:		GANHO:	dBd
POLARIZAÇÃO:		ORIENT. ZERO DIAG. REL. NV:	graus
DESCRIÇÃO:		BEAM TILT:	graus
ALTURA CENTRO IRRADIAÇÃO:	m		
LINHA TRANSMISSÃO PRINCIPAL		MODELO:	LCF158-50JA
FABRICANTE:	RADIO FREQUENCY SYSTEMS.	MODELO:	
LINHA TRANSMISSÃO AUXILIAR			
FABRICANTE:			
RDS			
Código PI:			

VALIDADE DA LICENÇA: VIDE 'VALIDADE DA RADIOFREQUÊNCIA'

XXXXXXXXXX

IMPRESSO EM: 13/03/2024 11:28:11



Emitido Em
30/03/2022

Autenticado eletronicamente, após conferência com o original.

Esta licença pode ser validada em
<https://sistemas.anatel.gov.br/se/public/view/b/validate.php?token=U0NcYlxTQ1JcO2xhc3NMZWVlbmNhOjYvMDZlNjQ3NzZmYmVl>





CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (ePAD, CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA**

CPF/CNPJ: **04.952.098/0001-38**

Certifica-se que, em consulta aos sistemas ePAD e CGU-PJ e aos cadastros CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

Os [Sistemas ePAD e CGU-PJ](#) consolidam os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O [Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas \(CEIS\)](#) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O [Cadastro Nacional de Empresas Punidas \(CNEP\)](#) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O [Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas \(CEPIM\)](#) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 11:48:19 do dia 13/03/2024, com validade até o dia 12/04/2024.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: AwkKEaGH0dh1ijbJmVD0

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Certidão Negativa Correccional (CEIS) (11419523)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 76

Dados da consulta Consulta

Extrato de Lançamentos

Nome da Entidade: SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA

Nº FISTEL: 50407286705

Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada

CNPJ/CPF: 04952098000138

Situação: Ativa

Data Validade: 10/11/2021

CADIN: Não

Incide FUST:

Data Início Operação Comercial:

Div. Ativa: Não

Tipo Usuário:

Integral

UF: SP

Proc. Caducidade: Não

End. Sede: AVENIDA DR. ARMANDO SALLES OLIVEIRA 380

Bairro: PARQUE UNIVERSITARIO

Município: Franca

CEP: 14404-600

UF: SP

End. Corresp.:

Bairro:

Município:

CEP:

UF:

Créditos Inscritos no CADIN

Não Existem Créditos inscritos no CADIN para este Número de Fistel

Receita	Est. / Ref. / Parc.	Ano	Data Vencimento	Valor Original	Data do Pagamento	Valor Pago	Valor Utilizado	Seq.	Situação	Valor Débito/ Crédito (R\$)
6530	0	2011	03/11/2011	R\$ 214.000,00	01/11/2011	214.000,00	214.000,00	0001	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
6530	0	2012	10/11/2012	R\$ 214.000,00	09/11/2012	214.000,00	214.000,00	0002	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
7241 - PPDUR	0	2013	21/05/2013	R\$ 200,00	29/04/2013	200,00	200,00	0003	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
8766 - TFI	1	2014	15/07/2014	R\$ 1.000,00		0,00	0,00	0004	Cancelado	0,00
								Histórico do Lançamento		
8766 - TFI	1	2014	15/07/2014	R\$ 1.000,00		0,00	0,00	0005	Cancelado	0,00
								Histórico do Lançamento		
8766 - TFI	1	2014	15/07/2014	R\$ 1.000,00	13/06/2014	1.000,00	1.000,00	0006	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
8766 - TFI	1	2014	24/08/2014	R\$ 1.000,00		0,00	0,00	0007	Cancelado	0,00
								Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	1	2015	31/03/2015	R\$ 330,00	26/08/2015	413,06	413,06	0008	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
4200 - CFRP	1	2015	31/03/2015	R\$ 50,00	26/08/2015	62,59	62,59	0009	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
1889	0	2015	30/07/2015	R\$ 4.275,00	23/07/2015	4.275,00	4.275,00	0010	Quitado - DOU	0,00
								Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	1	2016	31/03/2016	R\$ 330,00	27/03/2017	439,05	439,05	0011	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
4200 - CFRP	1	2016	31/03/2016	R\$ 50,00	27/03/2017	66,52	66,52	0012	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
1889	0	2016	07/12/2016	R\$ 1.404,00	30/11/2016	1.404,00	1.404,00	0013	Quitado - DOU	0,00
								Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	1	2017	31/03/2017	R\$ 330,00	27/03/2017	330,00	330,00	0014	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
4200 - CFRP	1	2017	31/03/2017	R\$ 50,00	27/03/2017	50,00	50,00	0015	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	1	2018	31/03/2018	R\$ 660,00	12/03/2018	660,00	660,00	0016	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento		
	1	2018	31/03/2018	R\$ 100,00	12/03/2018	100,00	100,00	0017	Quitado	0,00



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

									Histórico do Lançamento		
1329 - TFF	1	2019	31/03/2019	R\$ 660,00	29/03/2019	660,00	660,00		0018	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento			
4200 - CFRP	1	2019	31/03/2019	R\$ 100,00	29/03/2019	100,00	100,00		0019	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento			
8766 - TFI	1	2020	28/03/2020	R\$ 2.000,00	26/03/2020	2.000,00	2.000,00		0022	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento			
1329 - TFF	1	2020	31/08/2020	R\$ 660,00	31/03/2020	660,00	660,00		0023	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento			
4200 - CFRP	1	2020	31/08/2020	R\$ 100,00	31/03/2020	100,00	100,00		0024	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento			
1329 - TFF	1	2021	31/03/2021	R\$ 660,00	30/03/2021	660,00	660,00		0025	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento			
4200 - CFRP	1	2021	31/03/2021	R\$ 100,00	30/03/2021	100,00	100,00		0026	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento			
7242 - PPDUR	1	2021	02/01/2022	R\$ 280,70	23/12/2021	280,70	280,70		0027	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento			
1660	0	2018	13/11/2022	R\$ 12.650,32		0,00	0,00		0028	Quitado - RN - P	0,00
								Histórico do Lançamento			
8766 - TFI	1	2022	03/04/2022	R\$ 2.000,00	25/03/2022	2.000,00	2.000,00		0029	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento			
1329 - TFF	1	2022	31/03/2022	R\$ 660,00	25/03/2022	660,00	660,00		0030	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento			
4200 - CFRP	1	2022	31/03/2022	R\$ 100,00	25/03/2022	100,00	100,00		0031	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento			
1329 - TFF	1	2023	31/03/2023	R\$ 660,00	30/03/2023	660,00	660,00		0032	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento			
4200 - CFRP	1	2023	31/03/2023	R\$ 100,00	30/03/2023	100,00	100,00		0033	Quitado	0,00
								Histórico do Lançamento			
1329 - TFF	1	2024	31/03/2024	R\$ 660,00		0,00	0,00	Histórico do Lançamento	0034	Deb.a Vencer	660,00
								Impressão de Boletos			
4200 - CFRP	1	2024	31/03/2024	R\$ 100,00		0,00	0,00	Histórico do Lançamento	0035	Deb.a Vencer	100,00
								Impressão de Boletos			
Total devido em 13/03/2024 (em reais):										760,00	
Total de créditos em 13/03/2024 (em reais):										0,00	

Legenda do Campo Situação

RCE - Lançamento com Recurso Administrativo (Com Efeito Suspensivo)
RSE - Lançamento com Recurso Administrativo (Sem Efeito Suspensivo)
RTC - Lançamento com Restrição Temporária de Cobrança
CE Revogado - Efeito Suspensivo Revogado
RJ - Lançamento com Recurso Judicial
RN - Lançamento com Recurso Denegado
DOU - Lançamento com Data de Publicação no Diário Oficial da União
CD - Lançamento Inscrito no CADIN
DA - Lançamento Inscrito na Dívida Ativa
E - Lançamento em Execução Judicial
SE - Suspensa a exigibilidade por força do Mem 273/RFFCF/RFFC, de 08/08/2007, Decreto nº 5.220/2004 e Decisão CD 410ª reunião, 12/9/2006
MO - Multa de Ofício
LO - Lançamento de Ofício
P - Parcelamento: Lançamento Parcelado
PA - Parcelamento: Parcela
BF - Benefício Fiscal

Registro 1 até 33 de 33 registros

Página: [1] [Ir] [Reg]

Tela Inicial	Imprimir	Exportar Excel
--------------	----------	----------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

Extrato de Lançamentos (11419552)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 78

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



"#\$%&'()*+(-,./:0'1)&-234.5%&-6
5%&+(-,./:0'1)&-234.5%&-6.76-(%8-0%)(4.9&2-0%)(4.%.:'-(2-1
5%&+(-,./:0'1)&-234

;=>?@AB=A>CDEFG>HABI?J>EKL?BM?>?E>GBNAOG@FA

PGQGRIA>GCSTRUVRSUSWBXXCUYCUY

Z4(1#6)-.[-\%6-.*%.]%,'-)

^_HE`ABHGBD?F?EQGNaB;H?JQEbEFGHA		D?F?EQG
850		cdefgd
8553	h	cdefgd ij fkgI
8558	58	cdefgd im n
8550	550	cdefgd ij fkgIm n
8oo3	oo3	p q r ls fk
8oo8	oo8	p t mpq
8oo0	oo0	p t j l fgim n u
8ooo	ooo	p v fgwlsix ygz
8o{3	o{3	p v fgwy vfg}fg
8{{3	{{3	p v fgwlfgm rfvg
8{{8	{{8	p v fgwlfgm rfvg ~
8{{{	{{{	p t j □p
8113	3o	p i x efg
8111	811	p i ygz
81h3	1h3	p v fg t
8h83	h83	t qsp †
8h03	h03	t fg cg
8h53	h53	t fgy fg
8h43	h43	t z fk †
8ho3	ho3	p t i fgm n
8ho8	ho8	p t iq fgm n
8ho0	ho0	p t t jc fgm n
8ho5	ho5	p t wfg † x
8ho4	ho4	p t p
8hoo	hoo	p t z fkgsp †
8ho{	ho{	p t z fkd † m
8ho1	ho1	p t md
8hoh	hoh	p t † l
8ho	ho	p q † ew fg
8hh3	hh3	p md
8hh8	hh8	p t z fgl v`Y`
8hho	hho	p vfg
8hh{	hh{	p j v fkg ~ r † v
8hh1	hh1	p efgmd
8hh	hh	p v fknivgz
8h 3	oo0	p t j l fg rwjc fgm n
8h 8	3o	p t j l fgv †
8 o3	o3	jytxmj † jy † xm
038h	38h	p q r ls fk
080	80	t † txx † x
084o	84o	p † lx2 † † zmt † txx † x
0{18	555	z t jc fgm n u
0{10	{10	q fjc fgm rfn
0{h3	{h3	}fg vfg v
0{h0	{h0	}fgt fg v
0{h4	{h4	rfg}fg
5333	338	lf p p †
5338	330	lf v lfkv`Y`
5o33	o33	p † lx2 † † zm
4833	888	d † mit fgj †
4838	838	d † milf zv †
4830	830	d † mi cgjlt
4835	838	d † milf zv †
483o	83o	d † mip zv †
4033	033	fgq d vgq †
4038	038	dqij fkgI
o503	503	x † †
o553	553	trfgm~ ijc †
o558	558	trfg † †
o543	543	lfkv`Y`
o548	548	m rfx r
o540	540	trfgt~ ijc †
o545	545	p um rf
-r 4 4	544	tv f vxn
	54o	lg † 2x
	54{	q r

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

Extrato de Lançamentos (11419552)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 79

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

"541	54#	\$ % &
"54'	541	\$ %(()2*&
"54	54	\$ +
"5"3	5"3	, -. /
"5"8	5"8	0 + *1 2
"5"0	5"0	3 4 5 6 */4
"5"5	5"5	, -. + 67 621* 1
"5"4	5"4	\$) 18
"5""	5""	, -. +
"5"1	5"1	, 67 : + 621* 1;6621* 1
"5""	5""	, * 1
"5"	"	, 67 : + ;6* 1
"5#3	33	:-4 9
"513	513	:-<89 =
"5'3	83)>6
"5 3	5 3	65
"433	433	3 * * 5 -. 2? 8:
"434	434) @8:)
"43"	43"	65 5 =6 69
"4'	'4'	3 ,+) 1,, 1 1<
#"0#	"0#	, 8,A6 -. 8:) 7 %5#20334&
#"01	"01	\$) 188B%- &
#"0'	"0'	\$ * @8:C(9 DEF
#"0	"0	, 8,A6 -. 8:) 188B%5#20334&
#"53	"	\$) 189:))
#"58	"58	4 ,A)3-
#"50	50	\$ * @8: C(9 DF;-6*<"G
#"55	"55	\$ @8: 9 DF0"1330@0#0330@
#"54	"54	\$ * @8:HC(9 DF;-6*<4G%4"330@06"G0@&
#"5"	"5"	\$ * @8:HC(9 DF;-6*<4G%13330@&
#"5#	"5#	* @8: C9 DFH86"G0@06"G0@
#"51	"51	* @8: C9 DFH86 G0@06"G0@
#"5'	"5'	, 8,A6 -. 8:) 7
#"5	"5	, 8,A6 -. 8:) 188B
#"43	"43	, 8,A 9 F6 -. 8:) 7
#"48	"48	, 8,A 9 F4:6, .* @8:) 188B
1048	444	, 8,A6 C9 DF%5'120334&
1040	44"	, 8,A6 C9 DF
1044	044	, 8,A 9 F6 -. 8:) 7 %5#20334&
104"	000	, 8,A 9 F4:6, .* @8:) 188B%5'20334&
104#	04#	, 8, 11* 8: J 8:
1041	041	6 8:K4 , 8:4 4:H)=4
104'	04'	<8 K4 , 8:4 4:H)=4
104	04	6 8:K4 , 8: * @8:H)3,
10"3	0"3	<8 K4 , 8: * @8:H)3,
10"8	0"8	6 8:K4 , 8: * @8:H)432)3,
10"0	0"0	<8 K4 , 8: * @8:H)432)3,
'1##	111	.=@8: 8:
'1#1	1'	.=@8: 8:H) 7
"38	'38	48:
"34	'34	645
"3#	'3#	8:6-. 2* H=)J
"31	'31	*5 :4C% 8:6-. * &
"3'	'3'	618:) =H-. 2
"3	'3)JH\$ @8B
"83	'88	8:6-. 2* H
"80	'80	618:41FH-. 2
"8"	'8"	637
"5#	'5#	8: 41FH-. *
"#3	'#3	\$ @8B
""	'#"	*8:6-. 2

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Extrato de Lançamentos (11419552)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 80

CONTRATO DE ADESÃO DE PERMISSÃO
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO E SISTEMA
INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA -
SIR, PARA EXPLORAR O SERVIÇO DE
RADIODIFUSÃO SONORA EM FREQUÊNCIA
MODULADA, NA LOCALIDADE DE NUPORANGA,
ESTADO DE SÃO PAULO.

Aos 07 (sete) dias do mês de novembro do ano de dois mil e onze, a UNIÃO, representada pelo Ministro de Estado das Comunicações, Paulo Bernardo Silva, e SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA – SIR, CNPJ nº 04.952.098/0001-38, representada por seu sócio-gerente, Abib Salim Cury, RG nº 2.172.849-5 SSP/SP, CPF nº 015.306.668-72, assinam o presente Contrato de Adesão de Permissão, decorrente da permissão outorgada à supramencionada entidade pela Portaria nº 1002, de 23 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União de 8 de janeiro de 2009, aprovada pelo Decreto Legislativo nº 541, de 21 de julho de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 22 de julho de 2010, para explorar o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Nuporanga, Estado de São Paulo, regendo-se referida permissão pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos e, cumulativamente, pelas cláusulas seguintes:

Cláusula 1ª. Fica assegurado ao SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA - SIR o direito de explorar, sem exclusividade, na localidade de Nuporanga, Estado de São Paulo, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, com finalidades educativas e culturais, visando aos superiores interesses do País e subordinada às obrigações instituídas neste ato.

Parágrafo único. A execução do serviço é vinculada aos termos do Edital da Concorrência nº 132/2001-SSR/MC e propostas Técnica e de Preço pela Outorga apresentadas na licitação pela permissionária.

Cláusula 2ª. A presente permissão é outorgada pelo prazo de 10 (dez) anos e entrará em vigor a partir da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

Cláusula 3ª. A permissionária é obrigada a:

- a) publicar o extrato do presente contrato no Diário Oficial da União no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de sua assinatura;
- b) submeter à aprovação do Ministério das Comunicações os locais escolhidos para a montagem da emissora no prazo máximo de 6 (seis) meses, contado da data da publicação do extrato deste contrato no Diário Oficial da União.

@



- c) iniciar a execução do serviço, em caráter definitivo, no prazo de 6 (seis) meses, contado da publicação da Portaria de aprovação de locais e equipamentos no Diário Oficial da União;
- d) admitir, como técnicos encarregados da operação dos equipamentos transmissores, somente brasileiros ou estrangeiros com residência exclusiva no País, devidamente registrados e inscritos na entidade profissional competente. Poderá ser permitida, em caráter excepcional e com autorização expressa do Ministério das Comunicações, a admissão de especialistas estrangeiros, mediante contrato, conforme estabelecido no item 6 do art. 28 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão;
- e) obedecer, na organização dos quadros de pessoal da entidade, às qualificações técnicas e operacionais fixadas pelo Ministério das Comunicações, conforme estabelecido no item 14 do art. 28 do mesmo Regulamento;
- f) observar a não participação de seus dirigentes na administração de mais de uma entidade executante do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade;
- g) ter o seu quadro societário constituído na forma da Constituição Federal;
- h) solicitar prévia aprovação do Ministério das Comunicações para constituir procurador com poderes para a prática de atos de gerência ou administração;
- i) ter a sua diretoria ou gerência constituída por brasileiros, na forma da Constituição Federal, os quais não poderão tomar posse nos cargos antes de estarem aprovados pelo Poder Concedente, nem exercer mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar, nem tampouco ocupar cargo de supervisão, direção ou assessoramento na Administração Pública, do qual decorra foro especial;
- j) solicitar prévia autorização do Ministério das Comunicações para modificar seus atos constitutivos, bem como para transferir, direta ou indiretamente, a permissão, ou ceder cotas ou ações representativas do capital social;
- l) manter, durante a vigência da permissão, as condições observadas por ocasião da habilitação e qualificação exigidas no Edital;
- m) observar as normas fixadas pelo Ministério das Comunicações para execução do serviço;
- n) criar, através da seleção de pessoal e de normas de trabalho, na estação, condições eficazes para evitar a prática das infrações previstas na legislação específica de radiodifusão;
- o) submeter-se aos preceitos estabelecidos nas convenções internacionais e regulamentos anexos, aprovados pelo Congresso Nacional, bem como a todas as disposições contidas em leis, decretos, regulamentos, portarias, instruções ou normas que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis ao serviço;



- p) facilitar a fiscalização, pelo Ministério das Comunicações, das obrigações contraídas, prestando todas as informações que lhe forem solicitadas;
- q) suspender o serviço, no todo ou em parte, pelo tempo que for determinado, tão logo seja notificada pela autoridade competente, fazendo cessar as transmissões imediatamente após o recebimento da notificação, sem que, por isso, lhe assista direito a qualquer indenização;
- r) executar o serviço dentro das condições técnicas indicadas pelo órgão competente;

Cláusula 4ª. Na organização da programação, num total diário de 1.440 (mil, quatrocentos e quarenta) minutos, a permissionária deverá:

- a) subordinar os programas de informação, divertimento, propaganda e publicidade às finalidades educativas e culturais da radiodifusão;
- b) manter um elevado sentido moral e cívico, não permitindo a transmissão de espetáculos, trechos musicais cantados, quadros, anedotas ou palavras contrárias à moral familiar e aos bons costumes;
- c) não transmitir programas que atentem contra o sentimento público, expondo pessoas a situações que, de alguma forma, redundem em constrangimento, ainda que seu objetivo seja jornalístico;
- d) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a programas jornalísticos, educativos e informativos, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra “f” desta cláusula;
- e) destinar, diariamente, o percentual de 8% (oito por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, à transmissão de serviço noticioso, de caráter geral, isto é, não incluindo o relativo à letra “g” desta cláusula;
- f) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora a programas culturais, artísticos e jornalísticos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra “d” desta cláusula;
- g) destinar, diariamente, o percentual de 4% (quatro por cento) do tempo total diário de funcionamento da emissora, excetuado o tempo mínimo fixado no art. 28 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, a serviços noticiosos produzidos e gerados na própria localidade de execução do serviço ou no município ao qual pertence a localidade objeto da outorga, não incluindo o relativo à letra “e” desta cláusula;
- h) limitar ao máximo de 25% (vinte e cinco por cento) do tempo diário de funcionamento da emissora à publicidade comercial;




- i) transmitir os programas semanais educacionais obrigatórios, além dos previstos na letra “d” desta cláusula;
- j) destinar um mínimo de 5% (cinco por cento) do horário de sua programação diária à transmissão de serviço noticioso, além dos previstos nas letras “e” e “g” desta cláusula;
- l) retransmitir diariamente, das 19 (dezenove) às 20 (vinte) horas, exceto aos sábados, domingos e feriados, o programa oficial de informações dos Poderes da República;
- m) integrar gratuitamente as redes de radiodifusão, quando convocada pela autoridade competente;
- n) obedecer às instruções baixadas pela Justiça Eleitoral, referentes à propaganda eleitoral;
- o) não irradiar identificação da emissora utilizando denominação de fantasia, sem que esteja previamente autorizada pelo Ministério das Comunicações;
- p) irradiar o indicativo de chamada e a denominação autorizada de conformidade com as normas baixadas pelo Ministério das Comunicações;
- q) irradiar, com indispensável prioridade, e a título gratuito, os avisos expedidos pela autoridade competente, em casos de perturbações da ordem pública, incêndio ou inundação, bem como os relacionados com acontecimentos imprevistos;
- r) irradiar, diariamente, os boletins ou avisos do serviço meteorológico;
- s) manter em dia os registros da programação.
- t) cumprir determinações estabelecidas na legislação referente a programas de radiodifusão, que não se encontram previstos nesta cláusula.

Cláusula 5ª. A proponente que estabelecer na sua Proposta Técnica o tempo mínimo para funcionamento da emissora de 2/3 (dois terços) das horas a que estão autorizadas a funcionar, conforme previsto no artigo 54 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963 e, a qualquer momento aumentar o tempo de funcionamento da emissora, terá os percentuais propostos calculados com base nesse novo horário de funcionamento.

Cláusula 6ª. A permissionária deverá recolher, até a data de assinatura deste contrato, o valor de R\$ 214.000,00 (duzentos e quatorze mil reais) pelo pagamento da primeira parcela do valor da outorga.

Cláusula 7ª. A permissionária deverá recolher o valor referente à segunda parcela do valor da outorga, no prazo de 12 (doze) meses, a contar da assinatura deste contrato, conforme previsto no Edital.



Cláusula 8ª. A frequência consignada à entidade não constitui direito de propriedade e ficará sujeita às regras estabelecidas na legislação vigente, ou na que vier disciplinar a execução do serviço, incidindo sobre essa frequência o direito de posse da União.

Cláusula 9ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, determinar que a permissionária atenda, dentro de determinado prazo, às exigências do processo técnico-científico, tendo em vista sua maior perfeição e o mais alto rendimento dos serviços.

Cláusula 10ª. O Ministério das Comunicações reserva-se, a qualquer tempo, a liberdade de restringir o emprego de nova frequência, tendo em vista evitar interferência e tirar o melhor proveito das que já tenham sido consignadas.

Cláusula 11ª. O Ministério das Comunicações poderá, a qualquer tempo, proceder à revisão ou substituição das frequências consignadas, por motivo de ordem técnica, de defesa nacional ou de necessidade dos serviços federais.

Parágrafo único. A substituição de frequência poderá se dar, ainda, a requerimento da entidade, desde que haja possibilidade técnica e não importe a substituição em prejuízo para outras concessionárias ou permissionárias.

Cláusula 12ª. A permissionária deverá iniciar a execução do serviço em caráter definitivo, dentro do prazo proposto, sob pena de cancelamento da outorga, ficando, em consequência, liberada a frequência no Plano Básico de Distribuição de Canais, relativo ao serviço outorgado, sem que a entidade tenha qualquer direito a indenização ou a restituição.

Cláusula 13ª. O não cumprimento das leis, regulamentos e disposições normativas, aplicáveis à radiodifusão, sujeita a entidade às penalidades estabelecidas na legislação vigente.

Cláusula 14ª. Pela inexecução total ou parcial deste contrato, o Ministério das Comunicações poderá, garantida ampla defesa, aplicar à permissionária as seguintes sanções:

- a) advertência;
- b) multa de 5 (cinco) vezes o valor ofertado pela outorga, corrigido pelo IGP-DI;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Ministério das Comunicações por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

Parágrafo único. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d", desta Cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea "b", facultada a defesa da entidade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.




Cláusula 15ª. O não pagamento da segunda parcela, na data fixada pelo Edital, implicará o cancelamento da outorga, sujeitando a permissionária às sanções e penalidades previstas no Edital e na legislação que rege a licitação.

Cláusula 16ª. Ocorrendo o cancelamento do ato de outorga da permissão pelo Ministério das Comunicações, a pedido da permissionária, ou por decisão judicial, considerar-se-á o Contrato de Adesão de Permissão automaticamente rescindido, sem prejuízo do cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes do mesmo contrato.

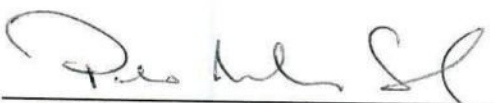
Cláusula 17ª. As penalidades por infração na execução do serviço estão previstas nas leis, regulamentos e disposições normativas aplicáveis à radiodifusão, independentemente das previstas na Cláusula 14ª.

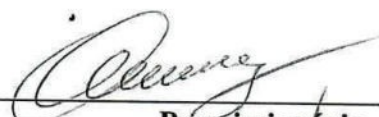
Cláusula 18ª. Findo o prazo da outorga, se não houver renovação, será a permissão declarada perempta, sem que a entidade tenha direito a qualquer indenização.

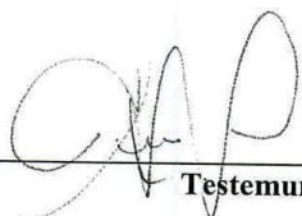
Cláusula 19ª. As partes elegem o foro de Brasília/DF para dirimir qualquer dúvida proveniente deste contrato.

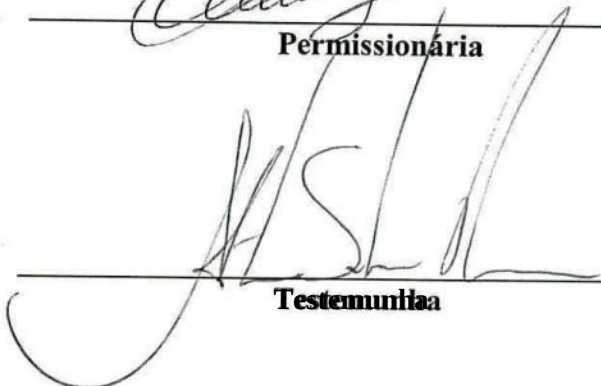
Cláusula 20ª. Cópia do presente contrato será juntada ao processo da entidade ora contratante.

E, por estarem de acordo, foi lavrado o presente Contrato de Adesão de Permissão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, que contém 6 (seis) folhas, todas numeradas e rubricadas, com exceção da última, que vai assinada, perante 2 (duas) testemunhas.


Ministro de Estado das Comunicações


Permissionária


Testemunha


Testemunha





Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 536, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE FRANCA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Franca, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 904, de 22 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Franca para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Franca, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 537, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA ESTÂNCIA HIDROMINERAL DE ÁGUAS DA PRATA - SP para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas da Prata, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.046, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária da Estância Hidromineral de Águas da Prata - SP para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Águas da Prata, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 538, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ONG - SOCIEDADE VIVA MOSQUEIRO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belém, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 258, de 6 de maio de 2009, que outorga autorização à ONG - Sociedade Viva Mosqueiro para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Belém, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 539, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO RÁDIO COMUNITÁRIA DE ALENQUER para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alenquer, Estado do Pará.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.104, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Rádio Comunitária de Alenquer para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Alenquer, Estado do Pará.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 540, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DO DESENVOLVIMENTO CULTURAL, ARTÍSTICO E SOCIAL "COMUNIDADE" para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Suzanópolis, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 679, de 14 de outubro de 2008, que outorga autorização à Associação do Desenvolvimento Cultural, Artístico e Social "Comunidade" para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Suzanópolis, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 541, DE 2010

Aprova o ato que outorga permissão à SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nuporanga, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.002, de 23 de dezembro de 2008, que outorga permissão à Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda. para explorar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Nuporanga, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 542, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CIDADANIA EM AÇÃO para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 960, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Comunitária Cidadania em Ação para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Espírito Santo do Pinhal, Estado de São Paulo.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 543, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO CULTURAL COMUNITÁRIA FAMÍLIA DE JATAÍ para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jataí, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.093, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação Cultural Comunitária Família de Jataí para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Jataí, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, José Sarney, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52 do Regimento Comum e do inciso XXVIII do art. 48 do Regimento Interno do Senado Federal, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 544, DE 2010

Aprova o ato que outorga autorização à ASSOCIAÇÃO DE DIFUSÃO COMUNITÁRIA PORTAL DO ARAGUAIA para executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Crixás, Estado de Goiás.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica aprovado o ato a que se refere a Portaria nº 1.134, de 23 de dezembro de 2008, que outorga autorização à Associação de Difusão Comunitária Portal do Araguaia para executar, por 10 (dez) anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Nova Crixás, Estado de Goiás.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 21 de julho de 2010.
Senador JOSÉ SARNEY
Presidente do Senado Federal

04.952.098/0001-38



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1002 , DE 23 DE DEZEMBRO DE 2008.

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, em conformidade com o art. 32 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto nº 1.720, de 28 de novembro de 1995, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53830.000350/2002, Concorrência nº 132/2001-SSR/MC, resolve:

Art. 1º Outorgar permissão ao SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA. para explorar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Nuporanga, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A permissão ora outorgada reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subseqüentes, regulamentos e obrigações assumidas pela outorgada em suas propostas.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do artigo 223, § 3º, da Constituição.

Art. 3º O contrato de adesão decorrente desta permissão deverá ser assinado dentro de sessenta dias, a contar da data de publicação da deliberação de que trata o artigo anterior.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[Assinatura]
HÉLIO COSTA





1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RÁDIO-DIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RÁDIO-DIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do **Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM**, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Parecer Referencial n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/ (11420732)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 89

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº 4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

1) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada - 6

b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por Estados

c - Nacionais:

Ondas médias - 2

Ondas curtas - 2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. [\(Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968\)](#)

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de:

[...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto [no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963](#), sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Referencial n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU (11420732)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 91

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

habilitação:

- II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;
- IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- V - prova de inscrição no CNPJ;
- VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;
- VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;
- VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;
- IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e
- XI - declaração de que:

- a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;
- b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;
- c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;
- d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;
- e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;
- f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e
- g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [linhas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

- a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;
- b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;
- c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;
- d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;
- e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;
- f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e
- g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial). Portanto, a **não** trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de **sons e zens**, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora comunitária ou com fins Autenticado eletronicamente, após conferência com original.



exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão **sonora** empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a **dispensa da apreciação individualizada** pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há **ganho de eficiência**, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a **uniformização** da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da **celeridade** e da **economicidade administrativa**.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o **volume de processos com matéria repetida**; e (ii) a **natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos**.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no **art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022**, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Manifestação Referencial n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU (11420732)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 93

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. **A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.**

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. **É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).**

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da **NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM**, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consultoria Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com **validade de dois anos**, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea "a", art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea "d", art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea "a", do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Referencial n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/ (11420732)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 94



abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os dozes meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de perempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de perempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Referencial n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU (11420732)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 95

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

(III) Requerimentos de renovação intempestivos protocolados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que **“a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”**. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do RSR).



43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente^[1].

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Referencial n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU (11420732)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 97

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

xiv) Prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. **Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portaldatransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.**

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nºxxxxx.xxxxxx/xxxx-xx, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade [denominação do outorgado], Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº [xx.xxx.xxx/xxxx-xx], número de inscrição no FISTEL nº [xxxxxxxxxx-xx], a partir de [xxxxxx] para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora [em frequência modulada/ondas



Autenticado eletronicamente, após conferência com o original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Referencial n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU (11420732)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 98

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, **não se deve aplicar esta MJR** e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui **validade por dois anos**, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO



Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Referencial n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/ (11420732)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 99

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

1. [^] Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do **PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU** (NUP nº 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o **PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU**, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Referencial n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/(11420732)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 101

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

Id solicitação: 57dbac4a60bba

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA	
Nome Fantasia: CONECTA FM - 92,5	
Telefone: ()	E-mail: jumaure@hotmail.com
CNPJ: 04.952.098/0001-38	Número do Fistel: 50407286705
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 10/11/2011	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 08/01/2029	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA DR. ARMANDO SALLES OLIVEIRA	Complemento:	
Bairro: PARQUE UNIVERSITARIO	Numero: 380	
Município: Franca	UF: SP	CEP: 14404600

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RODOVIA VALDIR CANEVARI	Complemento: SENTIDO NUPORANGA/SALAS OLIVEIRA	
Bairro:	Numero: KM 5	
Município: Nuporanga	UF: SP	CEP: 14670000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RODOVIA VALDIR CANEVARI	Complemento: SENTIDO NUPORANGA/SALES OLIVEIRA	
Bairro:	Numero: KM 5	
Município: Nuporanga	UF: SP	CEP: 14670000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização	
Município: Nuporanga	UF: SP

Parâmetros Técnicos			
Canal: 254	Frequência: 98.7 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 0.3727kW
HCI: 120 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 698825632	Número Indicativo: ZYW627
Data Último Licenciamento: 30/03/2022	Número da Licença: 53500.015837/2022-01



24/09/2023 09:03:15 eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 20° 43' 57.00" S	Longitude: 47° 45' 58.00" W	Cota da base: 818.6 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 025100902884	Modelo: EX300
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 0.18 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF158-50JA	Fabricante: RADIO FREQUENCY SYSTEMS.		
Comprimento da Linha: 128.00 m	Atenuação: 0.656 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: ANTENA QTA/FM 7/8	Fabricante: QUASAR TECK BRASIL COM IND DE EQUIP ELETRÔNICOS LTDA				
Ganho: 4.5 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 100 °	Polarização: Circular	HCl: 120 m	ERP Máxima: 0.37 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 4.32	5°: 3.92	10°: 3.57	15°: 3.21	20°: 2.84	25°: 2.44	30°: 2.07	35°: 1.82	40°: 1.61	45°: 1.39	50°: 1.19	55°: 1.04
60°: 0.91	65°: 0.79	70°: 0.65	75°: 0.46	80°: 0.27	85°: 0.16	90°: 0.08	95°: 0.03	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0.08
120°: 0.18	125°: 0.25	130°: 0.36	135°: 0.58	140°: 0.81	145°: 0.98	150°: 1.13	155°: 1.28	160°: 1.43	165°: 1.61	170°: 1.8	175°: 1.94
180°: 2.15	185°: 2.54	190°: 3.01	195°: 3.46	200°: 3.98	205°: 4.63	210°: 5.38	215°: 6.28	220°: 7.21	225°: 8.15	230°: 8.86	235°: 8.96
240°: 8.86	245°: 8.86	250°: 8.86	255°: 8.86	260°: 8.86	265°: 8.86	270°: 8.86	275°: 8.86	280°: 8.86	285°: 8.86	290°: 8.86	295°: 8.82
300°: 8.86	305°: 9.22	310°: 9.58	315°: 9.67	320°: 9.58	325°: 9.35	330°: 8.86	335°: 7.85	340°: 6.78	345°: 6.1	350°: 5.52	355°: 4.89

Coordenadas por radial											
0°: Lat 0 Lon 0	5°: Lat 0 Lon 0	10°: Lat 0 Lon 0	15°: Lat 0 Lon 0	20°: Lat 0 Lon 0	25°: Lat 0 Lon 0	30°: Lat 0 Lon 0	35°: Lat 0 Lon 0	40°: Lat 0 Lon 0	45°: Lat 0 Lon 0	50°: Lat 0 Lon 0	55°: Lat 0 Lon 0
60°: Lat 0 Lon 0	65°: Lat 0 Lon 0	70°: Lat 0 Lon 0	75°: Lat 0 Lon 0	80°: Lat 0 Lon 0	85°: Lat 0 Lon 0	90°: Lat 0 Lon 0	95°: Lat 0 Lon 0	100°: Lat 0 Lon 0	105°: Lat 0 Lon 0	110°: Lat 0 Lon 0	115°: Lat 0 Lon 0
120°: Lat 0 Lon 0	125°: Lat 0 Lon 0	130°: Lat 0 Lon 0	135°: Lat 0 Lon 0	140°: Lat 0 Lon 0	145°: Lat 0 Lon 0	150°: Lat 0 Lon 0	155°: Lat 0 Lon 0	160°: Lat 0 Lon 0	165°: Lat 0 Lon 0	170°: Lat 0 Lon 0	175°: Lat 0 Lon 0
180°: Lat 0 Lon 0	185°: Lat 0 Lon 0	190°: Lat 0 Lon 0	195°: Lat 0 Lon 0	200°: Lat 0 Lon 0	205°: Lat 0 Lon 0	210°: Lat 0 Lon 0	215°: Lat 0 Lon 0	220°: Lat 0 Lon 0	225°: Lat 0 Lon 0	230°: Lat 0 Lon 0	235°: Lat 0 Lon 0
240°: Lat 0 Lon 0	245°: Lat 0 Lon 0	250°: Lat 0 Lon 0	255°: Lat 0 Lon 0	260°: Lat 0 Lon 0	265°: Lat 0 Lon 0	270°: Lat 0 Lon 0	275°: Lat 0 Lon 0	280°: Lat 0 Lon 0	285°: Lat 0 Lon 0	290°: Lat 0 Lon 0	295°: Lat 0 Lon 0
300°: Lat 0 Lon 0	305°: Lat 0 Lon 0	310°: Lat 0 Lon 0	315°: Lat 0 Lon 0	320°: Lat 0 Lon 0	325°: Lat 0 Lon 0	330°: Lat 0 Lon 0	335°: Lat 0 Lon 0	340°: Lat 0 Lon 0	345°: Lat 0 Lon 0	350°: Lat 0 Lon 0	355°: Lat 0 Lon 0

Distância por radial											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW



Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms	

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0.37 kW

RDS	
Código PI:	

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1002	Portaria	MC	23/12/2008	08/01/2009	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	108	Portaria	MC	01/03/2013	12/03/2013	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	541	Decreto Legislativo	CN	21/07/2010	22/07/2010	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	108	Despacho	MC	01/03/2013	12/03/2013	Autoriza a Instalação da Estação e a Utilização dos Equipamentos	Técnico
9999	2296	Ato	CMPRL	09/04/2013	11/04/2013	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	0	Despacho	SSCE	05/06/2014		Autoriza Equipamento	Técnico
53500003799201930	29	Despacho	ER01	23/01/2019		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.087232/2021-22	13030	Ato	ORLE	27/12/2021	27/01/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico

Horário de funcionamento	





Guia de Boas Práticas

Assinatura Eletrônica e Certificação Digital



Evite erros e lentidão ao
validar seus documentos.

[CLIQUE AQUI E SAIBA MAIS](#)



Submeta agora mesmo seu documento ao serviço oficial de validação de assinaturas eletrônicas do governo e descubra online, e instantaneamente, o status de assinaturas eletrônicas ICP-Brasil, GOV.BR ou provenientes de acordos internacionais de reconhecimento mútuo para atender às suas necessidades de segurança e confiabilidade.

Você também pode baixar o aplicativo VALIDAR QR CODE, em Android ou iOS, para validar documentos e certificados de atributo acessíveis por QR Code ou solicitar acesso gratuito a nossa API para integrar o serviço ao seu portal. Tudo nos termos da Portaria ITI N° 22 de 28 de setembro de 2023.

É importante ressaltar que nenhuma informação ou arquivo são armazenados nos ambientes operacionais do ITI. Os resultados da validação limitam-se exclusivamente a identificar o titular do certificado digital utilizado e confirmar se o documento assinado não sofreu nenhuma adulteração após a assinatura.

QR Code: Só serão submetidos QR Codes de documentos assinados

URL: Ex: <https://www.mypdf.com>"

0 Ler QR Code

1 Escolher Arquivo

Arquivo escolhido: **REQUERIMENTO_e_CERTIDOES.pdf**

2 Colar URL



Assinatura Destacada



Concordo com os [termos de uso e política de privacidade](#).

3 Validar



Aviso

Você submeteu um documento sem assinatura
reconhecível ou com assinatura corrompida.

OK

[Saiba o que fazer](#)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

...exo documento de não validação de documento (11421410)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 105

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Departamento de Radiodifusão Privada

Coordenação-Geral de Pós-Outorga de Radiodifusão Privada

Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS RENOVAÇÃO DE OUTORGA COMERCIAL (Pessoas Jurídicas de Direito Privado)

Processo nº: 53115.031340/2021-94

Entidade: SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ nº: 04.952.098/0001-38

FISTEL nº: 50407286705

Localidade: Nuporanga/SP

Data do protocolo do pedido de renovação de outorga: 28/10/2021

Período: 10/11/2021 a 10/11/2031

Tipo de outorga a ser renovada:

- ☐ Radiodifusão de Sons e Imagens (TV), em caráter comercial.
- ☒ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial.
- ☐ Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada (FM), em caráter comercial, adaptada.
- ☐ Radiodifusão Sonora em Onda Média (OM), em caráter comercial.

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
1. Formulário de requerimento de renovação de outorga, disponibilizado pelo MCOM, firmado pelo representante legal da Entidade ou por procurador devidamente constituído;	(X) Sim () Não () Não se aplica	8324924 Págs. 1-2* 10870474 Págs. 8-9	- Arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963 (redação atualizada pelos Decretos nº 9.138/2017 e nº 10.775/2021); - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VII".	*Requerimento subscrito pelos representantes legais à época (SEI 8324924 - Págs. 4-6 e 14-27) O ato foi ratificado pelos então representantes legais da entidade (SEI 10870474 -Págs. 8-9).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Checklist 11419420

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 106

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

<p>Declaração:</p> <p>a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10870474 Págs. 8-9</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10870474 Págs. 8-9</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10870474 Págs. 8-9</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10870474 Págs. 8-9</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Checklist 11419420

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 107

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

<p>Declaração:</p> <p>e) a pessoa jurídica atende o disposto no art. 7º, inciso XXXIII da Constituição;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10870474 Págs. 8-9</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10870474 Págs. 8-9</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica foi condenado em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas "b", "c", "d", "e", "f", "g", "h", "i", "j", "k", "l", "m", "n", "o", "p" e "q", da Lei Complementar nº 64, de 1990;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10870474 Págs. 8-9</p>	<p>- Art. 113, XI, do Decreto nº 52.795, de 1963, incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVI".</p>	
<p>Declaração:</p> <p>h) a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10870474 Págs. 8-9</p>	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c arts. 110 e 113-A, inciso II, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "V".</p>	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Checklist 11419420

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 108

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

<p>Declaração:</p> <p>i) inexistência de parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485, de 2011;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10870474 Págs. 8-9</p>	<p>- Art. 5º, § 1º da Lei 12.485, em vigor a partir de 13 de setembro de 2011.</p>	
<p>2. Comprovação de respeito aos limites de outorga da interessada, sócios e dirigentes (SIACCO);</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>11419353</p>	<p>- Art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IV".</p>	

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
<p>3. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10870474 Págs. 11-13</p>	<p>- Art. 113, inciso II do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "VIII".</p>	
<p>4. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10870474 Pág. 17</p>	<p>- Art. 113, inciso IV do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "IX" e "X".</p>	



5. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ da matriz e, se for o caso, da filial;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11419357	- Art. 113, inciso V do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "I" e "XI".	
6. Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal (ou distrital) da sede da entidade;	(X) Sim () Não () Não se aplica	F 10870474 Pág. 19 E 10870474 Págs. 21-22 M 10870474 Pág. 24	- Art. 113, inciso VI do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XII".	
7. Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel;	(X) Sim () Não () Não se aplica	11419367	- Art. 113, inciso VII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIII".	
8. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social – INSS e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS;	(X) Sim () Não () Não se aplica	INSS 10870474 Pág. 19 FGTS 10870474 Pág. 29	- Art. 113, inciso VIII do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XIV".	
9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho;	(X) Sim () Não () Não se aplica	10870474 Pág. 31	- Art. 113, inciso IX do Decreto nº 52.795, de 1963; - Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XV".	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Checklist 11419420

SER 53115.031340/2021-94 / pg. 110

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

<p>10. Comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos, feita por meio da apresentação de:</p> <p>(i) certidão de nascimento ou casamento; (ii) certidão de reservista; (iii) cédula de identidade; (iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; (v) carteira profissional; (vi) Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS; ou (vii) passaporte.</p> <p>Obs: A Carteira Nacional de Habilitação - CNH e o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF <u>não serão aceitos</u> para comprovar a nacionalidade.</p>	<p>(X) Sim () Não () Não se aplica</p>	<p>10870474</p> <p>CLÁUDIO GALDIANO CURY Pág. 34</p> <p>CLÓVIS GALDIANO CURY Pág. 35</p> <p>NEUZA GALDIANO CURY Pág. 33</p>	<p>- Art. 222, § 1º, da Constituição Federal;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitens "II" e "III".</p>	
<p>11. Estação licenciada para a execução do serviço objeto da outorga?</p>	<p>(X) Sim () Não</p>	<p>11419410</p>	<p>- Art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, c/c art. 16, §§ 7º ao 10, da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVIII".</p>	
<p>12. Consta algum registro de débito ou parcelamento do preço público de outorga?</p>	<p>() Sim (X) Não</p>	<p>11419552</p>	<p>- Art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 47, subitem "XVII".</p>	



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Checklist 11419420

SER 53115.031340/2021-94 / pg. 111

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

13. Manifestação da Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM quanto à inexistência de Processo de Apuração de Infração instaurado em desfavor da entidade que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga;	(X) Sim () Não	10933848	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, itens 46 e 47, subitem "V".	
14. Consta algum registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS)?	() Sim (X) Não	11419523	- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 51.	

APENAS NA HIPÓTESE DE HAVER PESSOA JURÍDICA SÓCIA DA ENTIDADE

Documentos	Conformidade	SEI nº	Base Legal	Observações
------------	--------------	--------	------------	-------------



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Checklist 11419420

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 112

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

<p>15. Declaração, <u>firmada pelos dirigentes da Entidade e da Pessoa Jurídica sócia</u>, de que:</p> <ul style="list-style-type: none"> - No mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; - Nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso I, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990; 	<p>() Sim () Não (X) Não se aplica</p>	<p>- n/a</p>	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963;</p> <p>- Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/AGU/CGU, item 49.</p>	
<p>16. Certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica sócia.</p>	<p>() Sim () Não (X) Não se aplica</p>	<p>- n/a</p>	<p>- Art. 15, §15, do Decreto nº 52.795, de 1963.</p>	

Observações Adicionais
- n/a

Conclusão
A documentação apresentada <u>está em conformidade</u> com o disposto na legislação.





Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa, Engenheiro**, em 15/03/2024, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11419420** e o código CRC **9BDF426A**.

Referência: Processo nº 53115.031340/2021-94

SEI nº 11419420



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 4704/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.031340/2021-94

INTERESSADA: SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **SIR - Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 04.952.098/0001-38**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Nuporanga/SP, vinculado ao **FISTEL nº 50407286705**, referente ao período de 10 de novembro de 2021 a 10 de novembro de 2031.

ANÁLISE

2. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

3. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

4. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

5. No caso em apreço, conferiu-se ao **SIR - Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 1.002, de 23 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de janeiro de 2009 e Decreto Legislativo nº 541, de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia 22 de julho de 2010 (SEI 11420439 - Págs. 8-7). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de novembro de 2011 (SEI 11420439 - Págs. 1-6).

6. Pela análise dos autos, observa-se que, em **28 de outubro de 2021**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2011-2031** (SEI 8324924 - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrerá no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 10 de novembro de 2020 a 10 de novembro de 2021.

7. Mister consignar que o requerimento inicial de renovação foi assinado eletronicamente; porém a validação da assinatura não foi possível (SEI 11421410). Não obstante, o ato foi ratificado pelo então representante legal da entidade (SEI 10870474 -Págs. 8-9). Em caso semelhante, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações já se manifestou sobre o assunto, por meio do Parecer nº 00060/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a saber:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

"21. No caso, cabe observar o preceito contido no art. 662 do Código Civil, o qual confere efeito ex tunc (retroativo) ao ato de ratificação, in verbis:

'Art. 662. Os atos praticados por quem não tenha mandato, ou o tenha sem poderes suficientes, são ineficazes em relação àquele em cujo nome foram praticados, **salvo se este os ratificar**.

Parágrafo único. **A ratificação há de ser expressa, ou resultar de ato inequívoco, e retroagirá à data do ato.'**

22. Ora, como se pode verificar na parte final do art. 662 e no seu parágrafo único, a Lei Civil privilegia o princípio da conservação do negócio jurídico ou do contrato ao expressar que o ato praticado por quem não tem mandato pode ser confirmado pelo mandante, principalmente nos casos em que a atuação daquele que agiu como mandatário lhe é benéfica.

23. Com efeito, considerando a ratificação expressa manifestada pelo mandante, deve-se dar a tal ato o efeito retroativo aludido no parágrafo único do art. 662 do Código Civil.

24. Está sanada, assim, a suposta irregularidade na representação.

25. Não há óbice à aplicação do presente entendimento a casos que se enquadrem nos parâmetros aqui estabelecidos.

Pelo contrário, é recomendável que seja dado tratamento uniforme a situações similares, de modo a proporcionar isonomia e segurança jurídica na atuação do Poder Público.

(...)" (Grifamos)

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11419420). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

10. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11419420).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 12 de março de 2024 (SEI 11419353).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em cinco localidades, quais sejam: **Nuporanga/SP**, Ipuã/SP, Ribeirão Corrente/SP, São Joaquim da Barra/SP e São José da Bela Vista/SP, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Claudio Galdiano Cury compõe o quadro de outra pessoa jurídica que explora o serviço de radiodifusão frequência modulada, na localidade de Franca/SP. Já os sócios administradores Neuza Galdiano Cury e Clovis Galdiano Cury não participam do quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11421387). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 10933848).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11419420).

15. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11419357 - Pág. 1).

16. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a



Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)



18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 30 de março de 2022, com validade até 8 de janeiro de 2029 (SEI 10933475 - Pág. 1; e SEI 11419410). Sobre o prazo de vigência da licença de funcionamento das estações, a unidade consultiva, por intermédio do Despacho nº 00011/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (Processo Administrativo nº 01250.071072/2018-90), exarou o seguinte posicionamento, a saber:

(...) 16. Em relação ao prazo de vigência da licença de funcionamento da estação por ocasião da renovação de outorga, no DESPACHO n. 02373/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 01250.010513/2020-00) já me manifestei no seguinte sentido:

(...)

Conforme o PARECER REFERENCIAL n.00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP:00738.000159/2023-12), uma das condições para a renovação de outorgas de radiodifusão é que a estação esteja devidamente licenciada. Certamente isso não justifica concluir que o prazo da licença de funcionamento da estação no momento da renovação da outorga deve obrigatoriamente abranger todo o período de prorrogação. Antes de expirar a licença, o radiodifusor deve providenciar a sua renovação e se não o fizer deverão ser aplicadas as sanções cabíveis. **O poder público não pode exigir que o interessado na prorrogação da outorga providencie uma nova licença de funcionamento da estação se já possui uma licença válida.** Portanto, não tem cabimento a exigência que consta da COTA n. 00179/2023/CONJURMCOM/CGU/AGU (seq. 50).

(...)

17. Portanto, **fica esclarecido que para que a renovação de outorga possa ser deferida, além do cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, é necessário que haja licença de funcionamento da estação válida. Mas não que o prazo de validade da licença abranja todo o período de renovação.**

18. **É certo que a outorgada é obrigada a manter as condições de habilitação durante todo o curso da outorga, Mas obviamente isso não quer dizer que a licença deva obrigatoriamente ter prazo de vigência igual ou superior ao período da concessão ou permissão. Não há qualquer norma jurídica que exija isso.** A outorgada deverá providenciar a renovação da licença antes que expire, de modo a manter as condições de habilitação. Se não o fizer, estará sujeita à aplicação das sanções administrativas cabíveis. **(grifamos)**

21. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 12 de março de 2024 (SEI 11419367). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às identificadoras com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de



radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11419552). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

22. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Nuporanga/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11420732).

CONCLUSÃO

23. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

24. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

25. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

26. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa, Engenheiro**, em 15/03/2024, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 15/03/2024, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11420450** e o código CRC **09B73879**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11420734)
- Minuta de Exposição de Motivos (11420736)

Referência: Processo nº 53115.031340/2021-94

Documento nº 11420450



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE PORTARIA

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.031340/2021-94,

RESOLVE:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida ao SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA, pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 04.952.098/0001-38, número de inscrição no FISTEL nº 50407286705, a partir de 10 de novembro de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Nuporanga, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão definitiva for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Minuta de Portaria (11420734)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 123

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa, Engenheiro**, em 15/03/2024, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 15/03/2024, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 15:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11420734** e o código CRC **CB70B040**.

Referência: Processo nº 53115.031340/2021-94

Documento nº 11420734



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

MINUTA



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

* MINUTA DE DOCUMENTO

MINUTA DE EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

EM nº - MCOM

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.031340/2021-94, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4704/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria nº ____, de __ de ____ de ____, publicada em ____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de novembro de 2021, a permissão outorgada ao SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA (CNPJ nº 04.952.098/0001-38), nos termos da Portaria nº 1.002, datada em 23 de dezembro de 2008, publicada em 8 de janeiro de 2009, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 541, de 2010, publicado em 22 de julho de 2010, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Nuporanga, Estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, §3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações

AVISO:

O presente documento é uma minuta e não possui validade jurídica.

A assinatura abaixo é de autoria da unidade geradora desta minuta.

Os efeitos de seu teor só terão validade quando sua versão **definitiva** for assinada pela autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza**, **Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa, Engenheiro**, em 15/03/2024, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 15/03/2024, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11420736** e o código CRC **F0368DD7**.

Referência: Processo nº 53115.031340/2021-94

Documento nº 11420736



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

PORTARIA MCOM Nº 12579, DE 18 DE MARÇO DE 2024

O **MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES**, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº 53115.031340/2021-94,

R E S O L V E:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida ao SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 04.952.098/0001-38, número de inscrição no FISTEL nº 50407286705, a partir de 10 de novembro de 2021, para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Nuporanga, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, **Ministro de Estado das Comunicações**, em 28/03/2024, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11426958** e o código CRC **83E8A66F**.

Referência: Processo nº 53115.031340/2021-94

Documento nº 11426958



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES

Brasília, 18 de março de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.031340/2021-94, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4704/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 12579, de 18 de março de 2024, publicada em _____, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de novembro de 2021, a permissão outorgada ao SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA. (CNPJ nº 04.952.098/0001-38), nos termos da Portaria nº 1.002, datada em 23 de dezembro de 2008, publicada em 8 de janeiro de 2009, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 541, de 2010, publicado em 22 de julho de 2010, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Nuporanga, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

JUSCELINO FILHO
Ministro de Estado das Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **José Juscelino dos Santos Rezende Filho**, Ministro de Estado das Comunicações, em 28/03/2024, às 15:25, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11426962** e o código CRC **128DC905**.

Referência: Processo nº 53115.031340/2021-94

Documento nº 11426962



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Exposição de Motivos 202 Renovação FM (11426962)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 128

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 48244/2024/MCOM

Brasília, na data da assinatura

À Senhora
Rafaela Calado e Silva Mello
Chefe de Gabinete do Ministro
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha a Portaria nº 12579/2024(11426958) e a Exposição de Motivos nº 202/2024 (11426962)

Senhora Chefe de Gabinete,

De acordo com o disposto na Nota Técnica nº 4704/2024 (11420450), encaminho a Portaria nº 12579/2024(11426958) e a Exposição de Motivos nº 202/2024 (11426962), para apreciação e as providências subsequentes.

Atenciosamente,

Wilson Diniz Wellisch
Secretário de Comunicação Social Eletrônica



Documento assinado eletronicamente por **Wilson Diniz Wellisch, Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, em 22/03/2024, às 17:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11426974** e o código CRC **3FC99CEF**.

Referência: Processo nº 53115.031340/2021-94

Documento nº 11426974



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Ofício Interno 48244 (11426974)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 129


abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

Imprimir Recibo

Página Principal

Presidência da República
Imprensa Nacional

Envio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento



A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 28/03/2024 17:40:07
Origem do Ofício: Gabinete do Ministro
Operador: DIEGO FERNANDES CARNEIRO SILVA
Ofício: 10247362
Data prevista de publicação: 01/04/2024
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Isento

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Sequencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
21506019	ATO PORTARIA MCOM NA 12557.rtf	bdbcd84bf5c4c7a6ce812ed305bfdc55	5,00	R\$ 194,60
21506020	ATO PORTARIA MCOM NA 12569.rtf	9cd23b2446a1a1b7fe575afbc950fb	9,00	R\$ 350,28
21506021	ATO PORTARIA MCOM NA 12526.rtf	c8964ccb6c6853c23f14b32d53eded3f	8,00	R\$ 311,36
21506022	ATO PORTARIA MCOM NA 12579.rtf	f85679178294aadfc74d0c2ce437ddb	8,00	R\$ 311,36
21506023	ATO PORTARIA MCOM NA 12583.rtf	d5cd52a9f5a7e9fcb717c6c8ba22206b	8,00	R\$ 311,36
21506024	ATO PORTARIA MCOM NA 12363.rtf	b15259a3285547e554b3f9d890870090	8,00	R\$ 311,36
21506025	ATO PORTARIA MCOM NA 12529.rtf	350d46a2e969f982f47620b87b7f117f	8,00	R\$ 311,36
21506026	ATO PORTARIA MCOM NA 12528.rtf	40bdc71c26aaf10f6b85c048ba21094f	8,00	R\$ 311,36
21506028	ATO PORTARIA MCOM NA 12527.rtf	f8646c9b24cbafef692a81a03e363173	8,00	R\$ 311,36
21506029	ATO PORTARIA MCOM NA 12515.rtf	d7e4079ba94979edcf844a7e4ac0d38e	9,00	R\$ 350,28
21506030	ATO PORTARIA MCOM NA 12546.rtf	314cf08d504a6ade62f3b6eb961f61f7	9,00	R\$ 350,28
21506031	ATO PORTARIA MCOM NA 12566.rtf	346ffaa6be7076996c474994bbcea2bc	9,00	R\$ 350,28
TOTAL DO OFICIO			97,00	R\$ 3.775,24



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.
http://gov.br/recibo.do?idof=10247362&ra.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

Comprovante Envio Portaria nº 12579 (11449370)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 130

1/1

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 01/04/2024 | Edição: 62 | Seção: 1 | Página: 12

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 12.579, DE 18 DE MARÇO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, e no disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.741, de 13 de outubro de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como no Decreto nº 53115.031340/2021-94, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida ao RÁDIOCOMUNICAÇÃO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 04.958.111/0001-90, inscrição no FISTEL nº 50407286705, a partir de 10 de novembro de 2021, por prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora de alta fidelidade de município de Nuporanga, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é regida e disciplinada pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e regulamentos, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Conselho de Estado, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

Id solicitação: 57dbac4a60bba

Informações da Entidade

Dados da Entidade	
Nome da Entidade: SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA	
Nome Fantasia: CONECTA FM - 92,5	
Telefone: ()	E-mail: jumaure@hotmail.com
CNPJ: 04.952.098/0001-38	Número do Fistel: 50407286705
Tipo Usuário: Adm Privada	Tipo Taxa: Integral
Data do contrato: 10/11/2011	Serviço: 230 - Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada
Carater: Primário	Local específico:
Rede:	Categoria da Estação: Principal
Val. RF: 08/01/2029	
Observações: RESOLUCAO ANATEL 125/99	

Endereço Sede		
Logradouro: AVENIDA DR. ARMANDO SALLES OLIVEIRA	Complemento:	
Bairro: PARQUE UNIVERSITARIO	Numero: 380	
Município: Franca	UF: SP	CEP: 14404600

Endereço do Transmissor		
Logradouro: RODOVIA VALDIR CANEVARI	Complemento: SENTIDO NUPORANGA/SALAS OLIVEIRA	
Bairro:	Numero: KM 5	
Município: Nuporanga	UF: SP	CEP: 14670000

Endereço do Estúdio Principal		
Logradouro: RODOVIA VALDIR CANEVARI	Complemento: SENTIDO NUPORANGA/SALES OLIVEIRA	
Bairro:	Numero: KM 5	
Município: Nuporanga	UF: SP	CEP: 14670000

Endereço do Estúdio Auxiliar		
Logradouro:	Complemento:	
Bairro:	Numero:	
Município: -	UF:	CEP:

Informações do Plano Básico

Localização			
Município: Nuporanga		UF: SP	
Parâmetros Técnicos			
Canal: 254	Frequência: 98.7 MHz	Classe: B1	ERP Máxima: 0.3727kW
HCI: 120 m	Pareamento:	Decalagem:	Fase: 2

Informações da Estação

Informações Gerais	
Número da Estação: 698825632	Número Indicativo: ZYW627
Data Último Licenciamento: 30/03/2022	Número da Licença: 53500.015837/2022-01



24/11/2021 eletrônico, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Estação Principal		
Localização		
Latitude: 20° 43' 57.00" S	Longitude: 47° 45' 58.00" W	Cota da base: 818.6 m

Transmissor Principal	
Código Equipamento: 025100902884	Modelo: EX300
Fabricante: Sintek Sistemas Eletrônicos Ltda.	Potência de Operação: 0.18 kW

Linha de Transmissão Principal			
Modelo: LCF158-50JA	Fabricante: RADIO FREQUENCY SYSTEMS.		
Comprimento da Linha: 128.00 m	Atenuação: 0.656 dB/100m	Perdas Acessórias: 0.5 dB	Impedância: 50.00 ohms

Antena Principal					
Modelo: ANTENA QTA/FM 7/8	Fabricante: QUASAR TECK BRASIL COM IND DE EQUIP ELETRÔNICOS LTDA				
Ganho: 4.5 dBd	Beam-Tilt: .00 °	Orientação NV: 100 °	Polarização: Circular	HCI: 120 m	ERP Máxima: 0.37 kW

Padrão de Antena dBd											
0°: 4.32	5°: 3.92	10°: 3.57	15°: 3.21	20°: 2.84	25°: 2.44	30°: 2.07	35°: 1.82	40°: 1.61	45°: 1.39	50°: 1.19	55°: 1.04
60°: 0.91	65°: 0.79	70°: 0.65	75°: 0.46	80°: 0.27	85°: 0.16	90°: 0.08	95°: 0.03	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0.08
120°: 0.18	125°: 0.25	130°: 0.36	135°: 0.58	140°: 0.81	145°: 0.98	150°: 1.13	155°: 1.28	160°: 1.43	165°: 1.61	170°: 1.8	175°: 1.94
180°: 2.15	185°: 2.54	190°: 3.01	195°: 3.46	200°: 3.98	205°: 4.63	210°: 5.38	215°: 6.28	220°: 7.21	225°: 8.15	230°: 8.86	235°: 8.96
240°: 8.86	245°: 8.86	250°: 8.86	255°: 8.86	260°: 8.86	265°: 8.86	270°: 8.86	275°: 8.86	280°: 8.86	285°: 8.86	290°: 8.86	295°: 8.82
300°: 8.86	305°: 9.22	310°: 9.58	315°: 9.67	320°: 9.58	325°: 9.35	330°: 8.86	335°: 7.85	340°: 6.78	345°: 6.1	350°: 5.52	355°: 4.89

Coordenadas por radial											
0°: Lat 0 Lon 0	5°: Lat 0 Lon 0	10°: Lat 0 Lon 0	15°: Lat 0 Lon 0	20°: Lat 0 Lon 0	25°: Lat 0 Lon 0	30°: Lat 0 Lon 0	35°: Lat 0 Lon 0	40°: Lat 0 Lon 0	45°: Lat 0 Lon 0	50°: Lat 0 Lon 0	55°: Lat 0 Lon 0
60°: Lat 0 Lon 0	65°: Lat 0 Lon 0	70°: Lat 0 Lon 0	75°: Lat 0 Lon 0	80°: Lat 0 Lon 0	85°: Lat 0 Lon 0	90°: Lat 0 Lon 0	95°: Lat 0 Lon 0	100°: Lat 0 Lon 0	105°: Lat 0 Lon 0	110°: Lat 0 Lon 0	115°: Lat 0 Lon 0
120°: Lat 0 Lon 0	125°: Lat 0 Lon 0	130°: Lat 0 Lon 0	135°: Lat 0 Lon 0	140°: Lat 0 Lon 0	145°: Lat 0 Lon 0	150°: Lat 0 Lon 0	155°: Lat 0 Lon 0	160°: Lat 0 Lon 0	165°: Lat 0 Lon 0	170°: Lat 0 Lon 0	175°: Lat 0 Lon 0
180°: Lat 0 Lon 0	185°: Lat 0 Lon 0	190°: Lat 0 Lon 0	195°: Lat 0 Lon 0	200°: Lat 0 Lon 0	205°: Lat 0 Lon 0	210°: Lat 0 Lon 0	215°: Lat 0 Lon 0	220°: Lat 0 Lon 0	225°: Lat 0 Lon 0	230°: Lat 0 Lon 0	235°: Lat 0 Lon 0
240°: Lat 0 Lon 0	245°: Lat 0 Lon 0	250°: Lat 0 Lon 0	255°: Lat 0 Lon 0	260°: Lat 0 Lon 0	265°: Lat 0 Lon 0	270°: Lat 0 Lon 0	275°: Lat 0 Lon 0	280°: Lat 0 Lon 0	285°: Lat 0 Lon 0	290°: Lat 0 Lon 0	295°: Lat 0 Lon 0
300°: Lat 0 Lon 0	305°: Lat 0 Lon 0	310°: Lat 0 Lon 0	315°: Lat 0 Lon 0	320°: Lat 0 Lon 0	325°: Lat 0 Lon 0	330°: Lat 0 Lon 0	335°: Lat 0 Lon 0	340°: Lat 0 Lon 0	345°: Lat 0 Lon 0	350°: Lat 0 Lon 0	355°: Lat 0 Lon 0

Distância por radial											
0°: 0	5°: 0	10°: 0	15°: 0	20°: 0	25°: 0	30°: 0	35°: 0	40°: 0	45°: 0	50°: 0	55°: 0
60°: 0	65°: 0	70°: 0	75°: 0	80°: 0	85°: 0	90°: 0	95°: 0	100°: 0	105°: 0	110°: 0	115°: 0
120°: 0	125°: 0	130°: 0	135°: 0	140°: 0	145°: 0	150°: 0	155°: 0	160°: 0	165°: 0	170°: 0	175°: 0
180°: 0	185°: 0	190°: 0	195°: 0	200°: 0	205°: 0	210°: 0	215°: 0	220°: 0	225°: 0	230°: 0	235°: 0
240°: 0	245°: 0	250°: 0	255°: 0	260°: 0	265°: 0	270°: 0	275°: 0	280°: 0	285°: 0	290°: 0	295°: 0
300°: 0	305°: 0	310°: 0	315°: 0	320°: 0	325°: 0	330°: 0	335°: 0	340°: 0	345°: 0	350°: 0	355°: 0

Estação Auxiliar	
Transmissor Auxiliar	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW

Transmissor Auxiliar 2	
Código Equipamento:	Modelo: Equipamento não encontrado
Fabricante:	Potência de Operação: kW



Linha de Transmissão Auxiliar							
Modelo:				Fabricante:			
Comprimento da Linha: m		Atenuação: dB/100m		Perdas Acessórias: dB		Impedância: ohms	

Antena Auxiliar					
Modelo:			Fabricante:		
Ganho: dBd	Beam-Tilt: °	Orientação NV: °	Polarização:	HCI: m	ERP Máxima: 0.37 kW

RDS	
Código PI:	

Informações do documento de Outorga							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	1002	Portaria	MC	23/12/2008	08/01/2009	Outorga	1

Informações do documento de Aprovação de Locais							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	108	Portaria	MC	01/03/2013	12/03/2013	Aprovação de Local	Técnico

Histórico de Documentos Emitidos							
Núm Processo	Núm Documento	Tipo Documento	Orgão	Data do docu	Data DOU	Razão do Doc	Natureza
9999	541	Decreto Legislativo	CN	21/07/2010	22/07/2010	Deliber. do C. Nacional	Jurídico
9999	108	Despacho	MC	01/03/2013	12/03/2013	Autoriza a Instalação da Estação e a Utilização dos Equipamentos	Técnico
9999	2296	Ato	CMPRL	09/04/2013	11/04/2013	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
9999	0	Despacho	SSCE	05/06/2014		Autoriza Equipamento	Técnico
53500003799201930	29	Despacho	ER01	23/01/2019		Autoriza a Alteração de Características Técnicas da Estação	Técnico
53500.087232/2021-22	13030	Ato	ORLE	27/12/2021	27/01/2022	Autoriza o Uso de Radiofrequência	Técnico
53115031340202194	12579	Portaria	MC	18/03/2024	01/04/2024	Renovação	Jurídico

Horário de funcionamento	





MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Gabinete da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica

Ofício Interno nº 48803/2024/MCOM

Brasília, 01 de abril de 2024

Ao Senhor
Ênio Soares Dias
Coordenador-Geral de Serviços do Gabinete
Ministério das Comunicações

Assunto: Encaminha Exposição de Motivos (11426962)

Senhor Coordenador-Geral,

Tendo em vista o que consta da Nota Técnica nº 4704/2024 (11420450), encaminho a Vossa Senhoria a Exposição de Motivos nº 202/2024 (11426962), para conhecimento e providência subsequente.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Ana Maria dos Santos, Assistente**, em 01/04/2024, às 12:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11450576** e o código CRC **5F91E158**.

Referência: Processo nº 53115.031340/2021-94

Documento nº 11450576



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Ofício Interno 48803 (11450576)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 135

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

Brasília, 3 de abril de 2024.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.031340/2021-94, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4704/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 12579, de 18 de março de 2024, publicada em 1 de abril de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de novembro de 2021, a permissão outorgada ao SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA. (CNPJ nº 04.952.098/0001-38), nos termos da Portaria nº 1.002, datada em 23 de dezembro de 2008, publicada em 8 de janeiro de 2009, cancelada pelo Decreto Legislativo nº 541, de 2010, publicado em 22 de julho de 2010, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Nuporanga, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Exposição de Motivos nº 00264/2024 MCOM (11456345)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 136

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Gabinete do Ministro das Comunicações
Coordenação-Geral do Gabinete do Ministro

OFÍCIO Nº 11734/2024/MCOM

Ao Senhor
BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: Renovação de outorga de autorização de radiodifusão - Processo nº 53115.031340/2021-94.

Senhor Secretário,

Encaminha-se o presente processo, para conhecimento e providências subsequentes, cuja exposição de motivos, assinada pelo titular desta Pasta, encontra-se devidamente enviada a essa Presidência, pelo SIDOF, versando sobre renovação de outorga de autorização de radiodifusão.

Atenciosamente,

ÊNIO SOARES DIAS
Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **Ênio Soares Dias**, **Coordenador-Geral do Gabinete do Ministro**, em 04/04/2024, às 11:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11456483** e o código CRC **FFD819E6**.

Referência: Processo nº 53115.031340/2021-94

Documento nº 11456483



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

EM nº 00264/2024 MCOM

Brasília, 3 de Abril de 2024

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

Submeto à sua apreciação o Processo Administrativo nº 53115.031340/2021-94, invocando as razões presentes na Nota Técnica nº 4704/2024/SEI-MCOM, nos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, acompanhado da Portaria MCOM nº 12579, de 18 de março de 2024, publicada em 1 de abril de 2024, que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de novembro de 2021, a permissão outorgada ao SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA. (CNPJ nº 04.952.098/0001-38), nos termos da Portaria nº 1.002, datada em 23 de dezembro de 2008, publicada em 8 de janeiro de 2009, chancelada pelo Decreto Legislativo nº 541, de 2010, publicado em 22 de julho de 2010, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Nuporanga, estado de São Paulo.

Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o respectivo processo para apreciação e posterior submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Jose Juscelino dos Santos Rezende Filho



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 01/04/2024 | Edição: 62 | Seção: 1 | Página: 12

Órgão: Ministério das Comunicações/Gabinete do Ministro

PORTARIA MCOM Nº 12.579, DE 18 DE MARÇO DE 2024

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, disposto no art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.741, de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que dispõe o Decreto nº 53115.031340/2021-94, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida ao SIR – SISTEMAS DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA., pessoa jurídica inscrita no CNPJ sob o nº 04.952.011/0001-90, de inscrição no FISTEL nº 50407286705, a partir de 10 de novembro de 2021, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora por modulação de amplitude, no município de Nuporanga, estado de São Paulo.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovação, rege-se pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e demais normas aplicáveis.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Conselho de Administração, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JUSCELINO FILHO

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979





1

ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL JURÍDICA DE RADIODIFUSÃO - CGJR
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADO: Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE)

ASSUNTO: Renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial)

Ementa: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00738.000159/2023-12. ÓRGÃO DESTINATÁRIO: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA DO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES - (SECOE). DIREITO ADMINISTRATIVO. RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL). ANÁLISE DE PEDIDOS ADMINISTRATIVOS. MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL.

I. Manifestação Jurídica Referencial (MJR) disciplinada pela Orientação Normativa (ON/AGU) nº 55, de 2014, e pela Portaria Normativa (CGU/AGU) nº 05, de 2022;

II. Análise de pedidos de renovação de outorga para continuidade da prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial);

III. Dispensa da realização de análise jurídica individualizada de processos administrativos que envolvam a renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, sendo necessária a observância das recomendações apresentadas na MJR;

IV. Em caso de dúvida de caráter jurídico, a consulta deve ser encaminhada para análise da Consultoria Jurídica;

V. MJR com validade de dois anos ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa.

I – RELATÓRIO

1. Por meio do Ofício Interno nº 42345/2023/MCOM, a Secretaria de Comunicação Social Eletrônica deste Ministério encaminha a esta Consultoria Jurídica subsídios para avaliação sobre a emissão de Manifestação Jurídica Referencial (MJR) que abranja a análise de pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), com fundamento no art. 223, § 5º, da Constituição Federal (CF); no art. 33, § 3º, c/c o art. 67, Parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT); e no art. 110 e ss. do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprovou o Regulamento do Serviço de Radiodifusão (RSR).

2. Inicialmente, é oportuno registrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do DESPACHO n. 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, solicitou informações à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) a respeito do quantitativo de processos administrativos que versam sobre a renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

1. A Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) encaminha quantidade expressiva de Processos Administrativos a esta Consultoria, cujo teor versa sobre a análise jurídico-formal relacionada à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora.

2. Diante da similitude dos casos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, é necessário consultar sobre o volume de processos administrativos sobre o assunto que podem ser enviados a esta Consultoria Jurídica.

3. A obtenção de informação atualizada sobre o quantitativo expressivo de processos a respeito à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora permitirá que esta Consultoria Jurídica avalie a necessidade da edição de PARECER REFERENCIAL sobre o assunto.

4. Convém informar que a Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Orientação Normativa AGU nº 55, de 23 de maio de 2014, disciplina a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos consultivos nos seguintes termos:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e

b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

5. Portanto, a elaboração de manifestações jurídicas referenciais se destina a casos em que haja grande volume de processos que envolvam questões jurídicas idênticas em que a atividade jurídica se restrinja à verificação do atendimento de exigências legais a partir de simples conferência de documentos. Esse tipo de manifestação jurídica tem por objetivo dar maior agilidade aos serviços administrativos, além de permitir que os membros da Advocacia-Geral da União se dediquem em maior medida a questões de natureza mais complexa.
6. Nos termos do art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 5, de 31 de março de 2023, a emissão de manifestações jurídicas referenciais demanda a demonstração da existência de elevado volume de processos sobre a matéria e que a análise individualizada impactaria de forma negativa a celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.
7. A análise de processos administrativos que tratem da renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora se enquadra num dos requisitos necessários para a elaboração de manifestação jurídica referencial, pois envolve a verificação do atendimento de exigências legais mediante a simples conferência de documentos, notadamente quando existe apenas uma entidade interessada na execução do serviço.
8. Deste modo, é importante que a SECOE preste os esclarecimentos necessários sobre o quantitativo de processos administrativos relacionados à renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão sonora, assim como se a emissão de parecer referencial sobre o assunto pode proporcionar maior celeridade na análise conclusiva da matéria.
9. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis. Após o atendimento da referida solicitação, os autos devem retornar a esta Consultoria Jurídica para apreciação do assunto.

3. Em resposta à solicitação encaminhada por esta Consultoria Jurídica, a SECOE, por meio da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, apresentou os seguintes esclarecimentos sobre os processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) (Proc. Administrativo nº 00738.000159/2023-12 - SUPER):

(...)

4. Inicialmente, deve-se destacar que o mencionado Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU fez alusão somente aos processos de renovação de outorga de radiodifusão sonora (Rádio), de modo que esta manifestação se restringe àquela tipologia de processo administrativo.
5. Como é sabido, os prazos das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão sonora podem ser renovados pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.
6. De acordo com o art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962, a renovação de outorga constitui direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento de alguns requisitos. Vale dizer, a análise dos processos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão leva em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos; observância aos limites de outorgas tanto pelas concessionárias ou permissionárias quanto pelos seus respectivos sócios e dirigentes; bem como a regularidade fiscal, trabalhista, técnica da estação de radiodifusão e do quadro societário e diretivo das pessoas jurídicas.
7. Em suma, os parâmetros de análise e o respectivo fluxo processual encontram-se delimitados pela Constituição Federal, pela citada Lei nº 4.117/1962, pela Lei nº 5.785/1972, pelo Decreto-Lei nº 236/1967, pelo Decreto nº 52.795/1963 e pela Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023. Trata-se, pois, de procedimento administrativo que possui considerável regulamentação do Poder Público, por normativos de diferente grau hierárquico, o que demanda atenção na interpretação dos comandos legais durante a análise dos processos.
8. Não se pode esquecer, ademais, que, durante o exame dos pedidos de renovação das concessões e permissões dos serviços de radiodifusão, leva-se em consideração também as manifestações provenientes da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações.
9. Segundo o art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, com redação dada pela Lei nº 13.424/2017, as pessoas jurídicas interessadas na renovação das respectivas concessões e permissões dos serviços de radiodifusão deverão apresentar requerimento perante o Ministério das Comunicações durante os doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, sendo permitida a execução do serviço em caráter precário, caso expire o prazo da outorga sem decisão sobre o pedido de renovação, a saber:
Art. 4º As entidades que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão de serviços de radiodifusão deverão dirigir requerimento ao órgão competente do Poder Executivo durante os doze meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga.
10. Portanto, durante a análise dos requerimentos administrativos de renovação de outorga, busca-se identificar se os prazos legais previstos à época da protocolização do pedido foram devidamente observados pelas pessoas jurídicas interessadas na renovação (art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972).
11. Ocorre que há situações excepcionais que fogem à regra geral, como os diferentes casos em que o respectivo pedido de renovação fora apresentado após o encerramento do prazo legal e aqueles em que há sobreposição de períodos de outorga, com manifestação de interesse na renovação da outorga somente no período de outorga mais atual. Além disso, há ainda os casos em que não foi encontrado o correspondente extrato do contrato de concessão ou permissão celebrado entre as partes, o que dificulta a contagem do prazo da outorga (10 anos para Rádio e 15 anos para TV) e a aferição do prazo para requerer a renovação (12 meses).
12. Em outras palavras, as situações não alcançadas pelo art. 4º, *caput*, da Lei nº 5.785/1972, que é a regra geral, exige uma análise mais cuidadosa das circunstâncias envolvidas, com forma de identificar a presença de elementos que autorizam a aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022, que tratam de regras excepcionais que autorizam, em tese, o conhecimento de pedido de renovação protocolados de forma extemporânea. Veja-se a dicção dos textos legais citados:



Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

Art. 3º As concessionárias ou permissionárias de serviços de radiodifusão que se encontrem com suas outorgas vencidas, e que não tenham solicitado a renovação da respectiva outorga até a data de publicação da lei resultante da conversão da [Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021](#), terão o prazo de 90 (noventa) dias para que se manifestem quanto ao interesse na continuidade da execução do serviço.

13. Os limites de outorga e os demais elementos correlacionados também fazem parte da análise dos processos de renovação de outorga, sendo aferidos mediante pesquisa ao Sistema de Acompanhamento e Controle Societário – SIACCO, no qual constam os registros de outorga por pessoa natural e por pessoa jurídica. O extrato do SIACCO é analisado à luz do que se encontra no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, no art. 38, alínea "g", da Lei nº

4.117/1962, no art. 14, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139/2013, *in verbis*:

Decreto-Lei nº 236/1967

Art 12. Cada entidade só poderá ter concessão ou permissão para executar serviço de radiodifusão, em todo o país, dentro dos seguintes limites:

1) Estações radiodifusoras de som:

a - Locais:

Ondas médias - 4

Frequência modulada -

6 b - Regionais:

Ondas médias - 3

Ondas tropicais - 3

sendo no máximo 2 por

Estados c - Nacionais:

Ondas médias -

2 Ondas curtas -

2

2) Estações radiodifusoras de som e imagem - 10 em todo território nacional, sendo no máximo 5 em VHF e 2 por Estado.

§ 1º - Cada estação de ondas curtas poderá, fora das limitações estabelecidas no artigo, utilizar uma ou várias frequências, que lhe tenham sido consignadas em leque.

§ 2º - Não serão computadas para os efeitos do presente artigo, as estações repetidoras e retransmissoras de televisão, pertencentes às estações geradoras.

§ 3º - Não poderão ter concessão ou permissão as entidades das quais faça parte acionista ou cotista que integre o quadro social de outras empresas executantes do serviço de radiodifusão, além dos limites fixados neste artigo.

§ 4º Os atuais concessionários e permissionários de serviços de radiodifusão, bem como os cotistas e acionistas dessas empresas, que não atendem às limitações estipuladas neste artigo, deverão a ele ir-se adaptando, na razão de vinte e cinco por cento (25%) do excesso ao ano, a contar de um ano da data da publicação desta lei. ([Redação dada pela Lei nº 5.397, de 1968](#))

§ 5º - Nenhuma pessoa poderá participar da direção de mais de uma empresa de radiodifusão, em localidades diversas, em excesso aos limites estabelecidos neste artigo.

Lei nº 4.117/1962

Art. 38. Nas concessões, permissões ou autorizações para explorar serviços de radiodifusão, serão observados, além de outros requisitos, os seguintes preceitos e cláusulas:

[...]

g) a mesma pessoa não poderá participar da administração ou da gerência de mais de uma concessionária, permissionária ou autorizada do mesmo tipo de serviço de radiodifusão, na mesma localidade.

Regulamento dos Serviços de Radiodifusão

Art. 14. O procedimento licitatório terá início com a publicação de aviso no Diário Oficial da União, que deverá conter a indicação do local e as condições em que os interessados poderão obter o texto do edital, bem assim o local, a data e a hora para a apresentação das propostas para fins de habilitação e julgamento.

[...]

§ 3º A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não poderão ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade.

Decreto nº 8.139/2013

Art. 3º O deferimento do requerimento a que se refere o § 1º do art. 2º ficará condicionado à comprovação de: [...]

§ 2º Deferido o pedido de que trata o § 1º do art. 2º, a entidade e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo ficarão submetidas ao limite de duas outorgas de serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na localidade objeto da adaptação, sem prejuízo da aplicação do limite previsto no art. 14,

[§ 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963.](#) sobre suas outorgas de serviços de radiodifusão em outras localidades.

14. De modo geral, a documentação necessária para instruir o processo de renovação de outorga se encontra prevista no art. 113 do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 10.775/2021, a saber:

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins



habilitação:

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica;

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

V - prova de inscrição no CNPJ;

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei;

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel;

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS;

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no [Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho](#); e

XI - declaração de que:

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as [alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990](#).

15. Ademais, os processos de renovação de outorga são instruídos com os documentos que demonstram o atendimento ao que consta no art. 222, § 1º, da Constituição Federal, no art. 5º, § 1º, da Lei 12.485/2011, no art. 112, § 3º, do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, aprovado pelo Decreto nº 52.795/1963, bem como no art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023.

16. Com efeito, essa documentação se refere aos comprovantes de nacionalidade daqueles que figuram no corpo societário e diretivo das concessionárias ou permissionárias dos serviços de radiodifusão; à declaração firmada pelo representante legal asseverando que inexistente parcela superior a 30% do capital social total e votante que seja detido, direta, indiretamente ou por meio de empresa sob controle comum, por prestadora de serviço de telecomunicações de interesse coletivo, nos termos da Lei nº 12.485/2011; à certidão emitida pela Agência Nacional de Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel e ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL; bem como à licença para funcionamento da estação de radiodifusão.

17. Explicitadas, portanto, as nuances envolvidas durante a análise dos processos de renovação de outorga, passe-se a responder os questionamentos consubstanciados no item 8 do referido Despacho nº 01601/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU.

18. Em relação ao estoque processual, há aproximadamente 4.130 processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial em tramitação nesta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica. A edição de parecer referencial pode representar maior celeridade processual, por dispensar a análise individualizada de processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora de caráter comercial pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações e, ao mesmo tempo, reduzir uma instância de deliberação daqueles feitos.

19. Por outro lado, o grau de detalhamento e complexidade exigido pela legislação de radiodifusão por ocasião do exame dos processos de renovação de outorga recomenda que eventual edição de parecer referencial explicita, na medida do possível, os casos excepcionais que porventura demandará análise individualizada da Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações. A título exemplificativo, segue relação de situações peculiares que podem acontecer durante a análise desses processos, como forma de contribuir com o exame a ser levado a efeito pela unidade consultiva:

a) as hipóteses de aplicação do art. 2º e art. 3º da mencionada Lei nº 13.424/2017, com redação dada pela Lei nº 14.351/2022 quando envolver requerimentos apresentados após o encerramento do prazo legal;

b) as situações envolvidas na protocolização de requerimento de renovação antes do prazo previsto na legislação;

c) os casos excepcionais de aferição de limites quando o extrato do SIACCO revelar a presença de outorgas *aperfeiçoadas* e não *aperfeiçoadas* em quantidade acima do permitido;

d) os casos em que se constatar a presença de pessoas falecidas ou menores no quadro societário das pessoas jurídicas interessadas na renovação ou de registro de penhora ou bloqueio de cotas na certidão simplificada;

e) as situações envolvidas na sobreposição de 1 (um) ou mais períodos de outorga sem renovação aprovada pelo Congresso Nacional, conforme preconizado no art. 223, § 3º, da Constituição Federal;

f) os casos em que se constatar, durante a análise da renovação da outorga, a existência de processo administrativo de apuração de infração que tenha resultado ou que possa resultar na aplicação da penalidade de cassação da outorga; e

g) os casos em que houver o indeferimento do pedido de renovação de outorga;

20. Sendo assim, esta Secretaria de Comunicação Social Eletrônica se manifesta pela devolução dos autos à Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, para continuidade de sua análise.

4. É imperioso registrar que esta manifestação jurídica objetiva tratar de questões relacionadas à análise de processos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
Entanto, a MJR não trata de análise de pedido administrativo de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, assim como as renovações de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora unitária ou com fins

Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>



abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

exclusivamente educativos.

5. Destaque-se, ainda, que esta MJR aplica-se aos pedidos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), aos quais sejam aplicáveis a atual redação do art. 113 do RSR, conforme o disposto no art. 5º do Decreto nº 10.775, de 23 de agosto de 2021.

6. Em breve síntese, esse é o resumo do caso em questão.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.1 - UTILIZAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO JURÍDICA REFERENCIAL

7. O excessivo envio de demandas repetitivas sobre assunto idêntico tem, indiscutivelmente, o efeito reflexo de tumultuar a atuação das unidades de assessoramento jurídico da Administração Pública Federal, dificultando o desempenho das suas atribuições institucionais.

8. Diante desse contexto, a Advocacia-Geral da União (AGU) editou a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, cujo teor versa sobre a possibilidade de elaboração de única manifestação jurídica referencial (MJR) para questões jurídicas envolvendo matérias idênticas e recorrentes:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos:

- a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e
- b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

9. A MJR tem por finalidade a análise de todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, possibilitando a dispensa da apreciação individualizada pelos órgãos consultivos dos processos que sejam objeto de MJR. Com isso, há ganho de eficiência, já que os processos deixam de contar, necessariamente, com a análise individualizada de cada demanda, ficando a cargo da área técnica interessada o ateste de que aquele processo se amolda aos termos da manifestação referencial.

10. Ademais, o instituto contribui para a uniformização da atuação do órgão jurídico em matérias repetitivas, ou seja, idênticas e recorrentes, frequentemente submetidos à análise jurídica. Assim, entende-se que a MJR representa uma forma de tornar mais eficiente o trabalho dentro do órgão de assessoramento jurídico e da área técnica, além de estar pautado nos princípios da celeridade e da economicidade administrativa.

11. Deste modo, pode-se afirmar que a MJR consiste em parecer jurídico destinado a balizar todos os casos concretos, cujos contornos se amoldem ao formato do caso abstratamente analisado. Com efeito, o parecer referencial coaduna-se perfeitamente com o princípio constitucional da eficiência (art.37, *caput*, da Constituição Federal), na medida em que evita o encaminhamento desnecessário de diversos processos administrativos similares, que não possuem questão de natureza jurídica a ser enfrentada.

12. O Tribunal de Contas da União (TCU) endossa a utilização do parecer referencial, nos termos fixados pela Orientação Normativa n. 55/2014 da AGU:

9.2 Informar à Advocacia-Geral da União que o entendimento do TCU quanto à emissão de pareceres jurídicos sobre as minutas de editais licitatórios e de outros documentos, nos termos do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993, referenciado nos Acórdãos 748/2011 e 1.944/2014, ambos prolatados pelo Plenário, não impede a utilização, pelos órgãos e entidades da administração pública federal, de um mesmo parecer jurídico em procedimentos licitatórios diversos, desde que envolva matéria comprovadamente idêntica e que seja completo, amplo e abranja todas as questões jurídicas pertinentes, cumprindo as exigências indicadas na Orientação Normativa AGU nº 55, de 2014, esclarecendo-a, ainda, de que a presente informação é prestada diante da estrita análise do caso concreto apreciado nestes autos, não se constituindo na efetiva apreciação da regularidade da aludida orientação normativa, em si mesma.” (Acórdão nº 2.674/2014-Plenário)

13. De acordo com a ON/AGU nº 55, de 2014, existem basicamente dois requisitos para que seja elaborada a MJR: (i) o volume de processos com matéria repetida ; e (ii) a natureza da atividade jurídica de mera verificação de atendimento às exigências legais, a partir da conferência de documentos.

14. Os referidos requisitos foram reproduzidos no art. 3º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, que disciplina a utilização da MJR:

Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022

Art. 3º A Manifestação Jurídica Referencial tem como premissa a promoção da celeridade em processos administrativos que possibilitem análise jurídica padronizada em casos repetitivos.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

§ 1º A análise jurídica padronizada em casos repetitivos, para os fins da presente Portaria Normativa, corresponde a grupos de processos que tratam de matéria idêntica e que a manifestação do órgão jurídico seja restrita à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

§ 2º A emissão de uma MJR depende do preenchimento dos seguintes requisitos:

I - comprovação de elevado volume de processos sobre a matéria; e

II - demonstração de que a análise individualizada dos processos impacta de forma negativa na celeridade das atividades desenvolvidas pelo órgão consultivo ou pelo órgão assessorado.

15. Em relação ao primeiro requisito, afigura-se que o encaminhamento de um expressivo quantitativo de pedidos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora, que é superior a quatro mil processos, além dos pedidos administrativos posteriores que serão apresentados sobre o mesmo assunto (vide item 3 deste PARECER REFERENCIAL), tem o condão de impactar significativamente a prestação do assessoramento jurídico realizado por esta unidade da AGU, o que dificultaria a análise célere de diversos outros casos submetidos à apreciação da Consultoria Jurídica, assim como o desempenho das demais atribuições institucionais.

16. No que tange ao segundo requisito, depreende-se que os pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão representam, via de regra, casos semelhantes, demandando a apreciação documental dos requisitos apresentados nas normas de regência, cuja atribuição de análise é realizada pela SECOE.

17. A área técnica deve atestar formalmente a adequação do caso concreto aos termos desta manifestação. Deve constar na nota técnica a ser elaborada pela SECOE a referência à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo Processo Administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável que seja juntada cópia da MJR no processo administrativo que for analisado pela SECOE sobre o assunto.

18. Ressalta-se, ainda, que a análise realizada é fundada, tão somente, no aspecto jurídico-formal, dado que, consoante dispõe o inciso VI do artigo 11 da Lei Complementar nº 73 de 10 de fevereiro de 1993, a avaliação e o exame dos aspectos de natureza técnica, financeira e orçamentária e de conveniência e oportunidade são de incumbência e responsabilidade do órgão interessado. Nesse sentido, cite-se o Enunciado nº 7 do Manual de Boas Práticas Consultivas da CGU/AGU:

Enunciado nº 7

A manifestação consultiva que adentrar questão jurídica com potencial de significativo reflexo em aspecto técnico deve conter justificativa da necessidade de fazê-lo, evitando-se posicionamentos conclusivos sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, podendo-se, porém, sobre estes emitir opinião ou formular recomendações, desde que enfatizando o caráter discricionário de seu acatamento.

19. É imperioso afirmar que esta MJR aplica-se exclusivamente aos pedidos administrativos de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).

20. No que se refere aos itens 11 e 12 da NOTA TÉCNICA Nº 14462/2023/SEI-MCOM, convém esclarecer que deve ser apresentada consulta a esta Consulta Jurídica, se houver dúvida jurídica sobre o assunto.

21. Por fim, cabe informar que esta MJR será elaborada de acordo com os requisitos elencados pela Portaria Normativa CGU/AGU nº 05, de 31 de março de 2022, com validade de dois anos, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto, o que ocorrer primeiro.

II.2 - RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

II.2.1 - CONSIDERAÇÕES GERAIS

22. O serviço de radiodifusão consiste numa espécie de serviço de telecomunicações que permite a transmissão de sons (rádio) ou a transmissão de sons e imagens (televisão) destinada a ser direta e livremente recebida pelo público. É competência da União explorar diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão os serviços de radiodifusão sonora, e de sons e imagens. As concessões e permissões não têm caráter de exclusividade e se restringem ao uso da radiofrequência, com a potência no horário e em local determinados (vide art. 21, inciso XII, alínea “a”, art. 22, inciso IV, art. 223, da CF; art. 6º, alínea “d”, art. 32 do CBT; e art. 5º, item 22, art. 20 do RSR).

23. A propriedade de empresa de radiodifusão é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos ou de pessoas jurídicas constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sede no País. Além disso, pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante das empresas de radiodifusão deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, que exercerão obrigatoriamente a gestão das atividades e estabelecerão o conteúdo da programação (vide art. 222, § 1º, da CF; e art. 38, alínea “a”, do CBT).

24. Existem limites à quantidade de outorgas de radiodifusão que podem ser atribuídas a uma mesma entidade, a seus sócios ou diretores. A mesma entidade ou as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo não podem ser contempladas com mais de uma outorga do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, ressalvada a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada, caso em que esse limite passa a ser de duas outorgas de frequência modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

A Constituição Federal estabelece que compete ao Poder Executivo outorgar e renovar concessão, permissão e autorização para o serviço de radiodifusão sonora e de sons e imagens, observado o princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal. No caso da radiodifusão sonora, o prazo da concessão ou permissão é de dez anos, podendo ser renovado.

https://leg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

por sucessivas vezes por iguais períodos (vide art. 223, § 5º, da CF; e art. 33, § 3º, do CBT).

26. O direito à renovação decorre do cumprimento, pela concessionária ou permissionária, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e das finalidades educativas, culturais e morais a que se obrigou, estando condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público (vide art. 67, Parágrafo único, do CBT; e art. 110 do RSR).

II.2.2 - ANÁLISE DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO

27. A entidade que presta o serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) e que pretende exercer o direito à renovação da outorga deve apresentar requerimento ao Ministério das Comunicações durante os dozes meses anteriores ao término do respectivo prazo da outorga, sendo necessária a apresentação da documentação necessária (vide art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972; e art. 112 do RSR).

28. É oportuno destacar que a regra anteriormente vigente à edição da Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017, estabelecia que o requerimento de outorga deveria ser apresentado no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término do respectivo prazo (vide redação original do art. 4º da Lei nº 5.785, de 1972).

29. Ocorre que a Medida Provisória nº 747, de 30 de setembro de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 28 de março de 2017, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 25 de maio de 2022, estabeleceram regras excepcionais e temporárias que permitiram o processamento de requerimentos de renovação de outorga que, segundo as regras ordinárias, deveriam ser considerados intempestivos.

30. O art. 2º da MPV nº 747, de 2016, posteriormente convertido no art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, estabeleceu que os pedidos intempestivos protocolizados ou postados até a data de publicação da Medida Provisória, que ocorreu em 3 de outubro de 2016, deveriam ser conhecidos pelo Ministério das Comunicações. Conforme o parágrafo único desse mesmo artigo, essa regra seria aplicável inclusive aos casos em que já havia declaração de preempção, desde que o ato ainda não tivesse sido aprovado pelo Congresso Nacional na data de publicação da Medida Provisória.

31. Essa regra foi mais recentemente alterada pela Medida Provisória nº 1.077, de 2021, convertida na Lei nº 14.351, de 2022, que deu a seguinte redação ao art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017:

Art. 2º Os pedidos intempestivos de renovação da concessão ou permissão de serviços de radiodifusão protocolizados ou encaminhados até a data de publicação da lei resultante da conversão da Medida Provisória nº 1.077, de 7 de dezembro de 2021, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento.

Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.

32. Considerando que a Lei nº 14.351 foi publicada em 26 de maio de 2022, tem-se que o Ministério das Comunicações deve processar os pedidos intempestivos de renovação de outorga que tenham sido protocolizados ou postados até essa data, ainda que já tenha ocorrido declaração de preempção, neste caso desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.

33. Além disso, nos termos do art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, cuja redação atual foi dada pela Lei nº 14.351, de 2022, as concessionárias ou permissionárias de radiodifusão cujas outorgas já estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 e que não tenham solicitado a renovação até essa data poderiam ter apresentado requerimento de renovação em até 90 dias a contar do início da vigência da Lei nº 14.351, de 2022. Como a referida Lei foi publicada em 26 de maio de 2022 e sua vigência teve início a partir da data de sua publicação, o referido prazo se estendeu até 24 de agosto de 2022. Portanto, também devem ser processados pedidos de renovação apresentados após o esgotamento do prazo de outorga, desde que o prazo de outorga tenha se esgotado até 26 de maio de 2022 e o pedido de renovação tenha sido protocolizado ou postado até 24 de agosto de 2022.

34. Em resumo, devem ser adotadas as seguintes regras de tempestividade para o processamento de pedidos de renovação de outorga:

Regra de tempestividade	Base legal
(I) Até 2 de outubro de 2016 devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados no período compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 em sua redação anterior à MPV nº 757, de 2016.
(II) A partir de 3 de outubro de 2016 (início da vigência da atual redação do art. 4º da Lei nº 5.785), devem ser considerados tempestivos os requerimentos de renovação apresentados nos 12 meses anteriores ao término do prazo de outorga.	Art. 4º da Lei nº 5.785 com redação da MPV nº 757, de 2016, convertida na Lei nº 13.424, de 2017.
) Requerimentos de renovação intempestivos protocolizados ou encaminhados ao Ministério das Comunicações até 26 de maio de 2022, serão conhecidos pelo órgão competente do Poder Executivo, que dará prosseguimento aos processos e os instruirá com os documentos necessários, na forma do regulamento. Parágrafo único. Será dado prosseguimento também aos processos de renovação de outorga de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até a data de publicação da lei referida no caput deste artigo.	



maio de 2022 devem ser conhecidos como se tempestivos fossem. Essa regra se aplica inclusive aos casos de concessionárias ou permissionárias que tiveram suas outorgas declaradas peremptas, desde que o ato não tenha sido aprovado pelo Congresso Nacional até 26 de maio de 2022.	Art. 2º da MPV nº 747, de 2016, e art. 2º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação da Lei nº 14.351, de 2022.
(IV) Requerimentos de renovação apresentados por concessionárias cujas outorgas estivessem vencidas em 26 de maio de 2022 devem ser considerados tempestivos desde que tenham sido apresentados até 24.ago.2022 (90 dias após o início de vigência da Lei nº 14.351, de 2022).	Art. 3º da Lei nº 13.424, de 2017, com redação dada pela Lei nº 14.351, de 2022.

35. A apreciação do requerimento de renovação também deve ser precedida da análise do representante da pessoa jurídica que subscreve o pedido.

36. É importante mencionar que o pedido de renovação deve ser firmado por quem tenha poder para representar a pessoa jurídica interessada. A respeito da representação de sociedades empresárias, aplicam-se as orientações contidas no DESPACHO n. 01295/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53115.013316/2023-35) e no DESPACHO n. 01779/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 53000.010337/2010-71). Ao receber pedido de renovação de outorga, o Ministério das Comunicações deve verificar se está assinado por pessoa que detenha poder de administração da pessoa jurídica interessada ou por procurador cujo instrumento de mandato tenha sido outorgado por um dos administradores da pessoa jurídica representada, tomando por base a certidão simplificada emitida pela junta comercial competente ou documento equivalente.

37. O pedido de renovação deve observar o formulário de requerimento disponibilizado pelo Ministério das Comunicações e ser instruído com a seguinte documentação: i) certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; ii) certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; iii) prova de inscrição no CNPJ; iv) prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; v) prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; vi) prova de regularidade relativa à seguridade social e ao FGTS; vii) prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho; e viii) declaração de que: a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período; nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação; nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial; a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta; a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição; a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas “b” a “q” do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 113 do RSR).

38. É oportuno destacar que a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação (vide art. 113, § 3º, do RSR).

39. Neste ponto, é importante destacar que embora o inciso IV do art. 113 do RSR, exija a apresentação de certidão negativa de recuperação judicial, o § 3º do mesmo artigo estabelece que “a existência de processo de recuperação judicial da pessoa jurídica não impede a aprovação do pedido de renovação”. Portanto, se a recuperação judicial não impede a renovação, é evidente que não se pode exigir do interessado que apresente certidão negativa a respeito desse fato. Há assim uma antinomia entre as duas normas que deve ser resolvida em favor do § 3º do art. 113, que é norma mais recente, uma vez que foi acrescentado pelo Decreto nº 10.775, de 2021. Então para compatibilizar ambas as normas, deve-se exigir a apresentação de certidão que informe se a empresa está em recuperação judicial ou não, que terá finalidade apenas informativa. Em outros termos, a ausência de certidão negativa de recuperação judicial não inviabiliza o prosseguimento do processo e o deferimento da renovação de outorga.

40. A renovação do prazo de concessão ou permissão da outorga para executar o serviço de radiodifusão fica também condicionada à comprovação do pagamento do valor integral do preço público da outorga, inclusive em caso de parcelamento (vide art. 31-A, § 7º, e art. 112, § 3º, do RSR).

41. A licença de funcionamento da estação é uma das condições para a celebração do contrato de concessão ou permissão para a exploração de serviços de radiodifusão. Portanto, no processo de renovação da outorga o poder concedente também deve verificar se há licença de funcionamento de estação válida (vide art. 31-A, I, do RSR).

42. Deve ser observado o quantitativo de outorgas, pois a pessoa jurídica que presta o serviço de radiodifusão e as pessoas que integram o seu quadro societário e diretivo devem observar os seguintes limites: i) estações radiodifusoras de som: a) locais: quatro de ondas médias e seis de frequência modulada; b) Regionais: três de ondas médias e três de ondas tropicais, sendo no máximo duas por estado; c) nacionais: duas de ondas médias e duas de ondas curtas. Excepcionalmente, a pessoa jurídica pode ter duas outorgas do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na mesma localidade, quando for a hipótese de adaptação do serviço de radiodifusão sonora em ondas médias para o serviço em frequências modulada (vide art. 14, § 3º, do RSR; e art. 2º, redigido eletronicamente, após conferência com original).



Decreto nº 8.139, de 2013; e art. 12 do Decreto-lei nº 236, de 1967).

43. Além disso, é necessário observar as seguintes regras: i) a pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País (vide art. 222, caput, da CF); ii) pelo menos 70% do capital total e do capital votante da sociedade empresária detentora da outorga deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos (vide art. 222, § 1º, CF, art. 38, alínea "a", do CBT); e iii) a gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.

44. Portanto, tem-se que a análise do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão deve observar as regras acima citadas.

45. Eventuais requerimentos anteriores de renovação relativos a períodos que já tenham se esgotado não impedem a apreciação de novo pedido de renovação relativo ao período subsequente. Ao contrário, nesse tipo de situação deve-se considerar que o pedido de renovação referente a período já esgotado perdeu seu objeto, limitando a análise ao pedido de renovação referente ao período subsequente [III](#).

46. Além disso, a existência de tramitação de processo de apuração de infração não impede, por si só, a renovação da outorga para prestação do serviço de radiodifusão. No entanto, se houver a possibilidade de aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica.

II.2.3 - DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA O DEFERIMENTO DO PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

47. O deferimento do pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) requer o cumprimento dos seguintes requisitos:

Requisito	Base normativa
i) A pessoa jurídica detentora da outorga deve ser constituída segundo as leis brasileiras e ter sede no País.	Art. 222, caput, da CF.
ii) Pelo menos setenta por cento do capital total e do capital votante deve pertencer, direta ou indiretamente, a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CF, e art. 38, "a" do CBT.
iii) A gestão das atividades da sociedade empresária detentora da outorga e a atribuição para estabelecer o conteúdo da programação devem ser de responsabilidade de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos.	Art. 222, § 1º, da CRFB, e art. 38, "a" do CBT.
iv) Observância aos limites quantitativos de outorgas de radiodifusão.	Art. 14, § 3º, do RSR, art. 3º, § 2º, do Decreto nº 8.139, de 2013, e art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967.
v) Cumprimento do contrato de permissão e das finalidades educacionais, culturais e morais a que a outorgada se obrigou.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vi) Manutenção da possibilidade técnica e do interesse público.	Art. 67, Parágrafo único, do CBT, e art. 110 do RSR.
vii) Apresentação de requerimento de renovação tempestivo assinado pelo representante legal da outorgada ou por procurador, conforme formulário disponibilizado pelo Ministério das Comunicações.	Art. 4º da Lei nº 5785, de 1972, e arts. 112 e 113 do RSR.
viii) Apresentação de certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso II, do RSR.
ix) Apresentação de certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
x) Apresentação de certidão de recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.	Art. 113, inciso IV, do RSR.
xi) Prova de inscrição no CNPJ.	Art. 113, inciso V, do RSR.
xii) Prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei.	Art. 113, inciso VI, do RSR.
xiii) Prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel.	Art. 113, inciso VII, do RSR.
xiv) Prova de regularidade relativa à segurança social, na forma da lei.	Art. 113, inciso VIII, do RSR.



FGTS.	
xv) Prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.	Art. 113, IX, do RSR.
xvi) Apresentação de declaração assinada pelo representante legal da entidade interessada que contenha as informações exigidas no inciso XI do art. 113 do RSR.	Art. 113, XI, do RSR.
xvii) Pagamento do valor integral do preço público de outorga, inclusive em caso de parcelamento.	Art. 31-A, § 7º, e Art. 112, § 3º, do RSR.
xviii) Licença de funcionamento da estação válida.	Art. 31-A, I, do RSR.

48. No que se refere ao requisito da comprovação da condição de brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos (vide item 9 da listagem acima), tem-se que pode ser verificado por meio da apresentação dos seguintes documentos: i) certidão de nascimento ou casamento; ii) certidão de reservista; iii) cédula de identidade; iv) certificado de naturalização expedido há mais de dez anos; v) carteira profissional; vi) carteira de trabalho e previdência social (CTPS); ou vii) passaporte (vide art. 15, § 3º, do RSR).

49. É importante registrar que a análise documental, quando outra pessoa jurídica integrar o quadro societário da entidade que presta o serviço de radiodifusão, deve observar os seguintes requisitos: i) no mínimo, setenta por cento do capital social total e votante da pessoa jurídica interessada pertence a brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos; ii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia participa do quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão é pretendida, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em excesso aos limites estabelecidos no art. 12 do Decreto-Lei nº 236, de 1967; e iii) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica sócia foram condenados em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado pela prática dos ilícitos referidos no art. 1º, caput, inciso i, alíneas “b”, “c”, “d”, “e”, “f”, “g”, “h”, “i”, “j”, “k”, “l”, “m”, “n”, “o”, “p” e “q” da Lei Complementar nº 64, de 1990 (vide art. 15, § 15º, do RSR).

50. Acrescente-se, por necessário, que as certidões de regularidade acima exigidas serão consideradas válidas se protocolizadas no prazo de até sessenta dias, contado da data da expedição, ressalvadas aquelas com prazo de validade estabelecido em lei (vide art. 186 do RSR).

51. Além da apresentação da autodeclaração da entidade de que não está impedida de transacionar com a administração pública federal, é recomendável que a SECOE realize consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), disponível no sítio eletrônico da Controladoria-Geral da União (CGU) - (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603245-ceis>) com o objetivo de verificar a existência de restrição da pessoa jurídica ou pessoa física (integrantes do quadro societário e administradores) para celebrar contratos com a Administração Pública.

52. Deste modo e observados os requisitos acima, tem-se que o pedido de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial) deve ser analisado e, se for o caso, deferido pelo Ministério das Comunicações.

II.2.4 - MINUTA DE PORTARIA MINISTERIAL PARA A RENOVAÇÃO DA OUTORGA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA EMPRESARIAL (COMERCIAL)

53. O ato de renovação de outorga só produz efeitos após a deliberação do Congresso Nacional. Em caso de deferimento do pleito, o Ministro das Comunicações deve expedir uma portaria de renovação de outorga, a ser encaminhada à Presidência da República para o envio de mensagem para que Congresso Nacional delibere sobre a renovação. Após a aprovação do Congresso Nacional o Ministério das Comunicações deve providenciar a celebração de termo aditivo ao contrato de concessão ou permissão (vide art. 223, §§ 1º a 3º da CF; art. 113, § 1º, e art. 115 do RSR).

54. Apesar de não existir norma expressa sobre os requisitos a serem observados na edição da portaria de renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, é recomendável que o referido ato contenha as seguintes informações: i) a denominação da pessoa jurídica que obterá a renovação da outorga; ii) número do Cadastro de Pessoa Jurídica (CNPJ); iii) número de inscrição no FISTEL; iv) a identificação do Estado e do Município em que o serviço de radiodifusão é executado; v) o prazo de duração da renovação da outorga; vi) e o termo inicial da contagem do prazo da outorga. É necessária a publicação da portaria de autorização no Diário Oficial da União para que o ato tenha eficácia.

55. Sugere-se o seguinte modelo de minuta de portaria ministerial que trata da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial):

MINUTA DE PORTARIA

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso das suas atribuições, observado o disposto no art. 87, Parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, e no Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, bem como o que consta do Processo nº **xxxxx.xxxxxx/xxxx-xx**, resolve:

Art. 1º Fica renovada a outorga anteriormente conferida à entidade **[denominação do outorgado]**, Pessoa Jurídica inscrita no CNPJ sob o nº **[xx.xxx.xxx/xxxx-xx]**, número de inscrição no FISTEL nº **[xxxxxxxxxx-xx]**, a partir de **[xxxxxx]**, para executar, pelo prazo de dez anos, o serviço de radiodifusão sonora **[em frequência modulada/ondas**



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

médias], no município de [identificação do município], estado de [identificação do Estado].

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

[NOME DO MINISTRO]

Ministro de Estado das Comunicações

56. Face ao exposto e considerando as orientações deduzidas nesta MJR, tem-se que a SECOE deverá observar as orientações acima apresentadas, bem como o conjunto normativo aplicável à espécie (CF, CBT, RSR e Portaria de Consolidação nº 1, de 2023) na apreciação dos processos administrativos relacionados à renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão, em que a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não constatou a existência de óbice para o deferimento da renovação da outorga

57. Por fim, é imperioso consignar que esta Consultoria Jurídica poderá se pronunciar, de ofício ou por provocação, visando à retificação, complementação, aperfeiçoamento ou ampliação de posicionamento lançado na presente MJR, ou destinado a adaptá-la a inovação normativa, mutação jurisprudencial ou entendimento de órgão de direção superior da AGU.

III – CONCLUSÃO

58. Sendo assim e considerando os argumentos acima articulados, recomenda-se, no aspecto jurídico-formal, que sejam observadas as seguintes orientações pela Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE): i) deve ser adotada esta Manifestação Jurídica Referencial (MJR) como parâmetro na apreciação dos processos administrativos que tratam da renovação de outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial), cuja a análise técnico-administrativa, realizada pela SECOE, não tenha identificado a existência de óbice para o deferimento; ii) desde que atendidos os requisitos previstos nesta MJR, deve ser deferido o pedido de renovação de outorga; iii) a SECOE deverá atestar, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da presente MJR, fazendo referência na manifestação técnica à MJR, sendo a mesma identificada pelo seu número e pelo processo administrativo em epígrafe. Além disso, é recomendável a juntada de cópia desta MJR aos autos de cada processo administrativo analisado, antes do encaminhamento ao Gabinete do Ministro, sendo dispensado o prévio envio a esta Consultoria Jurídica, conforme os termos da Orientação Normativa nº 55, da Advocacia-Geral da União (AGU), salvo na hipótese de existir dúvida jurídica; iv) caso haja questionamento jurídico sobre a adequação da situação fática ou caso sejam constatadas peculiaridades não albergadas na MJR, os autos do processo administrativo devem ser encaminhados a esta Consultoria Jurídica, para análise e emissão de manifestação jurídica; v) se houver a tramitação de processo de apuração de infração que possa resultar na aplicação de sanção de cassação de outorga, não se deve aplicar esta MJR e o processo administrativo deve ser encaminhado a esta Consultoria Jurídica; vi) é atribuição do Ministro de Estado desta Pasta, como representante do Poder Concedente e autoridade máxima do Ministério de Estado das Comunicações, editar a portaria que renove a outorga para prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial); vii) o conteúdo da minuta de portaria ministerial a ser editada na renovação de outorga deve seguir o modelo acima apresentado (vide item 55 deste PARECER REERENCIAL); viii) após a edição da portaria ministerial de renovação de outorga, os autos do Processo Administrativo devem ser encaminhados à Presidência da República, por meio de exposição de motivos a ser subscrita pelo Ministro de Estado das Comunicações, para que seja apreciado e posteriormente encaminhado ao Congresso Nacional para deliberação.

59. Nos termos do art. 6º da Portaria Normativa CGU/AGU nº 05/2022, a MJR possui validade por dois anos, a partir da data de sua aprovação, ou até que sobrevenha alteração legislativa significativa sobre o assunto.

60. A Coordenação de Administrativo desta Consultoria Jurídica deve observar as seguintes orientações: i) cientificar, por meio do SUPERSAPIENS, o Departamento de Gestão Administrativa da Consultoria-Geral da União sobre a emissão do referido PARECER REFERENCIAL N. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU; ii) registrar a MJR na planilha de controle de manifestações jurídicas referenciais desta Consultoria Jurídica;

61. Encaminhem-se os autos do Processo Administrativo à Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE) para ciência e demais providências cabíveis.

À consideração superior.

Brasília, 05 de outubro de 2023.

assinado eletronicamente
JOÃO PAULO SANTOS BORBA
ADVOGADO DA UNIÃO
COORDENADOR-GERAL JURÍDICO DE RADIODIFUSÃO



Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o acionamento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc. Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

Notas

1. [^] - Vale lembrar que esta Consultoria Jurídica, por meio do PARECER n. 00124/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP n° 01250.002830/2019-19), manifestou-se no sentido de que o conhecimento do último pedido de renovação de outorga também engloba os períodos anteriores.



Documento assinado eletronicamente por JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1301131654 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JOÃO PAULO SANTOS BORBA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:27. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
GABINETE - GAB

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 915 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61) 2027-6119/6915

DESPACHO n. 02149/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU

NUP: 00738.000159/2023-12

INTERESSADOS: SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL ELETRÔNICA

ASSUNTOS: Radiodifusão. MJR. Rádio comercial. Renovação de outorga.

1. Aprovo o PARECER REFERENCIAL n. 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, que trata dos requisitos para o deferimento de requerimentos de renovação de outorga para a prestação do serviço de radiodifusão sonora empresarial (comercial).
2. Pelas razões indicadas no próprio Parecer, entendo estarem presentes as condições que autorizam a elaboração de manifestação jurídica referencial.
3. Encaminhem conforme proposto.

Brasília, 19 de outubro de 2023.

Assinado eletronicamente
FELIPE NOGUEIRA FERNANDES
ADVOGADO DA UNIÃO
Consultor Jurídico

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 00738000159202312 e da chave de acesso db471ffc



Documento assinado eletronicamente por FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1314323157 e chave de acesso db471ffc no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): FELIPE NOGUEIRA FERNANDES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 19-10-2023 16:46. Número de Série: 51385880098497591760186147324. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Comunicação Social Eletrônica
Departamento de Radiodifusão Privada
Coordenação-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada
Coordenação de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada

NOTA TÉCNICA Nº 4704/2024/SEI-MCOM

PROCESSO: 53115.031340/2021-94

INTERESSADA: SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA

ASSUNTO: SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO SONORA. OUTORGA COMERCIAL. RENOVAÇÃO. VIABILIDADE. DISPENSA DE ANÁLISE INDIVIDUALIZADA PELA CONJUR. EXISTÊNCIA DE PARECER REFERENCIAL. ENVIO DOS AUTOS AO GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES PARA DELIBERAÇÃO.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo administrativo instaurado para apreciar o pedido formulado pela **SIR - Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda**, inscrita no **CNPJ nº 04.952.098/0001-38**, objetivando a renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Nuporanga/SP, vinculado ao **FISTEL nº 50407286705**, referente ao período de 10 de novembro de 2021 a 10 de novembro de 2031.

ANÁLISE

2. É cediço que o prazo das outorgas dos serviços de radiodifusão sonora pode ser renovado pelo Poder Público, por períodos sucessivos de 10 (dez) anos, mediante publicação de portaria do Ministro de Estado das Comunicações, a ser enviada posteriormente ao Congresso Nacional, por meio de mensagem da Presidência da República, para fins de deliberação sobre o assunto, tudo nos termos do art. 223, § 5º, da Constituição Federal, do art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117/1962 e do art. 113, § 1º, do Decreto nº 52.795/1963.

3. Trata-se, pois, de direito cujo exercício está condicionado à demonstração do preenchimento dos requisitos consubstanciados na Lei nº 4.117/1962, na Lei nº 5.785/1972, no Decreto-Lei nº 236/1967 e no Decreto nº 52.795/1963. De acordo com o art. 112 e art. 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, o exame dos pedidos de renovação de outorga levará em consideração, entre outros elementos, a tempestividade dos pleitos e a colação aos autos dos documentos comprobatórios da regularidade fiscal e trabalhista da pessoa jurídica interessada na renovação. Veja-se:

Art. 112. As pessoas jurídicas que desejarem a renovação do prazo de concessão ou permissão encaminharão formulário de requerimento ao Ministério das Comunicações, nos doze meses anteriores ao término do prazo da outorga, nos termos do disposto no art. 4º da Lei nº 5.785, de 23 de junho de 1972, acompanhado da documentação prevista. (Redação dada pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

[...]

Art. 113. O formulário de requerimento de renovação de que trata o art. 112 será disponibilizado pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e deverá ser instruído com a seguinte documentação, sem prejuízo de outros documentos supervenientes que passarem a ser exigidos pela legislação pertinente, para fins de habilitação: (Redação dada pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

I - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

II - certidão simplificada ou documento equivalente, emitida pelo órgão de registro competente em que estiverem arquivados os atos constitutivos da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

III - (Revogado pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

IV - certidão negativa de falência ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

V - prova de inscrição no CNPJ; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VI - prova de regularidade perante as Fazendas federal, estadual, municipal ou distrital da sede da pessoa jurídica, na forma da lei; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VII - prova de regularidade do recolhimento dos recursos do Fistel; (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

VIII - prova de regularidade relativa à seguridade social e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

IX - prova da inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, por meio da apresentação de certidão negativa, nos termos do disposto no Título VII-A do Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho; e (Incluído pelo Decreto nº 9.138, de 2017)

X - (Revogado pelo Decreto nº 10.405, de 2020)

XI - declaração de que: (Incluído pelo Decreto nº 10.775, de 2021)

a) a pessoa jurídica possui os recursos financeiros para executar o serviço de radiodifusão por novo período;

b) nenhum dos sócios ou dirigentes participa de quadro societário ou diretivo de outras pessoas jurídicas executantes do mesmo tipo de serviço de radiodifusão na localidade em que a concessão ou a permissão será renovada, nem de outras pessoas jurídicas executantes de serviço de radiodifusão em Municípios diversos, em número superior ao estabelecido como limite pela legislação;

c) nenhum dos dirigentes está em exercício de mandato eletivo que lhes assegure imunidade parlamentar ou de cargos ou funções dos quais decorra foro especial;

d) a pessoa jurídica não está impedida de transacionar com a administração pública federal, direta ou indireta;

e) a pessoa jurídica atende ao disposto no inciso XXXIII do caput do art. 7º da Constituição;

f) a pessoa jurídica não executa serviços de radiodifusão sem outorga; e

g) nenhum dos sócios ou dirigentes da pessoa jurídica tenha sido condenado, em decisão transitada em julgado ou proferida por órgão judicial colegiado, pela prática dos ilícitos, de que tratam as alíneas "b" a "q" do inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 1990.

4. Além disso, os limites de outorga serão analisados pelo Poder Público por ocasião da renovação, como forma de evitar eventual constituição de monopólio ou oligopólio no âmbito do serviço de radiodifusão, em despeito aos parâmetros fixados, em especial, no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967.

5. No caso em apreço, conferiu-se ao **SIR - Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda** a outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, conforme Portaria nº 1.002, de 23 de dezembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de janeiro de 2009 e Decreto Legislativo nº 541, de 2010, publicado no Diário Oficial da União do dia 22 de julho de 2010 (SEI 11420439 - Págs. 8-7). O extrato do contrato de permissão celebrado entre a União e a pessoa jurídica foi publicado no Diário Oficial da União do dia 10 de novembro de 2011 (SEI 11420439 - Págs. 1-6).

6. Pela análise dos autos, observa-se que, em **28 de outubro de 2021**, a pessoa jurídica ora interessada apresentou perante o Ministério das Comunicações manifestação de interesse na continuidade da execução do serviço, em relação ao período de **2011-2031** (SEI 8324924 - Págs. 1-2). Portanto, o pedido de renovação da outorga é tempestivo, uma vez que a sua protocolização ocorrerá no prazo legal vigente, previsto no art. 4º da Lei nº 5.785/1972, qual seja, de 10 de novembro de 2020 a 10 de novembro de 2021.

7. Mister consignar que o requerimento inicial de renovação foi assinado eletronicamente; porém a validação da assinatura não foi possível (SEI 11421410). Não obstante, o ato foi ratificado pelo então representante legal da entidade (SEI 10870474 - Págs. 8-9). Em caso semelhante, a Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações já se manifestou sobre o assunto, por meio do Parecer nº 00060/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, a saber:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

"21. No caso, cabe observar o preceito contido no art. 662 do Código Civil, o qual confere efeito ex tunc (retroativo) ao ato de ratificação, in verbis:

'Art. 662. Os atos praticados por quem não tenha mandato, ou o tenha sem poderes suficientes, são ineficazes em relação àquele em cujo nome foram praticados, **salvo se este os ratificar**.

Parágrafo único. **A ratificação há de ser expressa, ou resultar de ato inequívoco, e retroagirá à data do ato.**'

22. Ora, como se pode verificar na parte final do art. 662 e no seu parágrafo único, a Lei Civil privilegia o princípio da conservação do negócio jurídico ou do contrato ao expressar que o ato praticado por quem não tem mandato pode ser confirmado pelo mandante, principalmente nos casos em que a atuação daquele que agiu como mandatário lhe é benéfica.

23. Com efeito, considerando a ratificação expressa manifestada pelo mandante, deve-se dar a tal ato o efeito retroativo aludido no parágrafo único do art. 662 do Código Civil.

24. Está sanada, assim, a suposta irregularidade na representação.

25. Não há óbice à aplicação do presente entendimento a casos que se enquadrem nos parâmetros aqui estabelecidos.

Pelo contrário, é recomendável que seja dado tratamento uniforme a situações similares, de modo a proporcionar isonomia e segurança jurídica na atuação do Poder Público.

(...)" (Grifamos)

8. A documentação apresentada pela pessoa jurídica ora interessada e pelos sócios e/ou diretores está em conformidade com a legislação que rege o serviço de radiodifusão, conforme lista de verificação de documentos colacionada aos autos (SEI 11419420). Os documentos foram conhecidos, para fins de instrução processual, levando-se em consideração a sua validade por ocasião da sua protocolização. Este posicionamento se coaduna com a racionalização dos atos e procedimentos administrativos prevista na Lei nº 13.726/2018 (especialmente o art. 3º, caput, e §§ 1º, 2º e 3º). Ele também evita reiteradas solicitações de documentos, muitas vezes obtidos de forma onerosa às entidades, e que perdem sua validade no curso do procedimento, em decorrência de atraso ou mora na tramitação processual. Veja:

Art. 3º Na relação dos órgãos e entidades dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios com o cidadão, é dispensada a exigência de:

(...)

§ 1º É vedada a exigência de prova relativa a fato que já houver sido comprovado pela apresentação de outro documento válido.

§ 2º Quando, por motivo não imputável ao solicitante, não for possível obter diretamente do órgão ou entidade responsável documento comprobatório de regularidade, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis.

§ 3º Os órgãos e entidades integrantes de Poder da União, de Estado, do Distrito Federal ou de Município não poderão exigir do cidadão a apresentação de certidão ou documento expedido por outro órgão ou entidade do mesmo Poder, ressalvadas as seguintes hipóteses:

I - certidão de antecedentes criminais;

II - informações sobre pessoa jurídica;

III - outras expressamente previstas em lei.

9. Ressalta-se, ainda, que o conhecimento da mencionada documentação, notadamente as certidões exigidas pelo Ministério das Comunicações, justifica-se pelo fato de que a sua protocolização ocorrera no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado da data da expedição, nos termos do art. 186 do Decreto nº 52.795/1963.

10. Assim sendo, a pessoa jurídica ora interessada juntou requerimento de renovação de outorga, acompanhado das declarações previstas no art. 113, inciso XI, do supramencionado Decreto nº 52.795/1963, alterado pelos Decretos nº 9.138/2017, nº 10.405/2020 e nº 10.775/2021. Acostou-se, também, certidão simplificada, emitida pelo órgão de registro competente em que estão arquivados os seus atos constitutivos, demonstrando que os quadros societário e diretivo coadunam com os últimos que foram homologados por este Ministério das Comunicações (SEI 11419420).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

Nota Técnica 4704 (11420450)

SEI 53115.031340/2021-94 / pg. 3

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

11. A pessoa jurídica ora interessada e seus sócios/dirigentes estão em conformidade com os parâmetros fixados no art. 12 do Decreto-Lei nº 236/1967, conforme pesquisa realizada no Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, em 12 de março de 2024 (SEI 11419353).

12. Vê-se que, segundo o referido Sistema de Acompanhamento de Controle Societário – SIACCO, a pessoa jurídica explora o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, em cinco localidades, quais sejam: **Nuporanga/SP**, Ipuã/SP, Ribeirão Corrente/SP, São Joaquim da Barra/SP e São José da Bela Vista/SP, e não figura como sócia no quadro de outra pessoa jurídica executante de serviço de radiodifusão. Por sua vez, o sócio administrador Claudio Galdiano Cury compõe o quadro de outra pessoa jurídica que explora o serviço de radiodifusão frequência modulada, na localidade de Franca/SP. Já os sócios administradores Neuza Galdiano Cury e Clovis Galdiano Cury não participam do quadro de outra pessoa jurídica executante do serviço de radiodifusão.

13. Além disso, não foi vislumbrada, após pesquisa ao Sistema Mosaico, a aplicação de penalidade de cassação em desfavor da entidade no curso da prestação do serviço de radiodifusão (SEI 11421387). Sobre o assunto, a Coordenação-Geral de Fiscalização, Monitoramento e Apuração de Infrações – CGFM informou que não há Processo de Apuração de Infração em desfavor da pessoa jurídica interessada que tenha culminado ou possa resultar na aplicação da sanção de cassação de outorga ou, ainda, que trate de eventual descumprimento do contrato de concessão/permissão pela detentora da outorga (SEI 10933848).

14. A pessoa jurídica ora interessada apresentou certidão emitida pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, atestando a inexistência de registro de distribuição de ações falimentares em seu desfavor. Juntou-se, ademais, certidão dos órgãos fazendários Federal, Estadual e Municipal, demonstrando o adimplemento de suas obrigações tributárias. Carreou-se, também, certidão da Caixa Econômica Federal e da Agência Nacional de Telecomunicações, comprovando a ausência de irregularidades perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e o Fundo de Fiscalização das Telecomunicações. Colacionou-se, de igual modo, certidão emitida pela Justiça do Trabalho, atestando a inexistência de débito inscrito no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas em seu desfavor (SEI 11419420).

15. Ademais, acostou-se aos autos certidão da Receita Federal, de modo a comprovar a regularidade da pessoa jurídica junto ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ. Pela análise do CNPJ, tem-se que a executante do serviço de radiodifusão possui sede em território nacional (SEI 11419357 - Pág. 1).

16. Logo, não se vislumbram quaisquer elementos que desabonem a supramencionada pessoa jurídica, à luz da legislação de regência, de modo a impossibilitar a continuidade da execução do serviço de radiodifusão. A documentação acostada aos autos, especialmente a declaração apresentada de que *"a pessoa jurídica atende as finalidades educativas e culturais atinentes ao serviço, bem como cumpre com os preceitos e obrigações firmadas em contrato com o Poder Concedente, elencados no art. 28, do Decreto nº 52.795/63"*, e a manifestação proveniente da CGFM quanto à inexistência de processo administrativo que trate de eventual descumprimento contratual pela concessionária/permissionária – associadas à exigência legal de que a execução do serviço em caráter precário mantém *as mesmas condições dele decorrentes* –, demonstram o interesse público na renovação da outorga, na forma do art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117/1962 c/c art. 110 do Decreto nº 52.795/1963.

17. Salienta-se, ainda, que, a partir da vigência do Decreto nº 10.405/2020, que alterou o Decreto nº 52.795/1963, deixou de ser necessária a apresentação de laudo de vistoria, para fins de renovação dos prazos das concessões ou das permissões do serviço de radiodifusão. Por outro lado, a conclusão do processo de renovação de outorga está condicionada à regularidade quanto ao licenciamento da estação, na forma do art. 16 da Portaria de Consolidação GM/MCOM nº 1, de 1º de junho de 2023, a



Art. 16. As entidades outorgadas deverão solicitar a licença de funcionamento da estação nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020, por meio de sistema eletrônico disponibilizado pela Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, caput)

§ 1º Na solicitação de que trata o caput deverão ser informadas as características técnicas constantes do projeto técnico de instalação da estação, o qual deverá ser elaborado por profissional habilitado e permanecer de posse da entidade outorgada. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 1º)

§ 2º Constarão da licença de funcionamento da estação, no mínimo, as seguintes informações: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º)

I - a identificação da entidade, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I)

a) a razão social; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, a)

b) o nº de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, b)

c) o nome fantasia; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, c)

d) o indicativo de chamada (para os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, I, d)

II - os dados da outorga, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II)

a) o estado e o município de execução do serviço; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, a)

b) a frequência, a classe e o canal de operação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, II, b)

III - os dados da estação, com: (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III)

a) a sua categoria (principal, auxiliar ou reserva); (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, a)

b) o endereço e as coordenadas geográficas do local de instalação; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, b)

c) o código de homologação e a potência de operação de transmissores principal e auxiliares; e (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, c)

d) o fabricante, o modelo, a altura do centro geométrico e o tipo (omnidirecional ou diretivo) do sistema radiante; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, III, d)

IV - a data de emissão da licença; (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, IV)

V - a data de vencimento da licença para os serviços de radiodifusão. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 2º, V)

§ 3º A execução dos serviços de radiodifusão não poderá ser iniciada sem a licença de funcionamento da estação, a qual será disponibilizada após a comprovação do pagamento da Taxa de Fiscalização de Instalação (TFI). (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 3º)

§ 4º A entidade outorgada deverá possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado por profissional habilitado, que ateste que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença de funcionamento da estação. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 4º)

§ 5º A execução dos serviços de radiodifusão deverá ser iniciada nos prazos estabelecidos pelo Decreto nº 10.405, de 2020. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 5º)

§ 6º Na solicitação de que trata o caput, a entidade outorgada deverá declarar o atendimento ao disposto nos §§ 4º e 5º desse artigo. (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 6º)

§ 7º A licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 7º)

§ 8º As entidades interessadas na renovação de outorga deverão solicitar a emissão de nova licença de funcionamento da estação no prazo de até noventa dias após o seu vencimento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 8º)

§ 9º A emissão de nova licença para funcionamento da estação, decorrente do vencimento da outorga, é requisito obrigatório para a conclusão do processo de renovação de outorga, podendo este ser sobrestado quando verificada a ausência do licenciamento. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 9º)

§ 10. A regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação. (Incluído pela PRT GM/MCOM 2.524/2021) (Origem: PRT GM/SEI-MCOM 1.459/2020, art. 3º, § 10)



18. Isto significa que, na solicitação da licença para funcionamento da estação, a pessoa jurídica deverá informar as características técnicas constantes no projeto técnico de instalação da estação, a ser elaborado por profissional habilitado, e permanecer em sua posse. Além disso, é sua obrigação possuir e disponibilizar, sempre que solicitado, laudo de vistoria técnica, elaborado também por profissional habilitado, atestando que as características técnicas da estação se encontram em conformidade com a licença para funcionamento da estação.

19. Sabe-se que a licença para funcionamento da estação para os serviços de radiodifusão expira automaticamente com o vencimento do prazo da outorga, sendo necessária a obtenção de novo licenciamento (art. 36, § 3º, da Lei nº 4.117/1962). E, como consequência do vencimento da licença, a pessoa jurídica tem o prazo de até 90 dias para solicitar a emissão de nova licença para funcionamento da estação, em havendo interesse na renovação da outorga. Ademais, *a regularidade técnica, para fins de renovação de outorga, conforme art. 67, parágrafo único, da Lei nº 4.117, de 1962, será comprovada por meio de emissão da nova licença para funcionamento da estação.*

20. Nesse contexto, verificou-se, após consulta ao Sistema Mosaico, que a pessoa jurídica ora interessada obteve o licenciamento. De acordo com o referido documento, a licença para funcionamento da estação foi emitida em 30 de março de 2022, com validade até 8 de janeiro de 2029 (SEI 10933475 - Pág. 1; e SEI 11419410). Sobre o prazo de vigência da licença de funcionamento das estações, a unidade consultiva, por intermédio do Despacho nº 00011/2024/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (Processo Administrativo nº 01250.071072/2018-90), exarou o seguinte posicionamento, a saber:

(...) 16. Em relação ao prazo de vigência da licença de funcionamento da estação por ocasião da renovação de outorga, no DESPACHO n. 02373/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP: 01250.010513/2020-00) já me manifestei no seguinte sentido:

(...)

Conforme o PARECER REFERENCIAL n.00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU (NUP:00738.000159/2023-12), uma das condições para a renovação de outorgas de radiodifusão é que a estação esteja devidamente licenciada. Certamente isso não justifica concluir que o prazo da licença de funcionamento da estação no momento da renovação da outorga deve obrigatoriamente abranger todo o período de prorrogação. Antes de expirar a licença, o radiodifusor deve providenciar a sua renovação e se não o fizer deverão ser aplicadas as sanções cabíveis. **O poder público não pode exigir que o interessado na prorrogação da outorga providencie uma nova licença de funcionamento da estação se já possui uma licença válida.** Portanto, não tem cabimento a exigência que consta da COTA n. 00179/2023/CONJURMCOM/CGU/AGU (seq. 50).

(...)

17. Portanto, **fica esclarecido que para que a renovação de outorga possa ser deferida, além do cumprimento das demais exigências legais e regulamentares, é necessário que haja licença de funcionamento da estação válida. Mas não que o prazo de validade da licença abranja todo o período de renovação.**

18. **É certo que a outorgada é obrigada a manter as condições de habilitação durante todo o curso da outorga, Mas obviamente isso não quer dizer que a licença deva obrigatoriamente ter prazo de vigência igual ou superior ao período da concessão ou permissão. Não há qualquer norma jurídica que exija isso.** A outorgada deverá providenciar a renovação da licença antes que expire, de modo a manter as condições de habilitação. Se não o fizer, estará sujeita à aplicação das sanções administrativas cabíveis. **(grifamos)**

21. Oportuno registrar que a certidão emitida pela Agência Nacional Telecomunicações relativa ao Fundo de Fiscalização das Telecomunicações – Fistel se encontra com *status* de "negativa", segundo consulta realizada na data de 12 de março de 2024 (SEI 11419367). Logo, não há débitos vencidos decorrentes do preço público de outorga dos serviços de radiodifusão, pois, se houvesse, aquela certidão ostentaria a condição de "positiva". Ademais, a consulta ao extrato de lançamento fornecido pelo Sistema Integrado de Gestão de Créditos da Agência Nacional de Telecomunicações - SIGEC/ANATEL revelou pessoa jurídica interessada na renovação não optou pelo parcelamento dos valores alusivos às identificadas com o código 5356, que se refere ao "parcelamento de outorga dos serviços de



radiodifusão", conforme tabela de códigos de receita elaborada por aquela agência (SEI 11419552). **Tem-se, portanto, que a condição prevista no art. 112, § 3º, do Decreto nº 52.795/1963 não se aplica ao caso em apreço.**

22. Sendo assim, assenta-se o entendimento pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, na localidade de Nuporanga/SP, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972 e dos arts. 112 e 113 ambos do Decreto nº 52.795/1963, ficando dispensada a análise individualizada pela Consultoria Jurídica junto ao Ministério das Comunicações, uma vez que o caso concreto se amolda aos termos do Parecer Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM/CGU/AGU, exarado no bojo do Processo Administrativo nº 00738.000159/2023-12 (SEI 11420732).

CONCLUSÃO

23. Diante do exposto, recomenda-se o encaminhamento dos autos ao **Gabinete do Secretário de Comunicação Social Eletrônica**, com vistas à aprovação desta manifestação, nos termos do art. 1º, inciso IV, e do art. 32, incisos XXII e XXV, ambos do Regimento Interno da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica, aprovado pela Portaria MCom nº 8.374, publicada no Diário Oficial da União do dia 8 de fevereiro de 2023.

24. Em caso de aprovação, sugere-se a remessa dos autos ao **Gabinete do Ministro de Estado das Comunicações**, para deliberação, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785/1972, sem prejuízo das correspondentes medidas necessárias ao encaminhamento do processo ao Congresso Nacional, na forma do art. 223, § 3º, da Constituição Federal.

25. Pede-se, ainda, o envio dos autos à **Coordenação de Sistemas, Dados e Documentação de Radiodifusão**, para fins de registro e atualização dos respectivos sistemas, sem prejuízo da colação dos comprovantes de publicação do(s) ato(s).

26. Após, **arquivem-se os autos nesta unidade administrativa**, até que ocorra a devida notificação deste Ministério das Comunicações acerca da deliberação do Congresso Nacional, o que deflagrará a adoção das providências relacionadas ao que consta no art. 115 do Decreto nº 52.795/1963, com redação dada pelo Decreto nº 9.138/2017.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Whendell Pereira de Souza, Coordenador-Geral de Pós-Outorgas de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 09:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo da Costa, Engenheiro**, em 15/03/2024, às 11:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Renata Vieira Machado, Advogada**, em 15/03/2024, às 13:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Henrique Pereira Nolasco, Coordenador de Renovação de Outorga de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 13:56, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Antônio Malva Neto, Diretor do Departamento de Radiodifusão Privada**, em 15/03/2024, às 15:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, caput, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.mcom.gov.br/sei/verifica>, informando o código verificador **11420450** e o código CRC **09B73879**.

Minutas e Anexos

- Minuta de Portaria (11420734)
- Minuta de Exposição de Motivos (11420736)

Referência: Processo nº 53115.031340/2021-94

Documento nº 11420450



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação Atos Oficiais

Brasília, 09 de abril de 2024.

AO PROTOCOLO DA SAJ, SAG, CGINF e SE/CC-PR

ASSUNTO: Trata-se da renovação, pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de novembro de 2021, a permissão outorgada a **SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA. (CNPJ nº 04.952.098/0001-38)**, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Nuporanga, estado de São

Encaminha para análise e providências pertinentes a EXM 264 2024 MCOM.

Att,

Carlos Henrique T. Botelho
GSISTE



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Henrique Teixeira Botelho, GSISTE NI**, em 09/04/2024, às 13:37, horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **5094920** código **CRED78479A** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Process o nº 53115.031340/2021-94

SUPER nº 5094920



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva

Brasília, na data da assinatura eletrônica.

Referência: EM nº 264/2024 MCOM (5094916) e anexos, remetidos pelo Ministério das Comunicações.

Arquivar temporariamente o presente processo na SE/CC/PR, o qual trata de serviço de radiodifusão em Nupora vista que, após manifestação da SAJ/CC/PR e da SAG/CC/PR — órgãos competentes para analisar o tema —, os retornar a esta Secretaria-Execu va, caso haja necessidade de encaminhamento ao Congresso Nacional, mediante Ministro de Estado desta Casa Civil.

DUNCAN FRANK SEMPLE
Subsecretário de Gestão Interna



Documento assinado eletronicamente por **Duncan Frank Semple, Subsecretário(a)**, em 09/04/2024, às 15:34, conf oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **5095203** código **CRD0A67FC6** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0





PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
SECRETARIA ESPECIAL PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

53115.031340/2021-94

Nota SAJ - Radiodifusão nº 448 / 2024 / CGINF/SAINF/SAJ/CC/PR

Interessado:	SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA
Assunto:	Serviço de Radiodifusão. Renovação de radio comercial FM. Encaminhamento da Mensagem ao Congresso Nacional (art. 223 da Constituição).
Processo:	53115.031340/2021-94

Senhor Secretário Especial Adjunto,

I - RELATÓRIO

- Trata-se do processo nº 53115.031340/2021-94, com **renovação** de outorga do serviço de **radiodifusão em Frequência Modulada (FM)** [1], pelo prazo de dez anos, cujo interessado é **SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA**, CNPJ nº 04.952.098/0001-38, na localidade de **Nuporanga/SP**.
- O Ministério das Comunicações (MCOM) já havia outorgado originalmente a permissão, para que a rádio tra sua programação. Devido ao fim do prazo de validade de tal permissão, a interessada pretende a renovação de sua atividade de radiodifusão comercial em FM.
- Foram verificados os documentos produzidos pelo MCOM, que atestam a regularidade do procedimento.

II - ANÁLISE

- O direito à renovação decorre do cumprimento, pela outorgada, das exigências legais e das finalidades que se obrigou, condicionado à manutenção da possibilidade técnica e do interesse público. O ato tem fundamento na Constituição Federal e encontra-se em consonância com a Lei nº 4.117/1962, sendo também regido pelo Decreto nº 52.094/1967 (Regulamento do Serviço de Radiodifusão – RSR), pela Portaria MC nº 329/2012, e legislação complementar. Com efeito, o Código Brasileiro de Comunicações (Lei nº 4.117/1962), o prazo para exploração de serviço de radiodifusão sonora é de 10 (dez) anos, podendo ser renovados por períodos sucessivos e iguais.
- Nos casos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora (rádio), a competência encontra-se atribuída ao Ministro das Comunicações, a quem cabe exercê-la com o auxílio de seus órgãos de assessoramento técnico. O ato deve obedecer ao princípio da eficiência, consagrado pelo art. 37 da Constituição Federal e da descentralização, previsto no art. 10, do Decreto-Lei nº 200/1967.
- De acordo com os autos do processo, tanto a **área técnica** quanto a **Consultoria Jurídica do MCOM** firmaram o procedimento legal para a renovação da outorga foi devidamente cumprido, tendo a interessada apresentado a documentação necessária e seu requerimento de renovação de modo tempestivo. Assim, a **verificação técnica e jurídica, com análise e aceitação dos documentos obrigatórios, bem como sua subsunção às normas vigentes, já foi realizada pelo Ministério das Comunicações**, tendo se posicionado favoravelmente à outorga. Com base nessas análises ministeriais, o **Ministério das Comunicações** de Estado publicou sua **Portaria de renovação**.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

7. Contudo, uma vez que os serviços de radiodifusão sonora têm por objeto a comunicação social, cuja programação deverão observar os princípios enunciados no art. 223 da Constituição, os atos de renovação de outorgas somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional. Para que se forme essa deliberação, o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão - RSR indica [2] a necessidade de envio da portaria do MCOM ao Congresso por meio de mensagem da Presidência da República, para deliberação.

8. Tal situação demonstra que, no tocante aos serviços de radiodifusão sonora, *o ato administrativo complexo à outorga, na medida em que vinculou a função executiva, mediante o concurso do Ministério das Comunicações e da Presidência da República, e a função legislativa, por força da atuação do Congresso Nacional. Meses antes, o Judiciário foi contemplado com um mister específico nesse processo, por efeito do art. 223, § 4º, CF-1988" [3]. O ato administrativo complexo resulta da manifestação de vontade de dois ou mais órgãos, sejam eles singulares ou colegiados, cuja vontade para formar um ato único. As vontades são homogêneas; resultam de vários órgãos de uma mesma pessoa, ou de pessoas públicas distintas, que se fundem para em uma só vontade formar o ato; há identidade de conteúdo e de fins.*

9. Aponta-se ainda que eventuais complementações e atualizações, devidas ou omissões porventura existentes quanto à documentação apresentada pelo poderão ser dirimidas pelo próprio Ministério, até o momento da assinatura da renovação da outorga (após a devida análise pelo Congresso Nacional), ou ainda ser apurada em procedimento próprio, de competência do MCOM [4].

III - CONCLUSÃO

10. Do exposto, relacionado ao processo nº 53115.031340/2021-94, conclui-se que não há óbice jurídico para a expedição da Mensagem ao Congresso Nacional, nos termos do art. 223 da Constituição Federal de 1988.

GABRIEL DE JESUS ABREU

Estagiário da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

HELOÍSA LINS MUNIZ DUBEUX

Assessora da Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

DE ACORDO.

DANIELA FERREIRA MARQUES

Secretária Adjunta de Infraestrutura

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA

Secretário Especial Adjunto para Assuntos Jurídicos da Presidência da República

(conforme Portaria SAJ/CC/PR nº 6, de 16 de março de 2023)

[1] A "Frequência Modulada (FM)" é largamente utilizada para transmissão de voz, rádio bidirecional, sistemas de gravação em fitas magnéticas e alguns sistemas de transmissão de vídeo. Apresenta uma ótima qualidade sonora, mas com alcance limitado. Em sistemas de rádio, a modulação em frequência com largura de banda suficiente fornece uma vantagem em cancelamento de ruídos que ocorrem naturalmente. A faixa de transmissão FM, difere entre as várias partes do mundo: nas Américas (I e II) esta faixa é de 87,7MHz a 108,0 MHz.

[2] Vide art. 31 § 1º do Decreto nº 52.795/1963.

[3] RODRIGUES JUNIOR, O. *O regime jurídico-transacional da radiodifusão e das telecomunicações no Brasil em face do conceito de atividades audiovisuais*. Revista de Informação Legislativa, v. 43, n. 170, p. 287-309, abr./jun., 2006. No mesmo sentido, STJ, no Recurso Especial nº 1.536.976 - SP (2015/0088137-6). Rel. Min. Humberto Martins.

[4] Vide art. 31-A e art. 122, do Decreto nº 52.795/1963.





Documento assinado eletronicamente por **Gabriel de Jesus Abreu, Estagiário(a)**, em 07/06/2024, às 13:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Heloisa Lins Muniz Dubeux, Assessora**, em 10/06/2024, às 12:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Daniela Ferreira Marques, Subchefe Adjunto de Infraestrutura**, em 11/06/2024, às 19:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário(a) Especial Adjunto(a)**, em 12/06/2024, às 15:13, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **5784246** código CRD3C4829A no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53115.031340/2021-94

SUPER nº 5784246



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial de Análise Governamental
Secretaria Adjunta de Infraestrutura e Regulação Econômica
Radiodifusão

Despacho SAG - Radiodifusão Nº 631/2024/RADIODIFUSÃO/SAREC/SAG/CC/PR

PROCESSO SEI Nº: 53115.031340/2021-94.

INTERESSADO: SAJ/CC/PR.

REFERÊNCIA: Exposição de Motivos nº 00264/2024 MCOM, de 3 de Abril de 2024, do Ministério das Comunicações.

ASSUNTO: Renovação da outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no Nuporanga (SP).

1. Trata-se da análise de mérito da Exposição de Motivos nº 00264/2024 MCOM (5091626), que submete à apreciação da Presidência da República o Processo Administrativo nº 53115.031340/2021-94, acompanhado da [Portaria MCOM nº 12.579, de 24 de 2024](#), que renova a outorga comercial de permissão do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, pelo prazo de 10 de novembro de 2021, no município de Nuporanga, estado de São Paulo, sem direito à exclusividade, para a SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAÇÃO LTDA no CNPJ sob o nº 04.952.098/0001-38, de acordo com o disposto no art. 3º, do [Código Brasileiro de Telecomunicações](#), em conformidade com o [Regulamento dos Serviços de Radiodifusão](#).
2. Segundo o disposto no § 2º do art. 6º do Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, compete ao Ministro das Comunicações outorgar, por meio de concessão, permissão ou autorização, a exploração dos serviços de radiodifusão sonora, renovada decorre do cumprimento, pela empresa, de seu contrato de concessão ou permissão, das exigências legais e regulamentares, como das finalidades educacionais, culturais e morais a que se obrigou, e da possibilidade técnica e o interesse público em sua existência, nos termos do Código Brasileiro de Telecomunicações.
3. No presente processo, encontram-se registrados os seguintes documentos principais:
 - Parecer Jurídico Referencial nº 00010/2023/CONJUR-MCOM, de 05/05/2023 (5091612), que informa que a análise individualizada dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão sonora pelos órgãos consultivos é dispensável nas situações em que a área técnica do MCOM atesta, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos do parecer referencial;
 - Nota Técnica nº 4704/2024/SEI-MCOM, de 15/03/2024 (5091619), da Secretaria de Comunicação Social Eletrônica (SECOE/MCOM), que, atendendo ao parecer jurídico referencial, registra, no item 22, que o caso concreto não requer análise jurídica individualizada e conclui pela viabilidade do deferimento do pedido de renovação da outorga, nos termos do art. 5º da Lei nº 5.785, de 1972, e dos arts. 112 e 113 do Decreto nº 52.795, de 1963; e
 - Lista de Verificação de Documentos - Renovação de Outorga Comercial, de 15/03/2024 (5091615), com o registro de que a documentação apresentada está em conformidade com o disposto na legislação.
5. Observa-se, ainda, que a Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL mantém o cadastro das seguintes informações:
 - Quadro societário e da diretoria da empresa, conforme registrado no [SIACCO - Sistema de Acompanhamento de Informações Sociais](#); e
 - Registros administrativos do canal, conforme registrado no [MOSAICO - Sistema Integrado de Gestão e Controle de Recursos Espectrais](#), que disponibiliza acesso ao [Relatório do Canal](#). Cumpre registrar que a consulta revela que está em tramitação o processo de transferência de titularidade da outorga do canal registrado sob o Fistel nº 50407286705, em favor da empresa MUNDI BRASIL EDITORA LTDA (CNPJ nº 05.973.728/0001-13), conforme [Portaria MCOM nº 13.988, de 24 de julho de 2024](#), no âmbito do Processo Administrativo nº 53115.019564/2024-71.
6. Por sua vez, por meio da base de dados do CNPJ da Receita Federal do Brasil, é possível consultar o [Quadro de Administradores - QSA](#) da empresa, que, no caso concreto, traz a seguinte descrição:



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ:	04.952.098/0001-38
NOME EMPRESARIAL:	SIR - SISTEMA INTEGRADO DE RADIOCOMUNICAO LTDA
CAPITAL SOCIAL:	R\$300.000,00 (Trezentos mil reais)

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	NEUZA GALDIANO CURY
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	CLAUDIO GALDIANO CURY
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Nome/Nome Empresarial:	CLOVIS GALDIANO CURY
Qualificação:	49-Sócio-Administrador

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o e-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.
Emitido no dia 15/07/2024 às 09:04 (data e hora de Brasília).

7. Nesse sen do, considerando (i) que as manifestações dos órgãos técnico e jurídico do MCOM são favoráveis a renovação da outorga; (ii) que a documentação apresentada foi verificada pelo MCOM e está em conformidade com o disposto na Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962; (iii) que a documentação probatória da manutenção da regularidade deverá ser reapresentada por ocasião da assinatura do contrato; e (iv) que a atualização dos registros administrativos do MCOM não impede a continuidade do processo, esta Secretaria Especial de Análise Governamental da República (SAG/CC/PR) **não tem óbices ao prosseguimento do feito**, em conformidade com o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão sonora e em sons mudos.
8. Por fim, com o intuito de dar sequência ao fluxo previsto no art. 3º do art. 223 da Constituição Federal, sugere-se o envio do presente processo à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República (SAJ/CC/PR), para emitir manifestação final quanto à constitucionalidade, à legalidade e à compatibilidade com o ordenamento jurídico, nos termos do art. 113 do Decreto nº 11.329, de 1º de janeiro de 2023, c/c art. 49 do Decreto nº 12.002, de 22 de abril de 2024.

À consideração superior.

Brasília, na data da assinatura.

JEFFERSON MILTON MARINHO
Assessor
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

De acordo. Encaminhe-se ao Secretário Especial de Análise Governamental.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO DE CARVALHO DUARTE
Secretário Adjunto de Infraestrutura e Regulação Econômica - SAREC
(SADJ-II/SAG/CC/PR)

Aprovo. Encaminhe-se à Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos desta Casa Civil para a adoção das providências necessárias.

Brasília, na data da assinatura.

BRUNO MORETTI
Secretário Especial de Análise Governamental
(SAG/CC/PR)

[1] Instituído pela Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962

revogado pelo Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963

Parecer Jurídico Referencial é disciplinado pela Advocacia-Geral da União - AGU, por meio da Portaria nº 55, de 23 de maio de 2014, que institui a elaboração de manifestações jurídicas referenciais no âmbito dos órgãos comunal, dispensando a análise jurídica individualizada para questões

https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, devendo ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão controlador; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

[4] O **SIACCO** é o sistema compartilhado entre a Agência Nacional de Telecomunicações e a Secretaria de Radiodifusão, voltado para a manutenção de informações quanto aos quadros societários das empresas prestadoras de serviços de radiodifusão e telecomunicações. A Anatel informa que foi desenvolvida a desvinculação, exclusivamente, dos módulos referentes às empresas prestadoras de serviços de telecomunicações, sendo mantidas todas as suas funcionalidades para as operadoras de radiodifusão.

[5] O **MOSAICO** é uma plataforma com vários módulos voltados aos diversos serviços de telecomunicações e radiodifusão. O módulo Sistema de Cadastro de Radiodifusão (SC R) é utilizado para manutenção de cadastros de estações de radiodifusão. Os únicos serviços não contemplados pela ferramenta são Ondas Tropicais (OT) e Radiodifusão Comunitária (RADCOM).



Documento assinado eletronicamente por **Jefferson Milton Marinho, Assessor(a)**, em 12/09/2024, às 18:22, conforme horário de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno de Carvalho Duarte, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 12/09/2024, às 18:26, conforme horário de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruno Moretti, Secretário(a) Especial**, em 12/09/2024, às 18:34, conforme horário de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **5898551** e o código **CR019D9D7D** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.031340/2021-94

SEI nº 5898551

Palácio do Planalto, 4º andar, Sala 414. — Telefone: 61 3411.1958
CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Secretário Especial Adjunto

Brasília, na data da assinatura.

Ao Senhor Ministro de Estado Chefe
Casa Civil da Presidência da República
Dr. Rui Costa

Assunto: Encaminhamento de Mensagem nº 1.189, de 26 de setembro de 2024, ao Congresso Nacional, referente o ato Portaria nº 12.579, de 18 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2024, que deu nova, a partir de novembro de 2021, a permissão outorgada anteriormente conferida ao SIR - Sistema Integrado de Radiocomunicação executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência Modulada no Município de Nuporanga, Estado de São Paulo.

Senhor Ministro,

O processo está devidamente instruído. Nada a opor à assinatura do Ministro - Minuta do Ofício em anexo.

Encaminhe-se ao Secretário Especial para Assuntos Jurídicos da Casa Civil da Presidência da República.

GUSTAVO PONCE DE LEON SORIANO LAGO
Secretário Adjunto de Assuntos Legislativos
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República

APROVO.

Encaminhe-se ao Ministro Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

APROVO.

MARCOS ROGÉRIO DE SOUZA
Secretário Especial
Secretaria Especial para Assuntos Jurídicos
Casa Civil da Presidência da República



Documento assinado eletronicamente por **Gustavo Ponce de Leon Soriano Lago, Secretário(a) Adjunto(a)**, em 27/09/2024, às 15:22, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Rogério de Souza, Secretário Especial**, em 27/09/2024, às 15:55, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código 6119637, código CR8C8AC456 no site:
https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0



abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

MENSAGEM Nº 1.189

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, o ato constante da Portaria nº 12.579, de 18 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2024, que renova, a partir de 10 de novembro de 2021, a permissão outorgada anteriormente conferida ao SIR - Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Nuporanga, Estado de São Paulo.

Brasília, 26 de setembro de 2024.



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>



abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 12.579, de 18 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 1º de abril de 2024, que renova, a partir de 10 de novembro de 2021, a permissão outorgada anteriormente conferida ao SIR - Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Nuporanga, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil
Secretaria-Executiva da Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Recursos Logísticos
Coordenação de Documentação
Divisão de Publicação de Atos Oficiais

Brasília-DF, na data da assinatura.

À Divisão de Arquivo Central - DIARQ

Assunto: **ARQUIVAMENTO DE PROCESSO**

1. Encaminhamos o presente processo e cópia do documento digital (6119745) para arquivamento, tendo em vista a publicação do ato e o encerramento da atuação nesta Divisão.

SANDRA TOMAZ DE AQUINO RODRIGUES
Supervisora
Divisão de Publicação de Atos Oficiais
Coordenação de Documentação



Documento assinado eletronicamente por **Sandra Tomaz de Aquino Rodrigues, Supervisor(a)**, em 27/09/2024, às 14:06:01, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **6120601** ou o código **CREFCD776** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Processo nº 53115.031340/2021-94

SEI nº 6120601

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 1305/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro Secretário
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

Assunto: Radiodifusão.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem do Senhor Presidente da República, na qual submete à apreciação do Conselho Nacional o ato constante da Portaria nº 12.579, de 18 de março de 2024, publicada no Diário Oficial da União de 19 de abril de 2024, que renova, a ~~pate~~ **pate** 10 de novembro de 2021, a permissão outorgada anteriormente conferida ao Sistema Integrado de Radiocomunicação Ltda., para executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no Município de Nuporanga, Estado de São Paulo.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 27/09/2024, às 19:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 11.224, de 22 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código **6121290** ou código **CRC3AF0EED** no site: https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 53115.031340/2021-94

SEI nº 6121290

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121
CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



Autenticado eletronicamente, após conferência com original.

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979>

abf87d5a-96ad-4a52-afd6-2b8c0ac94979